

Luciano Pereira da Silva

**Em nome da modernidade:
uma educação multifacetada, uma cidade
transmutada, um sujeito inventado
(Montes Claros, 1889-1926)**

Belo Horizonte
2012

Luciano Pereira da Silva

**Em nome da modernidade:
uma educação multifacetada, uma cidade
transmutada, um sujeito inventado
(Montes Claros, 1889-1926)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: História da Educação

Orientadora: Professora Dra. Andrea Moreno

S586e
T

Silva, Luciano Pereira da,

Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926) / Luciano Pereira da Silva. - UFMG/FaE, 2012.
211 f., enc., il.

Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora : Andrea Moreno.
Inclui bibliografia

1. Educação -- Teses. 2. Modernidade -- Teses. 3. Cidades e vilas -- Minas Gerais -- Séc. XIX -- XX. 4. Imprensa -- Montes Claros -- História.
I. Título. II. Moreno, Andrea. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.9815

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Tese intitulada *Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926)*, de autoria do doutorando Luciano Pereira da Silva, examinada pela banca constituída pelos seguintes professores:

Profª. Dra. Andrea Moreno – UFMG (Orientadora)

Profª. Dra. Luciana Pedrosa Marcassa – UFSC

Prof. Dr. Laurindo Mékie Pereira – UNIMONTES

Profª. Dra. Eliane Marta Santos Teixeira Lopes – UFMG

Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira – UFMG

Profª. Dra. Meily Assbú Linhales – UFMG

Profª. Dra. Maria Cristina Rosa – UFOP (suplente)

Belo Horizonte, 18 de junho de 2012.

À minha esposa Carolina, que com sensibilidade e amor sempre me ensina o caminho correto.

Ao meu filho Heitor, que chegou durante a construção deste trabalho, cujo sorriso espontâneo me transporta para um mundo mais bonito.

RESUMO

A transição do século XIX para o século XX configura-se como uma época assinalada por grandes transformações sociais. Era o advento da modernidade, fruto de revoluções, como as Burguesas e a Industrial, e da adoção de uma nova perspectiva social. Este processo, oriundo dos grandes centros urbanos da Europa Ocidental, propagou-se por diversos países. Neste contexto, os ideais modernizadores podem ser percebidos mesmo em regiões que vivenciaram de formas mais intensas o crescimento urbano e o movimento de industrialização em outros marcos cronológicos. O homem devia ser preparado para viver esta nova realidade, o que envolvia a difusão de modos cotidianos de vida mais afeitos ao mundo que se queria erigir. Este trabalho tem como objeto de estudo as manifestações de modernização da elite dominante da mais importante cidade do norte de Minas Gerais, Montes Claros, entre os anos de 1889-1926. Adota como pressuposto central a existência de discursos de modernidade na cidade que foram propagados de diversas formas e influenciaram as transformações locais; estes discursos, oriundos sobretudo das elites, foram partilhados, mesmo que com resistências, por parcela da população. O problema que originou este trabalho é, neste ínterim, o questionamento dos ideais e das maneiras fora do ambiente escolar institucionalizado utilizados para instruir a população para a prática de condutas vistas como adequadas. Para descortinar o problema levantado, a escolha foi focar as transformações na vida cidadina representadas pelo que era publicado em jornais da época. Com isso, a principal fonte utilizada na pesquisa é a imprensa periódica escrita. Como fonte de apoio, considerou-se a produção de memorialistas da região. É importante ressaltar que, mesmo sob a direção de um grupo reduzido que integrava a elite econômica e política da cidade, os jornais não expressaram um sentido único para o processo de modernização da cidade, pois a própria elite se mostrava diversa e polissêmica, manifestando várias visões do que era entendido como moderno e também expressando, em muitos momentos, valores conservadores; além disso, a imprensa relacionou-se com a população em geral de forma plural, pois os indivíduos, alfabetizados ou não, inseriram-se de muitas maneiras na cultura escrita. A análise das fontes permitiu estabelecer quatro eixos para o processo de modernização da sociedade em estudo que são discutidos neste trabalho: a ação da imprensa periódica (percebida como ferramenta privilegiada para educar a população); as mudanças na materialidade da cidade (alargamento das ruas, modernização das construções, utilização da luz elétrica, entre outros); as ações higiênicas e sanitárias (sobretudo as que se propagavam em virtude de uma suposta cultura atrasada do sertanejo); e as práticas de diversão (ocupação útil do tempo, com destaque para o futebol).

Palavras-chave: modernidade, educação, cidade, imprensa.

ABSTRACT

The transition from the 19th century to the 20th century is characterized as an era marked by great social transformations. Combined, revolutions such as the bourgeois revolution and the industrial revolution and the adoption of a new social vision resulted in the advent of modernity. This process, derived from large urban centers of Western Europe, spread across different countries. In this context, the ideals of modernization are noticed even in those areas that experienced more intensely, in other chronological milestones, the urban growth and the industrialization. Men had to be ready for a new reality by adopting lifestyles and setting up daily routines that would better fit a new world planned to be built soon. This dissertation has as its object of study the manifestations of modernization of the ruling elite from the most important city in northern Minas Gerais, Montes Claros (city of Montes Claros, State of Minas Gerais, southeast Brazil) between the years 1889 and 1926. The present study is based on the main assumption that the discourses of modernity were disseminated in various ways and had influence on local transformation processes. Despite the fact that these discourses, originated mainly from the elites, were met with some resistance, they were still shared by part of the population. One of the reasons for this research to be done arose from the questioning of the ideals and methods used outside the institutionalized, formal school environment during that period in order to teach appropriate behaviour to the population. In order to uncover and scrutinize the problem posed, we chose to focus on the changes in the city life represented by what was published in newspapers during that time. Thus, the main source used in this study was the periodical press. As an additional source of information, publications from local memorialists were also used. It should be emphasized that, even under the direction of a small group which belonged to the economic and political elite of the city, the newspapers did not express a single meaning to the process of modernization of the city since the elite itself was very diverse and polysemic. The elite itself would give several views on what was perceived and considered as modern, and would also express, in many instances, conservative values. In addition, the press would use the plural in order to communicate with the general population since both literate and illiterate individuals were, in many ways, part of the written culture. Analysis of sources allowed us to establish the following axes for the process of modernization of the society under study: (1) the role of the periodical press (perceived as a privileged teaching tool for population education); (2) the changes in the materiality of the city (e.g. street widening, modernization of buildings, use of electric light, etc.), (3) implementation of action plans on improved hygiene and sanitation services (especially those propagated by virtue of a supposedly backward culture of the backcountry), and (4) leisure activities (wise use of leisure time) [especially soccer].

Keywords: modernity, education, city, the press.

AGRADECIMENTOS

“Eu não sou eu nem sou o outro, sou qualquer coisa de intermédio: Pilar da ponte de tédio que vai de mim para o outro” (Mário de Sá Carneiro).

Minha trajetória pessoal foi sempre marcada pelo encontro com pessoas que provocaram inquietude e transformação. Meus profundos agradecimentos aos que contribuíram academicamente ou afetivamente para a construção deste trabalho.

Agradeço à Andrea Moreno pela orientação precisa e competente, pela disponibilidade e gentileza que demonstrou em todos os momentos;

Ao professor Marcus Aurélio Taborda de Oliveira e à professora Eliane Marta pelas profícuas colaborações no processo de qualificação e pela participação na banca final de avaliação;

Aos professores Laurindo Mékie Pereira, Luciana Pedrosa Marcassa, Meily Assbú Linhales e Maria Cristina Rosa por comporem a banca de avaliação da tese;

Aos amigos Georgino Jorge de Souza Neto, Elisângela Chaves, Carlos Rogério Ladislau e Regina Célia Lima Caleiro, companheiros da Universidade Estadual de Montes Claros, interlocutores deste trabalho, amigos para toda a vida;

Aos meus familiares (Jaime, Irani, Daniel, Danusa, Raul, Miguel, Thiago, Selma e Gabriel) pelo amor incondicional;

À minha irmã Márcia pelo exemplo de comprometimento e competência acadêmica;

Aos familiares de minha esposa, Graça, Dema e Carina, por me receberem como um filho e um irmão;

À população do Estado de Minas Gerais por ter subsidiado, via bolsa FAPEMIG, esta pesquisa;

A Universidade Estadual de Montes Claros, em especial aos docentes e discentes do curso de Educação Física, pelo convívio e pela aprendizagem;

Aos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação – GEPHE (UFMG), do Laboratório de Estudos e Pesquisa do Lazer - LUDENS (UNIMONTES) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Práticas Corporais (UNIMONTES), pela aprendizagem e pela amizade fraternal;

À cidade de Montes Claros, aonde cheguei há cerca de dez anos à procura de trabalho, e encontrei amor e felicidade;

Às razões principais da minha vida, Carolina e Heitor, que enchem meu coração de afeto e me fazem querer ser uma pessoa melhor.

LISTA DE FIGURAS

Visão retrospectiva do Arraial de Formigas no final do século XVIII.....	13
Primeira casa do Arraial de Formigas.....	14
Primeiro mercado da cidade.....	14
Feira em um sábado no Mercado Municipal	15
Rua Dr. Velloso no início do século XX.....	15
Largo da Matriz em 1904 (Levante de Cruzeiro).....	16
Estação Ferroviária Antônio Olintho - Estrada de Ferro.....	16
Estação ferroviária em Montes Claros à época da inauguração (1926).....	17
Sede do jornal Gazeta do Norte.....	17
Anúncio publicado em periódico.....	18
Anúncio publicado em periódico.....	18
Reverendo Augusto Prudêncio da Silva.....	19
Anúncio publicado em periódico.....	19
Carlos Chagas e Belisário Penna no prédio da Estrada de Ferro Central do Brasil.....	20
Carlos Chagas e Belisário Penna com a equipe que trabalhava no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil.....	20
Carlos Chagas examinando uma menina em Lassance, norte de Minas Gerais, em 1909.....	21
Banda Euterpe Montesclareense, fundada por D. Eva Teixeira de Carvalho em 1856.....	21
Festas de Agosto.....	22
America Foot-ball Club – segundo clube de futebol da cidade em foto de 1919.....	22
Antigo Cine Montes Claros.....	23
Largo da Matriz – ao fundo local conhecido como várzea onde era jogado futebol.....	23

Alguns dos primeiros carros de Montes Claros.....24

LISTA DE QUADROS

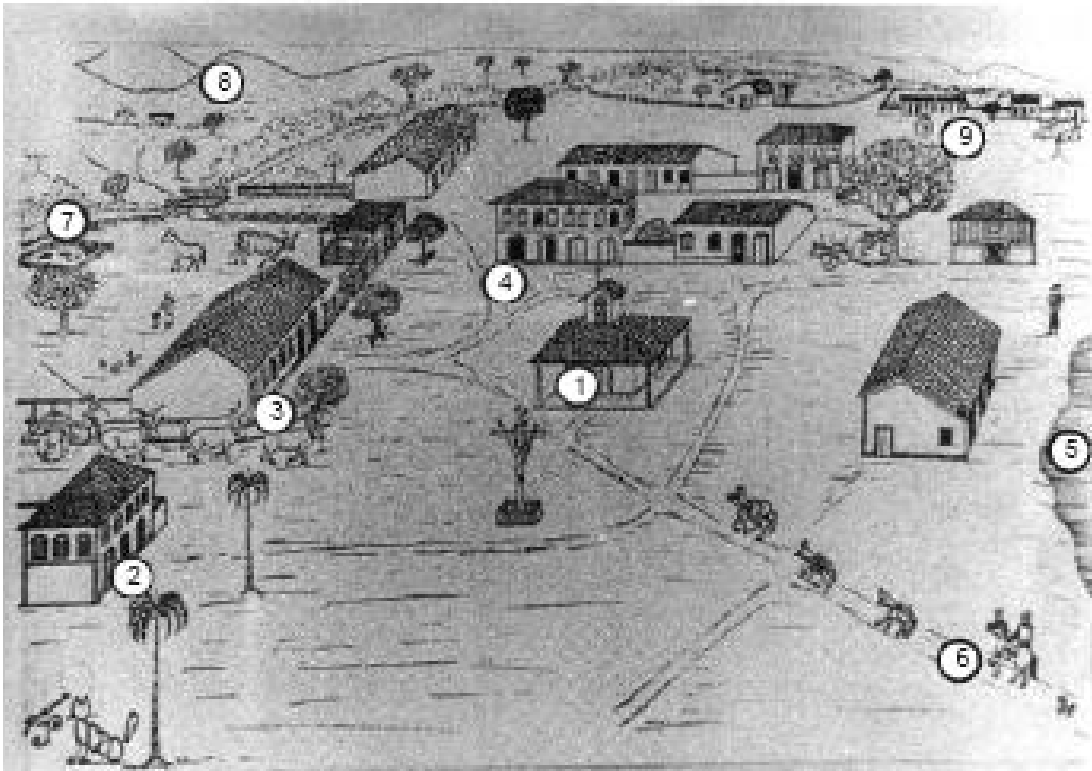
QUADRO 1 - Jornais e revistas publicados em Montes Claros entre 1890 e 1926.....	79
QUADRO 2 - Relação dos Presidentes da Câmara Municipal de Montes Claros entre o período de 1890 a 1926.....	122
QUADRO 3 - Teses médicas defendidas por médicos de Montes Claros na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.....	130

SUMÁRIO

MOSAICO DA MODERNIDADE (Montes Claros, 1889-1926)	13
APRESENTAÇÃO	25
1. A COMPOSIÇÃO DA ELITE MONTESCLARENSE: os coronéis, os filhos dos coronéis e os religiosos	39
1.1 Estrepes versus pelados: a luta pelo poder	39
1.2 O coronelismo montesclareense	48
2. A IMPRENSA E A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS: o poder dos periódicos	62
2.1 A empreitada educativa dos jornais	62
2.2 Os jornais montesclareenses em questão	68
3. TRANSFORMAÇÕES NA URBE: a cidade moderna em construção	88
3.1 A cidade como lócus da modernidade	88
3.2 Uma nova estrutura para a cidade	93
4. AS AÇÕES HIGIENISTAS E SANITARISTAS	108
4.1 A Ação médica em Montes Claros	108
4.2 Educar a população para sanear o sertão devastado	121
5. DIVERSÃO: (uso)fruto da modernidade	135
5.1 As Festas de Agosto, o teatro e o cinema	137
5.2 O futebol: a emergência do sport bretão	149
6. UMA NOVA CULTURA PARA UMA VELHA CIDADE.....	176
6.1 A modernização em debate: uma sociedade em mutação	177

CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
FONTES	201
REFERÊNCIAS	202

MOSAICO DA MODERNIDADE
(Montes Claros, 1889-1926)



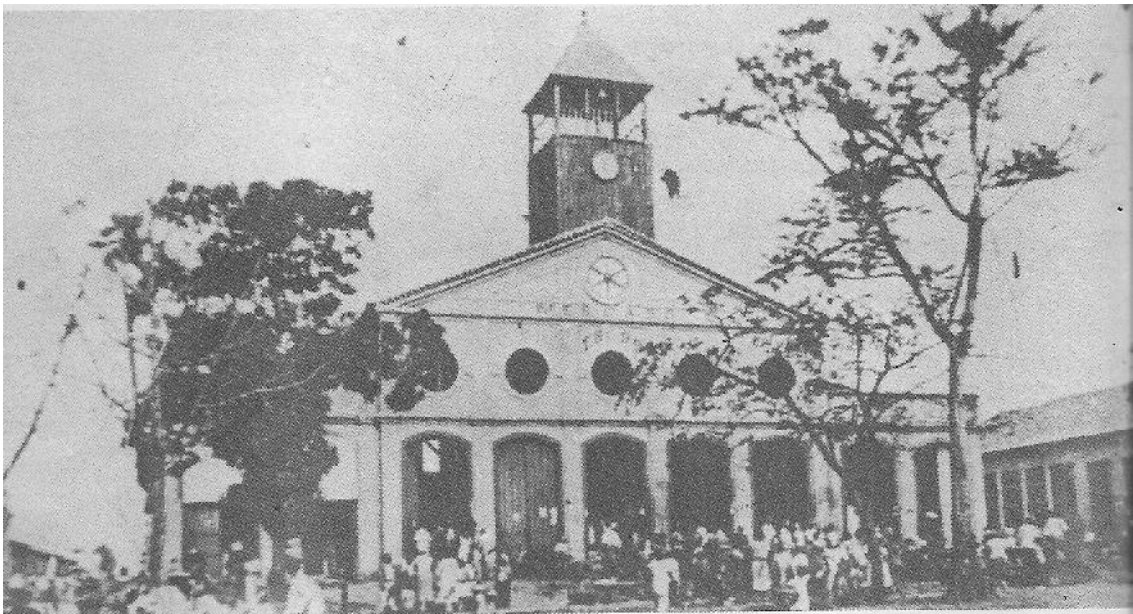
Visão retrospectiva do Arraial de Formigas no final do século XVIII (idealização de Hermes de Paula; realização de José Prudêncio Macêdo)

1. Primitiva capela; 2. Sobrado; 3. Sede da fazenda dos “Montes Claros” construída por José Lopes de Carvalho; 4. Sobrado; 5. Lagoa (quando recuada transformou-se na “várzea” onde era jogado futebol); 6. Estrada para o Tijuco; 7. Rio Vieira; 8. Morro Dois Irmãos; 9. Início de rua.

Fonte: MAURICIO, 2005, p. 23-24.



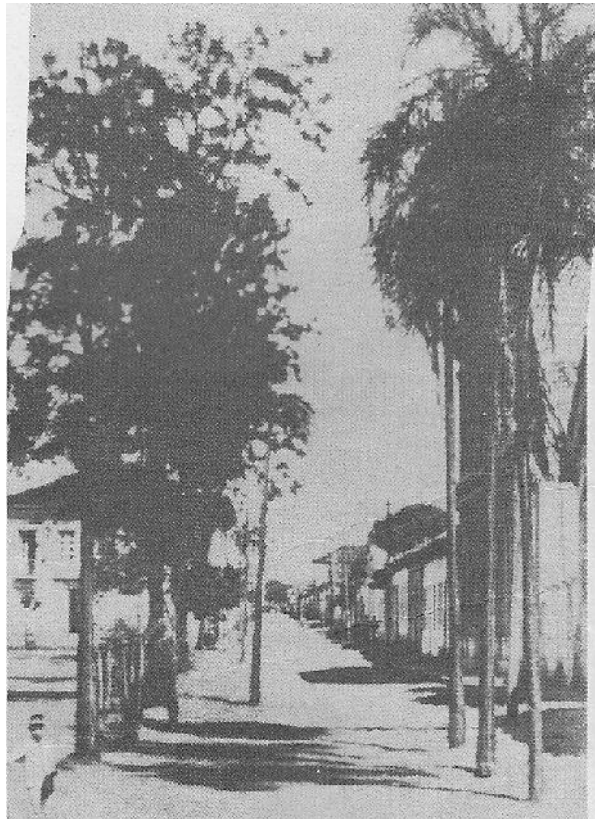
Primeira casa do Arraial de Formigas - construída pelo Alferes José Lopes de Carvalho
Fonte: SILVEIRA; COLARES, 1995, p. 24.



Primeiro mercado da cidade
Fonte: SILVEIRA; COLARES, 1995, p. 48.



Feira em um sábado no Mercado Municipal
Fonte: SILVEIRA; COLARES, 1995, p. 48.

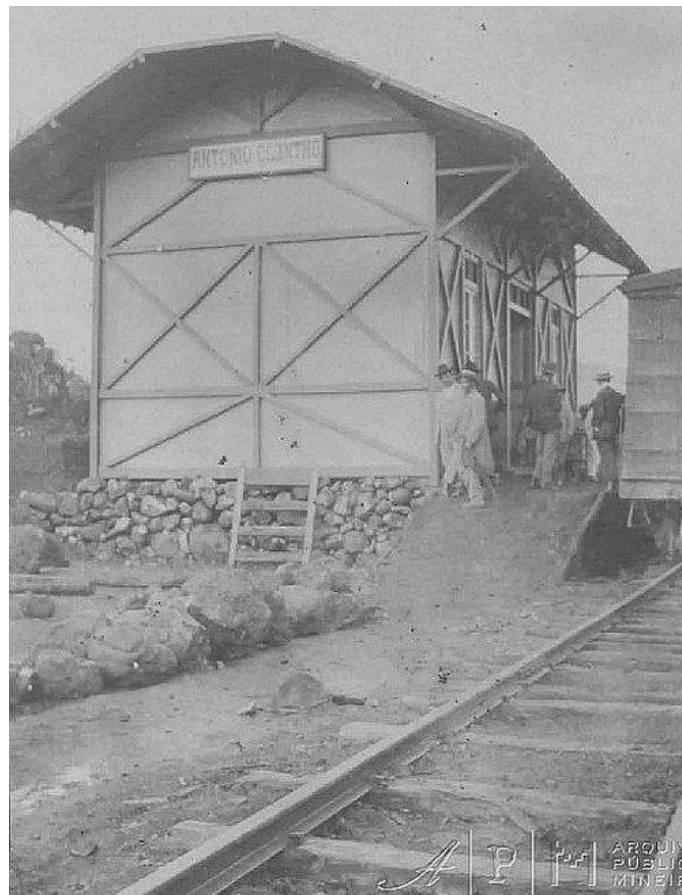


Rua Dr. Velloso no início do século XX
Fonte: SILVEIRA; COLARES, 1995, p. 42.



Largo da Matriz em 1904 (Levante de Cruzeiro)

Fonte: www.mocmg.com.br



Estação Ferroviária Antônio Olintho - Estrada de Ferro
Central do Brasil/ Ramal de Montes Claros (1926-1930)

Fonte: APM/ Fundo: Aurélio Pires (www.siaapm.cultura.mg.gov.br)



Estação ferroviária em Montes Claros à época da inauguração (1926)
Fonte: www.mocmg.com.br



Sede do jornal Gazeta do Norte
Fonte: SILVEIRA; COLARES, 1995, p. 43.

ELIXIR DE NOGUEIRA
Cura:



Latejamento das artérias do pescoço.
Inflamações do útero.
Corrimento dos ouvidos.
Rheumatismo em geral.
Manchas da pele.
Afecções do fígado.
Dores no peito.
Tumores nos ossos.
Cancros venereos.
Gonorréas.
Carbunculos.
Fistulas.
Espinhas.
Rachitismo.
Flores brancas.
Úlceras.
Tumores.
Sarnas.
Crystas.
Escrophulas.
Darthros.
Boubas.
Boubons
e, finalmente, todas as molestias provenientes do sangue.

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

Anúncio publicado em periódico
Fonte: MONTES CLAROS, 10
de agosto de 1916, ano I,
n. 24, p. 4.

CHEVROLET



Que deseja V. S. ? Um automovel **COMPLETO**, ou somente um **PEDAÇO** de automovel?

Poderá obter o que quizer. Poderá comprar um automovel incompleto por um preço mais baixo que o do possante CHEVROLET porém nunca possuirá um carro que lhe dê completa satisfação CHEVROLET por não necessitar de reparos nem de peças tornou-se o automovel ideal.

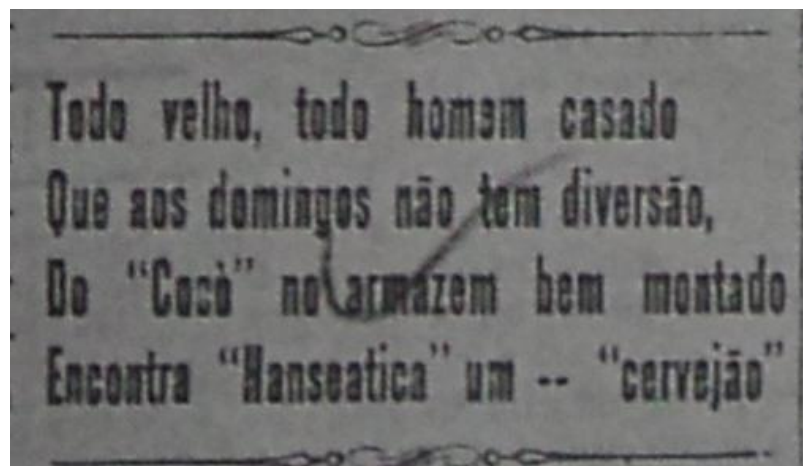
PREÇOS SOBRE VACÃO EM S. PAULO:	
Turismo	5.950\$000
Barata	5.950\$000
Chassis-Caminhão	5.880\$000

Consulte o agente autorizado desta cidade
A. CARDOSO MAYOR
PEÇAS E ACCESORIOS PARA AUTOMOVES — GARAGE E OFFICINA MECANICA
PRODUCTOS DA GENERAL MOTORS

Anúncio publicado em periódico
Fonte: GAZETA DO NORTE, 1º. de setembro de
1926, ano IX, n. 469, p. 4.



Reverendo Augusto Prudêncio da Silva
 Primeira foto publicada em um jornal de Montes Claros
 Fonte: MONTES CLAROS, 1º de setembro de 1918,
 ano II, n. 94, p. 1.



Anúncio publicado em periódico
 Fonte: GAZETA DO NORTE, 18 de outubro de 1919, ano II, n. 67, p. 4.



Carlos Chagas e Belisário Penna no prédio da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Lassance, norte de Minas Gerais (1908?)

Fonte: FIOCRUZ - Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação

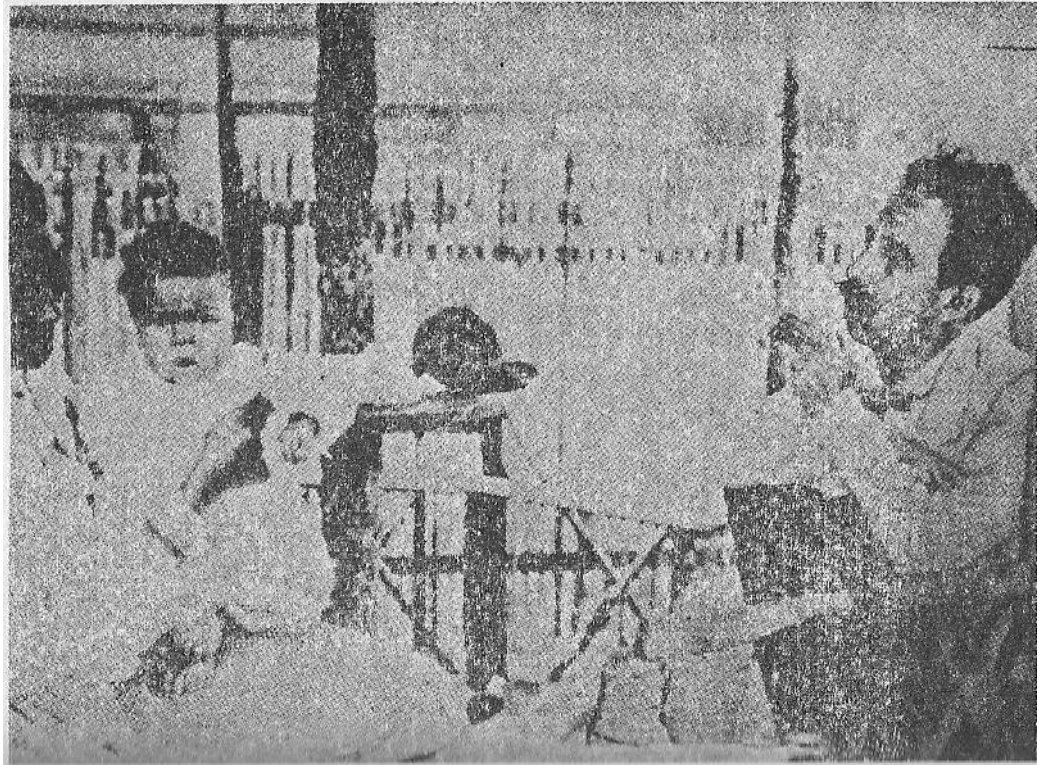
Disponível em: www.bvschagas.coc.fiocruz.br



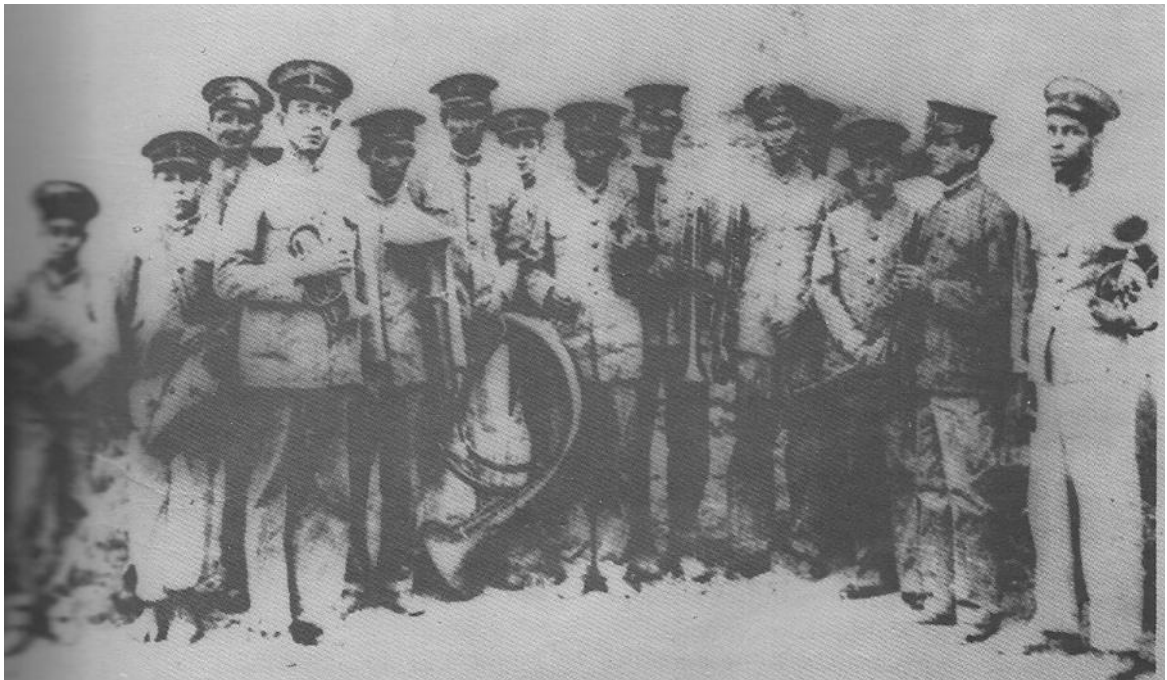
Carlos Chagas e Belisário Penna com a equipe que trabalhava no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, na região do rio das Velhas, norte de Minas Gerais (1908?).

Fonte: FIOCRUZ - Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação

Disponível em: www.bvschagas.coc.fiocruz.br



Carlos Chagas examinando uma menina em Lassance, norte de Minas Gerais, em 1909.
Fonte: STEPAN, 1976, p. 132.



Banda Euterpe Montesclarensis, fundada por D. Eva Teixeira de Carvalho em 1856
Fonte: SILVEIRA; COLARES, 1995, p. 55.



Festas de Agosto
Fonte: www.mocmg.com.br



America Foot-ball Club – segundo clube de futebol da cidade em foto de 1919. Aparecem: Procopio, Paulistano, Jair, Batista Catoni, Salgado, Ilídio, Vechio, Faria e Ary.
Fonte: SILVEIRA; COLARES, 1995, p. 58.



Antigo Cine Montes Claros
Fonte: www.mocmg.com.br



Largo da Matriz – ao fundo local conhecido como várzea onde era jogado futebol
Fonte: www.mocmg.com.br



Alguns dos primeiros carros de Montes Claros
Fonte: www.mocmg.com.br

APRESENTAÇÃO

*Bruzza de Spinoza transpôs as últimas escarpas da Serra Geral, deparando-se-lhe, de súbito, em panorama soberbo, a imensa bacia do São Francisco. Procurando localizar um ponto de referência para prosseguimento da jornada, avistou, não muito aquém da linha do horizonte, um grupamento de montes esbranquiçados e despídos de vegetação. Virou, então, para seus companheiros e teria sentenciado: nosso próximo objetivo são aqueles **montesclaros** [...] podemos afirmar com segurança – os primeiros homens civilizados que os **montes claros** conheceram foram os doze denodados componentes da Expedição Espinoza-Navarro (PAULA, 1957, p. 3).*

O trecho transcrito acima retrata a chegada dos homens “brancos” ao norte de Minas Gerais. Baseado no conteúdo de uma carta que o Padre Navarro, um dos membros da bandeira, escreveu a seus conterrâneos, ele expressa uma concepção que estará presente durante muitos séculos: o atraso da região e a conseqüente busca do progresso.

Desde o início da ocupação do norte de Minas Gerais, é valorizada a ideia de progresso. Se o povoamento da região proporcionava riquezas a seus exploradores, ele também viabilizava, a partir de uma determinada concepção, o crescimento e o adiantamento locais.

Progresso e civilização, entre outros termos, são ideais norteadores da transformação econômica, política e social no norte de Minas Gerais desde o início do século XVIII. Entretanto, no século XIX, pode-se afirmar que estes ideais potencializam-se ao estarem relacionados à busca da modernização da sociedade, processo presente em muitas cidades brasileiras.

A transição do século XIX para o século XX é um período marcado por grandes transformações sociais. Era o advento da modernidade, fruto de revoluções, como as Burguesas e a Industrial, e a adoção de uma nova perspectiva social. A modernidade arrasta a todos, lança todos “no drama do progresso, a palavra chave da época: maciço, iluminado, seguro de si mesmo, satisfeito, mas, acima de tudo, inevitável” (HOBSBAWN, 1977, p. 24).

O homem devia ser preparado para viver esta nova realidade. A transformação do comportamento humano envolve a educação da mente e do corpo, na difusão de modos cotidianos de vida mais afeitos ao mundo que se quer erigir. A limpeza das ruas, as fachadas das casas, as vestimentas, a fala, o corpo, a própria noção de público e de espaço de

sociabilidade, enfim, inúmeros elementos foram objetos de intervenção quando diziam respeito à vida social. Era preciso educar os homens para a vida moderna.

Este trabalho tem como objeto de estudo as manifestações de modernização da elite dominante da mais importante cidade do norte de Minas Gerais, Montes Claros¹, entre os anos de 1889-1926. Adota como pressuposto central a existência de discursos de modernidade na cidade que foram propagados de diversas formas e influenciaram as transformações locais; estes discursos, oriundos sobretudo das elites, foram partilhados, mesmo que com resistências, por parcela da população. A análise das fontes permitiu estabelecer quatro eixos para o processo de modernização da sociedade em estudo, que são discutidos neste trabalho: a ação da imprensa periódica (entendida ferramenta privilegiada para educar a população); as mudanças na materialidade da cidade (alargamento das ruas, modernização das construções, utilização da luz elétrica, entre outras); as ações higiênicas e sanitárias (sobretudo as que se propagavam em virtude de uma suposta cultura atrasada do sertanejo); e as práticas de diversão (ocupação útil do tempo, com destaque para o futebol).

A investigação proposta não desconsidera que as práticas discursivas abarcam diferentes concepções de modernidade e que o pesquisador, ao eleger determinados discursos, privilegia algumas dessas concepções. Aqui, a escolha recai sobre a produção e disseminação da fala da elite, por compreender que esse grupo esteve envolvido na gestão dos espaços de educação formal e influenciou os princípios que norteavam a educação fora do ambiente escolar. Mesmo entre o grupo selecionado a mensagem não era única, porque era amparada em diferentes visões de mundo. Assim, é da política das práticas discursivas, de suas concretudes, complexidades e, por que não dizer, incoerências, que emergiram as várias versões da modernidade com impacto no relacionamento que os diferentes grupos sociais mantiveram com a urbe em desenvolvimento.

O recorte temporal da pesquisa, período compreendido entre os anos de 1889 e 1926, justifica-se por questões nacionais e locais. Explica-se: o ano de 1889 marca o início da República brasileira e a intensificação do discurso da necessidade de adequar a sociedade

¹ A criação de gado e as expedições bandeirantes, formadas principalmente por paulistas, promoveram a ocupação e o povoamento do Norte de Minas Gerais. Fernão Dias Paes, Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira são alguns dos principais nomes de bandeirantes que percorreram a região a procura de índios e esmeraldas. O bandeirante Antônio Gonçalves Figueira, que percorreu a região mineira e baiana, fundou vários povoados. Após uma expedição que chegou a Jaíba e Olhos d'Água, Antônio Figueira obteve por alvará de 12 de abril de 1707 uma sesmaria nas cabeceiras do Rio Verde, onde se instalou para formar a fazenda Montes Claros. A principal atividade ali desenvolvida era a criação de bovinos, com o objetivo de comercialização com outras localidades. O alferes José Lopes de Carvalho comprou a fazenda dos descendentes de Gonçalves Figueira em 1768. Sob nova administração, a fazenda desenvolveu-se formando um povoado. Em 13 de outubro de 1831 o Arraial de Formigas foi elevado à categoria de Vila. Em 03 de julho de 1857, a vila tornou-se cidade, com o nome de Montes Claros (VIANNA, U., 2007).

aos princípios da vida moderna. Nos jornais consultados da época, evidenciam-se um recorrente clamor para que a cidade se insira na lógica das mudanças que ocorriam nos centros urbanos maiores. Mesmo antes da chegada à cidade de um importante agente do progresso, a ferrovia, a elite local já anunciava a necessidade irrefutável da adoção dos caminhos da modernização.

Já o ano de 1926 assinala o início de transformações intensas no município em estudo devido à chegada da ferrovia à cidade. Conquista aguardada por muitos anos, a chegada da grande máquina moderna, que fazia a cidade tornar-se “ponta dos trilhos”, foi um sonho de tamanha magnitude que provocou inclusive a união de grupos políticos locais cindidos historicamente. Sobre a chegada dos trilhos a Montes Claros, comenta Lessa (1993, p. 145):

A ferrovia era, desde o final do século passado, a maior reivindicação da elite do Norte de Minas ao governo da União. Ela se apresentava então como símbolo/metáfora de progresso. O trem de ferro era em si o progresso – a máquina de grande porte, a tecnologia, a velocidade, o tempo linear e abstrato do relógio. O que a tornava a própria presença do progresso, personificando-o.

A chegada da ferrovia significava, pelo menos na imaginação da população, o início de uma nova era. Intensificava-se a circulação de pessoas e ideias, as mudanças eram rápidas em contraste com as transformações mais lentas da era anterior.

As conquistas advindas do progresso da sociedade emanavam um caráter contraditório, representando tanto uma conquista necessária e sedutora como uma mazela causadora de amargura (característica explorada ao longo do trabalho). Mesmo a ferrovia, ícone da civilização, também poderia causar tal ambiguidade de sentimento. Assim, pouco tempo após sua inauguração, lamentava uma memorialista local:

Senti, naquele momento, uma agonia nunca antes sentida, tive vontade de que nossa cidade nunca tivesse os “trens de ferro” que levam para longe nossas pessoas queridas. E naquela plataforma estreita, de uma cidade escura, eu chorei vendo o trem se afastar lentamente, a princípio, depois mais rapidamente, e se encobriu na curva, deixando apenas o som lamurioso do seu apito... (GRAÇA, 1986, p. 107).

É manifesto que os conceitos elaborados sobre a vida moderna despontavam nas grandes cidades, nos locais que experimentavam veementes processos de urbanização. Todavia, o rol de novos parâmetros sociais também alcançava outros locais, mesmo que com especificidades, como o sertão norte-mineiro. Por isso, interessa também compreender

como um discurso modernizador que emergia nos grandes centros urbanos adaptava-se a um ambiente ainda predominantemente rural, distante dos grandes centros e, para muitos, atrasado.

Como parte do processo de modernização da sociedade, é tomada como objeto de investigação a formação do sujeito educado, ou seja, pronto para as novas conformações que a vida moderna requeria. Essa preparação para a realidade que se desejava edificar manifestou-se em muitas esferas sociais, todas possuidoras de forte apelo educativo. O problema que originou este trabalho é, neste contexto, o questionamento dos ideais e das maneiras fora do ambiente escolar institucionalizado utilizados para instruir a população para a prática de condutas vistas como adequadas.

Para descortinar o problema levantado, inúmeros caminhos são possíveis. Neste trabalho, a escolha foi focar as transformações na vida cidadina representadas pelo que era publicado em jornais da época. Com isso, a principal fonte utilizada na pesquisa é a imprensa periódica escrita. Como fontes de apoio, consideram-se a produção de memorialistas da região.

A definição das fontes se deu durante o desenvolvimento da pesquisa e representou um ajustamento no processo de investigação, pelo fato de que acomodações são naturais em toda pesquisa, mas em especial naquelas que se propõem históricas. O material analisado, inclusive devido à sua diversidade, revelou-se como rico manancial de informações para a busca da superação de uma análise linear do objeto de pesquisa.

As investigações históricas têm um modo de estabelecer sua própria agenda, arrastando junto com elas o historiador. Certo, a psicologia da pesquisa tem constatado que muito frequentemente os historiadores, como os outros cientistas, começam com suas conclusões já estabelecidas na mente. Mas eles devem ter consciência do seu ideal profissional de respeitar a pressão do material que desvelaram ou, na melhor das hipóteses, devem obedecer-lhe. Isso exige repensar, talvez rejeitar, os julgamentos prematuros. Em suma, o passado conserva suas surpresas, desagradáveis apenas para os preguiçosos ou para os doutrinários (GAY, 2001, p. 259).

Ao tratar da formação de um sujeito educado nas primeiras décadas do período republicano brasileiro é preciso ater-se ao fato de que o ambiente educacional ultrapassa os muros das instituições escolares e que a educação deve ser percebida de forma ampla e multifacetada. De acordo com Pallares-Burke (1998), descrever a educação somente em termos da escola é um erro, pois existem agências mais diversificadas e informais envolvidas nesse processo.

Os jornais impressos no período permitem investigar as concepções de modernidade da elite montesclarese, já que integram os instrumentos adotados por esse grupo para difundir ideais e educar a população. Segundo Pallares-Burke (1998, p. 145), “dentre as chamadas ‘obras menores’, o jornalismo, juntamente com o romance é, a partir do século XVIII, uma das mais importantes fontes para a história da educação”.

Já Vieira (2007, p. 13), enfatiza a contribuição deste tipo de fonte quando se estuda as cidades. Para o autor:

A imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais (VIEIRA, 2007, p. 13).

Ao tomar a imprensa como fonte de pesquisa é significativo, inicialmente, contextualizá-la para o período em estudo (final do século XIX e início do século XX). Só assim é possível estar atento às diversas tramas não explicitadas diretamente no que é publicado. Interesses variados, embates políticos, defesa de visões de mundo, são aspectos refletidos nos jornais; tais aspectos podem ser percebidos nas notícias publicadas, nos editoriais, na divulgação dos nomes dos assinantes, nos anúncios impressos, entre outros.

O início da história da imprensa no Brasil relaciona-se com a vinda da família Real para a então colônia e a permissão de sua instalação através de Carta Régia de D. João VI. Por iniciativa da Coroa portuguesa, teve princípio ainda em 1808 a publicação da Gazeta do Rio de Janeiro que, apesar de ser órgão oficial do governo português, abriu fronteiras para outras publicações, alinhadas ou não aos interesses do Império. Nesse processo, “é interessante sublinhar uma especificidade nem sempre destacada: o surgimento da imprensa no Brasil acompanha e vincula-se a transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do estado nacional” (MOREL; BARROS, 2003, p. 7).

Todos os processos apontados anteriormente contribuem para a transformação do espaço público e a formação do que é denominado como *opinião pública*. A circulação de jornais, apesar de todos os limites existentes para a época, como a falta de estrutura das tipografias e o reduzido número de cidadãos alfabetizados, coopera para que haja o debate público de questões que antes se restringiam ao julgamento privado. Morel e Barros (2003)

afirmam que, apesar de o Brasil já receber publicações vindas da Europa pelo menos desde o século XVIII, o que se lia era prioritariamente alinhado aos preceitos absolutistas. Para os autores, foi na criação de um espaço público de críticas com opiniões políticas destacadas do governo que se instaurou a *opinião pública*.

Considera-se, em geral, que opinião pública remete a uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII. Essa visão percebia no nascimento da opinião um processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no âmbito da esfera pública. Diante do poder absolutista, havia um público letrado que, fazendo uso público da Razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica ao poder e de consolidação de uma nova legitimidade política. Ou seja, a opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado (MOREL; BARROS, 2003, p. 22).

O reconhecimento da imprensa periódica como um instrumento que ajudou a formar e atuou em espaço público não significa entender que diversos grupos atuavam da mesma forma nesse espaço. Desde o início do século XIX, percebe-se no Brasil o estabelecimento de diferentes relações entre os grupos sociais e a imprensa. De uma forma idealizada, se as camadas privilegiadas da população percebiam a imprensa como um meio de fruição de obras literárias ou de propaganda política, por exemplo, os contingentes desfavorecidos da população recebiam dela instrução para se adequarem ao que se esperava de um cidadão. Porém, na prática, o desenrolar da “missão” da imprensa não seguia com rigidez um planejamento prévio e os diferentes grupos sociais poderiam, em alguns aspectos, apropriarem-se da imprensa de forma similar.

De acordo com Periotto (2004, p. 62), apesar da imprensa brasileira do início do século XIX direcionar-se, sobretudo para a ação político-partidária, ela também tinha outras funções. “Espalhar luzes, vulgarizar a instrução, disseminar ideias úteis, etc, compuseram o rosário de intenções que vicejavam ao redor das prensas finalmente libertas do jugo da Metrópole”.

Com relação à utilização das obras memorialistas como fonte, é necessário estar atento às minúcias que envolvem a construção da memória por diferentes grupos ao longo do tempo. Para Halbwachs (2004), embora sejam os indivíduos os que se lembram, são as relações de força entre os grupos sociais que determinam o que não deve ser esquecido. Já a lembrança é (re)elaborada constantemente a partir da vivência em grupo (ou experiência social). Uma vez que “é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de

dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 2004, p. 75-76).

Apesar das várias motivações de um escritor (seja ele acadêmico ou não), a escrita de um memorialista é quase sempre marcada pela forte relação emocional com o objeto do qual trata, sentimento esse que se estabelece *a priori* de preocupações com métodos e teorias de pesquisa. “O culto da exatidão atrapalha-me. Afinal, o que importa é a cronologia do sentimento, e não a do calendário”, proclamou Cyro dos Anjos (1979, p. 53), memorialista de Montes Claros². A narrativa e a descrição prevalecem nestas obras. Nelas, os autores inserem informações sobre documentos dos quais dispõem, lembranças pessoais, coisas das quais ouviram falar, enfim, acabam por fazer livros importantes da perspectiva da memória social do período e da visão do grupo ao qual eles pertencem (e/ou daquele que encomendou a obra). Muitas vezes, acabam, conscientemente ou não, exaltando o local onde vivem, produzindo uma espécie de memória idealizada, em que o que é mais caro é destacado, na missão de retratar uma história gloriosa de uma localidade. A memória é um sítio de afetividade.

De um modo geral, podemos identificar dois tipos de memorialistas: um que investe na consulta de fontes documentais, às vezes de maneira exaustiva, e outro que produz textos quase autobiográficos. O primeiro tipo aproxima-se mais do historiador, mas, levando-se em conta a subjetividade de seu trabalho, contribui mais no sentido da identificação e preservação de fontes históricas, do que com análises da sociedade propriamente dita. Já o segundo tipo aproxima-se mais do romancista, compondo seu texto a partir da experiência de vida, da fala de familiares, amigos e conhecidos e do conhecimento popular de sua região. Há também memorialistas que adotam essas duas características em obras separadas ou em uma mesma obra.

No caso dos memorialistas consultados nesta pesquisa, é possível identificar escritores em todos os tipos mencionados. De qualquer forma, constituem um grupo formado por profissionais diversos (médicos, advogados, jornalistas, professores, e outros)

² Cyro Versiani dos Anjos é autor da obra *A menina do sobrado*, uma das produções memorialistas consultadas para a elaboração deste trabalho. Na primeira parte do livro, denominada *Santana do Rio Verde*, o autor narra sua infância e adolescência. Nascido em Montes Claros no ano de 1906, viveu na cidade até 1923, quando foi para Belo Horizonte para estudar humanidades e cursar Direito. Em 1932 retorna a sua cidade natal para exercer a advocacia, mas logo retorna a Belo Horizonte. Ocupou cargos nos governos Dutra e Kubitschek e regeu a cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade do México e na Universidade de Lisboa. Exerceu o jornalismo desde a adolescência, pois ainda estudante fundou em Montes Claros pequenos jornais, como *O Civilista* e *Cansação*. Destacou-se na carreira literária como romancista tendo sido eleito em 1969 para a academia Brasileira de Letras, na vaga de Manuel Bandeira.

que assumiram a importante incumbência de contar e preservar a história regional, posicionando-se como efetivos “guardiões da memória”.

Não obstante o reconhecimento da relevância dessas obras, não se pode perder de vista as diferenças entre um historiador e um memorialista. Segundo Medeiros e Cormineiro (2009, p. 7):

A distinção mais significativa refere-se ao controle da subjetividade, mais rigoroso no historiador que no memorialista. É essa distinção, aliás, que torna o trabalho do memorialista uma fonte riquíssima para a reconstituição realizada pelo historiador de ofício: sem um controle mais rigoroso de sua própria subjetividade o memorialista impregna sua obra com representações acerca das relações sociais experimentadas em seu tempo, geralmente carregadas de posicionamentos ideológicos que aparecem para o historiador como expressão do intrincado jogo de relações e interesses de uma época.

Parte daqueles que leem os textos dos memorialistas têm o interesse desperto pelo fato de esses escritos terem sido produzidos, geralmente, por personalidades locais, indivíduos influentes que, pela posição social de destaque, são vistos como detentores de credibilidade. Com isso, em muitos locais, o conteúdo de tais obras passa a ser assumido como verdade histórica.

O ofício do historiador pressupõe um tratamento mais rigoroso às fontes e aos conceitos, um “método científico de trabalho, isto é, de um conjunto de operações técnicas, com instrumentos e procedimentos que demandam uma necessária aprendizagem de critérios de cientificidade” (SAMARA; TUPY, 2007, p. 6).

Na pesquisa histórica, a adoção dos memorialistas como fonte exige a confrontação dessas obras com outras fontes (livros, notícias de jornais e outros documentos arquivísticos, como leis e cartas). Destacadas estas considerações, o que é legado pelos memorialistas, conforme já mencionado, constitui-se como infundável fornecedor de informações sobre representações sociais e práticas culturais.

Como exemplo dos cuidados (e limites) do uso de memorialistas como fonte, é destacado trecho de uma das obras utilizadas neste trabalho intitulada *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*, de Hermes Augusto de Paula (1957). Ao tratar da introdução do futebol na cidade, o memorialista aborda a história do primeiro clube de futebol do município, o Mineiro Foot-ball Club, do qual, segundo o mesmo, “fizeram parte **todos** os jovens de Montes Claros” (grifo meu) (p. 236-237). Obviamente, Paula entende como todos os jovens da cidade aqueles que mereciam ser lembrados, ou seja, uma pequena

minoria de filhos da elite dominante da época³. É esperado que os memorialistas direcionem sua atenção para determinados grupos, tomando-os como o conjunto da sociedade, avizinhando seu trabalho ao desenvolvido por aqueles que praticavam uma história tradicional, ocupada sobretudo pela descrição do que eram considerados feitos importantes.

Esta pesquisa também se utiliza de trabalhos acadêmicos que tratam da história de Montes Claros, boa parte deles produzidos por pesquisadores inseridos na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Impregnados pela riqueza da história da cidade, estes pesquisadores elaboraram importantes trabalhos que versam sobre diferentes aspectos da história do município e, assim, contribuíram para a recuperação e preservação da história local.

Fruto de um mestrado em História na Universidade Federal de Minas Gerais, César Henrique de Queiroz Porto (2002) construiu um trabalho que analisou a dinâmica do campo político norte-mineiro durante a primeira República. Já Geisa Magela Veloso (2008), durante o doutoramento em Educação, também na Universidade Federal de Minas Gerais, investigou práticas culturais produzidas em Montes Claros cujas representações circularam por meio do jornal *Gazeta do Norte*, entre 1918 e 1938, visando civilizar, educar e “desanalfabetizar” a população. Em dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Vitor Fonseca Figueiredo (2010) analisou as relações coronelistas desenvolvidas na cidade de Montes Claros durante a Primeira República brasileira. Outros dois trabalhos consultados versam sobre importantes práticas de diversão da cidade. As Festas de Agosto foram investigadas por Mona Lisa Campanha Duarte Colares (2006) em dissertação produzida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. E o surgimento do cinema na cidade foi objeto de estudo na obra de Jailson Dias Carvalho (2009).

A elite montesclareense constituiu-se como um grupo possuidor do poder de decisão político e econômico na sociedade local. Este grupo acumulava, muitas vezes, mais anos de escolaridade que o restante da população; muitos de seus membros, principalmente os mais novos, realizaram estudos nos grandes centros urbanos, geralmente nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Após regressarem a Montes Claros, passaram a ocupar posição de destaque na sociedade, tanto no que diz respeito à ocupação profissional (medicina e advocacia, por exemplo), como no domínio de ferramentas de grande influência social

³ Para enfatizar que se trata de uma pequena minoria, basta nos remetermos ao censo populacional de 1900 que aponta para a cidade de Montes Claros uma população de 54.356 habitantes (VIANNA, U, 2007).

(como a imprensa escrita). Além disso, esta elite ocupava praticamente a totalidade dos cargos políticos municipais de maior destaque: vereador, agente executivo e juiz de paz.

A formação da elite da cidade está relacionada à consolidação dos grandes proprietários de terra que exerciam forte influência sobre os demais produtores rurais. Alves, Prates, Versiani, Costa, dos Anjos, Maurício, Veloso, Ribeiro e Santos são alguns dos sobrenomes das famílias que se destacaram política e economicamente. O fato de esse grupo ser reduzido pode ser percebido, por exemplo, pela ocupação do principal cargo político da cidade à época (Agente Executivo). Entre os anos de 1889 e 1926, apenas sete famílias estiveram à frente do poder municipal, apesar de o município já contar com uma expressiva população⁴. A ocupação das outras cadeiras da vereança também seguiu a mesma dinâmica.

Mesmo que a elite fosse composta, como geralmente acontece na maioria das regiões brasileiras, por poucas famílias, suas concepções sociais partilhadas parcialmente pela população tornavam-na propagadora de como a sociedade deveria comportar-se. Essa partilha pode ser justificada pelo fato de que a elite dispunha de importantes meios de convencimento, como a imprensa escrita e o poder político e econômico. O que era anunciado pela elite contribuía para a construção de uma ordem moral, na qual percepções sociais estavam presentes. O compartilhar dos valores modernos da elite também se dava porque era em parte mediante esse grupo que o restante da população tinha notícia do que acontecia no mundo externo ao que conheciam. Nesse processo, ocorre a difusão de hábitos vistos muitas vezes como ideais, metas para a população em geral (a roupa que ainda não tenho, a escola que não estou, a prática de diversão que não vivencio, o diploma que quero conquistar). Enfim, o discurso da elite contribuía para o que poderia ser entendido como “educação da população”.

Educação, no momento em estudo, é compreendida no trabalho como diversos processos que visaram amoldar as condutas da população aos princípios tidos como apropriados para a sociedade da época. Tal ação abarcou também a educação escolar⁵, mas não se restringiu a ela.

⁴ Como já informado, em 1900, por exemplo, o terceiro censo populacional do período republicano, informa que Montes Claros contava com expressivos 54.356 habitantes. Dados do IBGE (2000) informam que, atualmente, menos de 10% dos municípios brasileiros possuem mais de 50 mil habitantes.

⁵ De acordo com Vianna, N. (2007), entre os anos de 1889 e 1926, além da criação de diversas cadeiras de instrução, foram inauguradas na cidade as seguintes instituições escolares: Colégio São Norberto (1905), Colégio Imaculada Conceição (1907); Grupo Escolar Gonçalves Chaves (1909); Escola Normal Norte Mineira (1915); Colégio Montes Claros (1919); Escola Normal Dr. Melo Vianna (1925).

Levinson e Holland (1996), na introdução da obra *The Cultural Production of the Educated Person*, definem educação a partir de sua distinção com a instrução escolar. Para os autores, em todas as sociedades são elaboradas práticas culturais pelas quais determinados conjuntos de habilidades, conhecimentos e discursos definem o sujeito educado. Apesar de a instituição escolar desempenhar importante papel na educação, esta é mais ampla e construída a partir de critérios próprios de cada sociedade.

Mesmo com o entendimento de que essas práticas culturais estão em constante mutação e que são formadas mediante o embate entre valores diferentes, é preciso ressaltar que, com frequência, conforme apontam Levinson e Holland (1996), a educação também contribui para a difusão de projetos sociais dominantes, vinculados à perpetuação das desigualdades sociais.

O trabalho apresenta-se organizado em seis partes. Na primeira, são apresentadas e problematizadas as características da elite local no período em estudo. Como o objeto de estudo é o projeto de modernização da sociedade proposto pela elite local, conhecê-la é indispensável para a percepção das especificidades locais.

Os capítulos 2, 3, 4 e 5 discutem as transformações que a cidade de Montes Claros vivenciou nas primeiras décadas do período republicano em nome da modernidade; tais transformações, identificadas a partir da exploração das fontes consultadas, foram estruturadas em quatro eixos. Em conjunto, os capítulos buscam retratar como a modernização e a construção de um sujeito moderno foi-se configurando na cidade. Nesse sentido, a segunda parte do trabalho analisa os jornais impressos em Montes Claros para o período em estudo. Há a presunção de que a imprensa foi instrumento privilegiado para educar a população local para a nova realidade social, mas expressou também o interesse de grupos conservadores. Entre outras razões, a dinâmica de funcionamento da imprensa periódica de Montes Claros é explicada pelos atores que estiveram em sua direção, bacharéis que perpetuaram os interesses sociais de uma elite conservadora. Nessa parte, Marco Morel, Mariana Monteiro de Barros, Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, Walter Benjamin, Carlos Eduardo Vieira e Sergio Adorno são alguns dos autores que contribuem para o debate construído.

A terceira parte do trabalho trata de outro eixo das ações modernizadoras em Montes Claros, a transformação nos aspectos estruturais da cidade. Assim, aborda as mudanças na urbe e nos valores que ela devia expressar a partir dos preceitos modernos baseados na valorização do conhecimento científico. Aqui, os jornais expressaram a defesa da modernização da sociedade através do investimento em transmutações na cidade,

alinhado ao que era propagado nos grandes centros; ademais, com frequência também era divulgada a ideia de que em locais de menor desenvolvimento, a exemplo de Montes Claros, tal investimento era mais urgente. Na construção dessa parte a interlocução se deu, entre outros, com a produção de Walter Benjamin e Daniel Roche.

Na quarta parte, são tratadas as ações higienistas e sanitárias. Nesse processo, são destacados dois fenômenos: as ações do executivo municipal, muitas vezes dirigido por um médico formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e o debate que se instaurou sobre a precariedade social que toda a região sertaneja brasileira se encontrava. Apesar de esse debate ter sido iniciado a partir dos dados divulgados de expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao Norte e Nordeste do Brasil, o sertão norte-mineiro é incorporado à região vista como sofredora das penúrias da falta de estrutura, da ignorância e do abandono do governo. Na discussão construída nesta parte, destacam-se as autoras Lilia Moritz Schwarcz, Nísia Trindade Lima e André Luiz dos Santos Silva.

O quarto eixo identificado, as práticas de diversão, compõe a quinta parte do trabalho. Coerente com a hipótese de que as práticas de diversão foram um dos principais meios de preparar a população para a vida moderna (além de expressarem esta adequação), a vivência do futebol ocupou destacado espaço na imprensa local. As “modernas” práticas de diversão são analisadas principalmente com a contribuição dos estudos de Victor Andrade de Melo, Nicolau Sevcenko, Leonardo Affonso de Miranda Pereira e Ricardo Lucena.

A sexta parte do trabalho trata de fundamentos teóricos do processo de modernização da sociedade com ênfase na tensão existente entre a busca da modernidade e a manutenção da tradição; visa também apresentar percepções de modernidade em Montes Claros. Parte da hipótese de que os ventos da modernidade chegaram à região, mas sua percepção deve levar em conta as especificidades expressas tanto pelo desejo como pela repulsa a mudanças, sentidos oriundos em grande medida pelas características da elite local. Sobre tais questões, o texto dialoga com os autores Marshall Berman, Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm, pesquisadores que se esforçam para tratar das mudanças surgidas (ou desejadas) na modernidade sem separar os aspectos econômicos e políticos dos aspectos culturais. Além destes, é destacado o pensamento de Arno Mayer que desenvolveu argumento entendendo que a tradição se manteve apesar da suposta onda avassaladora da modernidade. O autor acreditava que, até 1945, era possível compreender vários elementos da sociedade pelo viés (ou discurso) da permanência.

Por fim, cabe salientar que nas investigações históricas sempre estão presentes arbitrariedades. O que nas fontes, por exemplo, desperta a atenção de um pesquisador, pode passar despercebido a outro, fato relacionado ao inevitável direcionamento do olhar (que se dá devido a diferentes visões de mundo, trajetórias acadêmicas e outros) que valoriza ou põe de lado determinadas questões.

Dessa forma, ao longo das próximas páginas, estará inevitavelmente presente a história de um pesquisador em formação que, seduzido pela riqueza da cultura da cidade onde aportou há quase dez anos, optou por investigar aspectos da história desta localidade. Montes Claros do século XXI é uma cidade com fortes marcas do seu passado. Dos antigos casarões ainda presentes no centro da cidade à grande movimentação gerada pelas Festas de Agosto. Marcas de uma história viva que ainda preenche o cotidiano da população. Nas manifestações culturais que compõem o calendário da cidade, percebe-se a expressão de orgulho do cidadão simples que exalta as práticas tradicionais, festividades caras à memória e geradoras de processos identitários.

No mês de agosto, ápice das manifestações culturais, a cidade se transforma. Marujos, caboclinhos e catopês coloreem o centro histórico e fazem pulsar mais forte os corações. São expressões máximas de um passado que alimenta o presente e constituem uma História que sensibiliza em demasia aqueles que se identificam com a cidade. Estes repetem com altivez os versos famosos que enaltecem a história montesclareense:

“Montes Claros, montesclareou
 Meus olhos cegos de poeira e dor
 Tudo é previsto pelos livros santos
 Que só não falam que o sonho acabou
 A marujada vem subindo a rua
 Suores brilham nos rostos molhados
 Agosto chega com a ventania
 Cálice bento e abençoado
 A dor do povo de São Benedito
 No mastro existe para ser louvado
 Louvado seja o Santo Rosário
 Louvado seja poeira e dor
 Louvado seja o sonho infinito
 E Mestre Zanza⁶ que é cantador [...]”⁷

⁶ João Pimenta dos Santos, conhecido como Mestre Zanza, é um dos mais antigos e respeitados integrantes dos grupos que fazem as Festas de Agosto de Montes Claros. Presidente da Associação dos Grupos de Catopês participa das festividades há 74 anos.

⁷ *Montesclareou*, letra de Georgino Junior.

Neste trabalho, optou-se pelo uso do adjetivo *montesclareense*, em substituição a *montes-clareense*, conforme prescreve as normas ortográficas. A abolição do hífen, longe de significar a ignorância de uma regra gramatical, revela a preferência por seguir a maneira como se costumava escrever no passado e o vínculo identitário deste pesquisador com a cidade objeto de sua pesquisa. Tradicionalmente, filhos conhecidos de Montes Claros adotavam tal prática, como Cyro dos Anjos, Nelson Vianna e Yvonne Silveira, memorialistas presentes nesta investigação. Yvonne Silveira, atual presidente da Academia Montesclareense de Letras, costuma afirmar que aqueles que amam de fato a cidade adotam a grafia tradicional, em que pese a afronta à norma culta.

Assume-se assim, nesta pesquisa, a impossibilidade de um distanciamento desejado por alguns teóricos dos métodos investigativos entre pesquisador e objeto de pesquisa. Apesar do esforço para a leitura crítica das fontes acessadas, tem-se consciência que a construção desse trabalho passou também pela eleição de determinados aspectos da dinâmica social. Assim, esta investigação não almejou alcançar **a história** de Montes Claros, mas contribuir para a reflexão sobre algumas de suas nuances. Afinal, como apontou Benjamin (1994, p. 224), “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”.

1. A COMPOSIÇÃO DA ELITE MONTESCLARENSE: os coronéis, os filhos dos coronéis e os religiosos

Este capítulo trata da conformação da elite de Montes Claros nas primeiras décadas do período republicano. Parte da hipótese de que, para problematizar os processos educativos da cidade a partir das transformações sociais do período, é mister conhecer as características do grupo dirigente local da época. Para isso, destaca a dinâmica política assinalada por disputas que culminaram com a consistente divisão da cidade (e de quase todas as práticas sociais) em dois grupos rivais e pelas práticas coronelistas. Sobre a figura do coronel, é relevante enfatizar que, em Montes Claros, muitas vezes ela apresentou características difusas do coronel tradicional, como a não posse de uma grande propriedade rural. Assim, na sociedade em estudo, o papel do coronel foi frequentemente ocupado por médicos.

1.1 Estrepes *versus* pelados: a luta pelo poder

AS DUAS PRAÇAS ERAM, assim, os pólos de Santana⁸. Como as pontas de uma agulha magnética, as idéias, as paixões, os interesses que entretinham a sociedade local podiam vacilar, podiam dar voltas, mas acabavam por se fixar na direção do Largo de Cima ou na do Largo de Baixo. Conquanto fossem o princípio e o fim das coisas, este e aquele não abarcavam a geografia da minha infância. Muito haveria que dizer sobre a Rua Direita, a do Bispo, a do Bate-Couro, a do Marimbondo e duas ou três vielas, todas embutidas na memória do menino, umas pela sua importância mesma, outras porque conduziam à casa de um amigo ou se inseriam no espaço mágico em que transitara certa namorada (ANJOS, 1979, p. 110).

Durante o período abordado nesta pesquisa (1889-1926), na cidade de Montes Claros, digladiaram pelo poder dois grupos políticos. O trecho transcrito aborda a materialização geográfica desta disputa: o Largo de Cima, polo de um grupo político liderado por Honorato Alves, e o Largo de Baixo, polo de influência do líder Camilo Prates. Com frequência, as fontes utilizadas, memorialistas e jornais, tratavam dessa separação.

Apesar da cisão física que a disputa política impunha, “o princípio e o fim das coisas”, conforme Cyro dos Anjos, a vida na cidade extrapolava o que ocorria nos dois largos. Em uma cidade que se dinamizava, a outros locais também era atribuída relevância,

⁸ Na obra *A menina do sobrado*, o memorialista Cyro dos Anjos denomina Montes Claros de “Santana do Rio Verde”. Da mesma forma, atribui nomes fictícios aos personagens da história da cidade. Entretanto, os fatos que o autor narra são, assim como os seus reais protagonistas, facilmente identificados por quem viveu ou pesquisou a história da cidade.

por serem espaços destacados de sociabilidade pública, como o Prado Oswaldo Cruz, praça que a partir de 1916 receberia jogos de futebol, ou por serem sítios de experiências pessoais, como o “espaço mágico em que transitara certa namorada”.

Mesmo assim, o entendimento da disputa política local, marcada pela bipolarização, contribui para a percepção das transformações que a urbe passava na transição dos séculos XIX e XX. Além disso, caracteriza a composição da elite local e explica a maioria de suas ações. Apesar de o acirramento dessa polarização ter-se emergido na primeira República, sua origem remete-nos aos tempos do Império.

A elite econômica da cidade em finais do século XIX era constituída principalmente de grandes proprietários de terra que obtiveram dinheiro e prestígio durante o ciclo do ouro em Minas Gerais, período em que a região norte do estado notabilizou-se como importante fornecedor de gêneros de subsistência à região mineradora.

De acordo com Porto (2002), consolida-se nesse período uma classe de grandes proprietários de terra, que exerciam um forte e incontestável poderio pessoal, transferindo para o espaço público a lógica do poder privado da família patriarcal, com alto grau de violência.

Historiadores que analisam o período, como Maria Isaura Pereira da Queiroz (1976), informam que, em muitas localidades, houve, na transição do século XIX para o século XX, o predomínio de uma única família, ou a existência de uma família que polarizava o poderio econômico e político. Nesses locais, as disputas eram pouco presentes. Já em outros locais, e Montes Claros inseriu-se nesta lógica, mais de uma família concorreu ao poder local, o que inevitavelmente provocava conflitos que frequentemente descambavam para a violência.

A elevação do povoado de Formigas à categoria de Vila em 1831 incrementou a disputa pelo poder local, pois esta condição propiciava a existência de uma Câmara Municipal, que passou a ser o foco das disputas.

Por essa época, iniciam-se as primeiras lutas políticas na região. Com a formação dos partidos que polarizaram a política imperial, os grandes proprietários locais passam a se articular com as instâncias superiores na defesa de seus interesses. Conservadores e liberais vão disputar o mando político da vila em meio às intolerâncias e desconfianças. No meio dessa renhidas disputas, muitas vezes vai sobressair a violência [...] (PORTO, 2002, p. 27).

Ao longo de todo o período Imperial, liberais e conservadores revezaram-se no comando municipal, refletindo, muitas vezes, o que acontecia na política no âmbito do

Império brasileiro. No final do século XIX destacaram-se como líderes conservadores locais o Dr. Carlos Versiani, o Dr. Honorato Alves e Celestino Alves da Cruz; como líderes dos liberais, destacaram-se o Dr. Antônio Gonçalves Chaves e Camilo Filinto Prates.

O advento da República pouco mudou o panorama político montesclareense. Apesar da existência de um Partido Republicano na cidade, não surgiram novos líderes e o liberal Camilo Prates, devido à ligação que já possuía com Cesário Alvim, governador de Minas, nomeado por Deodoro da Fonseca, assumiu o posto de Presidente da Intendência de Montes Claros.

A nomeação de Prates atesta o domínio dos grupos tradicionais da cidade. Uma mudança de regime não seria suficiente para abalar uma estrutura construída em muitas décadas e sustentada em relações parentais, como será abordado em seguida. Mesmo assim, em vão, Conservadores e Republicanos protestaram sobre tal nomeação.

O Club Republicano Montesclareense, formado ainda nos calamitosos tempos da monarquia, não podia, de modo algum, deixar de receber, com entusiástico prazer a notícia dos acontecimentos do dia 15 de novembro do anno p. passado [...]. Mau grado seu, porem, não so viu que o novo governo conservava em logares de confiança empregados do decahido regimen, como que para os que preenchia com novas nomeações, eram preteridos antigos republicanos de incontestaveis meritos, e, de preferencia se nomeavam homens que haviam sustentado com frenesi o governo do banido Visconde de Ouro Preto [...]. Em decepções amargas, pois, converteram-se todas as alegrias dos sinceros republicanos deste logar [...] (CORREIO DO NORTE, 21 de setembro de 1890, ano VII, n. 320, p. 3).

Com o advento da República, a disputa pelo poder local seguiu intensa, marcada por fatos importantes que consolidaram a dissensão entre a elite montesclareense. O primeiro fato ocorreu em 1897, quando o grupo conservador, então no poder, se dividiu e lançou dois candidatos à presidência da Câmara, um deles apoiado pelos antigos adversários liberais. Assim, dois opositores históricos estiveram do mesmo lado: o Dr. Honorato Alves e Camilo Prates (PAULA, 1957).

Foi no contexto dessa disputa que ocorreu um dos fatos que contribuiu para o acirramento da discórdia entre os dois grupos (liberais e conservadores). À época, decidiu-se pela construção de um Mercado Municipal na cidade, mas não se chegou a um consenso sobre o local. Quem morava na parte baixa da cidade (Largo de Baixo), sobretudo os comerciantes, reclamava da proposta da Câmara Municipal que estipulou a construção do mercado na parte alta (Largo de Cima), afirmando que seus negócios seriam prejudicados. Após amplo debate, decidiu a Câmara (sob a presidência do Dr. Honorato Alves) pela

manutenção do local escolhido inicialmente, o que revoltou os moradores da parte baixa e reforçou a cisão da elite local em dois grupos.

Sobre o episódio, que contou inclusive com o desabamento da obra antes de sua conclusão, relata um memorialista fazendo uso de palavras do próprio Dr. Honorato Alves:

Em 29 de janeiro de 1896 alguns negociantes moradores nas proximidades da atual praça Dr. Carlos [...] fizeram à Câmara um ofício, oferecendo à mesma um terreno próximo à Caridade e mais 1:200\$000 em dinheiro para as desapropriações necessárias, a fim de se construir nela o mercado municipal. À vista disso, nova comissão foi constituída para a escolha definitiva do local, tendo essa comissão opinado pelo terreno oferecido. Como era essa a opinião e a vontade do presidente, assentaram-se logo os planos da construção, apesar de tremenda oposição dos comerciantes da cidade baixa [...]. Ao iniciar-se a construção, na cidade formaram-se dois partidos – o de cima aplaudindo a idéia; e os de baixo exercendo forte pressão; e romperam politicamente com o Dr. Honorato. A construção foi rápida, em pouco tempo já estavam festejando a cumieira [...]. Todavia, em 16/11/1897 em certa hora do dia... Vou transcrever trecho de uma carta do Dr. Honorato – testemunha ocular da história – a mim dirigida: “Mas enquanto a política estava em ebulição, cuidava-se com esforço da construção do prédio, confiada ao nosso engenheiro prático João Froes. Um belo dia, porém, ou, antes, uma péssima noite, ouviu-se na cidade inteira um ruído enorme e em seguida uma algazarra medonha: o mercado, que tinha levado a cobertura, havia ido abaixo, felizmente sem fazer vítimas. Foi um exultar de alegria lá em baixo, ao passo que os de cima se lastimavam...” (PAULA, 1957, p. 96).

Após o incidente a obra foi retomada e finalizada. Permaneceu por muitas décadas a polarização política montesclarensense em dois grupos, um liderado pelos irmãos Alves e o outro por Camilo Prates, que esteve ao lado de Honorato Alves apenas na eleição de 1897.

Outro fato deu-se em 1915. Neste ano, o então presidente da Câmara, Joaquim José da Costa, demitiu dois funcionários ligados a Honorato Alves. Iniciou-se uma discórdia que culminou com a curiosa existência simultânea de duas Câmaras Municipais (PAULA, 1957).

Na disputa para a eleição municipal os dois grupos declararam-se vencedores, pois os votos foram apurados por duas juntas, uma de cada grupo. Assim, duas Câmaras Municipais funcionaram simultaneamente, ambas denominando-se legais. Sob a intervenção do Governo do Estado construiu-se um acordo. Os cargos de vereador foram divididos entre os dois grupos; como havia cinco cargos, o grupo que ficou com duas cadeiras ocupou também a vaga de Juiz Municipal. O presidente da Câmara foi escolhido por sorteio e a vice-presidência ficou com o partido que perdeu no sorteio. Como resultado do acordo, a

posição de presidente da Câmara e de Agente Executivo foi exercida por João Alves, suposto vencedor do sorteio, pois houve denúncia de fraude (PAULA, 1957).

O acordo político estabelecido exemplifica bem o amplo poder dos dois grupos chefiados pelos então deputados federais Honorato Alves e Camilo Prates. Eleições aparentemente ocorreriam, mas o resultado já estava definido. Tal fato parecia ser encarado com naturalidade por todos, pois, em 13 de agosto de 1916 o jornal Montes Claros, ligado ao grupo dos Alves, publicou na íntegra a ata da reunião que acordou a conciliação.

Acta do accordo político celebrado entre os partidos militantes neste Municipio de Montes Claros, que obedecem á orientação política dos Exmos. Srs. Dr. Honorato Alves e Camillo Prates. Aos dous dias do mez de outubro do anno de mil e novecentos e dezeseis, nesta cidade de Montes Claros, [...] compareceram os Srs. coroneis Francisco Ribeiro dos Santos e José Rodrigues Prates, delegados respectivamente dos partidos chefiados pelos deputados Dr. Honorato Alves e Camillo Prates, e, ahi presentes, assentaram sobre a formula pratica de realizar e levar a effeito o accordo politico celebrado entre aquelles dous chefes [...]. Consta haver elles accordado o seguinte: “o partido chefiado pelo Dr. Honorato Alves elegera três vereadores e o partido chefiado pelo deputado Camillo Prates elegera dous vereadores e o Juiz de Paz da cidade [...]. Estes senhores deliberaram em nome dos respectivos partidos o seguinte: 1º. são candidatos aos três logares de vereadores do partido honoratista os senhores: Dr. João José Alves, Dr. Marciano Alves Mauricio e Padre Augusto Prudencio da Silva; 2º. são candidatos aos dous logares de vereadores do partido camillista os senhores: João Cattoni Pereira da Costa e João Chaves; e para o cargo de Juiz de Paz do districto da cidade o Snr. José Rodrigues Prates Junior; 3º. A votação será distribuída de tal forma que os supplentes fiquem classificados na seguinte ordem: 1º. Honor Sarmento; 2º. Joaquim Pereira Souto; 3º. José F. Barbosa Netto; 4º. Carlos dos Anjos; 5º. José Rodrigues Fróes; 6º. Ulysses P. da Silva Leal; 7º. Olympio de Abreu; 8º. Alfredo Durães; 9º. Manoel Lopes da Silva; 10º. José Soares de Miranda; podendo dar-se a substituição de qualquer desses nomes por outros, do respectivo partido, uma vez que não se altere a ordem da classificação [...] (MONTES CLAROS, 12 de outubro de 1916, ano I, n. 23, p. 3).

Para o acordo funcionar integralmente, era preciso que a eleição fosse simulada, pois obviamente era impossível combinar os votos com todos os eleitores. Dessa forma, no dia 15 de outubro de 1916, deu-se fim ao imbróglio da existência de duas Câmaras Municipais na cidade através da estratégia de fingir um processo eleitoral que já tinha seu resultado definido por acordo prévio. Foram eleitos os cinco vereadores estipulados anteriormente, todos com os mesmos 570 votos. Além, é claro, da confirmação do nome de

José Rodrigues Prates Junior para ocupar o cargo de Juiz de Paz. Confirmou-se também a hierarquia determinada previamente para os cargos de suplentes de vereador.

Alheio ao fato de que a eleição era uma farsa, o jornal Montes Claros de 26 de outubro de 1916, apesar de reconhecer que as eleições não foram disputadas com o “ardor que se esperava”, devido ao acordo firmado no Rio de Janeiro pelos deputados Honorato Alves e Camilo Prates, elogia o seu resultado; segundo o jornal, dentre os escolhidos

se destacam alguns que podem prestar os melhores serviços á administração d’este município, não somente pelos seus dotes de inteligência, preparo, dedicação aos interesses públicos e reconhecida probidade, como também pela pratica que adquiriram como administradores que já foram deste município. O logar de 1º. Juiz de Paz do districto coube a um cidadão também distincto e dotado de boas qualidades, capaz, por muitos titulos, de honrar o logar em que o collocou a vontade de seus patricios (MONTES CLAROS, 26 de outubro de 1916, ano I, n. 25, p. 2).

O acordo de 1916 encerrava o problema de 1915 (eleição de duas Câmaras Municipais), mas não finalizava a acirrada disputa dos dois grupos pelo poder. Em 1918, a disputa culminou com o episódio mais violento desse embate: um tiroteio em que morreram quatro pessoas.

Na eleição para deputado federal – início de 1918 –, o partido honoratista controlava a câmara local. Com a vitória do chefe do partido na cidade, o grupo dava uma demonstração de força e prestígio eleitoral ao governo do Estado. De certa maneira, os Alves após a vitória eleitoral continuavam credenciados a receber o apoio do oficialismo do Estado. Já os camilistas, não contavam com o apoio do oficialismo municipal e esperavam obter na eleição, um número maior de votos que seus concorrentes, para demonstrarem sua força eleitoral perante o governo estadual, e, quem sabe, se credenciar para substituir os Alves no comando da política municipal. É interessante observar, que a eleição para o preenchimento da câmara municipal transcorreria alguns meses mais tarde, ao final do ano de 1918 (PORTO, 2002, p. 76)

No dia primeiro de março, após a apuração do resultado, e tendo saído vitorioso Honorato Alves (obteve na Comarca 6266 votos contra 2728 de Prates), iniciou-se uma passeata em comemoração, que resultou em violento tiroteio em frente à casa de Camilo Prates.

Mais de uma versão foi apresentada e defendida para explicar os fatos. Em telegramas enviados à imprensa após o fato, Honorato Alves e Camilo Prates acusaram os grupos adversários de terem iniciado o tiroteio (MONTES CLAROS, 07 de julho de 1918,

ano II, n. 90, p. 2)⁹. Já Vianna (1964), memorialista, afirma que o tiroteio teve como causa os fogos e bombas de grande poder que foram usadas em frente à casa de Camilo Prates com o intuito de provocar o rival. De qualquer forma, os acontecimentos de primeiro de março marcaram mais um capítulo da briga pelo poder político em Montes Claros e deixaram claro que acordos como o estabelecido em 1916 apenas escamoteavam a luta que em algumas vezes descambou em graves conflitos.

As citações que se seguem retratam a dinâmica política local marcada pela disputa do poder. Em estudo sobre a condição política mineira nas primeiras décadas da República, John Wirth aponta que a cidade de Montes Claros

durante anos esteve dividida em 2 campos de batalha. Um deles, o “Partido do Alto”, situado na praça mais alta da cidade, era liderado pelos irmãos Alves, Honorato (1868-1948) e João José (1876-1935). Era deles a facção conservadora denominada “baratas”, herdada pelos irmãos de um médico cuja prática no Norte de Minas e Bahia os Alves continuaram. O outro, o chamado “Partido de Baixo” (por causa da outra praça), estava sob a chefia de Camilo Filinto Prates (1895-1940), professor de escola normal. Seu grupo remontava à velha panelinha liberal conhecida como os “molotros”. Cada facção tinha uma banda marcial, um jornal, seus assassinos contratados e aliados nas localidades vizinhas. As crianças cujas famílias pertenciam um partido não ousavam brincar com os filhos de membros de outro. Inevitavelmente, os 2 lados, em suas cores republicanas, receberam novos apelidos: os “carecas” e os “metidos”. Em 1915, os primeiros anos de competição não violenta deram lugar à guerra aberta. Montes Claros, uma cidade de estação de ferro e mercado regional de gado, cresceu e prosperou, apesar dos tiroteios de winchester e as explosões de bombas de dinamite (WIRTH, 1982, p.224).

Sobre a mesma característica, destaca um memorialista da cidade:

No começo, eram os Ximangos e os Cascudos, os Liberais e Conservadores, que estiveram em guerra durante todo o Segundo Reinado. Depois, na República, vieram os Estrepes e os Pelados. Os estrepes mandavam nas ruas de Baixo. Os Prates, os Chaves, os Teixeira, os Dias, os Fróes, os Figueiredos, os Souto, os Mendonça, os Freitas, os Abreu, os Costa, os Durães, os Soares, os Guimarães, além de muitos outros, compunham o partido. Nas ruas de Cima, habitavam os Pelados. Os Alves, os Miranda, os Ribeiro, os Versiani, os Sarmiento, os Salgado, os Maurício, os dos Anjos, os Peres, os Velosos, os Câmara, os Vale, dentre vários outros, formavam os seus quadros. Tudo era separado. As divergências políticas cortavam a cidade em duas. Duas bandas de música - a Euterpe e a União Operária, donde saíram os apelidos de Estrepes e Pelados - animavam os dois grupos adversários. Ambos morriam de amores pelos governos do Estado e da República. Tinham a

⁹ O jornal Montes Claros tratou desse assunto apenas no dia 07 de julho de 1918, pois sua publicação foi interrompida por quatro meses.

mesma origem, o mesmo programa, a mesma formação. Eram, no entanto inimigos irreconciliáveis na política municipal. Nas suas lutas, algumas vezes correu sangue. Foi no calor da chama dessa velha rivalidade, que Montes Claros cresceu e progrediu (PRATES. In: PAULA, 1957, p. XVI).

É possível notar o tom mais ameno sobre a adoção da violência como meio de resolução de conflitos no trecho do memorialista. Com fortes vínculos emocionais com o local, é esperado o esforço do autor em manter uma boa imagem do passado da cidade. De qualquer forma, salta aos olhos a rigidez da separação entre os grupos políticos de Montes Claros retratada pelo historiador acadêmico e pelo memorialista; separação essa que foi seguida em diversos ramos da vida social, inclusive na imprensa. Isto porque os jornais da primeira República que circularam pela cidade, mesmo muitas vezes negando, estavam sempre a serviço de um determinado grupo.

Outro memorialista local, Cyro dos Anjos, também descreve a violência na cidade sem grandes proporções, apesar de reconhecer seu incremento nos períodos eleitorais:

NÃO VÁ SE FAZER mau juízo de Santana, imaginando que homicídio ali era frequente. Matava-se relativamente pouco. Exceto nas lutas eleitorais, ocasião em que havia conflitos de mais substância, o obituário, no respeitante a mortes violentas, não correspondia de modo algum à fama da cidade. [...] Mais uma vez acordado pelos estampidos, ouvi o mano Benjamin dizer: “Derrubaram uns três ou quatro. Sebastião Coveiro vai precisar de ajudante!” [...] Na manhã seguinte iria apurar-se que não morrera ninguém. Como de costume, os de Cima e os de Baixo se haviam defrontado na Rua do Marimbondo, em simples escaramuça para demonstração de potência de fogo. Antonico de Siá Flora e seus companheiros deliberaram dispersar uma roda de *Pelados* que estava a ceiar em casa da preta Isabelona. Fora nutrido o tiroteio, mas, afortunadamente, sem luto para Santana (ANJOS, 1979, p. 99).

A construção da imagem de uma localidade tranquila, onde um interesse coletivo maior imperava sobre desavenças de grupos políticos, foi importante nas primeiras décadas do período republicano para a afirmação do norte de Minas Gerais no estado. Da mesma forma, o Estado procurava transmitir uma imagem de união ao cenário político nacional. Assim, os discursos memorialistas e os textos jornalísticos, apesar de tratarem dos embates pelo poder local, davam um tom aos acontecimentos de normalidade e certa harmonia.

O início da República inaugurou uma situação inédita no país, a disputa por poder sob a lógica de uma federação. De acordo com Claudia Viscardi (1995), neste

contexto, os estados que melhor conseguiram equacionar suas contendas intraoligárquicas foram os que melhor desempenho nacional tiveram.

Construiu-se, assim, a imagem de uma coesão política no Estado de Minas Gerais, que passava por uma união parlamentar que só seria possível se as querelas locais não fugissem do controle, pois, conforme Perissinoto (1994), a descentralização republicana fez emergir conflitos de interesses presentes na camada social economicamente dominante. Se alcançada relativa harmonia, a representatividade do estado, marcada pelo expressivo número de parlamentares, poderia ser transformada em ganho político efetivo.

Também em Montes Claros a busca de uma imagem de tranquilidade política esteve presente. Assim, o discurso memorialista e jornalístico colaborava para a edificação de um juízo sobre a cidade e sua vida política que não prejudicasse a força do norte e do estado mineiro. Quando da existência de duas Câmaras Municipais na cidade, por exemplo, fato já narrado, o governo estadual interveio para a confecção de um acordo que pusesse fim ao imbróglio. Além disso, conforme já apontado, os jornais divulgavam, quando da realização da eleição simulada, um discurso que primava pelo elogio aos políticos que assumiam o comando do município, pessoas capazes de servirem a cidade com competência.

A situação política de Montes Claros no início da República também é marcada, assim como em diversos outros locais do país, pela concentração do poder nas mãos de bacharéis (geralmente médicos ou advogados) e não apenas dos grandes proprietários rurais. Esses profissionais, que na maioria das vezes tinham relações com os proprietários de terra, tiveram papel de destaque nas relações intrínsecas de poder na sociedade brasileira.

Holanda (1995), a partir da análise da história da colonização brasileira, aponta diversas características presentes na sociedade das primeiras décadas do século XX como heranças do período colonial. Para o autor, o papel social desempenhado pelos bacharéis é uma dessas características, de tal modo que o bacharelismo estava enraizado no imaginário brasileiro e expressava a detenção de poder. Também nesse sentido, Freire (2003) afirma que, à época, a obtenção do título de bacharel era encarada como uma habilitação para o exercício do poder.

Holanda (1995) e Freire (2003) sustentam que a valorização do título de bacharel na sociedade brasileira relaciona-se com uma herança do processo de colonização, pois os portugueses possuíam a prática de legitimar o poder através de títulos (como a compra de títulos nobiliárquicos), hábito que sobreviveu à proclamação da República.

Ao examinar o bacharelismo liberal na política brasileira, Adorno (1988) afirma que na construção do Estado Nacional brasileiro, evidenciou-se a prevalência dos princípios liberais sobre os democráticos, o que caracteriza a ocorrência de um liberalismo conservador, causado, principalmente, por ações da elite que limitaram a atuação das oposições efetivas e das forças progressistas e pela relativa coesão entre os representantes da sociedade e os representantes do Estado. Aponta também o autor que, nesse processo, paulatinamente houve a profissionalização da política, vista como fator indispensável para unificação da elite política e para a burocratização do aparato governamental. Emerge, assim, a figura do bacharel como aquele que reúne as condições necessárias para ocupar os cargos políticos de destaque.

A criação de uma verdadeira *intelligentzia* profissional liberal, nascida no bojo da sociedade agrário-escravista, compreendida, na sua grande maioria, de bacharéis, promoveu a ampliação dos quadros políticos e administrativos, sedimentou a solidariedade intra-elite de modo a rearticular as alianças entre os grupos sociais representantes do mundo rural e do mundo urbano e, sobretudo, possibilitou a separação entre poder doméstico e poder público, fundamental para a emergência de uma concepção de cidadania (ADORNO, 1988, p. 78).

Se ainda no período imperial houve a preocupação com a construção da legitimação do poder, o que se deu, por exemplo, com a atuação dos bacharéis, essa ação, pelo menos no imaginário, tornou-se mais importante em um regime republicano, apesar dos limites da vivência democrática no início dessa forma de governo no Brasil.

1.2 O coronelismo montesclareense

Na dinâmica política de Montes Claros das primeiras décadas da República destacaram-se bacharéis que exerceram grande poder político. Tais personagens estavam inseridos na lógica das práticas coronelistas difundidas no Brasil nas primeiras décadas da República e já amplamente tratadas por historiadores. De acordo com Victor Nunes Leal (1997), um dos principais autores a tratar da temática, na estrutura do sistema coronelista estava o pacto entre os políticos das localidades e os executivos estaduais e federal. Os políticos locais expressavam na vida pública resquícios do poder privado e, reconhecidos pelas instâncias superiores, Estados e Federação, exerciam enorme peso eleitoral tendo a concentração fundiária como fator primordial.

Sobre a relação entre os “chefes políticos” locais e os governos estaduais e federal, informa Janotti (1981) que ela se dava por uma cadeia de compromissos: os

candidatos das oligarquias eram eleitos nos municípios a partir da forte influência que exerciam junto ao eleitorado (“voto de cabresto”); os governos estaduais e federal reconheciam a autoridade política desses indivíduos, de quem recebiam apoio.

Assim como em Montes Claros, os chefes políticos dentro dessa lógica nem sempre eram coronéis autênticos. Com frequência, estavam à frente do poder local médicos, advogados ou outros bacharéis. Para Leal (1997), mesmo exercendo atividades profissionais variadas, estes políticos ou eram parentes ou afins, ou aliados dos coronéis tradicionais.

O coronelismo estabelecia a formação dos grupos aliados, entre outras, pelas relações de parentela. Parentela, para Queiroz (1976), é um grupo formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes, com estrutura interna complexa, unidas por fortes laços de solidariedade. Unida, uma parentela poderia obter amplos poderes políticos e econômicos. De acordo com Queiroz (1976), a origem da tradicional estrutura coronelista brasileira se encontrava na existência de grupos de parentela.

O surgimento do coronelismo é tema que apresenta divergências na historiografia. Gualberto (1995), por exemplo, identifica a gênese do coronelismo nos potentados rurais formados a partir dos latifúndios escravocratas do período colonial. Com o tempo, ao redor destes, integravam-se homens livres sem posses à procura de proteção e dispostos para serviços diversos.

Tais interpretações não são necessariamente excludentes, mas, neste trabalho, não são aprofundadas por não comporem o objeto central de estudo. De qualquer forma, é importante destacar que em Montes Claros as parentelas compuseram o núcleo central de funcionamento da política local.

A política em Montes Claros constituiu-se, inicialmente, como um negócio de família, passado de geração em geração, e marcado pela união de famílias por laços de amizade, lealdade pessoal e clientela. Posteriormente, no entanto, tais laços foram reforçados, sobretudo, pelas relações de parentesco. Nessa dinâmica, edificou-se a elite da cidade, formada essencialmente pelas parentelas rivais “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso” (FIGUEIREDO, 2010).

A parentela “Chaves, Prates e Sá”, teve como principais líderes Antônio Gonçalves Chaves, Camilo Prates e Francisco Sá. Antonio Gonçalves Chaves foi vigário de Montes Claros por mais de 40 anos. Exerceu a função de vereador e presidente da Câmara por vários mandatos. Líder do Partido Liberal, foi eleito também para o cargo de Deputado Geral. Seu filho, de mesmo nome, destacou-se na vida pública em termos nacionais.

Nascido em 1840, formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi Promotor de Justiça, Delegado de Polícia em Montes Claros e chefe do Partido Liberal local. Foi Deputado, Senador e Presidente da Província de Santa Catarina e da Província de Minas Gerais.

Camilo Prates, líder principal da parentela nas primeiras décadas do século XX, ocupou os cargos de Deputado Provincial e Deputado Federal. Já Francisco Sá também se destacou em âmbito nacional. Diplomado em Engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto foi Deputado, Senador e Ministro da Viação, além de outros cargos importantes.

A parentela “Alves, Versiani e Veloso” teve como principais líderes Carlos Versiani, Honorato Alves e Antônio Augusto Veloso. O médico Carlos Versiani foi, por muitas décadas, chefe do Partido Conservador local; ocupou a função de Presidente da Câmara Municipal e Deputado Geral. Já Honorato Alves elegeu-se vereador e Presidente da Câmara Municipal. Posteriormente exerceu os cargos de Deputado Estadual e Deputado Federal. Principal expoente da família Veloso, Antônio Augusto Veloso era bacharel em Direito, filiado ao Partido Conservador; foi Deputado Provincial e Senador.

Antônio Gonçalves Chaves e Carlos Versiani foram os fundadores das parentelas rivais. “De um lado, a atuação de um padre numa recôndita e tradicional comunidade católica possibilitou a projeção dos ‘Chaves, Prates e Sá’. Do outro, a atividade de um médico num meio desprovido de recursos e auxílio governamental o consagrou como ‘médico dos pobres’. Tal fato amparou a ascensão dos ‘Versiani e Veloso’” (FIGUEIREDO, 2010, p. 53).

Nas duas parentelas, havia forte coesão intensificada pelos laços de parentesco e matrimônio. Do lado dos “Chaves, Prates e Sá”, por exemplo, Camilo Prates era primo de Francisco Sá e casado com a filha de Antônio Gonçalves Chaves, D. Amélia Antoniana Chaves e Prates. Por sua vez, do lado dos “Alves, Versiani e Veloso”, Antônio Augusto Veloso era casado com Eliza Versiani, filha do médico Carlos Versiani.

Os dois exemplos apenas ilustram as relações estabelecidas dentro das parentelas de Montes Claros. Em muitos outros casos os laços de solidariedade eram reforçados pelo casamento, que envolvia tanto os membros das famílias dos principais líderes como integrantes das outras famílias que compunham o grupo político. Até porque a acirrada disputa entre as facções evitava que jovens de famílias rivais se relacionassem.

Conforme Queiroz (1976), o matrimônio era uma das maneiras como se formavam as alianças dos grupos de parentela. Para o caso de Montes Claros, tal fato, muito frequente, deve ter fortalecido ainda mais os laços de solidariedade dentro dos grupos, pois

o matrimônio é uma ligação muito mais difícil de se romper do que a amizade e o compadrio, por exemplo, outras formas de ligação dos membros de uma parentela.

Para que a influência dos líderes principais se efetivasse no cotidiano da cidade, era fundamental que as bases fossem dirigidas por figuras influentes que vivessem na cidade, pois os líderes Camilo Prates e Honorato Alves foram, durante boa parte da Primeira República brasileira, deputados que exerciam seus mandatos na capital.

Do lado dos “Chaves, Prates e Sá” as bases eram dirigidas pelos coronéis José Rodrigues Prates e Joaquim Costa, ambos parentes do deputado federal Camilo Prates [...]. Do lado dos “Alves, Versiani e Veloso”, quem atuava como chefe local era o Doutor João José Alves, irmão do deputado federal Honorato Alves (FIGUEIREDO, 2010, p. 62).

O tema coronelismo passou a ser tratado nos estudos históricos brasileiros em meados do século XX. As investigações sobre o tema podem ser agrupadas em duas vertentes, reflexos das mudanças no modo de se pensar a história política. Num primeiro momento, Maria de Lourdes Monaco Janotti, Vitor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz tratam do tema a partir de aproximações com os preceitos da história política tradicional. Assim, privilegiam a curta duração dos fenômenos estudados e veem o coronelismo circunscrito à República Oligárquica.

Segundo Julliard (1985), a história política tradicional, amplamente condenada pela historiografia moderna é, em resumo, uma história factual, ignorando, entre outros, as séries e o longo prazo.

Não é defendido, com esse apontamento, que os historiadores indicados (Leal, Queiroz e Janotti) primam pela biografia e constroem uma história narrativa, práticas atribuídas ao historiador político tradicional, mas que suas análises restringem o coronelismo (e suas ações) a um modelo único, observado nas primeiras décadas do período republicano brasileiro.

O coronelismo se integra, pois, como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro – datado porque, embora aparecendo a apelação de “coronel” desde a segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características (QUEIROZ, 1976, p. 172).

Julliard (1985) aponta, porém, uma mudança de perspectiva na história política. Nesse processo, destaca: o apelo do historiador político ao longo prazo (encarar a

temporalidade em que trabalha sob o ângulo da permanência, e não apenas da mudança); o direcionamento para estudos comparados; a renúncia à velha problemática da causalidade linear; e a reconciliação com o quantitativo (valorização das séries).

Por conta da Nova História Política (consideração de outros tempos e espaços), é possível estudar aspectos do poder no período que tradicionalmente era marcado pelo coronelismo sem necessariamente pensar no conjunto, na totalidade do fenômeno. Assim, práticas coronelistas estiveram presentes em muitos locais e tiveram nuances específicas podendo, inclusive, serem identificadas em indivíduos que divergem do coronel original.

Termos que antes tinham definições rígidas, inflexíveis, como coronelismo, mandonismo, política do café com leite, política oligárquica, são redimensionados; os significados são alargados, as fronteiras claras entre os significados desaparecem. Com isso, surgem estudos que analisam características específicas do coronelismo. Nesse mesmo sentido, dentre tais características, interessa para este estudo o caráter polarizador do coronel e sua possível identidade difusa.

A denominação “coronel” originou-se dos títulos da Guarda Nacional. Extinta a Guarda, persistiu a denominação de coronel outorgada espontaneamente pela população àqueles que pareciam deter grandes ou razoáveis parcelas de poder político e econômico (QUEIROZ, 1976).

O poder expresso por essas pessoas, os “coronéis”, possibilitava a eles uma grande capacidade de influenciar a vida da população. Em locais como o sertão de Minas Gerais, ainda relativamente isolado, sem contar com a presença do principal meio de transporte da época, a ferrovia, esta capacidade parecia ampliar-se. Ela se dava não apenas pelos “favores” que estes poderiam conceder, mas também pelo fato de que os coronéis eram as pontes que ligavam o indivíduo comum ao mundo, os coronéis eram as janelas do mundo.

Antônio Augusto Teixeira, por exemplo, farmacêutico que também foi vereador alinhado ao grupo dos “Chaves, Prates e Sá”, inaugurou o primeiro posto telefônico da cidade no ano de 1912, que funcionava na sua própria farmácia situada na Rua 15 de Novembro. Já outra benesse moderna, a luz elétrica, foi inaugurada em 1917 por iniciativa do Cel. Francisco Ribeiro dos Santos.

No conjunto, as ações desse grupo privilegiado contribuíam decisivamente para a educação da população. Eles eram o elo entre como se vivia e como se desejava viver. Informavam à população em geral quais comportamentos eram mais adequados, como agir em uma sociedade que se transformava. Mesmo a instrução formal era regida pelos

coronéis, ou por suas famílias. Camilo Prates, por exemplo, foi professor de matemática e ciências físicas e naturais na antiga Escola Normal de Montes Claros, entre os anos de 1880 a 1905, quando já era um político importante. Conforme salienta Queiroz (1976), um coronel importante era um elemento socioeconômico polarizador e também ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social.

O caráter polarizador do coronel relaciona-se diretamente a uma característica essencial das práticas coronelistas: o poder de barganha. Quanto maior o poder de barganha de um coronel, sobretudo para aquele que atua nas bases, maior o seu poder político que pode ser convertido inclusive em votos.

A utilização do poder de barganha passou a ser essencial nas práticas coronelistas, segundo Queiroz (1976), a partir do fortalecimento no eleitor do sentimento de posse do voto. Com isso, afirma a autora, a influência política passa a ser exercida menos pela violência e mais pela barganha.

Outra característica importante de ser problematizada neste estudo é a possibilidade da identidade difusa de um coronel. Na abordagem tradicional, o coronel tinha uma identidade exata, apresentava características pouco variáveis, como o vínculo com a grande propriedade rural e o estabelecimento de relações com um coronel de maior porte. Além disso, expressava hábitos grosseiros, rudes, mas emanava um tom paternalista para aqueles que viviam sob a sua órbita.

A percepção da existência de coronéis com identidades diferentes permite a investigação de práticas coronelistas específicas. Em Montes Claros, por exemplo, a maior parte dos coronéis importantes da Primeira República era instruída, geralmente bacharéis. Além disso, mesmo que mantendo na maioria das vezes vínculo com o mundo rural, desenvolveram outras relevantes atividades econômicas, como a indústria de tecidos.

Apesar de as bases agropecuárias se manterem vigorosas entre as elites montesclarenses da transição do século XIX para o XX, as iniciativas industriais também estiveram presentes na cidade. De acordo com Paula (1957), a Fábrica de Tecidos Montes Claros foi fundada em 1879 pela sociedade Rodrigues, Soares, Veloso e Cia. e contava com 72 teares importados dos Estados Unidos e com 127 operários. Algumas décadas depois, em 1914, membros da parentela “Chaves, Prates e Sá” também investiram na produção de tecidos com a fundação da Costa e Cia.

A partir das características apresentadas, é possível destacar alguns personagens do período na localidade em estudo, políticos que atuavam diretamente nas bases, no cotidiano da população. João Alves, importante político de Montes Claros na Primeira

República, era um dos poucos médicos na cidade. Com isso, assumia um poder de barganha imenso, o que alargava sua capacidade de influenciar a vida da população. Outro personagem, Carlos Vincart, foi padre responsável pela assistência religiosa de uma ampla região e também se envolveu em política. Mesmo que o segundo não se caracterize como um coronel, muitas fontes indicam, como será discutido posteriormente, que ele exerceu a função de cabo eleitoral, outro elemento importante nas práticas coronelistas.

Padre Vincart integrava um grupo que compôs a elite da cidade no início da República. Assim como os coronéis das tradicionais famílias da cidade, missionários religiosos sem ligação histórica com a região e com seus moradores chegaram ao norte de Minas Gerais e influenciaram no progresso local, na educação da população e na adoção ou não de preceitos do processo modernizador.

A chegada dos religiosos da Ordem dos premonstratenses a Montes Claros inaugurou um capítulo à parte na história da cidade. A partir de 1903, esses missionários passaram a atuar em muitas áreas e desenvolveram diversos projetos. Como exemplo, citamos, além da fundação de um jornal, a criação do Gremio Literário Mont'Alverne, a fundação do Clube Dramático São Genesco com uma orquestra e a participação na criação do Colégio Imaculada Conceição junto com as religiosas da Congregação Sagrado Coração de Maria. Além disso, os premonstratenses atuaram intensamente na política local. Para Rodrigues (2005, p. 35), os religiosos desta Ordem, em Montes Claros, “enveredaram-se praticamente em quase todos os ramos da vida social. Do teatro à educação poucos espaços deixaram de ser contemplados pelas ações dos padres”.

A criação de ordens religiosas, como a dos premonstratenses, remonta ao século XI, época da Reforma Gregoriana. A reforma foi uma ação da Igreja Católica frente à crise enfrentada no combate ao nicolaísmo e à simonia¹⁰. Neste contexto houve a fundação de novas ordens religiosas que representaram a busca de uma Igreja renovada. Com relação ao combate ao nicolaísmo, de acordo com Knowles e Oblensky (1983, p. 183), “proibindo o casamento e o concubinato [...] a igreja separa fundamentalmente os clérigos dos leigos pela fronteira da sexualidade”.

A característica principal da Reforma Gregoriana que possibilitou a chegada dos premonstratenses ao norte de Minas Gerais relaciona-se à defesa da necessidade de expansão da fé cristã, sobretudo através da pregação itinerante.

¹⁰ Nicolaísmo e simonia são termos utilizados respectivamente para o não respeito ao celibato e à castidade pelos clérigos e à compra e venda de cargos eclesiásticos.

A Ordem dos Premonstratenses foi criada por Norberto em 1121, filho integrante de família nobre que fora escolhido para adotar uma atividade de muito prestígio para a época: a vida religiosa. Em 1582, Norberto é canonizado pela Igreja Católica, o que revigora as atividades dos premonstratenses.

A Ordem dos premonstratenses recebeu este nome devido ao local em que inicialmente se instalou: Premonté. As primeiras atividades desenvolvidas pelos religiosos da Ordem resumiam-se à pregação e ao trabalho missionário (KNOWLES; OBOLENSKY, 1983).

A vinda dos premonstratenses ao Brasil está inserida em outro importante movimento da Igreja católica, o ultramontanismo, que no século XIX defendia o pleno poder papal e combatia algumas expressões do mundo moderno. Tal movimento foi

[...] a reação da Santa Sé ao avanço de correntes ideológicas e políticas heterodoxas nas quais se incluía, sem distinção, toda sorte de idéias que questionassem princípios defendidos pela Igreja Romana, considerados erros modernos, tais como o Liberalismo, o Socialismo, o Comunismo, o Cientificismo, o Positivismo, a Maçonaria e o Protestantismo (HERMANN, 2003, p. 12).

Para combater os “erros modernos”, a Igreja católica elegeu o período medieval como um modelo a ser seguido. Isto porque durante a Idade Média a sociedade subordinava-se aos preceitos católicos e ao controle da Igreja (MANOEL, 1996).

Como nova orientação, o ultramontanismo buscava reafirmar a estrutura hierárquica da Igreja e intensificar os trabalhos missionários desenvolvidos no continente europeu e em outras regiões.

A mentalidade católico-conservadora cobrava a coerência doutrinária dos católicos brasileiros, acostumados a uma religião de fachada [...]. A crise religiosa revelou a fraqueza deste catolicismo oficial. O ultramontanismo obrigava a uma redefinição de princípios e empreendia uma luta nos jornais, no Parlamento e nas faculdades contra liberais e cientificistas (OLIVEIRA, 1990, p. 160-161).

Durante o processo de colonização brasileira as Ordens religiosas, devido ao frequente não alinhamento às políticas do Estado português, foram proibidas de se fixarem em Minas Gerais, diferentemente do que acontecia em outras regiões (BOSCHI, 1986). Entretanto, a partir do século XIX, a escassez na assistência religiosa à população fez com

que Ordens religiosas da Europa fossem convidadas e incentivadas a desenvolver trabalho missionário em muitas regiões.

Maurice Gaspar, membro da Ordem dos premonstratenses, escreveu no início do século XX um relatório intitulado “No sertão de Minas” em que descreve e analisa a atuação dos membros da Ordem no norte de Minas Gerais. Segundo Gaspar (2011), os primeiros missionários premonstratenses que chegaram ao Brasil atenderam ao convite do Papa Leão XIII feito à Ordem de São Norberto em 1894, em virtude da preocupação do Papa com a penúria do clero no país. Chegaram primeiro a São Paulo e posteriormente a Mariana. Em 1902, abriu-se a perspectiva de um novo campo apostólico, o norte de Minas Gerais, que possuía cerca de 40 paróquias sem pastores.

Montes Claros foi a primeira cidade do norte de Minas Gerais a receber os missionários. Os dois primeiros missionários, os “padres brancos” em virtude do hábito que usavam, foram Charles Vincart e François de Paule Moureau, que tiveram seus nomes adaptados para Padre Carlos Vincart e Padre Chico. Para chegarem à cidade, enfrentaram uma exaustiva viagem por mais de 500 quilômetros que incluiu longas cavalgadas e travessias a rios.

Responsáveis inicialmente apenas pela paróquia de Montes Claros - que perdera o antigo responsável, o Padre Lúcio que assumira a função de secretário da Diocese - o campo de ação dos premonstratenses logo se expandiu. Em 1910, passados sete anos de trabalho na região, os missionários já eram responsáveis por nove paróquias, que correspondiam a um território imenso, duas vezes o tamanho da Bélgica, país de origem dos religiosos.

Sob os preceitos de uma Igreja conservadora, os premonstratenses ocuparam diversos espaços na sociedade montesclarenses. Entretanto, tais religiosos atuavam em um período em que o discurso modernizador possuía forte apelo e em que um dos pilares da República era o seu caráter laico. Assim, esse grupo posicionou-se, muitas vezes, em oposição aos rumos da sociedade que se modernizava, tanto em relação à mudança de hábitos como em relação às estruturas sociais da época, como o sistema de ensino.

Fora de Deus

A sociedade não se torna imunemente irreligiosa [...]. Crearam a escola leiga. As taboas da criminalidade precoce aumentam assustadoramente. A anarquia social, a depravação dos costumes, se estende e contamina as fontes da vida, mercê dessa religião de homens cujos instintos não pôde a escola moderar, cujo caracter em formação a *neutralidade* desviou do dever religioso, austero, mas salutar [...]. Expeliram o espírito do cristianismo, das instituições sociais. A lei já não é o direito. O interesse

de poucos sobrepuja o bem commum. A magistratura perde o senso da justiça. O poder é o mais extrenuo dos inimigos da liberdade (A VERDADE, 15 de fevereiro de 1908, ano I, n. 36, p. 1).

A escola leiga, a “anarchia social”, o casamento civil, o avanço das ideias socialistas, enfim, “a sociedade que se paganisa”, eram muitas, para os premonstratenses, as marcas da degeneração social. No conjunto, estas marcas explicavam a origem dos “males hodiernos” que a ação desses missionários deveria enfrentar.

Engana-se, porém, quem conclui que os missionários percebiam o Brasil como um local devastado pela imoralidade, de difícil conversão. Na verdade, os religiosos percebiam o Brasil como um território promissor, onde não enfrentariam as mesmas dificuldades que enfrentavam na Europa. Nas palavras do missionário Gaspar (2011), o país era, no início do século XX, um local em condição de desempenhar um papel preponderante no conjunto dos povos, apesar de o sertão ser visto por eles mesmos como um território semiaberto à civilização.

Entre as estratégias de ação adotadas por esses religiosos esteve a fundação de um colégio religioso, denominado São Norberto. No final do ano de 1907 (sua fundação se dera em 1905), o jornal A Verdade anunciava o período de matrículas, afirmando: “o fim principal do Collegio é dar á mocidade uma educação christão, litteraria e scientifica, preparando-a para os estudos superiores [...]”. Sobre os quesitos necessários para compor o grupo de alunos, estabelecia: “admittem-se alumnos de 10 annos para cima, devendo trazer attestado de aprovação no curso primario, de terem sido vaccinados e não soffrerem molestia repugnante ou contagiosa, e de moralidade e bons costumes” (A VERDADE, 14 de dezembro de 1907, ano I, n. 27, p. 3).

A fundação da instituição de ensino foi possível devido à chegada em Montes Claros do terceiro missionário premonstratense, no ano de 1905, o Reverendo Benoit Maussen, conhecido na cidade como Padre Bento. Após a sua chegada, segundo Gaspar (2011), para satisfazer o desejo das famílias mais influentes da cidade, os premonstratenses inauguraram um estabelecimento de instrução denominado Colégio São Norberto, em substituição à Escola Normal que acabara de ser suspensa pelo Governo do Estado. Alugaram o prédio da própria Escola Normal, pois precisavam de um espaço mais amplo do que o lugar no qual até então estavam instalados. Afirma Gaspar que o colégio funcionou por dois anos e meio e teve suas atividades encerradas devido à alta carga de trabalhos dos missionários e à indiferença das famílias locais em matéria de instrução.

Apesar de a criação do colégio ser uma opção evidente para o cumprimento da missão de educar a população, sua existência foi curta. Ainda no ano de 1916, data de lançamento da segunda “monografia” do município, Urbino Vianna (2007) já apresenta poucas informações sobre a instituição, transparecendo o pouco impacto que ela possuiu. No capítulo que trata da instrução no município, constam apenas as seguintes informações sobre o colégio:

Houve, em certa ocasião, dirigido pelos R. R. Premonstatenses, um Collegio de moços – denominado S. Norberto – de onde saíram muitos estudantes para a vida publica; alguns, hoje, portadores de diplomas: Antonio Versiani dos Anjos, E. Castellar Prates e outros, de que não nos recordamos agora (VIANNA, U., 2007, p. 123).

O fim do colégio arrefecia a ação dos premonstratenses na formação do indivíduo pela estratégica lógica de preparar as gerações futuras via educação institucional. Com isso, esses missionários, observa Franscino de Oliveira Silva (2005), deixavam de responder às expectativas dos bispos brasileiros que entendiam como necessária a fundação de colégios para educar os jovens sob os princípios cristãos.

Mesmo sem o colégio, as atividades dos missionários eram intensas e diversas, com a adoção de práticas educativas que muito se diferiam das que os religiosos que já haviam atuado na cidade adotavam. Segundo Romano (1979), a partir do final do século XIX, a Igreja católica apela para o aval legitimador do povo, entre outros, reforçando a imprensa católica e utilizando métodos modernos de catequese.

Padre Vincart, por exemplo, mais de uma vez utilizou a prática do futebol, esporte desconhecido até então na região, como meio de formação da população. Sua ação, bem como a importância do futebol como um veículo de educação no período, é abordado no capítulo 5 deste trabalho.

O norte de Minas Gerais, mesmo fazendo parte de um território promissor, como foi defendido por Gaspar, também apresentava muitas dificuldades para o apostolado dos premonstratenses. Conforme Gaspar (2011), essas dificuldades passavam pelo calor excessivo que enervava os moradores, convidando-os mais ao repouso do que à atividade, pela presença da superstição entre os habitantes e pela própria formação do povo brasileiro.

A pobreza, isto é, a falta de coisas que nós, Belgas, acreditamos tão necessárias à vida, é aqui a companheira inseparável do lar doméstico. Todavia, esta gente corajosa se acomoda muito bem a esta ausência de conforto, dominados pela apatia, aquele produto híbrido da rotina de

Portugal, e pela indolência do negro e do índio, opondo assim uma terrível inércia a qualquer tentativa de progresso (GASPAR, 2011, p. 40).

Os missionários belgas enfrentaram também dificuldades estruturais. A região era muito extensa, a população dispersa e os religiosos em número pequeno. Tudo isso, agravado pelas condições de transporte da época, fazia com que os padres vivessem sob o lombo de animais, percorrendo amplas distâncias quase que diariamente. No seu relatório, Gaspar (2011) exemplifica o cotidiano de Vincart e Moureau ainda nos primeiros meses de trabalho, a partir de narrativa do primeiro.

[...] numa segunda-feira, fui chamado para confessar um doente a 4 léguas daqui. Parti de manhã e só regressei pelas 6 horas da tarde. No mesmo dia, cerca do meio-dia, o Padre Moureau foi confessar outro doente e teve que perfazer uma légua e meia a cavalo. Terça-feira fui chamado a 2 léguas. Ao voltar, encontrei um mensageiro à porta de nossa residência. Pediam-me um padre para administrar os últimos sacramentos a uma anciã, da qual me separavam 9 léguas. Na quarta-feira de madrugada já estava a cavalo, quando chegou outro camarada, reclamando também um confessor. Este vinha até de uma distância de 5 léguas. Meu confrade partiu, pois, igualmente e regressou às 7 horas da noite, para confessar uns 50 membros do Apostolado. Quinta-feira cheguei exatamente a tempo de ajudar meu confrade no confessionário, onde permaneci até 10 horas. No dia seguinte, tive a consolação de distribuir a sagrada comunhão a 175 confrades do Apostolado, sendo 33 homens, dos quais vários não se confessavam há 10 ou 20 anos. Nesta mesma sexta-feira às 8 horas, o Padre Moureau partia para a paróquia vizinha de Bocayúva. Sábado, percorri 6 léguas e, no dia seguinte, estando sozinho, tive de celebrar 2 missas, uma às 8 horas e a outra às 10 horas (GASPAR, 2011, p. 24).

As paróquias da região, à época, abarcavam amplas faixas territoriais que demandavam elevado esforço físico dos religiosos. No exercício da missão, porém, os religiosos passavam a conhecer profundamente a região e seus habitantes, potencializando a capacidade de influenciar a vida da população. Assim, assumiam um poder raro para o período.

Em resumo, o quadro da administração espiritual da paróquia de Montes Claros, publicado pela “*voluntas episcopi*” acusava, em cinco meses apenas de apostolado, cifras consoladoras: 339 batizados; 67 casamentos; 6 confirmações; 1626 comunhões; 76 confissões de doentes, incluindo 23 viagens a cavalo, a uma distância de cinco e sete léguas até dez léguas de distância. A Externa União foi administrada a 71 moribundos; o Santo Viático foi levado a 23 enfermos; onze exéquias foram celebradas e 175 crianças seguiram os cursos de catecismo (GASPAR, 2011, p. 26-27).

Dentre os premonstratenses que atuaram em Montes Claros, Vincart conseguiu efetivo destaque. Além das tarefas religiosas comuns, ministrava aulas particulares de física

e de francês à noite e esteve à frente do jornal A Verdade. Envolveu-se em muitas situações controversas durante os 14 anos em que atuou na cidade. Dentre as principais críticas que recebia, destaca-se sua ligação com Camilo Prates, antigo membro do Partido Liberal e líder de uma das facções do Partido Republicano Mineiro.

Após a criação da Diocese de Montes Claros em 1911, Vincart teve muitos atritos com o primeiro Bispo da Diocese, Dom João Antônio Pimenta. Esses atritos ficaram evidenciados em diversas cartas que os dois religiosos enviaram ao Núncio Apostólico D. Giuseppe Aversa¹¹. Em uma dessas cartas, em 11 de novembro de 1915, Dom João acusa Vincart de se envolver na política local e de seu jornal servir apenas para divulgar a opinião de seu diretor, Camilo Prates. Afirma ainda que “como político militante, o cônego Carlos cometia imprudências e faltas graves. Além de se meter nas intrigas dos pleitos eleitorais, servia-se das visitas pastorais para pedir votos” (SILVA, 2005, p. 187).

As desavenças entre os dois religiosos podem estar relacionadas às disputas políticas polarizadas por dois grupos que marcaram muitas décadas da história de Montes Claros. Apesar de não haver confirmação da ligação do bispo com um desses grupos, ela se dava pelo menos na opinião de Vincart. Em carta enviada ao Núncio em 12 de março de 1916, afirmou que “o amigo mais íntimo do bispo é precisamente o homem mais ativamente ímpio do lugar”. Tratava de Honorato José Alves, definido por Vincart como “maçon professo e inimigo irreconciliável da Instituição católica”. Afirmou também o religioso que o adversário político de Alves era Camilo Prates, “homem de caráter limpo” (SILVA, 2005, p. 184-185).

A extensa atuação de Vincart (catecismo, teatro, jornal, aulas particulares, futebol e demais atividades religiosas cotidianas) tornava-o um elemento polarizador na sociedade, assim como eram os coronéis locais. Com elevado poder de barganha, o religioso, ao envolver-se com Camilo Prates, líder de um dos grupos políticos locais, parece ter sido um importante cabo eleitoral, elemento essencial ao funcionamento do coronelismo, como aponta Queiroz (1976). Aliás, na história de Montes Claros, o uso do poder que um líder religioso naturalmente assume, na política, já havia ocorrido com o Cônego Antônio Gonçalves Chaves, líder e fundador de uma das parentelas da cidade.

¹¹ O conteúdo das cartas foi acessado através do importante trabalho de Francino Oliveira Silva que investigou a história da criação e dos primeiros 40 anos de funcionamento da diocese de Montes Claros. Sendo seu livro resultado do doutorado em História Eclesiástica na Pontifícia Universidade Gregoriana, este pesquisador analisou, entre outros, fontes arquivísticas do arquivo da Abadia do Parc (Bélgica) e do Arquivo Secreto do Vaticano (Roma). Ver: SILVA, Francino de Oliveira. *Sub Umbra Tuarum*: história da criação e organização da Diocese de Montes Claros (1903-1943). Belo Horizonte: FUMARC, 2005.

Coronéis, filhos de coronéis e religiosos, os principais membros da elite de uma cidade que intensamente influenciaram a educação da população. A ação desses indivíduos, como já abordado, teve como pano de fundo as desavenças e disputas políticas entre dois grupos. Apesar de as fronteiras dessa cisão parecerem inquebrantáveis, a vida cotidiana revelava possibilidades de convivência e fuga da dissensão construída historicamente.

Assim, em 1923, a cidade foi dirigida por um político de consenso, um nome de conciliação, o Cel. Antônio Versiani dos Anjos. Estrategicamente, as lideranças locais se uniram para conseguirem finalmente uma importante benesse para o município, a ferrovia, pois acreditavam que a união das forças locais poderia facilitar tal conquista.

Já o filho do Cel. Antônio Versiani dos Anjos, Cyro dos Anjos, assim como o pai, mostrou que a separação política entre grupos rivais não era insuperável. Cyro dos Anjos casou-se com Zelita Prates Costa, parente de Camilo Prates e filha do Cel. Joaquim José da Costa. Com isso, contrariando a lógica que marcava as uniões na cidade, estabeleceu vínculo com as famílias Prates, Costa e Versiani, até então irreconciliáveis.

2. A IMPRENSA E A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS: o poder dos periódicos

O caráter educativo da imprensa periódica de Montes Claros no início do período republicano é o tema central dessa parte do trabalho. Lida-se com a hipótese de que os jornais locais foram instrumentos privilegiados para formar a população para a nova realidade social e refletiram com riqueza de detalhes as nuances do processo de modernização do período. Para tratar da dinâmica assumida pela imprensa no local em estudo são analisados quatro periódicos montesclarenses e problematizados os atores que estiveram em sua direção, na maioria das vezes, bacharéis que propagavam os ideais de uma vida moderna, mas ao mesmo tempo perpetuavam os interesses sociais de uma elite conservadora.

2.1 A empreitada educativa dos jornais

A ação educacional da imprensa possuiu diversas facetas. Através dos periódicos foram propagados preceitos higienistas, realizaram-se campanhas educativas para fins específicos (por exemplo, a importância dos pais matricularem seus filhos em instituições de ensino) e procurou-se difundir um estilo de vida próprio daquele que deseja ser civilizado. Para Pallares-Burke (1998), assim como na Europa, o jornalismo latino-americano do final do século XIX e início do XX assumiu seu veio mais cultural do que noticioso, com o fim de aprimorar a sociedade e educar o público. Para a autora, “recém-emancipada da ordem política absolutista, a imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas” (p. 147).

Se na Europa era necessária a ação da imprensa para irradiar os preceitos do Iluminismo e formatar o homem moderno, a partir do início do século XIX tal missão foi imbuída de maior urgência em territórios como o Brasil, visto como mais carente de instrução e de cultura. Sobre a atitude educativa da imprensa, informa Periotto (2004, p. 63):

A propagação dos *conhecimentos úteis* naquele começo de século tornara-se questão cara aos defensores do progresso. Na tradição do movimento das luzes que irradiara pela Europa, os brasileiros que lutavam pela inclusão do país na “*rota da civilização*” viam na imprensa o caminho mais fecundo para a instrução do povo sobre os benefícios resultantes do desenvolvimento da ciência e daquelas matérias que viessem enriquecer o espírito dos homens. Era, na verdade, a luta contra a ignorância que

comprometia qualquer tentativa de elevar as condições de vida dos brasileiros nos moldes em que se realizavam na Europa.

A construção de uma nova sociedade requeria a desvinculação com estigmas do passado, costumes que poderiam ser superados pela educação da população. Os novos valores que ganharam força na sociedade, imperativos da modernidade, só poderiam ser assimilados, segundo Vieira (2007), com instrumentos pedagógicos eficientes. “Nesse quadro, os impressos de forma geral e os jornais de maneira particular representaram meios privilegiados para a ação do sacerdócio modernizador” (VIEIRA, 2007, p. 19).

Para problematizar o papel da imprensa periódica na sociedade em processo de modernização, ganha relevância o pensamento de Walter Benjamin (1994). Para o autor, diferentes formas de comunicação ganharam ênfase ao longo da história. A narrativa, arte de intercambiar experiências, foi em muito substituída pela romance a partir da invenção da imprensa; com a consolidação da burguesia, o romance, por sua vez, perde espaço para uma nova forma de comunicação: a informação.

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação (BENJAMIN, 1994, p. 203).

O jornal, pelo tipo de linguagem que usa, conforme expõe Benjamin, estabelece o fim da narrativa. Se esta possui vínculos com a tradição e o saber, a linguagem jornalística, concisa e objetiva, exprime informações que não permitem a troca de experiências.

Apesar da apreciação desfavorável do autor acerca da consolidação da informação - “somos pobres em histórias surpreendentes”, como escreve Benjamin - é preciso cautela para afirmar que isso se trata, na opinião do autor, de um retrocesso da sociedade. O que interessa de fato a Benjamin são as transformações que promovem uma construção coletiva da sensibilidade, a preferência dos leitores pelos prazeres dos sentidos, que exprimem mudanças na percepção sensorial da sociedade (BENJAMIN, 1989, 1994).

O autor caminha na direção oposta ao entendimento de que o jornal ampliou a possibilidade de comunicação, possibilitou o acesso ao desconhecido, permitiu o debate e a instauração da opinião pública. Para Benjamin, as informações diretas oferecidas pela linguagem jornalística infirmam o saber, furtam a experiência.

Benjamin agrega novas problematizações à reflexão das funções da imprensa periódica na sociedade em processo de modernização. Contribui para a análise das mudanças caracterizadas pela valorização da experiência urbana que se propunha universal, em que o jornal ocupou papel relevante e, ao mesmo tempo, retratou a nova realidade social.

Em uma outra interpretação, é justamente a imprensa que possibilitou o estabelecimento de uma opinião pública ao promover o debate público de questões que antes eram tratadas prioritariamente no fórum privado (MOREL; BARROS, 2003). Entretanto, Benjamin não vê este debate na imprensa, instituição que, para o autor, impossibilitou o compartilhar de experiências entre o narrador e o ouvinte, pois tinha como objetivo “excluir rigorosamente os acontecimentos do contexto em que poderiam afetar a experiência do leitor” (BENJAMIN, 1989, p. 31).

Em uma cidade do interior de Minas Gerais, na transição do século XIX para o século XX, como Montes Claros, a imprensa periódica incrementou claramente o debate público de questões sociais que emergiam em uma época assinalada pelo desejo de transformações sociais. Porém, tais transformações, e inclusive o desejo por elas, eram em parte direcionadas por uma elite que manipulava a informação e construía um modelo de sociedade também com o uso dos jornais.

O jornal – entendido como lugar de produção, veiculação e circulação dos discursos – assume uma função importante no processo de formação das representações sobre o mundo. A produção da matéria jornalística, apoiada em processos conscientes e/ou inconscientes de seleção do que deve ser considerado notícia, tem a força de tornar coisas visíveis ou invisíveis, de criar efeitos de verdade e de objetividade sobre mitos e/ou de conferir plausibilidade a posições absurdas (VIEIRA, 2007, p. 16-17)

Notadamente, procura-se estabelecer os limites da ação da imprensa através da inequívoca constatação da existência de um público letrado restrito no Brasil durante todo o século XIX e parte do século XX. Entretanto, se tal fato limitou a ação da imprensa foi no sentido de que ela poderia ter sido ainda mais influente do que foi se atuasse em uma sociedade em que a escolarização fosse disseminada a todos os setores sociais, pois a relação de um periódico com a população não se restringe à sua leitura.

Segundo Morel e Barros (2003), a noção de que a imprensa era elitista pode ser relativizada na medida em que não parece possível compreendê-la isolada da sociedade. Ela “influenciava e era influenciada por vozes, falas e gestos não-escritos, em via de mão dupla,

numa complexa teia de circulação, recepção e retransmissão de conteúdos que ultrapassavam o meio impresso” (p. 103).

Mesmo que os proprietários e redatores dos periódicos pertencessem a um seletivo grupo social, o que eles produziam não ficava circunscrito a uma elite letrada. Isso porque o próprio caráter educativo da imprensa deveria propiciar que ela ultrapassasse as fronteiras que separavam as elites da população em geral, vista como o grupo que mais necessitava de orientação. Além disso, no limite, pode-se afirmar que a imprensa relacionava-se com a população externa ao círculo de pessoas alfabetizadas na medida em que essas próprias pessoas (proprietários e redatores dos periódicos, por exemplo) estavam em contato diário com a população.

A relação que a população em geral estabelecia com a imprensa perpassava pela inserção dos indivíduos, alfabetizados ou analfabetos, na cultura escrita. O mundo das letras, os livros e especialmente os jornais, era uma realidade no início do século XX e transformava a sociedade brasileira. Entretanto, ao invés de falar da existência de uma “cultura escrita”, para Galvão (2007), por tratar de algo não homogêneo, é mais adequado falar de “culturas do escrito”, conceito que, além da aquisição da habilidade de ler e escrever, deve ser estendido a todo evento ou prática que tenha como mediação a palavra escrita. Assim, relaciona-se com o que é escrito aquele que, mesmo sem saber ler, discute sobre uma notícia que lhe contaram ter sido publicada em um jornal.

Nesse processo, é notória a não passividade dos sujeitos nas “culturas do escrito”, ou seja, mesmo que um texto busque direcionar o receptor (leitor ou ouvinte) para determinadas direções, as mediações que ocorrem entre o sujeito e o escrito são diversas. Devido a isso, para Galvão (2007, p. 39), “o uso de verbos tais como ‘apropriar-se da’, ‘relacionar-se com’ em lugar de ‘inserir-se na’, ‘entrar na’ ou ‘ter acesso à(s)’ cultura(s) escrita(s) está relacionado com a tentativa de explicitar o papel ativo dos sujeitos e dos grupos sociais nesse processo”.

Em Montes Claros, diversos hábitos da população relatados por memorialistas evidenciam a participação das pessoas nas “culturas do escrito”. Mesmo que a prática da leitura individual ocorresse de forma limitada, situações de sociabilização permitiam a participação dos sujeitos em práticas culturais que estavam relacionadas ao que era escrito. Graça e Vianna destacam, por exemplo, pontos de encontro tradicionais do montesclarenses no início do século XX:

Enquanto isso, as famílias visitavam suas comadres e, assentadas comodamente em cadeiras de palhinha, habilmente colocadas em círculo, na porta da rua, entre as pedras da calçada [...]. Enquanto as senhoras se distraíam por este lado, os senhores também procuravam fazer o mesmo, reunindo-se, todas as noites, em vários pontos da cidade [...]. A farmácia de “seu” Mário Veloso era um destes frequentados pontos [...]. Mais adiante, na praça Doutor Carlos, esquina com a “rua dos Marimbondos”, [...] ficava o “Bar Aliança”, de “seu” Helvécio [...]. Comentavam política, pontos positivos e negativos do governo, da política local, perseguições partidárias e dos “coronéis”, intrigas da oposição, e também a parte social da nossa cidade era lembrada: casamentos desajustados, namoricos indiscretos (GRAÇA, 1986, p. 96-98).

1920... Lá se vai quase meio século! Amáveis reuniões de porta de rua, com cadeiras na calçada, havia, então, no Montes Claros do meu tempo. As *rodas* começavam a formar-se ao turvar do dia, e os seus frequentadores iam aparecendo de um em um. Após os cumprimentos de praxe, o recém-chegado puxava, êle próprio, uma cadeira e assentava-se, sem cerimônia, com a satisfação e a certeza de ser sempre bem recebido. A conversa prolongava-se noite adentro. Falava-se de tudo e de nada, apenas conversas simples e vadias para *empurrarem* o tempo, difícil de correr. As senhoras comentavam, umas com as outras, passagens comoventes dos “folhetins” publicados nos rodapés dos jornais, O Conde de Monte Cristo, A Toutinegra do Moinho, A Filha do Diretor do Circo, Os Miseráveis, Elzira – A Morta Virgem..., sendo também repisadas as notícias do dia [...] (VIANNA, 1964, p. 19).

Além do encontro costumeiro no ambiente doméstico, os estabelecimentos comerciais (como as farmácias, os bares e as vendas) eram palcos de reuniões. Dessa forma, o que era publicado nos periódicos locais, as notícias obtidas de outras localidades, e informações sobre leituras realizadas por indivíduos alfabetizados poderiam ser difundidos e apropriados por diversas pessoas. Tal costume também estava presente na casa comercial da família “dos Anjos”, conforme relato do memorialista:

Ao anoitecer, acabado o brinquedo no Largo ou volvida a família da Chácara, uma alternativa se me oferecia: intrometer-me no jogo de prendas da sala de visitas, onde as irmãs se reuniam com as amigas, ou ficar a ouvir a conversa da gente grande, no círculo da Loja [...]. A roda formava-se junto às portas que abriam para o Largo de Cima, em face do Mercado Municipal, situado na outra extremidade. Como a linha de cadeiras se dispusesse em forma de ferradura, podia o número de frequentadores crescer à vontade, sem que se distanciassem uma da outra as pontas do arco, tacitamente reservadas aos pró-homens de Santana e ao dono da casa. Assim, os principais interlocutores se defrontavam, consoante preceituava a hierarquia e convinha à conversação (ANJOS, 1979, p. 5).

Os trechos transcritos anteriormente explicitam hábitos da população que estendiam a influência dos jornais a um público muito maior do que o grupo alfabetizado que lia as folhas periódicas que circulavam em Montes Claros. Mesmo a população pobre que, a princípio, não integrava as rodas de conversa da elite local, certamente também era atingida, por exemplo, pela presença de empregados das casas comerciais e das residências que ouviam as conversas e por outras práticas sociais menos hierarquizadas, como a frequência a cultos religiosos.

As palavras escritas e depois as impressas foram difundidas para muitos semialfabetizados e analfabetos através de processos orais; a informação, as notícias, a literatura e a religião difundiram-se muito mais amplamente do que qualquer meio puramente alfabético poderia ter permitido (GRAFF, 1990, p.43).

No contexto social de inserção da população nas “culturas do escrito”, os jornais publicados nas primeiras décadas do período republicano tornaram-se importantes instrumentos de educação da população, que se relacionava com a imprensa periódica de forma variada. Para Pallares-Burke (1998), o próprio fato da sobrevivência de um jornal por muito tempo, revela sua cumplicidade com o público, provavelmente maior do que uma reduzida minoria letrada, sobretudo em uma época em que os periódicos eram efêmeros.

Para a cidade de Montes Claros, dos 28 periódicos que circularam entre os anos de 1889 e 1926, conforme informações de memorialistas, metade não chegou ao número dez e somente um quarto chegou ao número cinquenta. Entretanto, publicações locais como o jornal *Correio do Norte* que durou cerca de sete anos (343 números) ou como o jornal *A Verdade* que durou cerca de dez anos (430 números) revelam que a influência desses veículos ultrapassava um grupo pequeno de leitores e potencializa o uso deste material em pesquisas históricas, estabelecida a ressalva dos cuidados que devem ser tomados ao analisar o que era publicado nos jornais¹².

¹² Robert Darnton colabora para a problematização dos jornais como fonte em pesquisas históricas. Ciente dos processos de produção de uma notícia, o autor afirma que os jornais refletem muito mais como os acontecimentos eram interpretados em certa época do que como algo de fato ocorreu. Devido ao poder do jornal, as prensas tipográficas cumprem muito mais do que registrar um acontecimento, exercendo uma força ativa na história. Se a leitura perpassa pelo modo como o leitor atribui sentido ao texto (e isto está relacionado à sua visão de mundo), o processo de comunicação capitaneado por uma folha periódica não diz respeito à transmissão de mensagens numa difusão linear para receptores passivos. Ver: DARNTON, Robert. “História da Leitura”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992; DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *A Revolução Impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996; DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos na França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

As chamadas *elites culturais*, isto é, as letradas e com acesso aos instrumentos da divulgação da imprensa, se relacionavam com diferentes setores da população, socialmente abaixo ou acima delas. Aceitar que havia um fosso irrecuperável e intransponível entre tais elites intelectuais e o restante da sociedade é, de algum modo, reproduzir criticamente a própria condição que aquelas a si mesmas atribuíam, de qualitativamente superiores e apartadas da “massa inculta” ou da “aristocracia ignorante”, numa forma de distinção típica dos herdeiros da Ilustração. Distinções havia, decerto, mas isso não elimina as interações sociais que se estabeleciam, formalmente ou não (MOREL; BARROS, 2003, p. 104).

A percepção de que os periódicos também representavam um espaço de conflito entre classes sociais diversas não impede que eles sejam vistos como propagadores de ideais modernizadores, mas determina o entendimento deste fato como um processo que se deu em várias direções, a partir do contato e da ressignificação de diferentes práticas culturais. Como o processo de modernização nas áreas distantes da Europa central assumiu múltiplas facetas e foi marcado também pela manutenção e valorização de práticas tradicionais (ou costumeiras), características defendidas por Marshall Berman (1986) e José Murilo de Carvalho (1998), os jornais publicados no período estudado expressam tanto o desejo como a resistência ao que era considerado *a priori* um “modo de vida moderno”¹³.

2.2 Os jornais montesclarenses em questão

A manutenção de muitas características típicas da zona rural, mesmo após muitas décadas da fundação da cidade de Montes Claros, e o distanciamento geográfico de grandes cidades são peculiaridades da região norte de Minas Gerais. Tais características podem significar, a princípio, que o desenvolvimento e a civilidade desejados por parte da elite para esta região nas primeiras décadas do período republicano diferiram-se em muito do que acontecia em outros centros tidos como mais importantes.

Montes Claros distancia-se 237 quilômetros de Diamantina, 421 quilômetros de Belo Horizonte e 506 quilômetros de Ouro Preto, cidades que se destacavam em Minas Gerais do início da República nos aspectos comerciais e políticos. Tais distâncias são consideráveis, principalmente em uma época em que o transporte ocorria, sobretudo, no lombo de animais. Entretanto, é preciso lembrar que os ideais dos grandes centros chegavam

¹³ As ideias de Berman (1986) e Carvalho (1998), entre outros autores que tratam do processo de modernização da sociedade são desenvolvidas no Capítulo 6.

à região de diversos modos, inclusive através da circulação de pessoas que viveram parte de suas vidas em grandes centros urbanos.

Lessa (1993, p.172) defende que já nas últimas décadas do século XIX diversos elementos representavam o progresso da cidade. Para a autora, a moderna fábrica de tecidos Cedro Madureira, o jornal A Gazeta do Norte e o cinema, são exemplos em Montes Claros de “artefatos da modernidade cosmopolita emergente no mundo”.

Assim, na transição do século XIX para o século XX o relativo isolamento geográfico da região não era mais seguido de um isolamento cultural e muitos hábitos tidos como “modernos” já estavam presentes na cidade. Para Brito (2006, p.106), “a elite da cidade vivia atenta a todas as notícias vindas da capital do Brasil, ou melhor, a imagem da ‘Belle Èpoque’ que a cidade do Rio de Janeiro vendia para todos os cantos do país”.

O QUADRO a seguir aponta os periódicos que circularam na cidade entre os anos de 1889 e 1926. Totalizando o número de 28 títulos, eles revelam a ampla circulação de ideias no município.

QUADRO 1
Jornais e revistas publicados em Montes Claros entre 1890 e 1926

Período/números publicados	Título	Características
1884 a 1891/343 números	Correio do Norte	Primeiro jornal da cidade, publicado pelo Partido Conservador. (semanal)
1884/4 números	A Lyra	Impresso nas oficinas do Correio do Norte. (quinzenal)
1893 a 1894/47 números	Montes Claros	Jornal “noticioso e literário” em sua primeira fase. (semanal)
1894 a 1899/234 números	Montes Claros	Em sua segunda fase, a folha passou a ser órgão do Governo Municipal, após a criação da Imprensa Oficial do município.
1893	O Estudante	De gênero humorístico, era órgão do “Clube Progressivo”, associação de rapazes da Escola Normal de Montes Claros. Impresso na tipografia do jornal Montes Claros.
1894 a 1896/26 números	O Operário	Órgão da União Operária de Montes Claros, impresso em oficinas próprias. (quinzenal)
1898 a 1899/66 números	O Agricultor	Impresso nas oficinas de “O Operário” abordava principalmente os interesses da lavoura.
1899 a 1901	A Lucta	Afirmava combater atos de iniquidades e de injustiças, decorrentes do partidarismo político. Impresso na tipografia do jornal Montes Claros. (quinzenal)
1904/1 número	Dom Joaquim	Publicado pelos premosntatenses para relatar os festejos em homenagem a Dom Joaquim Silvério dos Santos e a relação das obras pias.
1905 a 1908/98 números	A Opinião do Norte	Fundado para sustentar ideias do Partido republicano. (semanal)

1906 a 1908/38 números	O Bohemio	Jornal “humorístico, literário e noticioso”. Publicado inicialmente nas oficinas do “A Opinião do Norte” e depois amparado pelos premonstatenses. (quinzenal)
1906	A Veneta	Com curta duração, era impresso nas oficinas do “A Opinião do Norte”. (quinzenal)
1908 a 1909/44 números	Opinião do Norte	Quase uma continuação do “A Opinião do Norte”. (bissemanal)
1907 a 1917/430 números	A Verdade	Publicação sobre a direção e redação dos cônegos premonstatenses belgas. (semanal)
1910/2 números	O Petiz	Órgão “crítico e noticioso”. (mensal)
1914	O Sol	Impresso na tipografia do “A Verdade”. (semanal)
1916 (125 números)	Montes Claros	Tem como fundador e redator o farmacêutico Antônio Ferreira de Oliveira
1916	O Binóculo	Teve pouca duração. (quinzenal)
1916	O Bisturi	Teve pouca duração. (quinzenal)
1916	Boletim Parochial	Durou pouco mais de um ano. Era o órgão oficial da Paróquia.
1918 – atual	Gazeta do Norte	Impresso em oficinas próprias (Inicialmente semanal).
1919	A Braza	Periódico humorístico e literário. Durou poucos meses.
1919	O Gêlo	Periódico humorístico e literário. Durou poucos meses.
1921 (22 números)	Formigas	Quinzenário impresso nas oficinas do “Montes Claros”.
1921 (26 números)	A Liga	Órgão da Liga Patriótica norte-mineira. Impresso nas oficinas do “Montes Claros”. Tinha como finalidade combater o alcoolismo, o analfabetismo e as doenças tropicais.
1922	O Indiscreto	Jornal humorístico de direção anônima.
1922	A Ordem	Órgão do Partido Republicano.
1923	Cansação	Periódico humorístico.
1926	Tró-ló-ló	Quinzenário humorístico.

Fonte: VIANNA, 1964.

Os 28 títulos apresentados no QUADRO puderam ser identificados em obras de memorialistas da região. Entretanto, boa parte desses periódicos não é mais encontrada em arquivos públicos ou coleções particulares. Nesta investigação, foram pesquisados os quatro títulos que tiveram maior circulação no período em estudo¹⁴: Correio do Norte, primeiro jornal da cidade, A Verdade, publicação que durante mais de uma década divulgou o trabalho dos padres premonstratenses, Montes Claros (fundado em 1916) e Gazeta do Norte. Estes quatro títulos destacaram-se também pelo fato de possuírem tipografia própria, o que

¹⁴ Os títulos consultados nesta pesquisa são os únicos do período existentes e disponibilizados para consulta no arquivo histórico da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional - DPDOR da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

provocou a influência direta destes na produção de outros jornais e revistas que eram impressos em suas sedes.

Correio do Norte

Primeiro jornal publicado em Montes Claros, o Correio do Norte foi inaugurado em 24 de fevereiro de 1884. Teve quase sete anos de atividade, sendo extinto em 1891. Órgão político do Partido Conservador, o periódico circulava aos domingos e possuía tipografia própria. Era de propriedade de Antônio Augusto Velloso e editado por Antônio Pereira dos Anjos.

Antônio Augusto Velloso nasceu em Montes Claros, estudou Humanidades em Diamantina e Direito em São Paulo onde também foi professor da Escola América (futuro Instituto Mackenzie). Voltou para Montes Claros em 1880 e, após filiar-se ao Partido Conservador, foi Deputado da Assembleia Provincial. Com o advento da República, foi Senador, Juiz de Direito em Diamantina, Ouro Preto e Belo Horizonte, onde foi promovido a Desembargador. Velloso é considerado o fundador da imprensa no norte de Minas Gerais, pois trouxe para a região material tipográfico para fundar o primeiro jornal da região (VIANNA, 1964, p. 96-97).

A primeira “monografia” do município foi de autoria de Velloso denominada *Chorographia Mineira*, que a publicou por partes em seu jornal, no ano de 1885. Posteriormente, a monografia foi reproduzida na Revista do Archivo Público Mineiro, na então capital Ouro Preto, no ano de 1897¹⁵.

Antônio Pereira dos Anjos foi convidado por Velloso para ser redator do Correio do Norte. Além de jornalista foi comerciante, professor e fazendeiro¹⁶. Entre 1923 e 1926, esteve à frente do poder municipal, ocupando o cargo de Presidente da Câmara e Agente Executivo (VIANNA, 1964, p. 157-158).

A Verdade

¹⁵ As “monografias” eram publicações que visavam contar a história do município. Por suas características, podem ser consideradas obras de memorialistas. A primeira monografia sobre o município de Montes Claros está disponível para consulta no acervo do Arquivo Público Mineiro (www.siaapm.cultura.mg.gov.br). Em 1916, uma segunda monografia sobre o município de produzida por Urbino Vianna que teve o trabalho encomendado pela Câmara Municipal de Montes Claros.

¹⁶ O redator é também pai do memorialista Cyro dos Anjos.

Dirigido e redigido pelos cônegos premonstratenses belgas, o periódico A Verdade foi inaugurado no dia 1º de maio de 1907. Possuía tipografia própria e funcionou por mais de 10 anos. Durante esse período, promoveu diversas campanhas, com destaque para a criação do Bispado na cidade. Apesar de oficialmente não possuir orientação partidária, foi redigido nos anos 1911 e 1912 pelo deputado Camilo Philinto Prates, um dos principais representantes no norte de Minas Gerais do Partido Liberal (durante o Império) e de uma ala do Partido Republicano Mineiro.

A adoção de um jornal como meio de evangelização fundamentou-se nos ideais do movimento ultramontano. No início do século XX, a parte do clero católico tida como a mais conservadora assumiu o controle da Cúria Romana, passando a atuar no combate às teorias da modernidade, como o Iluminismo e o Liberalismo.

O fortalecimento do clero ultramontano permitiu-lhe assumir o poder interno à Igreja e impor essa sua visão como válida para todo orbe católico. Ancorados na ideia de ser a Igreja portadora da **Verdade**, desde sempre estabelecida e claramente definida no Concílio de Trento, os ultramontanos julgaram que a salvação da sociedade em geral e do homem individualmente dependia da recristianização do mundo, tarefa, portanto, da exclusiva competência da Igreja (grifo meu) (MANOEL, 1996, p. 42).

Oportunamente, um dos principais meios utilizados para propagar os conceitos religiosos dos premonstratenses em Montes Claros foi o jornal A Verdade. Em seu primeiro número, publicado em 1º de maio de 1907, em texto da página inicial intitulado de “O nosso ideal”, o redator afirma que o jornal é instrumento importante, pois a vida moderna afasta muitos homens da “audição do Verbo de Deus”.

Neste texto, espécie de editorial do primeiro número do jornal, já percebemos claramente os ideais do movimento ultramontano, ou seja, o combate àquilo que a modernidade teria trazido de ruim para a sociedade, os chamados “erros modernos”.

A criação de um jornal para divulgação de preceitos tidos como adequados, insere-se na estratégia da atuação sobre a imprensa periódica. Ocupar este espaço era uma linha de ação política importante para a Igreja Católica, pois no mundo moderno a Cúria Romana via a imprensa livre como um dos maiores males da sociedade.

Ao tratar dos erros perigosos para a própria existência da sociedade humana, o Papa Gregório XVI (1831-1846) apresenta como principal causa para tais erros a “monstruosidade da liberdade de imprensa”.

[...] horroriza-nos o considerar que doutrinas monstruosas, que um sem-número de erros nos assediam, disseminando-se por todas as partes, em inumeráveis livros, folhetos e artigos, que, se insignificantes por sua extensão, não o são certamente pela malícia que encerram, e deles provém a maldição que com pesar vemos espalhar-se por toda a terra (GREGÓRIO XVI. In: MANOEL, 1996, p. 43).

Diante desse quadro, era urgente que missionários católicos assumissem a tarefa de fazer bom uso da imprensa, pois os “inimigos da igreja” habilmente já utilizavam de tal instrumento. Nesta lógica, o jornal A Verdade atribuiu-se o adjetivo de “luz da publicidade”.

É incontestável que em nossos dias a boa imprensa se torna uma verdadeira necessidade, porque um sem numero de folhas más e impias engana o povo, e em vez de lhe repartir o pão da doutrina, propina-lhe o veneno mortifero do erro da falsidade e da mentira. Podeis edificar Egrejas, pregar missões, abrir escolas, e fazer todas as mais obras de propaganda, si ao mesmo tempo não souberdes manejar a grande arma da boa imprensa, arma com que deveis defender o sagrado deposito de vossa fé, e ao mesmo tempo parar os golpes da impiedade moderna – os vossos esforços serão vãos, e um dia cairão por terra sem menor resultado (A VERDADE, 23 de maio de 1908, ano I, n. 50, p. 1).

A “boa imprensa” desenvolvida pelos premonstratenses caracterizava-se como instrumento de oposição ao Estado que se tornara laico. Segundo Penna (2008), num primeiro momento, a Igreja Católica contrariou os detentores do poder político no Brasil em reação ao caráter laico que a nova ordem impôs ao país. Nesse sentido, o jornal católico adotou a postura de oposição à ordem, “com as características evidentemente inerentes aos que jamais se bateram frontalmente contra as instituições, mas que num dado instante fizeram a vez de oposição ao regime vigente” (PENNA, 2008, p. 6).

O dia santo entre nós

Acha-se em plena execução a reforma da legislação do ensino primário em nosso Estado [...] que reorganisa satisfatoriamente este importante ramo do serviço público. Devemos, porem, reclamar sobre um ponto [...]. Manda, implicitamente, o novo regulamento da instrucção publica - que a escola funcione nos dias santificados: é um golpe vibrado nos preceitos da santa religião que professamos [...]. Guardar o domingo e os dias santos é questão sobre que só o poder ecclesiástico pode legislar [...] Esses choques que infelizmente vão apparecendo entre a Igreja e o Estado fazem desaparecer o equilibrio social, e d’ahi tristes consequências (A VERDADE, 11 de maio de 1907, ano I, n. 2, p. 1).

A manutenção do respeito aos dias “santos” era apenas um dos temas que compuseram o prélio dos religiosos contra o Estado. Apesar de muitas batalhas não terem sido vencidas pelos católicos (a neutralidade do ensino, por exemplo, foi mantida), a ação dos religiosos católicos ocupou grande proeminência na educação da população em tempos de atração e repulsa aos preceitos da modernização.

Montes Claros

O jornal Montes Claros tinha como redator e proprietário, durante quase toda a sua existência, o farmacêutico Antônio Ferreira de Oliveira. Surgiu em 1916 e, em seu programa, assumiu o compromisso de “bem servir à causa do município que traz o nome, tratando de sua administração, dos moldes em que devia basear-se, dos requisitos de administrador, bem como de agitar as questões palpitantes da lavoura, da pecuária, do comércio, das grandes e pequenas indústrias” (VIANNA, 1964, p. 240).

A existência desse periódico pode ser dividida em três fases: a primeira durou até fevereiro de 1918; a segunda, sob a direção de uma sociedade, durou de julho de 1918 a dezembro de 1920; em sua terceira fase, de curta duração, passou a ser órgão do Partido Republicano Mineiro – PRM. Durante toda a sua existência serviu aos interesses do grupo político da cidade ligado aos médicos Honorato Alves e João Alves.

Antônio Ferreira de Oliveira, fundador e primeiro redator do jornal, era diplomado em Farmácia pela Escola de Ouro Preto. Chegou a Montes Claros em 1912 para estabelecer uma farmácia e exerceu também o cargo de vereador (VIANNA, 1964, p. 623-624).

Gazeta do Norte

Impresso em tipografia própria, o Gazeta do Norte teve seu primeiro número publicado em 06 de julho de 1918. Foi fundado pelo Dr. José Tomaz de Oliveira, pernambucano que se mudou para Montes Claros no final do século XIX. Teve atuação política destacada, chegando a ser atacado e destruído mais de uma vez por opositores.

De acordo com Lessa (1993, p. 173), desde o início de sua publicação, este jornal “já continha as modernas características dos jornais das grandes cidades: fotos, charges, anúncios com desenhos, a novela com folhetim”.

José Tomaz de Oliveira nasceu em Recife, onde se diplomou pela Faculdade de Direito. Residiu em Montes Claros, inicialmente, entre os anos de 1905 e 1908, quando foi Juiz Municipal e dirigiu o periódico “A Opinião do Norte”. Após residir em outros municípios, voltou para Montes Claros em 1917 para assumir o cargo de Delegado de Polícia. Para dedicar-se à advocacia e ao jornalismo pediu exoneração do cargo (VIANNA, 1964, p. 545).

Três dos quatro jornais analisados (excetua-se o periódico religioso *A Verdade*¹⁷) são de propriedade ou têm como seu redator principal um bacharel. Esse fato, muito mais do que uma coincidência, ilustra a importância social daquele que buscava esse tipo de formação acadêmica.

A presença de bacharéis na elite brasileira e a grande influência que estes exerciam na sociedade, sobretudo em épocas de grandes transformações, ganharam relevo principalmente pelas academias jurídicas. Entre estas, destacou-se a Academia Jurídica de São Paulo, criada no ano de 1827.

Desde meados do século XIX, estudantes e egressos da tradicional instituição participavam dos debates sobre a realidade de seu tempo. Dessa forma, Martins e Barbuy (1998) afirmam que estes se envolveram ativamente nas questões que mais agitavam o Brasil na segunda metade do século XIX, a campanha abolicionista e o movimento republicano. O movimento republicano, especificamente, contou em sua base, para Fausto (1995), com a ação efetiva de profissionais liberais (entre eles juristas e jornalistas).

Adorno (1988), ao analisar o bacharelismo na política brasileira do Império e início da República com foco na Faculdade de Direito de São Paulo, afirma que a formação desse profissional liberal ultrapassou as aulas nos institutos acadêmicos e foi composta também pelo jornalismo literário e político. Inúmeros acadêmicos envolveram-se com atividades da imprensa escrita para discutir aspectos das lutas internas das academias.

A participação na imprensa periódica durante a frequência ao curso de bacharelado

[...] ensinou ao acadêmico como tomar partido, lutar e apaixonar-se por uma causa, adquiriu responsabilidade moral pelos atos praticados, enfim, esse jornalismo ensinou algo além do aprendizado de sala de aula: o princípio de que a política se faz com um público e com a utilização

¹⁷ Apesar de o redator do jornal *A Verdade* ter sido, durante a maior parte de sua existência, o Cônego Carlos Vincart, formado em Filosofia e Ciências pela Universidade de Louvain, por ser belga e ter chegado a Montes Claros apenas em 1903 em missão religiosa, ele não se enquadra na cultura bacharelesca brasileira que justificou o exercício do poder por esses profissionais.

desses dois instrumentos que são a palavra escrita e falada (ADORNO, 1988, p. 165).

Para Adorno (1988), as academias jurídicas eram espaços de aprendizagem do poder e, tempos após a conclusão do curso, os bacharéis usufruíam de oportunidades de acesso e promoção nas carreiras diretivas de órgãos do governo.

O envolvimento com a imprensa durante a academia e o ideário de dirigir a sociedade que esses profissionais vão assumir sugere como consequência o fato de que muitos bacharéis tornavam-se jornalistas. Tal fato é reproduzido na realidade montesclareense, através do jornal *Correio do Norte*, de propriedade do bacharel em direito Antônio Augusto Velloso, do jornal *Montes Claros*, de propriedade e redação do farmacêutico Antônio Ferreira de Oliveira, e do jornal *Gazeta do Norte*, de propriedade e redação do bacharel em direito José Tomaz de Oliveira.

Vieira (2007) assevera que os intelectuais brasileiros do início do século XX, de uma forma geral, habitualmente envolviam-se com questões públicas, atuando como líderes das causas da nação. Tais indivíduos, neste ínterim, pregaram a centralidade do tema educação no projeto de modernidade brasileiro. Esta crença culminou com o amplo engajamento de intelectuais em duas profissões determinantes para a educação da população: o magistério e o jornalismo.

Outro aspecto dos proprietários e redatores dos jornais a ser destacado é o comum vínculo à classe de grandes proprietários rurais. Dessa forma, a adoção de preceitos progressistas que poderiam estar presentes no mundo acadêmico, pode ter sido limitada pelos estreitos laços que uniam esses bacharéis ao conservadorismo do mundo rural. Para Adorno (1988, p. 159), ainda no período Imperial, “as ligações dos bacharéis com os interesses agrários [...] não foram desprezíveis, haja vista que não poucos bacharéis provinham do campo e dos estratos sociais economicamente privilegiados e politicamente associados ao mandonismo local”.

Sobre o vínculo entre bacharéis e proprietários rurais, interessa-nos a realidade desses profissionais de Montes Claros ligados à imprensa periódica. Antônio Augusto Velloso (jornal *Correio do Norte*) era filho de Gregorio José Velloso, proprietário da fazenda Quebradas. Era casado com Elisa Versiani, filha do Dr. Carlos Versiani, que também possuía forte relação com o mundo rural, pois seu avô, Pedro José Versiani, era fazendeiro. Já Antônio Ferreira de Oliveira (jornal *Montes Claros*) possuía ligação com os

proprietários rurais pelo menos através da família de sua esposa¹⁸, Cândida Peres de Oliveira. Esta era filha do fazendeiro Francisco Peres de Sousa.

A exceção pode ter ficado por conta de José Tomaz de Oliveira¹⁹ (jornal *Gazeta do Norte*), já que não foi identificada nenhuma ligação dele com a economia agrícola. Era casado com Aura Sarmiento de Oliveira, cuja família possuía tradição no desempenho de atividades comerciais. Seus dois filhos, Ari de Oliveira e Jair de Oliveira, também foram jornalistas.

Não se pode simplificar a análise da atuação desses bacharéis (e de seus jornais) direcionando-a somente para sua ligação ou não com o ambiente agrário. Entretanto, é importante levar isso em consideração, pois, devido aos laços familiares, é plausível a presença em suas atividades de interesses da tradicional classe que dominava a política local (grandes produtores rurais).

Além de difundir modelos de comportamento avaliados como corretos, fossem eles com características modernas ou tradicionais, é relevante salientar que os jornais *Gazeta do Norte*, *Montes Claros* e até o periódico religioso *A Verdade* refletiram as disputas políticas locais²⁰.

Essa divisão trouxe com frequência o debate e a troca de acusações entre redatores e colaboradores dos periódicos. Em 05 de abril de 1919, por exemplo, matéria publicada no jornal *Montes Claros* acusava o jornal *Gazeta do Norte* de estar descumprindo o seu programa por fazer campanha aberta para Ruy Barbosa, então candidato a presidência da República. Isso porque, em seu editorial inicial, o jornal afirmava que era apartidário, não se vinculando a nenhum grupo político específico.

Já o jornal *A Verdade* também foi acusado pelo *Montes Claros* de caracterizar-se como uma folha política, apesar de apresentar uma proposta religiosa. Em seu cabeçalho estava inscrito os dizeres: “Semanario religioso, scientifico, litterario e noticioso, da freguezia de Montes Claros”.

[...] Uma outra cousa que faz mozza na mente e que ficou provado evidentemente é que “A Verdade” é simplesmente uma folha politica, pois que foi ella propria, pelo seu redactor ou gerente ou cousa que o valha, que protestou contra minha referencia. E assim sendo era bem que

¹⁸ Como a família de Antônio Ferreira de Oliveira era de Conceição do Serro, atual município de Conceição do Mato Dentro, não foi possível identificar se sua família era produtora rural.

¹⁹ Nascido em Recife/PE, não foram encontrados dados sobre a ocupação profissional de seus pais.

²⁰ Apesar de o jornal *Correio do Norte* também possuir cunho político, pois estava a serviço do Partido Conservador, como o outro grupo político da época, os liberais, não detinham de um periódico para propagar suas ideias, não houve intenso debate entre esses grupos através da imprensa periódica de Montes Claros durante o século XIX.

a auctoridade ecclesiastica mandasse riscar de seu cabeçalho os dizeres que lá estão e substituil-os por estes: “Semanario Politico e sobre tudo incensador” [...] (MONTES CLAROS, 14 de junho de 1917, ano II, n.56, p. 2).

Em que pese as desavenças políticas entre os jornais, a percepção da imprensa escrita como uma importante ferramenta educacional é partilhada pelos redatores. Membros da elite, possuidores de rara instrução para a época, eles assumem o papel em suas atividades de formação e transformação da sociedade.

Quando se fala em educação e imprensa como canais dirigidos ao “povo” (compreendido aqui como carente de conhecimento ou entendimento), não é difícil verificar quem são os educadores e redatores. Os construtores dessa opinião pública são, em outras palavras, os membros da chamada República das Letras, os letrados, os esclarecidos, ou seja, a opinião apontava como fruto da reflexão dos indivíduos ilustrados e se tornava pública na medida em que visava à propagação das Luzes do progresso e da civilização – e, por isso, apresentava-se como defensora da ordem e da moderação (MOREL; BARROS, 2003, p. 29).

Provavelmente foi a crença no poder da palavra escrita que levou às diversas iniciativas de produção de periódicos no norte de Minas Gerais, apesar das significativas dificuldades enfrentadas nesse processo. É comum, como ilustração aos problemas encarados, ler nos jornais da época justificativa para a descontinuidade na impressão dos números relacionada à falta de papel, ou a explicação da não entrega do jornal em outra localidade pela insuficiência de selos ou pelo fato de o serviço de correios não estar funcionando. Mesmo assim, conforme indicado em quadro anterior, 28 títulos foram publicados em Montes Claros entre os anos de 1889 e 1926, reflexo da confiança nos efeitos da divulgação de textos.

O crédito atribuído ao poder da imprensa escrita está presente em textos dos periódicos analisados. O editorial do primeiro número do jornal A Verdade trata disso, ao afirmar:

A imprensa hoje é quase a única válvula da necessária expansão dos sentimentos. A imprensa é também a tribuna popular, cadeira de ensino, arauto do progresso, norte e bússola na rota que segue a humanidade em busca e alcance de seus destinos immortaes [...]. Com effeito, as circunstancias da sociedade moderna affastam boa parte dos homens da audição do verbo de Deus: - é preciso que o jornal va levar ao tugurio do pobre, às águas furtadas, à officina do operário, aos salões e alcovas do

rico, ao armazém do negociante, ao gabinete do sabio... o pabulo do espírito, que a esses, como a outros muitos logares não o podem levar os ministros de Deus [...]. Se São Paulo, o Apostolo das Gentes, voltasse ao mundo hoje elle se faria jornalista [...]. É com esse programma claro e lealmente definido que apparece hoje a luz da publicidade (A VERDADE, 1º. de maio de 1907, ano I, n. 1, p. 1).

No editorial da folha religiosa, chama a atenção também a dicotomia existente no desenvolvimento da sociedade: é necessária a busca do progresso, mas tal busca pode desviar o homem do caminho correto. O combate aos perigos da vida moderna é a marca da ação dos premonstratenses e, dessa forma, é constituída também pela valorização da “boa imprensa”.

Affirmamos porem que serão incompletos todos os nossos esforços, inefficazes todas as nossas diligencias sem o bom jornal. – O bom jornal actua quotidianamente com força sobre os espíritos, no meio familiar, sobre todas as edades e condições sociaes. Affirmamos que aos costumados meios de evangelisação cumpre accrescentar a boa imprensa [...]. O homem inimigo, o maçõn, o politiqueiro, o livre pensador trabalharam sem nós e contra nós, lançando o joio muito mais activamente do que nós a boa semente (A VERDADE, 11 de maio de 1907, ano I, n. 2, p. 3).

Indiferentes aos ideais religiosos do movimento ultramontano, os jornais Montes Claros e Gazeta do Norte identificavam suas atividades como importantes propulsores do progresso da cidade. Com foco nos inúmeros problemas que a região enfrentava, afirmavam que suas tarefas visavam, sobretudo, a evolução da sociedade e, por isso, exprimiam feições patrióticas.

Despertar energias novas, determinar o apparecimento de iniciativas fecundas, favorecer o surto do nosso progresso, impulsional-o convenientemente, encaminhar a solução dos multiplos problemas vitaes, que nos assoberbam – eis uma tarefa sem duvida seductora e nobilissima tanto quanto gigantesca e patriotica. Tudo isso cabe na alçada do novo jornal (MONTES CLAROS, 11 de maio de 1916, ano I, n. 1, p. 1).

[...] Plantar essa semente benedicta aos logares que necessitam de evolução e de progresso é um acto patriotico e digno de applausos de todos aquelles que desejam o bem estar do Paiz em que vivem [...]. Não estando ligados a interesses e nem a partidos politicos não esperando o bafejo official, por subvenções ou recompensas de qualquer natureza, contaremos unicamente com o auxilio popular [...] (GAZETA DO NORTE, 06 de julho de 1918, ano I, n. 1, p. 1).

Nos trechos reproduzidos, é possível perceber a atribuição de um papel extraordinário à imprensa escrita, como se sem a sua presença a sociedade estivesse condenada ao atraso e à ignorância. Para Pallares-Burke (1998, p. 147), “tal função insubstituível da imprensa é geralmente justificada pela ausência de outros agentes educativos, como leis e um sistema de escola pública, que, caso existentes, poderiam fazer mais sistemática e formalmente o que o jornalismo fazia informalmente”.

No que diz respeito à educação formal, para a cidade de Montes Claros, o início da República caracterizou-se pela ampliação de oferta do ensino por instituições escolares. Destacou-se, nesse processo a instalação do Grupo Escolar Gonçalves Chaves em 1909, no contexto das reformas educacionais no Estado de Minas Gerais que buscaram a criação de um novo espaço escolar.²¹ Entretanto, é evidente que se continuava “educando” uma parcela restrita da população pela via do ensino formal e que a ação de outros mecanismos era primordial. Nessa lógica, a imprensa periódica poderia contribuir para a tarefa.

A adoção de um estilo mais cultural do que noticioso pela imprensa brasileira para a época, fato já apontado anteriormente, reforça a dimensão formadora dos periódicos. Uma das características consequentes dessa dimensão foi a publicação de obras literárias nos jornais. Com isso, o leitor acessaria um tipo de literatura tida como erudita e ainda pouco difundida entre a população. Para Morel e Barros (2003), a publicação de trechos de uma narrativa fatiada (obra publicada em pedaços), também contribuiu para o aumento nas tiragens dos periódicos, pois instigava a curiosidade do leitor.

O jornal Correio do Norte adotou este tipo de estratégia em seus números. Na leitura de exemplares do ano de 1890, por exemplo, é encontrado na parte inferior da primeira página, em uma seção denominada “folhetim”, a publicação sucessiva de trechos da obra *O Irmão do Espírito Livre*, romance histórico do escritor alemão Henrique Zschokke. Já no jornal Gazeta do Norte, como outro exemplo, foram publicados textos literários em uma seção denominada “literatura”, inserida na segunda ou terceira página do jornal. Diferentemente do caso anterior, nesta foram publicados textos completos e não uma obra (como um romance) em partes.

Os textos literários publicados nos jornais da época também eram contribuições de homens das letras da cidade. No jornal Correio do Norte, que inclusive chegou a ter uma seção literária independente, Oliva (2009) identificou, em 7 anos de publicações semanais,

²¹ Ver: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira republica*. Passo Fundo: UPF, 1996 e DURÃES, Sarah Jane (Org.). *A escola como lugar - grupos escolares no Norte de Minas Gerais (1906-1937)*. Montes Claros: UNIMONTES, 2009.

poemas, crônicas, contos e folhetins, entre outros gêneros. Para o autor, os escritores montesclarenses relacionavam-se com a literatura das capitais e de outras nacionalidades (franceses, alemães, portugueses e ingleses), “pois muitos deles são referidos nos poemas e alguns trechos servem mesmo de epígrafe para certos autores” (p. 11).

A opção pela adoção de uma vertente mais cultural do que informativa reforçou o papel da literatura nos jornais da época. No caso do jornal *Correio do Norte*, o próprio editorial do primeiro número evidenciava isso, ao afirmar que “a seção literária, que será ao mesmo tempo instrutiva – procurando unir o útil ao agradável – conterá variedades – literatura amena, lendas e poesia, originais e traduzidas” (*CORREIO DO NORTE*, 24 de fevereiro de 1884, ano I, n. 1, p. 1).

A educação da população era uma tarefa que a imprensa dividia com outras agências formadoras, sejam aquelas criadas para esta função, como a escola, ou aquelas reconhecidas como portadoras de potencial formador, como o teatro e o cinema. Segundo Pallares-Burke (1998), no combate à ignorância e ao atraso social, os periódicos acabaram associando-se a agências que poderiam contribuir para a educação da população.

Em Montes Claros, essa associação ocorreu de diversas formas. Entre a imprensa e a escola, podemos percebê-la nas campanhas que objetivavam conscientizar os pais da importância da matrícula de seus filhos nas instituições de ensino, na publicação constante nos jornais de eventos realizados pelas escolas e de outras informações, como data do início das aulas, relação de alunos aprovados, menção aos alunos de se destacaram durante o ano, entre outros.

Veloso (2008) afirma que o jornal *Gazeta do Norte* possuía uma missão “desanalfabetizadora” e que este órgão, a partir da associação a uma importante instituição de ensino da época, a Escola Normal, produziu modificações significativas em seu empreendimento educativo. Segundo a autora, o jornal assumiu para si um conjunto de encargos que perfaziam o projeto de modernização da sociedade e que passava, necessariamente, pela instrução da população que deveria mudar de mentalidade e comportamento.

No Brasil republicano, a educação apresentou-se como alternativa de solução para uma série de problemas sociais, econômicos, políticos. Vinculada à idéia de progresso e civilização, a educação constituiu-se como dispositivo capaz de preparar, tanto as elites como as populações iletradas, para o trabalho de transformação da realidade e a construção da nação brasileira. E nesse contexto, a imprensa brasileira encontrou espaço e condições para sua consolidação como empresa educativa. O

empreendimento de educar a população e imprimir-lhe uma nova mentalidade não era tributado apenas à escola, mas a todas as instituições sociais, como a família e a igreja, nelas incluindo a literatura, o teatro, o cinema, as revistas e os jornais (VELOSO, 2008, p. 40).

Dentre as estratégias adotadas para educar a população de Montes Claros para os desafios da vida moderna, destacou-se, a partir de 1918, a realização de diversas conferências educativas e médicas nas instalações da Escola Normal. Tais conferências tiveram ampla cobertura da imprensa periódica da época (jornal Montes Claros e jornal Gazeta do Norte) que as divulgavam e, na maioria das vezes, reproduziam o conteúdo explanado.

Nas conferências realizadas em Montes Claros, foram apontados os defeitos da educação doméstica, pois os pais não possuíam conhecimentos médico-higiênicos, e não educavam segundo diretrizes comuns. Tais eventos, centrados inicialmente em questões higiênicas, passaram, com o tempo, a direcionar-se principalmente para temas pedagógicos (VELOSO, 2008).

No período abordado por esta investigação, as fontes pesquisadas noticiam a ocorrência de 7 conferências, cujos temas foram: “Defeitos da educação doméstica”, “Malária”, “Moléstia de Chagas”, “Ankilostomíase”, “Sífilis”, “Higiene”, “Saneamento moral” e uma sétima conferência cujo tema não pôde ser aferido²².

Na análise das características da imprensa periódica das primeiras décadas da República, com destaque para as relações que ela estabelecia com o público leitor, um espaço revelador, e muitas vezes ignorado, é a veiculação de anúncios. De acordo com Morel e Barros (2003), os anúncios encontrados nos primeiros periódicos explicitam muitos dos aspectos da sociedade brasileira.

Os jornais Montes Claros e Gazeta do Norte, inaugurados na segunda metade dos anos 1910, apresentavam formatação similar com relação à inserção dos anúncios. Na maioria das vezes, estes se concentravam na última página do jornal (página quatro), além da ocorrência de alguns anúncios isolados nas três primeiras páginas dos periódicos.

Salta aos olhos nos anúncios o apelo ao consumo baseado em padrões da vida moderna que emanava dos grandes centros urbanos. Da alfaiataria que “trabalha pelos melhores e mais modernos moldes” (MONTES CLAROS, 15 de março de 1917, ano I, n. 44, p. 2) à casa comercial que anuncia produtos da moda com preços “perfeitamente iguaes

²² Por tratarem, mormente de questões médico-higiênicas, as conferências são discutidas no capítulo 4 deste trabalho.

aos do Rio” (MONTES CLAROS, 4 de novembro de 1917, ano II, n. 75, p. 4), a busca por consumidores adotava a estratégia de oferecer o que é moderno, urbano, e, assim, irresistível.

Percebe-se também no período a inserção de anúncios de importadores que oferecem artigos da capital federal brasileira e também de outros países (“correspondencia directa com as principaes praças da Europa e América do Norte) (GAZETA DO NORTE, 6 de julho de 1918, ano I, n. 1, p. 4), demonstrando o incremento da procura por produtos oriundos desses locais. Dessa forma, as elites dominantes buscavam e propagavam um comportamento desejado para a época que também era expresso no consumo de produtos considerados modernos.

Os anúncios comerciais dividiam espaço com profissionais liberais que ofereciam seus serviços, médicos, advogados e farmacêuticos, e também com apelos de produtos relacionados à saúde. Nessa questão, destaca-se o jornal Montes Claros, que chegou a possuir quase a totalidade de seus anúncios relacionados a produtos e serviços de saúde, diferentemente do Gazeta do Norte, que possuía certa predominância de anúncios comerciais. Este fato pode estar relacionado à profissão do editor e proprietário do jornal, Antônio Ferreira de Oliveira. Como farmacêutico, é possível que sua proximidade com outros profissionais da saúde os tenha atraído para a publicidade em seu veículo.

Entre os produtos ofertados nos jornais, possuem proeminência os medicamentos para fins variados. Diversos elixires são oferecidos, em um discurso que garantia a cura de inúmeros males, reforçado pelo depoimento de indivíduos que supostamente se beneficiaram destes produtos. O Elixir de Camomilla e Melissa Composto, fórmula do farmacêutico Antônio Ferreira de Oliveira, era utilizado “com vantagem nas dyspepsias atônicas e biliosas, gastroenterite, anorexias ou falta de apetite, etc”; já o Elixir do Nogueira apregoava ter sido aplicado com sucesso nas seguintes moléstias: “escrophulas, darthros, boubas, inflamações do útero, gonorrhéas, fistulas, espinhas, ulceras, tumores, sarnas, crystas, manchas da pele, rheumatismo, latejamento das artérias do pescoço”, entre outras (MONTES CLAROS, 15 de junho de 1916, ano I, n. 6, p. 4).

Os anúncios dos jornais montesclarenses retratam a realidade farmacêutica brasileira do início do século XX, quando predominava o oferecimento de produtos fitoterápicos, obtidos através da purificação ou destilação de substâncias naturais, mas sem o conhecimento de sua natureza ou estrutura química (NASCIMENTO, 2003).

Já outro anúncio, este do jornal Gazeta do Norte, enaltecia os avanços da ciência médica e oferecia um livro que orientava a enfrentar um grande mal que atacava os homens e afetava as mulheres: “a impotência viril”.

Em cada dez homens

Nove são semi-vivos

Sois um destes??

Pode-se estar aparentemente gozando de uma boa saúde no entanto estar morto ou insensível a energia sexual. Estas notando que a vossa virilidade vai declinando dia a dia, ou que já declinou, sem motivo aparente que o explique? Pois não desprezeis esse estado e curei-vos. É tão importante conservar a saúde sexual como a saúde geral. A impotência viril transforma o homem em inútil e o afasta de todos os prazeres da vida, conservando-o em condições de manifesta inferioridade perante os outros, e a mulher em débil, nervosa, tornando ambos desgraçados. No número sempre progressivo de descobertas que vem enriquecer a ciência médica, é nos nossos dias completamente impossível não registrar o êxito incontestável que oferece o método Zélie, para cura da **Impotência viril, do Esgotamento nervoso, da Neurasthenia, da Espermatorrhéa e da Atrophia**. Negar ou até duvidar seria pueril em face de milhares de cura, isto é dos resultados certos que este método produz todos os dias. **A Academia Vital, CAIXA POSTAL 169, Porto Alegre** (E. do Rio Gr. Do Sul) vos enviará mediante remessa de 400 reis em sellos novos do correio a interessante brochura **RESTAURAÇÃO DO HOMEM**, nella encontrareis preciosos esclarecimentos e uteis conselhos para recuperar vossa saúde, força e vigor. Pedi hoje mesmo um exemplar (GAZETA DO NORTE, 18 de outubro de 1918, ano I, n. 14, p. 3).

Nos ideais higienistas e eugenistas, a virilidade masculina ocupava papel central, pois expressava o homem forte, robusto e cumpridor de suas funções. Já a mulher também era afetada, indiretamente, pela ausência de virilidade masculina, pois era impedida de atuar na regeneração social através da geração de descendentes saudáveis.

As propagandas de remédios (ou do livro que trata do combate à impotência) foram fortalecidas pela crença no poder da ciência. Cada vez mais presente nas ações políticas ou cotidianas da população, argumentam no sentido de ser impossível resistir às suas descobertas (“negar ou até duvidar seria pueril [...]”). Desse modo, a construção dos homens e mulheres ideais à nova sociedade em edificação também se dava pela tentativa de garantir ou recuperar a plenitude física²³.

No conjunto, os anúncios veiculados nos periódicos de Montes Claros nas primeiras décadas do século XX retratam características da sociedade do momento, como o desejo de aproximar hábitos locais aos das grandes cidades (o consumo de produtos

²³ A discussão sobre os ideais de saúde e as ações higienistas que compuseram o processo de modernização da sociedade é apresentada no Capítulo 4.

modernos, por exemplo) e a valorização da busca da saúde através da divulgação de um discurso higienista.

Além dos anúncios, a busca de informações sobre quem eram os assinantes dos jornais também pode fornecer dados sobre este tipo de fonte. Sobre isso, enfatizam Morel e Barros (2003, p. 34-35):

Uma primeira abordagem do perfil dos leitores pode ser detectada quando alguns jornais divulgavam a quantidade de assinantes. Antes de tudo, é preciso levar em conta que ser assinante de uma publicação, sobretudo nos primórdios da imprensa periódica, era gesto repleto de significado, era um ato de opinião. O ato de se constituir assinante numa sociedade que até então não possuía imprensa regular tinha o peso de uma opção política. Por isso, parece ser mais plausível acreditar que as vendas avulsas (em que o anonimato era preservado) teriam um peso quantitativo maior, pois preservavam o leitor da acusação em voga na época, de ser faccioso, de tomar partido e de não contribuir para a harmonia e unidade da nação que se formava.

O “peso de uma opção política” que ser assinante de um periódico possuía, conforme aponta os autores, justifica-se inclusive pelo fato de que nas cidades do início do século XX, sobretudo nas menores, tal informação dificilmente permaneceria encoberta. Entretanto, com relação à divulgação dos números de assinantes pelos jornais, convém estar alerta para o fato de que um periódico que pretendesse ser importante poderia, inclusive, falsear dados sobre a quantidade de assinantes buscando a atribuição de valoroso formador de opinião.

No caso de um dos periódicos publicados na cidade, o jornal Montes Claros, a situação problematizada anteriormente agravava-se, pois a referida folha adotava a estratégia de publicar periodicamente os nomes de seus assinantes (e períodos de assinatura). Numa cidade caracterizada pela bipolarização política que se refletia em variadas esferas da vida social, inclusive na imprensa periódica como já tratado anteriormente, ser assinante do jornal Montes Claros, por exemplo, era postura idealizada do grupo sob o comando de Honorato Alves. Para esses, assinar o Montes Claros poderia, mais do que uma opção, ser uma obrigação.

Os exemplos discutidos anteriormente reforçam a ideia de que os jornais da época, mesmo dirigidos por um grupo restrito que integrava a elite local foram espaços de debate, em que o contraditório pode em certa medida estar presente. Mesmo porque, é difícil imaginar uma elite social coesa, partidária dos mesmos princípios, em um período de

intensa transformação social. Um outro exemplo sobre a diversidade do que era publicado nos jornais, refere-se a um debate religioso que se instaurou no início do ano de 1917.

Durante várias semanas, anúncios de livros e textos sobre a doutrina espírita foram publicados em uma seção paga. O último deles, publicado em 22 de fevereiro, afirmava:

Seção livre

Doutrina espírita

O Espiritismo, luzeiro espiritual da humanidade, mais forte que nunca nas suas solidíssimas bases christãs, dia a dia acolhe em seu seio fervorosíssimos adeptos, desde os humildes aos mais sábios homens [...]. Sendo pois o espiritismo a verdadeira doutrina christã, agora ampliada á altura do progresso da humanidade, como previa Jesus, será por isso «a lampada fora do alqueire», aluz deslumbrante que afugentará as trevas, mostrando o verdadeiro Deus aos homens de boa vontade e explicando as demais verdades que devem ser conhecidas [...]. O Espiritismo, apesar da Má Fé, da Ignorância e do Commodismo rotineiro, triunfará e, como doutrina philosophico – scientifica que é, na Terra reconhecida será, como sendo a cupula de todos as Sciencias, pois é o elo que as une; ficando assim no sei verdadeiro lugar, para honra e glória da humanidade (MONTES CLAROS, 22 de fevereiro de 1917, ano I, n. 41, p. 3).

O texto provocou forte reação do bispado local que criticou, também através de um texto publicado, tanto a atribuição de verdadeira doutrina cristã ao espiritismo, como o espaço dado pelo jornal a este tipo de escrito.

De acordo com Paula (1957), desde o início do século XX o espiritismo era cultivado na cidade. Apesar de um número restrito de adeptos, figuras importantes da elite local adotaram tal prática religiosa, que encontrava abrigo entre integrantes das tradicionais famílias Sarmiento e dos Anjos, por exemplo. Mesmo assim, o protesto do bispo teve efeito e motivou a publicação da seguinte explicação por parte da redação do jornal Montes Claros:

Uma explicação

[...] Não publicaremos mais, de modo nenhum, artigos daquela natureza; não por temor nem qualquer outro principio de inconfessavel interesse; mas simplesmente para sermos coherentes com as nossas convicções – a fé christã em que nos criaram nossos queridos paes- como tambem com o programma de nosso jornal – servir leal e sinceramente ao publico, combatendo sempre ao seu lado e apoiando sempre a crença dominante, portanto a Religião Catholica, a que temos orgulho de pertencer [...] - Nota: Do snr. José Versiani dos Anjos, signatario do artigo – Doutrina Espirita – recebemos para ser publicado na Secção Livre, um contra-

protesto que deixamos de publicar, apesar de conhecermos o direito de defesa do auctor, não só porque não queremos concorrer para que esse incidente continue, tendo maior repercussão, como também porque o achamos bastante energico. Assim confirmamos o que acima dissemos (MONTES CLAROS, 08 de março de 1917, ano I, n. 43, p. 2).

José Versiani dos Anjos, citado no trecho, espírita professo, era filho do antigo redator do jornal Correio do Norte, Antônio Pereira dos Anjos. De família local tradicional, tinha como um de seus irmãos Cyro dos Anjos, futuro memorialista da cidade. Quanto a este, não há registros de sua adoção à doutrina espírita. Em obra que aborda sua infância em Montes Claros, *A menina do sobrado*, há inclusive trechos em que Cyro dos Anjos narra sua participação em cerimônias da Igreja Católica recém-fortalecida pela instalação do bispado na cidade no ano de 1911.

De acordo com Paula (1957), outro espírita conhecido e influente em Montes Claros ainda no século XIX foi Eusébio Sarmiento, que foi farmacêutico, vereador e dono de uma fábrica de sabão, além de ter atuado na imprensa local em dois periódicos: *O Operário* e *O Agricultor*.

Os anúncios, as notícias publicadas, os assinantes, a profissão dos redatores dos jornais, são características que incrementam a análise dessas fontes e permitem a identificação de indícios para problematizar o poder desses veículos na sociedade. No conjunto, essas informações corroboram para o argumento de que a imprensa periódica foi instrumento privilegiado para provocar ou combater transformações sociais, inclusive pela educação da população influenciada pelos periódicos.

3. TRANSFORMAÇÕES NA URBE: a cidade moderna em construção

As modificações pelas quais passou o município de Montes Claros na transição do século XIX para o XX foram, em larga medida, fruto das ambições locais de progresso. A sedução da civilização, a ambição de tornar-se uma sociedade moderna, compôs o repertório político-administrativo montesclarenses e subsidiou o investimento na urbe de variadas formas e por diferentes grupos sociais que, para além dos interesses privados que podiam diferenciá-los, tinham em comum o anseio pela modernização.

A atmosfera propícia ao desenvolvimento e o discurso civilizador foram, naturalmente, materializados de muitas maneiras, como em melhoramento da estrutura da cidade, representações de uma sociedade ansiosa pelos ideais do progresso e da razão.

É comum a percepção de que na região norte de Minas Gerais a modernidade chegou pelos trilhos da ferrovia. Mas as cidades, mesmo antes das locomotivas, eram marcadas por elementos do mundo moderno, como o telefone, o cinematógrafo, a eletricidade, o automóvel, a indústria (a de tecidos, no caso de Montes Claros) e o esporte.

Jornais e memorialistas registraram suas impressões sobre o que acontecia na cidade, notadamente a difusão do desejo montesclarenses de moldar a localidade segundo os princípios dos grandes centros urbanos. Tais registros, relacionados ao imaginário, à memória e ao discurso informam mais sobre seus veiculadores, mas também revelam como a população em geral foi incluída e/ou excluída do processo. De qualquer modo, depois da então identificada modernidade, Montes Claros deixou de ser um parco amontoado de moradias edificadas ao redor de uma Igreja.

3.1 A cidade como lócus da modernidade

As cidades europeias, desde o século XVIII, sofreram intensas modificações, geralmente explicadas pela industrialização e pelo aumento populacional. Tal crescimento/desenvolvimento não acontece em aspectos isolados, pois coloca todas as estruturas sociais em relação de aproximação e conflito, alterando da economia aos costumes.

Impactada de diferentes formas, a vida urbana exigia organização, ordenação e higienização, necessidades que impulsionaram estudos sobre a urbe, no século XIX (RAMINELLI, 1997).

Entre os primeiros intelectuais que se debruçaram sobre o passado das cidades estão Max Weber (1988) e Georg Simmel (2005). Weber e Simmel, motivados pelo profuso crescimento de Berlim nas últimas décadas do século XIX, abordaram as interações entre os indivíduos e entre estes e o espaço urbano, a partir do princípio de que a cidade moderna configurou-se como um novo lugar para se compreender a sociedade.

A centralidade das cidades na vida moderna (e a conseqüente importância de seu estudo) já foi abordada por Braudel (1998, p. 439):

As cidades são como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam as trocas, caldeiam constantemente a vida dos homens [...].A cidade é corte, ruptura, destino do mundo. Quando surge, portadora da escrita, abre as portas ao que chamamos *história* [...] uma cidade é sempre uma cidade onde quer que se situe, tanto no tempo como no espaço. O que de maneira alguma quer dizer que as cidades sejam todas parecidas. Mas, para além de características diversas, originais, todas falam obrigatoriamente uma mesma linguagem *fundamental*: o diálogo ininterrupto com o campo, necessidade primordial da vida cotidiana; a presença das pessoas, tão indispensável como a água para a roda do moinho; o orgulho cidadão, o desejo de as cidades se distinguirem umas das outras; a sua situação obrigatória no centro de redes de ligações mais ou menos longínquas; a sua articulação com os seus arrabaldes e com outras cidades.

Após as primeiras análises da história urbana, novas perspectivas surgiram, caracterizando-se pela emergência de novas fontes, pela realização de pesquisas interdisciplinares, pelo aprimoramento de arcabouço teórico-metodológico relativo à urbanização e pelo destaque dado às relações entre os vários segmentos sociais (RAMINELLI, 1997).

O acúmulo de avaliações complexas e contraditórias inicialmente realizadas por filósofos, filantropos, médicos, logo depois por engenheiros sanitários, historiadores, sociólogos e urbanistas compõem o campo de estudos sobre as condições de vida nos núcleos urbanos. Pode-se dizer que, se durante o século XVIII, nas teorias sobre as cidades prevalecia a dimensão projetiva e idealizada, no século XIX, as cidades, em especial as grandes capitais européias e os nascentes núcleos industriais, ofereceram material abundante para a observação e avaliações dos efeitos materiais e intelectuais do crescimento urbano nas suas populações. É sobre essa base, constituída pelos estudos desenvolvidos na primeira metade do século passado, que intelectuais – acadêmicos e homens de governo – elaboraram propostas de intervenção, escolhidas e executadas pela iniciativa privada e pelos poderes públicos (BRESCIANNI, 2001, p. 242).

As cidades têm sido objetos de análises e abordagens variadas, como a ênfase em seus processos econômicos, na arquitetura, e em seus fenômenos culturais. Como os problemas urbanos são múltiplos e complexos, privilegiar informações sobre um ou outro aspecto é, muitas vezes, eleger aquilo que é considerado mais importante, central na dinâmica do mundo urbano. Pode significar também uma opção ou gosto do pesquisador. Ou ainda uma escolha feita pelas condições das fontes, tanto em termos de disponibilidade de consulta como em volume de informação, ou condições de preservação.

Pesquisas podem ser desenvolvidas por questões utilitárias, para resolver problemas que se destacam no contexto do pesquisador, a exemplo do crescimento das investigações sobre violência na segunda metade do século XX, em muito pela violência das urbes no período. Muitas vezes, as pesquisas desenvolvidas assumem seus direcionamentos em virtude da pressão exercida para que se ofereçam respostas a situações problemáticas, às vezes intoleráveis.

Apesar da heterogeneidade de abordagens que os problemas urbanos suscitam, cada vez mais as pesquisas históricas têm evitado interpretações estanques, não preocupadas com tensões e conflitos inerentes à vida nas cidades. Além disso, as peculiaridades locais devem sempre ser consideradas. Com isso, o pesquisador da cidade não pode permitir que o amplo material já produzido sobre o assunto o pressione no sentido de ignorar características que distinguem o espaço estudado de outro sítio. Aquele que investiga as cidades deve atentar-se para o fato de que trabalha em terreno perigoso, não podendo desconsiderar os movimentos gerais que o desenvolvimento tem apresentado nas urbes contemporâneas, tampouco a certeza de que tais tendências resultam em diferenças, não em semelhanças.

Pesquisar historicamente uma localidade distante dos grandes centros, nessa lógica, e que se tornou um importante núcleo urbano de Minas Gerais, significa evitar a adoção de modelos teóricos que propiciam interpretações que obstruem o destaque das especificidades locais, ao mesmo tempo em que é preciso contextualizar o espaço em análise enquanto tributário de um determinado momento histórico.

As investigações tradicionais sobre as cidades aproximam-se de um recorte unidimensional para compreendê-las e nelas intervir. Entre as possibilidades de tratamento do tema, percebe-se desde os que se caracterizam por serem extremamente técnicos até os que buscam abranger a cidade em sua multiplicidade (BRESCIANI, 2001).

Fenelon (2009) chama a atenção para a necessidade do olhar cuidadoso para as condições materiais de vida das pessoas (saúde, moradia, transporte, alimentação), sem

esquecer de outras dimensões, como o lazer, manifestado no rádio, na TV, no jogo de cartas, nos bares e botequins, nos cinemas e nas festas populares. A autora defende uma investigação que aborde aspectos geralmente negligenciados, o que amplia as visões sobre as cidades, passando da materialidade às sensibilidades em relacionamento nas urbes.

As cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos (PESAVENTO, 2007, p. 11).

Neste estudo, a cidade é percebida em sua multiplicidade. Ao realçar a educação da população para o moderno, a pesquisa abarca variadas esferas da vida cidadina, desde aspectos estruturais relacionados à saúde e infraestrutura até à criação de espaços de diversão.

Walter Benjamin destaca-se como um dos autores que trataram dos efeitos da emergência da sociedade urbana e burguesa nos sentidos (e em toda vida prática) dos indivíduos. Dialogando constantemente com o projeto burguês de sociedade, o autor problematiza o arraigar dos indivíduos à história oficial, entre outros, pela construção das sensibilidades.

Novas sensibilidades são elaboradas, de acordo com Benjamin, na cidade burguesa da velocidade, da nova arquitetura, do dinheiro que modifica o comportamento. Nas cidades que cresciam, a experiência perdia espaço também porque o dinheiro abreviava o tempo, não havia tempo para se falar de outra coisa.

Conselho Fiscal

Não há dúvida: existe uma secreta conexão entre a medida dos bens e a medida da vida; quer dizer, entre o dinheiro e o tempo. Quanto mais nulamente é preenchido o tempo de uma vida, mais frágeis, polimorfos, díspares são seus instantes, enquanto o grande período assinala a existência do homem superior. Muito corretamente Lichtenberg propõe falar de apequenamento do tempo, em lugar de encurtamento, e é ele mesmo quem observa: “Algumas dúzias de milhões de minutos fazem uma vida de quarenta e cinco anos e um pouco mais”. Onde está em uso um dinheiro do qual uma dúzia de milhões de unidades nada significa, ali a vida terá de ser contada em segundos em lugar de em anos, para aparecer respeitável como soma. E nessa medida ela será dissipada como um maço de notas de banco: a Áustria não consegue perder o hábito de calcular em coroas (BENJAMIN, 1997, p. 61-62).

Nessa nova realidade, a cidade não é para ser vivenciada, mas comprada²⁴. A vida moderna, na perspectiva benjaminiana, é a vida urbana que impacta sobre os homens causando-lhes um desenraizamento, pois nessa nova realidade há um declínio da experiência.

Benjamin abordou a cidade moderna como produto de transformações estruturais (sobretudo a industrialização) e produtora de estilos de vida. Nesse processo, relacionou o desenvolvimento da técnica e das formas de viver. Por tratar dos novos fenômenos causados pela urbanidade com foco na produção de subjetividades, sua produção ajuda a refletir sobre as transformações ocorridas nos grandes centros urbanos, ou nos centros urbanos em que estava presente, em alguma medida, a aspiração de reproduzir o que ocorria nas metrópoles.

Toda cidade comporta significativa pluralidade da tessitura social. Diferentes grupos sociais vivem a cidade de formas diversas. Em uma cidade planejada é comum a constatação de que os espaços foram pensados para serem ocupados de acordo com uma determinada hierarquia social. Espaços públicos, como um parque, podem ser construídos como espaços de diversão para uma classe social específica. Isso não quer dizer, porém, que o que foi planejado foi efetivado. Entre prescrições e ações existem tanto práticas sociais que corroboram como que resistem ao que se procura estabelecer²⁵.

A transformação das cidades é sempre um processo dinâmico e inacabado. Para mergulhar no estudo deste processo é preciso ir além do que é percebido à primeira vista. É necessário um olhar atento para as “pistas” que as cidades deixam sobre suas características. Em *Cidades Invisíveis*, Calvino (1990) apresenta o viajante veneziano Marco Polo que, com este olhar, visita as cidades do império Mongol. Marco Polo afirma a Kublai Khan - enquanto descreve as cidades visitadas em suas inúmeras viagens - que elas não são feitas apenas de suas edificações, mas também de seus acontecimentos passados. A cidade é feita

²⁴ Cervejaria

Marinheiros descem raramente em terra [...]. Quando então chega a licença de terra para uma equipe por algumas horas, já está escuro. No melhor dos casos, a catedral se ergue como massa escura no caminho da hospedaria. A cervejaria é a chave de toda cidade; saber onde há cerveja alemã para beber é bastante conhecimento de países e de povos. A taberna alemã para marujos desenrola o mapa noturno da cidade: dali até o bordel, até as outras tabernas, não é difícil achar o caminho [...]. Mas quem sabe se desta vez se desce em terra? Por isso, quando o navio mal acabou de declarar e aportar, já vieram a bordo comerciantes com lembranças: correntes e cartões postais, quadros a óleo, facas e estatuetas de mármore. A cidade não é visitada, mas comprada [...] (BENJAMIN, 1997, p. 66-67).

²⁵ Em *A invenção do cotidiano*, Michel de Certeau (1994) analisou práticas culturais contemporâneas a partir da consideração da cultura ordinária, daqueles comumente percebidos como menos importantes na produção cultural; assim, infirmou a centralidade da direção elitista da razão técnica e produtivista. Com sua teoria das práticas cotidianas, o autor afirmou que os indivíduos reinventam o seu cotidiano constantemente, driblando as ordens estabelecidas, pois, em uma sociedade, as pessoas estão apenas “supostamente entregues à passividade e à disciplina”(p. 20). Apesar dos mecanismos de coerção que as sociedades imprimem, o homem exerce resistências que impactam nos marcos da dominação.

“das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado” (CALVINO, 1990, p. 14).

O viajante Marco Polo preocupa-se em descrever não apenas a arquitetura das cidades, mas outras nuances fundamentais para seu conhecimento. Através de sua narrativa, constrói diferentes cidades a partir do direcionamento do olhar para diferentes aspectos.

Para o conhecimento das cidades, Marco Polo alerta também para o fato de que se deve estar alerta para as características de cada época, pois, com o tempo, novas cidades com novos deuses surgem. É preciso interrogar estes novos deuses (CALVINO, 1990).

O período de transição entre os séculos XIX e XX é destacado como uma época de consolidação do apelo ao conhecimento científico. A ciência, cada vez mais valorizada e influente na sociedade, vai impactar todas as atividades da sociedade. O crescimento das cidades provocava novos desejos, novas necessidades, que só poderiam ser saciadas através da nova lógica que a racionalidade propiciava para a vida urbana.

O denodo humano de produzir conhecimento e, com isso, transformar a sociedade direcionou-se para aspectos estruturais das cidades, para o combate à vadiagem e à mendicância e para as ações higienistas e sanitaristas.

Era necessário o desenvolvimento físico da cidade: limpeza e calçamento das ruas, construções de pontes e estradas; urgia também a adequação das antigas estruturas físicas a essa nova lógica: as construções deveriam ser alinhadas, as casas que esteticamente não se enquadrassem nos preceitos modernos deveriam vir abaixo e as passagens deveriam ser desobstruídas. Além disso, as doenças, para os adeptos do discurso científico, símbolos da ignorância, precisavam ser combatidas, sobretudo pela mudança de hábitos. E o homem, para que realmente pudesse ser propulsor do progresso, não podia mais se entregar à vadiagem. Todos deveriam adotar um comportamento condizente com os novos tempos.

3.2 Uma nova estrutura para a cidade

A maioria das cidades mineiras nasceu em torno de uma capelinha e na vizinhança de um rio de águas puras. As casinhas, de varas e de barro de sopapo, iam surgindo, uma a uma, grudadas nas outras, com parede a meio, como se estivessem com frio, ou com medo. Com o tempo, iam formando um semicírculo, em frente da igreja. Ali, plantavam um cruzeiro, e o lugar virava um largo, onde o povo se reunia. Assim foi esta cidade. Ela nasceu junto à capela de Nossa Senhora e S. José, ao lado do Rio Vieira. As casas, que foram surgindo atrás da igreja, passaram a ser chamadas de Rua de Baixo, mais próximas do rio. Sou cria da Rua de Baixo. Aquele pedaço da cidade, ainda hoje, está inteiro, fincado no força do meu sentir. No largo da Matriz, acontecia a vida da comunidade.

Também no passado era ali o centro dos acontecimentos maiores (MAURÍCIO, 2007, p. 27).

No final do século XIX, a imagem da gênese da antiga Montes Claros era algo que deveria permanecer no passado, apoiada principalmente na memória daqueles que com nostalgia valorizavam e preservavam as origens da cidade. Porém, mesmo que os indivíduos teimassem em sustentar lembranças, a palavra de ordem do período era a busca da modernização da cidade.

Monografia sobre o município de Montes Claros produzida em 1916 contribui para perceber a situação da cidade nos primeiros anos do século XX. Segundo Urbino Vianna (2007), Montes Claros era formado então por cinco distritos: Montes Claros (sede, com cerca de 28 mil habitantes); Brejo das Almas (12 mil habitantes); Morrinhos (5 mil habitantes); Juramento (4 mil habitantes); e Bella Vista (3 mil habitantes). Do total de 52 mil habitantes, pouco mais de 2,5 mil eram eleitores²⁶. Já na economia do município, segundo Vianna (2007), era possível destacar aspectos da agricultura, da indústria e do comércio. Na agricultura, em geral ainda atrasada, começava-se a perceber no início do século XX a presença de maquinário agrícola, sendo a atividade centrada na produção de grãos. Na indústria destacavam-se a produção de tecidos e uma charutaria. Já o comércio, de variados produtos importados ou nacionais, dava-se pela atuação dos caixeiros viajantes ou por representantes comerciais (VIANNA, U., 2007).

A superação ou o enfrentamento de dois importantes entraves para o progresso de Montes Claros podem ser considerados marcos da modernização do município. Um deles relaciona-se à falta de água. A ausência de água refere-se tanto à escassez de chuvas, oriunda das condições climáticas da região que exercia forte impacto até na produção mínima de alimentos para a subsistência da região, como na falta de água canalizada.

Os apelos para a intervenção do governo do Estado na região para a realização de obras estruturais, como a canalização da água, são constantes nos periódicos locais.

²⁶ Na República Velha não estavam habilitados a votar menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos, indígenas e integrantes do clero (Decreto 200-A/1890). O eleitor precisava inscrever-se em comissões distritais formadas por um juiz de paz, um subdelegado e uma pessoa qualificada como eleitor, indicada pelo presidente da Câmara. A comissão distrital elaborava uma lista que era verificada por outro grupo composto pelo juiz municipal, pelo delegado e pelo presidente da Câmara, que poderia alterar a lista. De acordo com Nicolau (2004), existem poucos dados nacionais disponíveis sobre eleições entre 1889 e 1930 e tais resultados ainda devem ser vistos com cautela devido à existência de fraude eleitoral em larga escala. De qualquer forma, a porcentagem de votantes era muito baixa, pois estar habilitado a votar não garantia a participação no processo eleitoral. Segundo o autor, na República Velha, a porcentagem da população que participou das eleições foi em média 2,3%.

Nestes apelos, é frequente o argumento de que a Região Norte do estado é esquecida pelos governantes, avançando muito lentamente nos aspectos estruturais. Como exemplo, é transcrito trecho de publicação de 1890:

Noticias vindas por carta de Ouro Preto desvanecem as esperanças de continuarem-se as obras de canalisação d'agua nesta cidade, da construcção de pontes e outras obras, em que se dizia ter-se de empregar os pobres validos, mas carecidos de socorros publicos na calamitosa quadra actual. Parece que ha lá, no governo de Minas, um poder malefico, de cuja influencia não se pode livrar a zona do norte! Melhor será que se risque da carta deste Estado esta região [...] (CORREIO DO NORTE, 23 de março de 1890, ano VII, n. 294, p. 2).

O primeiro contrato para fornecimento de água potável à cidade foi estabelecido em 1869 com o Cel. João Antônio Maria Versiani, que deveria conduzir água do “Rio dos Bois” até a cidade. Em 1870, convencida da má qualidade da água do “Rio dos Bois”, a atenção da administração pública voltou-se para o Rio Vieira. Após muitos anos de obras interrompidas e reiniciadas, a água do rio Vieira passou a chegar a Montes Claros, mas apenas em chafarizes (PAULA, 1957).

Segundo Brito (2006), durante muitas décadas a água foi captada na cidade somente em cacimbas e cisternas, tendo o processo de canalização iniciado apenas nos anos 1920 e, ainda assim, restrita à área central da cidade e aos arredores da estação central da rede ferroviária.

Outro marco do desenvolvimento, a iluminação elétrica, chega ao município em 1917. É difícil abordar com exatidão o impacto da presença da iluminação elétrica na vida da população. A possibilidade de maior controle da claridade e da escuridão pode influenciar o cotidiano das pessoas em aspectos variados: maior possibilidade de convivência social, frequência a novas práticas de diversão, desenvolvimento de novas sensibilidades através de uma forma inédita de perceber os objetos, entre outros. A iluminação afeta a todos e promove uma original maneira de se relacionar com o mundo.

Isso não quer dizer que até a chegada da eletricidade prevalecia a escuridão em Montes Claros. Memorialistas informam que antes de 1917 já existia o esforço para a iluminação da cidade. De acordo com Paula (1957), muitas tentativas particulares tentaram garantir a iluminação da área comercial com querosene pelo menos até às 21 horas, quando costumeiramente se fechava as lojas e vendas. Em 1864, a Câmara Municipal estipulou

verba para a compra de azeite para iluminação e, em 1912, foram instalados diversos lampiões por iniciativa dos comerciantes.

O desejo pela instalação da energia elétrica está presente em inúmeros artigos de jornais. Com frequência, a luz elétrica é associada ao progresso e à ordem; a escuridão, pelo contrário, associa-se à desordem, ao crime e ao pecado. Na história de Montes Claros, a luz elétrica está relacionada ao trabalho do Cel. Francisco Ribeiro dos Santos. Além de proprietário da fábrica de fiação e tecidos do Cedro, tida como a primeira fábrica moderna da cidade, Santos foi o idealizador e fundador da primeira usina para o fornecimento da energia elétrica. Seis meses antes da inauguração do fornecimento de energia, um jornal da cidade retratava a expectativa da população para o evento e o papel de Francisco Ribeiro dos Santos.

Viajou ante-hontem, 6 do corrente, para o Rio [...] o nosso particular amigo e correligionario cel. Francisco Ribeiro dos Santos [...]. Este illustre cavalheiro [...] vae, ao que nos consta, tractar da aquisição do material para a instalação da iluminação publica e particular desta cidade [...]. Dessa data em diante o cel. Ribeiro ficará tendo seu nome ligado directamente ao progresso de Montes Claros, marcado por esse passo gigantesco da inauguração da luz. [...] nas cidades onde não ha iluminação e onde a treva da noite só é amenizada pelos raios da lua, os crimes são mais frequentes e a luxuria campeia com mais desembaraço. A luz, sim! queremos a luz. A treva foi feita para os irracionais e para os transviados e não para nós, os homens, que desejamos viver às claras e aspiramos outra ordem de ideias (MONTES CLAROS, 08 de junho de 1916, ano I, n. 5, p. 1).

Em *História das coisas banais*, Daniel Roche (2000) investiga a história da vida cotidiana com ênfase em aspectos da cultura material frequentemente vistos como secundários, como as transformações nas moradias, a utilização da água e os processos de iluminação. Segundo o autor, no final do século XVII, quando o rei francês procurou difundir o uso de lampiões em todas as cidades, a população ironizou a medida. Posteriormente, quando a iluminação diminuiu por motivos de economia, a mesma população protestou. Para Roche (2000, p. 153), “essa nova sensibilidade atestava o deslocamento surgido entre o diurno e o noturno, o recuo de uma situação natural graças à ação das organizações na polícia da cidade. Iluminar a noite, mesmo com luar, se tornava indispensável”.

Com a aproximação do dia da inauguração do fornecimento de energia elétrica em Montes Claros, data, aliás, que foi adiada diversas vezes e empreendimento que requereu grande dispêndio de verbas públicas, aumentava os argumentos dos benefícios da

iminente benesse. Assim, o desejo da adoção da luz elétrica foi justificado, inclusive, por preceitos higiênicos. Através de discurso que se propunha racional, pautado no conhecimento científico, adotou-se mais uma estratégia para convencer as pessoas das vantagens desse empreendimento.

Além de outros inúmeros benefícios conhecidos que a iluminação eléctrica da nossa cidade nos irá proporcionar existe um, no tocante a hygiene, que certamente muitos o ignoram. Refiro-me á ozonificação da atmospherá que nos circunda, pelo grande desprendimento, pelos conductores eletricos, desse gaz altamente antiseptico para os germens aerobios. O ozona é comparavel ao oxygenio nos seus effeitos esterilisantes e microbicidas. As condições climatericas de uma cidade se transformam inteiramente desde que se verifique diariamente a emanação deste gaz, impregnando o ambiente e tornando-o innocuo. É de se esperar, portanto, que a iluminação eléctrica da nossa *urbs*, produza a diminuição do indice lethal, graças ao benefico saneamento atmospherico produzido pelo ozona. Aguardemos com esperança a luz que além de nos vir tirar das trevas nos livrará igualmente das epidemias (MONTES CLAROS, 28 de setembro de 1916, ano I, n. 21, p. 1).

O trecho transcrito anteriormente exemplifica o vigor do apelo à ciência na sociedade da época. Mesmo que muitos dos leitores do jornal não compreendessem com exatidão o que o redator quis dizer com “ozonificação da atmospherá”, buscava-se, com este tipo de argumento, convencer a opinião pública através da legitimidade do discurso científico.

A racionalização higienista da cidade, expressa no alinhamento e desobstrução das ruas, na padronização das construções, na proibição do abate de animais nas vias públicas, na presença da iluminação elétrica, em tempos de maior aglomeração popular no espaço urbano, era também um emblema a ser apresentado por uma sociedade que exibia os valores do progresso, do novo.

Em geral, as reformas urbanas da época tinham como pano de fundo uma intensa apreensão com a relação entre a cidade desorganizada, a pobreza e a doença. Assim, eram levantadas questões que certificavam a necessidade de se intervir no espaço urbano, para a garantia de uma determinada civilidade. De acordo com Lessa (2001), as reformas urbanas do século XIX e XX foram intervenções relacionadas aos primeiros questionamentos sobre o *habitat* urbano ainda no século XVIII. Naquele contexto, “o saber médico perscrutava as cidades com base na teoria dos fluidos, na qual o ar e a água eram importadores de emanações fétidas e pútridas denominadas miasmas” (LESSA, 2001, p. 36).

A ideia dos miasmas, impurezas presentes no ar que causavam as doenças, permaneceu forte mesmo depois do desenvolvimento da teoria microbiana no final do século XIX. Nesse contexto, são comuns crenças como a expressa no texto datado do ano de 1916 publicado no jornal Montes Claros, quando é defendida a importância da luz elétrica para purificar o ar de germes e micróbios.

O crédito atribuído à teoria dos miasmas direcionava a intervenção do poder público. Se os temidos miasmas originavam-se, dentre outros, de águas paradas contaminadas, animais doentes e materiais em decomposição, cabia aos administradores das cidades atacarem os locais e os comportamentos considerados perigosos. Nesse ínterim, a eletricidade, a água encanada, o recolhimento de lixo das ruas e a proibição da criação de animais nos quintais eram itens que compunham o esteio da vida moderna.

Antes mesmo da popularização da teoria dos miasmas, a obra de Willian Harvey, publicada no início do século XVII, impactou a concepção sobre o corpo humano com reflexos no ideário da vida urbana. Suas descobertas sobre a circulação do sangue mudaram a concepção de corpo humano e de saúde pública, tema tão caro ao mundo urbano que se afirmava na modernidade.

A revolução de Harvey favoreceu mudanças de expectativas e planos urbanísticos em todo o mundo. Suas descobertas sobre a circulação do sangue e respiração levaram a novas idéias a respeito da saúde pública. No Iluminismo do século XVIII, elas começaram a ser aplicadas aos centros urbanos. Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade de trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, através das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável. A revolução médica parecia ter operado a troca de moralidade por saúde – e os engenheiros sociais estabelecido a identidade entre saúde e locomoção circulação. Estava criado um novo arquétipo da felicidade humana (SENNETT, 2006, p. 214).

A cidade da transição do século XIX para o XX carecia estar fundada em novos alicerces ditados em muito pela racionalidade médica. Assim, a questão atribuída aos fluidos contaminados que ameaçavam a cidade eram enfrentados pela circulação do ar.

As discussões sobre as possibilidades de contágio das doenças definiram a noção de salubridade. Com o entendimento de que uma doença poderia ser adquirida em um ambiente frequentado anteriormente por um doente, a salubridade passa a ser associada à circulação dos fluidos.

O desejo de facilitar as funções respiratórias e a circulação transformou o panorama das cidades e alterou os métodos de asseio pessoal. A partir de 1740, os grandes centros europeus começaram a cuidar da limpeza urbana, drenando buracos e depressões alagadas, cheias de urina e fezes, e promovendo sua canalização para esgotos subterrâneos [...] Palavras como ‘artéria’ e ‘veia’ entraram para o vocabulário urbano no século XVIII, adotadas por projetistas que tomavam o sistema sanguíneo como modelo para o tráfego (SENNETT, 2006, p. 220-221).

Apesar das teorias médicas em voga na Europa alcançarem o Brasil e comporem o rol de discussões sobre o espaço urbano que deveria se modernizar, as ações administrativas brasileiras, sobretudo em locais afastados dos grandes centros como Montes Claros, eram mais vigorosas no combate às epidemias.²⁷ Mesmo assim, o discurso da adequação urbana, que prescrevia o combate a uma cidade insalubre, era evidente.

Para Telarolli Junior (1996), o dinamismo social da vida urbana levou, paulatinamente, à afirmação de ações sanitárias permanentes em substituição ao combate episódico e eventual da doença. O meio urbano passou a ser incorporado à reflexão e à prática médica, procurando-se modificar tudo aquilo que favorecesse o surgimento e o desenvolvimento de doenças na sociedade.

No contexto da valorização da racionalidade científica, permeada por noções médicas que se desenvolviam e que incorporavam o espaço urbano como foco de análise, a inauguração de serviços como o fornecimento de energia elétrica eram importantes benesses que teriam um efeito modernizador amplo na urbe. A importância da inauguração da iluminação elétrica em Montes Claros pode ser inferida pela grandiosidade das comemorações promovidas. Paula (1957, p.25) informa que no dia 20 de janeiro de 1917, data da inauguração, desde o fim da tarde a população lotava o espaço em frente ao paço municipal. “Quando enfim o cronômetro feriu as 8 horas e a luz se fez clara, brilhante e majestosa, um verdadeiro delírio se apossou de todos os circunstantes, que romperam em vivas e palmas uníssonos e entusiásticos”. Após a inauguração, foi realizado baile de gala na Escola Normal em comemoração à chegada da iluminação elétrica, evento “feericamente iluminado” e descrito como uma noite de delírio.

Sobre a chegada da iluminação elétrica à cidade, narra Cyro dos Anjos:

Volto ao ano de 1917, registro o magno acontecimento que foi a instalação da luz elétrica na cidade. Os postes para lampião – antiga lei da Câmara mandara iluminar a cidade a azeite, “por ser mais patriótico” –

²⁷ A imprensa periódica de Montes Claros, nas primeiras décadas do período republicano, deu grande destaque ao combate às epidemias que assolavam a cidade. Tal tema é tratado no Capítulo 4 deste trabalho.

foram substituídos por outros, mais altos, e, em lugar da chama baça, que se deixava engolir pelas trevas da noite, viu-se uma luz fulgurante, que, fazendo as sombras recuarem, arrancou ao poeta Vilobaldo esta lamentação fingida, pois, no íntimo, estava ébrio de orgulho: “Já não se podem fazer serenatas. Maldito progresso!” (ANJOS, 1979, p. 126).

Podemos inserir a chegada da iluminação elétrica em Montes Claros no contexto das ações pautadas no desenvolvimento científico que influenciaram o comportamento corporal da população. Além de estar diretamente relacionada às práticas higienistas, pois um dos focos desta política foi iluminar o interior das residências, a iluminação estimula novas organizações e apropriações do espaço. Apesar de a noite continuar associada à criminalidade, começou a perder força a ideia do caos e da desordem, pois a luz “estabelecia a ordem”.

A capacidade de controlar as técnicas de iluminação conferia uma maior possibilidade para organizar os modos de vida especializados e separados; permitia uma maior mobilidade, um outro estilo de intimidade, outros lazeres e outras sociabilidades para a leitura, compartilhada ou não, para a conversação; enfim, a incapacidade de controlá-las contribuía para a confusão do espaço público e do espaço particular (ROCHE, 2000, p.158).

Assim como na França analisada por Roche, o avanço da iluminação em Montes Claros ocorreu de forma hierarquizada. Desde a época dos lampiões, apenas a região central da cidade não ficava totalmente às escuras. Posteriormente, vencido o desafio inicial de inaugurar a iluminação elétrica para fins domésticos, faltava garantir e ampliar o fornecimento de energia. O desgaste dos materiais utilizados e a falta de chuvas na região dificultaram a tarefa que foi solucionada em meados dos anos 1940 com a inauguração da Usina de Santa Marta.

A busca do progresso e da modernização esteve relacionada também a uma nova organização dos espaços públicos que, higienizados, deveriam ter aspecto limpo e salubre. Esta organização obedecia à lógica da ordem e manifestava-se no alinhamento das ruas e na padronização das construções.

A cidade atravessa agora uma fase de remodelamento nas construções, em que todos cuidam de melhorar as suas habitações, transformando as velhas casas em prédios mais elegantes e confortáveis. Era de se desejar que a nossa Municipalidade adoptasse typos ou plantas de casas para todos os preços, a fim de que as reconstruções e as novas construções fossem delineadas obedecendo não somente às condições hygienicas da

aeração e luz bem como á forma esthetica dos predios modernos [...] (MONTES CLAROS, 16 de agosto de 1917, ano II, n. 64, p. 1).

A conformação da área urbana da cidade de Montes Claros era resultado das peculiaridades do processo de ocupação da região. Bandeirantes que entraram em conflito com indígenas locais no final do século XVII iniciaram o povoamento não indígena da região, pois, se inicialmente estavam interessados em metais preciosos e em mão de obra escrava, com o tempo, alguns demonstraram a intenção de permanecer no local. Conforme Paula (1957), após alguns anos de combate aos indígenas e com a captura de mais de 700 gentios, tanto Matias Cardoso como Gonçalves Figueira, os bandeirantes mais famosos da região, decidiram permanecer no norte de Minas Gerais para criar gado.

Fugindo da malária, Figueira afastou-se das margens do Rio Verde e estabeleceu-se no Vale do Rio Vieira, afluente daquele. Investiu na pecuária, pois as condições naturais eram favoráveis: existência de pastagens naturais e ocorrência de terrenos salitrosos. Rapidamente a região passou a atrair variadas pessoas, como negros fugidos e mineiros cansados da exploração de metais preciosos (PAULA, 1957).

A criação de um núcleo urbano, porém, deu-se apenas no final do século XVIII, quando o Alferes José Lopes de Carvalho comprou a fazenda dos descendentes de Gonçalves Figueira. O novo proprietário construiu uma nova sede e uma capela (a antiga havia desmoronado). “Bem cedo, em torno da capela [...], fazendeiros das vizinhanças vieram construir suas casas domingueiras, onde vinham descansar das labutas da semana, dar uma prosa com os compadres, e, mensalmente, receber graças do santo ofício” (PAULA, 1957, p. 12).

A capela edificada sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição e São José estabeleceu o primitivo núcleo urbano da cidade. Ao redor do monumento católico, casas foram sendo construídas de forma irregular, dando contornos à futura Praça Dr. Chaves.

No ano de 1892, em monografia sobre o município, Antônio Augusto Veloso assim descreve Montes Claros:

Estende-se ela em parte de uma vasta planície, levemente inclinada do sul para o norte, com ligeiras vertentes para leste e oeste, à margem direita do pequeno rio Vieira, dividindo-se em vinte e cinco ruas principais algumas mal preenchidas, contando ao todo quinhentas casas de telhas, pela maior parte, construções baixas e pesadas e madeiras e adobes, mais sólidas que elegantes, e que não apresentam qualquer remota aparência de arquitetura; assim como estão longe de reunir as condições requeridas à confortabilidade e à observância das regras de higiene recomendadas para

as habitações, principalmente nos lugares, como este, de clima demasiado quente. Contudo já se assinalam na cidade alguns prédios novos de elevado pé direito, casas bem acabadas, mais cômodas e arejadas, tanto de um só pavimento, como sobrados modernos de vistosa platibandas, uns e outros de sotéia, assim como alguns chalés ou imitação de tal modelo, ornados de lambrequins e persianas verdes de bellissimo efeito. As ruas são, como as da maior parte das povoações antigas, quase todas mal alinhadas, e, somente as centrais, em diversos trechos calçadas sendo algumas assás longas e cruzando as três praças da cidade (Praça Dr. Chaves, Praça Dr. Carlos e Prado Oswaldo Cruz) (VELOSO, 1892. In: PAULA, 1957, p. 45-46).

A cidade descrita por Veloso no final do século XIX não atendia mais aos anseios de civilidade. Alinhar as ruas e padronizar as construções significava estar consoante com os padrões modernos dos grandes centros. Se observarmos que, nesse contexto, o espaço também deveria educar, os prédios que atendessem aos preceitos modernos afinavam o olhar para o que é belo, adequado, bom. A busca de uma nova feição para a cidade representava a tentativa de superação de um atraso que devia ficar no passado, pois os novos tempos reservavam uma nova materialidade para a cidade.

Constituem uma feia mancha nas construcções desta cidade alguns predios que se encontram em varias ruas e praças, de aspecto feio, em estado de ruina, sem uma linha siquer de architettura, muitos delles fora do alinhamento, outros ameaçando ruir e causar a morte de algum transeunte descuidado, que por perto passe [...]. A nossa cidade, transformando-se, dia a dia, e se desenvolvendo de accordo com o augmento de sua população e de suas riquezas, vae tomando uma feição mais bela, ostentando já alguns predios de bom gosto, tendo suas ruas bem illuminadas e bem calçadas e limpas, de modo que o viajante que aqui chega recebe impressão relativamente boa do nosso grao de adiantamento. Não se pode, pois, conservar essas *arapucas* que servem somente para enfeiar a via publica e das quaes se aproveitam os vagabundos, os mendigos e até mesmo os entes malfazejos, para sua habitual morada [...] (GAZETA DO NORTE, 06 de setembro de 1919, ano II, n. 61, p. 1).

Uma nova sensibilidade estava em construção e esse processo era composto por uma dimensão física, pois, ao perceber a realidade mudada, os sentidos originavam novas sensibilidades. Assim, a reconstrução de prédios e casas e a atenção para o alinhamento das vias de circulação também eram recursos educativos e possuíam vínculos com a civilização. Nesse ínterim, no caso de Montes Claros, também recebeu atenção da administração pública a mudança na nomenclatura das ruas, conforme noticiou e comentou o jornal Montes Claros.

Ali

AS RUAS de nossa *urbs* vão finalmente receber o baptismo nominal. As placas de nomenclatura prestam, mesmo numa cidade pequena, relevantes serviços. Era inteiramente impossível fazer-se a indicação dos nomes das nossas ruas a uma pessoa que não conhecesse a nossa cidade. As nossas ruas receberam do vulgo as denominações as mais destoantes e esquisitas, de accordo, algumas com as arvores das ruas, como a do “Pequizeiro”, [...], outras pelos seus antigos habitantes “Marimbondo” e algumas cujos nomes lembram hábitos poucos urbanos como a do “Bate couro”, outras de nomes inexpressivos como a da Assembleia, etc. A nossa Municipalidade encarregou se de remodelar a antiga e ridicula denominação substituindo-a pelos nomes dos nossos districtos, datas nacionaes, homens celebres e das cidades nossas vizinhas [...]. As placas de nomenclatura já foram adquiridas pela municipalidade e serão em breve affixadas nas esquinas de todas as ruas. É necessario que a rotina ceda o passo á civilisação. É preciso que Montes Claros civilise-se. Rejubilemo-nos. (MONTES CLAROS, 22 de junho de 1916, ano I, n. 7, p. 1-2).

A adoção de novos nomes para as vias da cidade impactava a relação que o indivíduo construía com o meio. Cumprindo a missão de “agente do progresso”, a administração municipal estipulou uma nomenclatura que estabelecia referência não com o cotidiano e com a história da população, mas com personagens e locais que eram importantes em uma determinada visão de sociedade. A Rua Marimbondo, por exemplo, informa Vianna, N. (2007b), era popularmente conhecida por este nome por ter nela residido Joaquim Marimbondo, dono de uma venda muito movimentada. Para homenagear personalidades e acontecimentos, a rua recebeu diversas outras nomenclaturas, como Marquês do Paraná e Riachuelo, em alusão à batalha da Guerra do Paraguai. Atualmente, a via recebe o nome de Cel. Altino de Freitas, homenagem a um ex-delegado de polícia da cidade, falecido em 1951. Se Marimbondo era um nome popularmente conhecido, pois se baseava em uma experiência da população, os outros nomes cunhados em homenagens não refletem necessariamente a vida cotidiana das pessoas e, assim, não possuem guarda nos processos identitários.

Nelson Vianna (2007, p. 136), ao tentar recuperar a história das vias públicas de Montes Claros, aponta que inicialmente os formiguenses batizavam seus logradouros públicos pela “lei do menor esforço”, com nomenclaturas relacionadas a acidentes naturais ou árvores que existissem nas vias (ex: Rua do Alto, Rua do Pequizeiro), a construções dos locais (ex: Rua da Fôrca, Rua dos Currais) ou a nomes de seus mais importantes moradores (ex: Rua do Aleixo, Rua da Babita).

Em vários textos Benjamin (1994), ao tratar da dimensão sociocultural da modernidade, versa sobre o afastamento do sujeito da experiência, sobre o processo que faz com que o indivíduo não se veja mais na cidade.

[...] qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie (BENJAMIN, 1994, p. 115).

A velocidade da vida e as informações breves estão diretamente relacionadas ao declínio da experiência. Sem tempo para assimilar os estímulos, o homem é exposto ao choque. “À vivência de choque, sentida pelo transeunte na multidão, corresponde a ‘vivência’ do operário com a máquina” (BENJAMIN, 1989, p. 126). Dessa forma, o capitalismo (e suas implicações nas cidades) impede que através da experiência o homem tome posse de sua própria história.

Montes Claros se transformava e, para ser vista como uma cidade moderna, não era admissível na visão de alguns que os logradouros públicos recebessem denominações populares. Entretanto, a renomeação de uma via não garantia que a população adotasse a nova nomenclatura. Anos após a intervenção da administração local que atribuiu novos nomes às vias, memorialista local, ao descrever a parte baixa da cidade, referia-se a elas como antigamente: “a zona, ou Rua da Perdição, ou Rua do Vai Quem Quer, era liderada pelas Ruas do Marimbondo, Marimbondinho e redondezas da várzea. Tudo do Correio para baixo, indo até a Rua Padre Teixeira. Havia uma travessa, bem estreitinha, que saía no Largo da Matriz, ao lado do sobrado dos Tolentinos” (MAURÍCIO, 2007, p. 142).

A modernização física da cidade caminhava ao lado da dinamização das atividades comerciais locais, atividade que foi central na economia da região desde o início de seu povoamento. Entre os séculos XVII e XIX, a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência foram as principais atividades desenvolvidas, sendo que o lucro era obtido, prioritariamente, segundo Rodrigues (1998), pela venda de gado para a zona açucareira (carne e força motriz) e pela exportação de couro.

A partir da República, Montes Claros intensificou suas atividades comerciais com as demais regiões do estado e com centros comerciais e industriais como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, inicialmente em virtude da fundação de Belo

Horizonte e da extensão da ferrovia pelo norte de Minas Gerais. Com a ferrovia, foi favorecido o comércio de gado com a propagação das internadas, fazendas destinadas à engorda dos animais (PEREIRA, 2007).

Antes da chegada da ferrovia, no que diz respeito a produtos variados vindos de grandes cidades, destacavam-se a ação dos “cometas”. Os “cometas” eram comerciantes, caixeiros-viajantes que percorriam o interior do estado lucrando com a comercialização de produtos das capitais que eram transportados nos lombos dos animais. Segundo Ruth Tupinambá Graça (1986), memorialista, alguns portugueses, a maioria dotada de alguma cultura, faziam circular não só mercadorias dos locais mais civilizados, mas também notícias e costumes a serem adotados por aqueles que queriam seguir a moda dos grandes centros.

Tais comerciantes tornavam-se pessoas importantes na sociedade da época, e, com frequência, eram bem vistos pelos moradores locais. Apesar de que era possível comercializar seus produtos em 2 ou 3 dias, eles muitas vezes não tinham pressa. “(Os cometas) Já tinham as eleitas do coração, namoradas que aguardavam a chegada deles, durante meses, olhando a estrada poeirenta, na esperança de ouvir o barulho característico da ‘tropa’ e à frente, seu bem amado” (GRAÇA, 1986, p. 47).

Em diversos trechos da obra *A Menina do Sobrado*, de Cyro dos Anjos, figuram, entre os personagens que compõem o enredo das memórias do autor, “cometas” que pelo memorialista são denominados de caixeiros-viajantes. Em um desses trechos é destacada a importância desses comerciantes nos hábitos da população.

Não só as pessoas gradas se apresentavam à missa das nove, com essa elegância que tornava inconfundível o domingo santanenese. Também os mancebos porfiavam em seguir as usanças da Capital, favorecidos pelo vivaz comércio de Santana, que ali atraía uma chusma de caixeiros-viajantes – Seu Roque, Seu Rodrigo, Seu Batistinha - e, com eles, a canção em voga, o modelo mais recente nas modas masculinas, a anedota picante, o dito chistoso (ANJOS, 1979, p. 47).

Muitos dos “cometas”, seduzidos pela vida sertaneja, abandonavam suas atividades e fixavam residência em Montes Claros. Dentre esses, Graça (1986) e Paula (1957) destacam Jayme Rebello. Nascido em Portugal, Rebello trabalhou na cidade do Rio de Janeiro, na casa Gomes de Castro & Cia., para a qual viajava comercializando produtos. Em 1916 chegou a Montes Claros e, no ano seguinte, casou-se com Dolores Lafeté Rebello. Foi um dos proprietários da fábrica de tecidos do Cedro e sócio com Joaquim Rabelo Júnior do primeiro cinema fixo de Montes Claros, o cinema Recreio.

Já Joaquim Rabelo Júnior foi um importante comerciante local. Apelidado de Cocó (no obra *A Menina do Sobrado* ele é denominado Juventino), inovou o comércio local com sua loja, a Casa Cocó. Em suas memórias, Cyro dos Anjos, cuja família também possuía estabelecimento comercial, descreve a apreensão dos comerciantes na época da inauguração da nova e ampla sede da Casa Cocó, que ele denomina de Bazar.

DE PASSAGEM, foi dito que a abertura do Bazar, semelhantemente ao que sucedeu com a queda de Roma em relação à História Universal, balizara, na de Santana, o início de uma nova era [...]. A fim de servir às instalações da grande casa de negócio, foi submetida a uma transformação completa a vivenda dos primos Sarmento, já interiormente modificada algum tempo antes, para acolher a Escola Normal. Converteram-se em portas as antigas janelas, cujos caixilhos azuis e vermelhos me pareciam a mais bela coisa do mundo, e em lugar do beiral – onde outrora pousavam as andorinhas do Sul, antes de infletirem para a torre do Mercado – armou-se inóspita platibanda, emblema dos novos tempos. Debalde os santanenses de velha cepa lamentarem a devastação do seu mundo. Arrebatado pela vertigem do progresso, o poeta Vilobaldo convencera toda a gente de que sentimentalismos rançosos não arrancariam o burgo à sua pobreza, e guerra de morte deveria ser movida aos carrancistas (ANJOS, 1979, p. 71-72).

O desenvolvimento do comércio, uma das marcas da época, transformava a cidade nas primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, a inauguração da Casa Cocó, considerada a primeira grande loja do município, é emblemática em um novo tempo que despertava simultaneamente sentimentos contraditórios: o arrebate pela “vertigem do progresso” e o sentimento de “devastação do mundo”. Na narrativa de Cyro dos Anjos, as transformações que a urbe sofria provocavam tentativas de adaptação à realidade em formação. Assim, quando da inauguração do Bazar, a loja da família do autor também passou por uma ampliação na tentativa de evitar que os antigos fregueses se deslocassem para a loja moderna que chegava. No drama narrado por Cyro dos Anjos, as mudanças que a cidade sofria eram sedutoras, mas também assustadoras. Para Rocha (2007), é constante no texto do autor a inadaptação de um sujeito que viveu a juventude em busca de uma acomodação interior perante a agitação da modernidade.

Os impactos de uma nova era no comércio da cidade são amplamente tratados pelo escritor:

A abertura do Bazar, servindo a glória pública, desservira a glória particular dos negociantes do Largo de Cima. As inovações introduzidas na praça pelo esperto Juventino, os truques que usava para tomar a

freguesia alheia, a amplitude do estabelecimento, que tudo vendia e comprava, dizimaram praticamente a concorrência (ANJOS, 1979, p. 158-159).

Entre os “truques” adotados pelo proprietário da Casa Cocó estava o uso intenso da imprensa periódica para propagar a venda de produtos modernos que só aquele estabelecimento possuía e também a associação entre a loja e o cinema.

Sobre o cinema, segundo Paula (1957, p. 216), “em todos os muros se viam letreiros como este: ‘Faça suas compras na Casa Cocó e... guarde o seu mil-réis para o Cinema Recreio’”.

É importante destacar também, em relação ao incremento do comércio, que as casas comerciais à época eram importantes locais de sociabilidade, que promoviam o encontro entre as pessoas e onde se conversava de tudo, de política a negócios.

Sobre um importante tipo de estabelecimento comercial do período, a farmácia, Figueiredo (2002), afirma que este era um destacado ponto de encontro nas cidades na transição dos séculos XIX e XX. Assim, a figura central do local, o farmacêutico, acabava tendo ampla inserção social, o que, com frequência, levava-o a se interessar pela vida política da cidade e da região.

Uma nova estrutura para a cidade proporcionava o que Cyro dos Anjos (1979, p. 156) denominou de “dias febricitantes”. No mesmo compasso do que ocorria em outras localidades, Montes Claros alinhava suas ruas, padronizava as construções, via o comércio se desenvolver. Além disso, beneficiava-se das benesses do avanço da ciência: a luz elétrica, a chegada dos automóveis, a aproximação da estrada de ferro. “A velha Santana ia pelos ares...” (ANJOS, 1979, p. 157).

4. AS AÇÕES HIGIENISTAS E SANITARISTAS

Mendigos, vagabundos, alcoólatras e jogadores eram alguns dos indivíduos que exibiam comportamentos repudiados que, no início do período republicano, passaram a receber mais intensamente a atenção da elite das cidades. Agregavam-se a esses, doentes ou portadores em potencial de mazelas oriundas, sobretudo, do suposto atraso cultural da população.

Neste contexto, as práticas higienistas, objeto de estudo deste capítulo, foram difundidas a partir das grandes cidades que se urbanizavam e serviram de esteio para a afirmação social de médicos vistos como detentores do valorizado saber científico.

Mesmo constantemente abordado por pesquisadores, o tema higienismo e sanitarismo sempre abre possibilidades de reflexão sobre especificidades locais. Assim, além da compreensão das ações pautadas nos preceitos higiênicos presentes na sociedade montesclareense, procura-se neste capítulo problematizar as discussões e manifestações do movimento que defendia o saneamento do Brasil como estratégia primeira para afirmação do país como nação.

4.1 A Ação médica em Montes Claros

Em uma época de muitas transformações sociais a cidade, desejada como moderna, transformava-se para adequar-se aos novos padrões de civilidade. Calçamento das ruas, alinhamento das casas, dentre outros, promoviam a entrada em um novo mundo, mais limpo, mais belo, mais desenvolvido. Entretanto, neste cenário também existia uma leva de indesejados que deveriam ser educados ou, simplesmente, excluídos do convívio próximo. Os indesejados constituíam-se, especialmente de mendigos, vadios e doentes que perambulavam pela cidade, impactando de forma negativa o ambiente. Tornava-se urgente combater este incômodo.

Um espectáculo bem triste se nos descortina diariamente, e de um modo todo especial, aos sabbados – é o grande numero de pobres, uns realmente precisados e outros fingidamente necessitados, que, percorrem as ruas da cidade a gemer e a bater de porta em porta [...]. Quanto á outra especie de mendigos, os falsos, o sentimento que nos provocam e despertam no publico, é exactamente o inverso ao primeiro: é o de revolta, de indignação, de nojo mesmo [...]. É o caso da intervenção da policia, cohibindo taes abusos e dando caça e exterminio a essa malta nociva e perigosa á sociedade. Como deve a policia agir para chegar a um

resultado seguro? Prender todos os mendigos que possam trabalhar, castigar-os correccionalmente, exigir que se empreguem dentro de pequeno praso ou que se retirem quanto antes da cidade [...] (MONTES CLAROS, 30 de setembro de 1917, ano II, n. 70, p. 3).

O não apego ao trabalho era uma questão moral e também poderia ser um caso de polícia. Vícios e hábitos condenáveis precisavam ser veementemente coibidos, sob pena de se não conseguir superar o atraso da região. Somado a isso, o combate à vadiagem tornava-se uma tarefa ainda mais complexa pelo fato de que o município de Montes Claros atraía numerosas levas de imigrantes de localidades diversas.

Montes Claros, aos poucos, transformou-se em um importante núcleo urbano irradiador do Estado de Minas Gerais. O povoamento da cidade e de todo o norte de Minas se deu, inicialmente, de modo pouco denso, pois a agropecuária, atividade responsável pela vinda de pessoas à região, exigia grandes espaços e pouca mão de obra. Desde o século XVIII, surgiam povoados ao longo dos rios e das rotas comerciais na região norte de Minas e o excedente da produção agropecuária era destinado aos viajantes e comerciantes que passavam pela região. O sucesso das próprias fazendas impulsionava, mesmo que de forma incipiente, a migração para a região, pois passavam a demandar mais mão de obra e eram cercadas de pequenas povoações, onde viviam dependentes como vaqueiros, agregados, escravos e outros. Devido à localização geográfica de Montes Claros (entroncamento de cidades que estiveram ligadas ao ciclo do ouro, como Diamantina, Itacambira e outras), a cidade tornou-se ponto de passagem de boiadas, alimentos, escravos e produtos importados em direção à região das minas. A partir do final do século XIX, incrementou-se o comércio de produtos artesanais e manufaturados, além da presença de uma recém-inaugurada indústria têxtil, o que dinamizou a cidade e a fortaleceu como polo de atração (GOMES, 2007).

A modernização da sociedade incluía um redimensionamento, uma nova organização do espaço público. Para isso, era inevitável o lidar com uma população de marginalizados que crescia vertiginosamente.

Os excluídos da sociedade compunham um grupo formado por indivíduos muito diversos. Alcoólatras, mendigos, prostitutas e loucos figuravam entre os tipos sobre os quais o poder público deveria agir. Tal ação poderia incluir desde medidas legais, como a limitação da circulação dos pedintes pelas ruas, até o confinamento em hospícios. Apesar de as fontes consultadas nesta investigação esclarecerem pouco sobre o tratamento que estes

indivíduos receberam em Montes Claros, outros estudos apontam mecanismos de regulação impostos sobre os marginalizados.

Para Silva (2008), quem não se enquadrasse nos padrões de comportamento estabelecidos no processo de desenvolvimento das cidades no início do século XX era postulante ao internamento psiquiátrico, que englobava prostitutas, mendigos, alcoólatras, entre outros. Aproximavam-se, então, as ideias de transgressão social e loucura.

Mesmo em meados do século XX, indesejados que perambulavam pela cidade de Montes Claros, conforme investigação de Machado (2009), eram frequentemente presos e enviados a hospícios. Segundo a autora, era comum a associação entre indigência e loucura, problema tratado de forma rígida, pois a loucura na cidade era jurisprudência da polícia.

Em uma região como o norte de Minas Gerais, as teorias raciais oriundas da Europa davam uma nova percepção ao combate da vadiagem. As doutrinas baseadas na eugenia, termo que significava “boa geração”, propunham novas questões para a hereditariedade, “cuja aplicação visava à produção de nascimentos desejáveis e controlados; enquanto movimento social preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante – desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade” (SCHWARCZ, 2001, p. 60).

O norte de Minas Gerais, com muitos mulatos, tornava-se terreno avaliado como de difícil ação no que diz respeito à educação da população para valores como o trabalho. Em monografia encomendada pela Câmara Municipal sobre o município de Montes Claros no ano de 1916, Urbino Vianna comenta algumas características dos habitantes da região:

O que podemos afirmar é que o mestiço é o typo único, herdeiro dos defeitos das raças formadoras delle, somente se podendo encontrar em um ou outro, algum traço da fidalguia de cavalheiros, cujo sangue em dymnamizações continuadas chegou até nós; sejam as dominantes de portuguezes, de indígenas ou de africanos, o que temos hoje é uma população quase arrasada, que se deve substituir lentamente, para modificar-lhe usos e costumes, **trazendo hábitos de trabalho – que é, principalmente, é que lhe falta** – corrigindo defeitos, estirpando males, apesar de quaesquer opposições (grifo meu) (VIANNA, U., 2007, p. 190).

Vianna, ao destacar a relevância do trabalho, faz uma associação comum à época: estabelece vínculo entre a mestiçagem e a preguiça ou a pouca aptidão para o trabalho. A partir da circulação de teorias raciais que se destacaram na Europa no século XIX, interpretações como esta eram coerentes com o pensamento social do período. Entretanto, a dissonância entre o que era anunciado como adequado e as práticas da

população, especialmente da mais pobre, também pode expressar a resistência da população à adoção de novos valores e, conseqüentemente, novos padrões de comportamento.

A questão racial e a tentativa de superar o atraso brasileiro frente a outras nações aproximaram as noções higienistas e eugenistas, pois o brasileiro foi visto por muitos estudiosos como portador de um atraso cultural explicado em muito pela sua miscigenação racial.

André Luiz dos Santos Silva (2008) afirma que eugenismo, higienismo e sanitarianismo foram no Brasil ideais (e ações) que muito se relacionaram. Desde o início do século XX, destaca o autor, nos discursos de eugenia presentes no Brasil, havia o argumento de que a melhoria racial poderia se dar pelo viés das boas condições culturais, geradores de hábitos saudáveis, um dos focos de atuação do movimento higienista. “A proximidade entre eugenia, higiene e saneamento levou a um rompimento de fronteiras entre estas áreas, que foram miscigenadas em diversas obras publicadas no final da década de 1910 e início da década de 1920”, a exemplo do livro *O exército e o saneamento*, de Belisário Penna, e do livro *Eugenia e medicina social*, de Renato Kehl (SILVA, 2008, p. 64).

As políticas higienistas defendiam uma nova formatação do meio e a adoção de novos hábitos; frequentemente estiveram em conjunto com outras estratégias que buscavam a exclusão social de determinados grupos. Com mecanismos muitas vezes mais cruéis que as políticas higienistas, mas com a mesma concepção sobre a necessidade de certa assepsia nas cidades, a execução de políticas sociais promoveu a exclusão/repulsa de muitos indivíduos.

Os processos de urbanização nos centros urbanos europeus, no início do século XIX, acirraram as discussões sobre a salubridade das cidades e provocaram a preocupação do Estado no intuito de se construir uma nova disciplina para o meio. Nessa ação, o Estado esteve aliado aos médicos higienistas que determinavam formas corretas de ocupação e comportamento nos espaços públicos e privados. Segundo Rosen (1979, p. 138), “o conceito de medicina social apareceu como resposta aos problemas de doença criados pela industrialização”. É interessante salientar como a história da medicina social aparece intimamente ligada à história da ação social em relação aos problemas de saúde e do comportamento diário das pessoas. Faz-se necessário ressaltar, portanto, a intrínseca relação entre os problemas sociais, a ação médica e a educação no período.

Para Jurandir Freire Costa (1983), uma estratégia importante para contornar a desordem social e urbana no século XIX foi a intervenção dos médicos higienistas no cotidiano da população. Para o autor, o movimento higienista no Brasil nasce da associação

entre o médico e o Estado, visando o enfraquecimento do poder do “Pai colonial” e o fortalecimento do Estado burguês em formação. O autor ressalta ainda que o médico, neste contexto, além de prescrever condutas higiênicas, é também um educador.

A associação entre o médico e o Estado vai ocorrer, entre outros, pela ocupação de membros dessa classe profissional de importantes cargos administrativos nas esferas federal, estadual e municipal. No caso de Montes Claros, os cargos de Presidente da Câmara Municipal e de Agente Executivo representam bem este fenômeno.

Mesmo que o movimento higienista tenha ganhado força no século XIX nas grandes cidades que viviam processos intensos de urbanização e industrialização, isso não quer dizer que ele não tenha exercido impacto sobre outras regiões que tiveram seus processos mais intensos de urbanização e industrialização em outros marcos cronológicos. Além do entendimento de que as medidas sanitárias eram vistas como necessárias mesmo em cidades menores, se comparadas às grandes capitais, é preciso ressaltar que muitos dos administradores dessas cidades menores realizavam parte de sua formação nos grandes centros. Desta forma, eram impregnados pelas ideias higienistas e, ao retornarem às suas cidades de origem, implementavam diversas ações.

No caso da cidade de Montes Claros, destacam-se os Presidentes da Câmara Municipal e os Agentes Executivos. É preciso lembrar que no Estado de Minas Gerais, durante a República Velha (1891 a 1930), não existia o cargo de Prefeito Municipal, mas o de Agente Executivo. Em Montes Claros, esse cargo era normalmente ocupado pelo vereador que fosse eleito Presidente da Câmara.

QUADRO 2
Relação dos Presidentes da Câmara Municipal de Montes Claros entre o período de 1890 a 1926

Período	Nome	Profissão	Formação escolar
1890 a 1892	Camilo Philinto Prates	Professor	Estudou Humanidades em Ouro Preto
1892 a 1893	Carlos José Versiani	Médico	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1893 a 1894	Honorato José Alves	Médico	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1895 a 1897	Honorato José Alves	Médico	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1898 a 1900	Simeão Ribeiro dos Santos	comerciante	-----
1901 a 1904	Augusto Prudêncio da Silva	Padre	Seminário de Diamantina
1905 a 1906	Honorato José Alves	Médico	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1908 a 1911	João José Alves	Médico	Escola de Medicina do

			Rio de Janeiro
1912 a 1916	Joaquim José da Costa	Dono de firmas ²⁸	-----
1917 a 1919	João José Alves	Médico	Escola de Medicina do Rio de Janeiro
1919 a 1921	João José Alves	Médico	Escola de Medicina do Rio de Janeiro
1923 a 1926	Cel. Antônio dos Anjos	Comerciante e professor	Escola Normal de Montes Claros

Fonte: VIANNA, 1964.

O levantamento apresentado acima aponta os Presidentes da Câmara Municipal que foram eleitos na primeira configuração de cada mandato ou que exerceram o cargo por período considerável (pelo menos um ano). Isto porque era comum que por motivos diversos o Presidente da Câmara eleito se ausentasse de suas funções por poucos meses, sendo substituído por outro vereador, geralmente o vice-presidente. Tais casos não foram considerados no levantamento apresentado.

O QUADRO 2 demonstra que durante o período estudado, 1889 a 1926, o município de Montes Claros possuiu doze mandatos para Presidentes de Câmara. Além da constatação de que o referido cargo foi ocupado diversas vezes pela mesma pessoa, e pela mesma família, destaca-se o fato de que em sete vezes o Presidente da Câmara possuía a profissão de médico.

Porto (2002), sobre o campo político norte-mineiro na primeira República, afirma que, nesse período, houve o claro predomínio político na cidade de um grupo restrito de famílias, geralmente ligadas ao setor oligárquico. Os proprietários de terras, associados aos profissionais liberais, médicos, bacharéis em direito e outros, dominaram os cargos políticos da época.

Todos os médicos que ocuparam o cargo de Presidente da Câmara Municipal formaram-se na então capital do Brasil, Rio de Janeiro. Com isso, vivenciaram as teorias do saber médico que propunham projetos para a saúde pública do país. As práticas higienistas e sanitaristas a partir da segunda metade do século XIX foram amplamente difundidas entre a classe médica, até porque, à época, a cidade do Rio de Janeiro sofreu com seguidas epidemias que elevaram significativamente o índice de mortalidade do município.

Carlos Versiani formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1845 e, após concluir o curso, retornou à sua cidade natal. Em 1852, ingressou na política, foi chefe do Partido Conservador, vereador e presidente da Câmara. Em 1887, foi eleito

²⁸ Foi sócio da firma Costa, Dias, Spyer & Cia., construtora de trechos de estrada de ferro e das firmas Costa & Cia. e Iberio e Costa, indústrias de tecidos (VIANNA, N., 2007).

Deputado Geral. Criou a Casa de Caridade através da Lei Provincial n° 1776 de 21 de setembro de 1871, hoje Hospital Santa Casa, tornando-se provedor deste. Além disso, recebeu o título de Delegado da Higiene, responsabilizando-se pela questão do saneamento e salubridade do município (VIANNA, 1964). Mais tarde outros dois profissionais da medicina, Dr. Honorato Alves e Dr. João Alves fixaram residência em Montes Claros e assumiram cargos políticos e projetos sanitaristas e higienistas.

Dr. Honorato Alves concluiu o curso de Medicina em 1890 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Posteriormente com apoio do Dr. Carlos Versiani ingressou na política filiando-se ao Partido Conservador; foi eleito vereador, presidente da Câmara e Agente Executivo, obtendo reeleições. Sua gestão foi assinalada por vários investimentos na cidade: criou a imprensa oficial do município, combateu uma violenta epidemia de *influenza* em 1896 e projetou e deu início à construção do mercado municipal. Foi ainda Deputado Estadual e Federal (VIANNA, 1964).

Acerca do sanitarismo e do higienismo no Brasil de fins do século XIX, afirma Schwarcz (2001, p. 206)

Caberia aos médicos sanitaristas a implementação de grandes planos de atuação nos espaços públicos e privados da nação, enquanto os higienistas seriam os responsáveis pelas pesquisas e pela atuação cotidiana no combate às epidemias e às doenças que mais afligiam as populações. No entanto, essa divisão entre sanitaristas - responsáveis pelos grandes projetos públicos - e higienistas - vinculados diretamente às pesquisas e à atuação médica mais individualizada - funcionou, muitas vezes, de maneira apenas teórica. Na prática, as duas formas de atuação apareceram de modo indiscriminado.

O sanitarismo tem sua expressão máxima no Brasil no médico Oswaldo Cruz, nomeado responsável pelo saneamento da cidade do Rio de Janeiro durante o governo do presidente Rodrigues Alves. Formado em 1892, Oswaldo Cruz conviveu e foi amigo do médico Honorato Alves, de acordo com afirmações deste. Apesar de Honorato Alves ter-se formado em 1980, dois anos antes de Oswaldo Cruz, ambos ingressaram juntos na faculdade.

Em carta enviada no ano de 1946 ao memorialista Hermes de Paula (1957, p. 298), afirma Honorato Alves:

O grande realizador do saneamento do Brasil, com referência a idêntico mal, Oswaldo Cruz, que foi como já ficou dito meu condiscípulo e amigo, teve a fortuna de poder ir logo depois de formado, para a Europa, onde fez

longos e completos cursos de bacteriologia. Pôde, por esta forma, prestar a nossa terra um serviço inestimável e tornar glorioso o seu nome. Quanto a mim, pessoalmente, não lastimo que em vez de Paris e Berlim, tenha me encaminhado para a cidade pequenina que era então Montes Claros, perdida no centro remoto do sertão de Minas.

Os irmãos médicos Honorato Alves e João José Alves destacaram-se pela implementação de políticas sanitaristas na cidade. Honorato Alves, inclusive, afirmou que aceitou ocupar cargo público justamente porque seu ingresso na política “poderia facilitar os meios de cuidar do saneamento da cidade” (PAULA, 1957, p. 301).

Na carta referida anteriormente, Honorato Alves informa que, à frente do poder municipal, procurou dinamizar os serviços públicos e sanear a cidade.

Em muitos quintais havia chiqueiros de porcos de engorda e criava-se também a solta pela cidade cabritos, porcos, vacas e cavalos. Era uma verdadeira fazenda de criação e havia mesmo perigo em, se sair a noite porque não havia nenhuma iluminação por este motivo aceitei o lugar de presidente da Câmara e Agente Executivo, o que me colocou em situação de promover alguns melhoramentos., sobretudo no sentido da saúde pública. A 1ª lei decretada foi a proibição absoluta da criação de animais soltos pela cidade e a extinção dos chiqueiros nos quintais. A luta foi áspera, pois os habitantes criadores negavam-se ao cumprimento das posturas (ALVES. In: PAULA, 1957, p. 302).

Honorato Alves ressalta um dos principais problemas relacionados à implementação de políticas sanitaristas: a resistência da população. Assim, a necessidade de fiscalização sobre a população era constante. Por exemplo, os jornais registravam “a ação enérgica desenvolvida pelos senhores fiscais em relação ao inveterado abuso de andarem pela cidade animais soltos” (GAZETA DO NORTE, 08 fevereiro de 1919, ano I, n. 32, p. 1).

O não cumprimento das Posturas Municipais e as grandes revoltas populares (como as revoltas de Canudos, Contestado, Vacina e Quebra-Quilos) retratam a resistência da população às ações modernizadoras. Para Carvalho (1998, p. 116), apesar de a Revolta da Vacina ter acontecido no Rio de Janeiro, estes movimentos eram reações que ocorriam, sobretudo, no mundo rural, pois “este era o Brasil sertanejo que se agitava e revelava seus valores antagônicos aos das elites modernizantes urbanas”.

Para Montes Claros, ao mesmo tempo em que resistia às políticas higienistas, a população as defendia e solicitava a intervenção do poder público municipal. Nos jornais da época, por exemplo, muitas vezes são encontradas notas com apelos de moradores sobre a

necessidade do fiscal do município atuar de maneira mais rígida no combate ao desrespeito à proibição do abate de animais em ruas públicas.

Pela segunda vez pede se a atenção do Sr. fiscal da camara para o abuso de matarem rezes nas ruas publicas e logares proximos de casas de familias nesta cidade. Pelo amor de Deus, Sr. fiscal! Tenha dó dos pobres paes de familia, que já não podem, nem suas familias, com o fetido insupportavel dos restos das rezes mortas, a ponto de, nalguns logares, juntarem os urubus! Sr. presidente da camara, pede-se providencias! (CORREIO DO NORTE, 19 janeiro de 1890, ano VI, n. 285, p. 4).

A defesa dos preceitos higiênicos elaborados em um discurso científico e expressos nas posturas municipais, não significa que se tratava de uma posição relativa à classe social diferente daqueles habitantes que infringiam as normas (no caso, o abate de animais em via pública). A diversidade de posicionamento sobre a questão representa, na verdade, a tensão existente entre a prescrição higiênica e a prática costumeira da população.

Afirmando ter os mesmos propósitos do irmão, João José Alves assumiu a presidência da Câmara e o cargo de Agente Executivo pela primeira vez em 1908. O médico João Alves, assim como Honorato Alves, fez carreira política. A sua atuação em Montes Claros contribuiu para que adquirisse entre a população prestígio como “médico da pobreza” (SANTOS, 2008).

João José Alves diplomou-se na Escola de Medicina do Rio de Janeiro em 1900 e, logo após, retornou a Montes Claros e trabalhou na Santa Casa onde, durante muito tempo, foi o único médico. Foi Delegado de Higiene, Inspetor Sanitário e Comissário do Governo no combate a várias epidemias, com destaque para a pandemia de *influenza* em 1918. Também foi Deputado Nacional Constituinte no ano de 1933 (VIANNA, 1964).

Durante as primeiras décadas da República brasileira diversas foram as doenças que tiveram de ser enfrentadas pelo poder público. Muitas vezes na forma de epidemia, estas enfermidades eram vistas como manifestações do atraso da sociedade, causadas tanto pela falta de infraestrutura básica como pela ocorrência de comportamentos inadequados que expunham o homem à doença.

As chuvas torrencias deste prolongado inverno fizeram transbordar os rios, inundaram os campos e transformaram em paues as baixadas, determinando neste municipio e nos vizinhos o aparecimento do impaludismo [...]. A malária encontrou terreno propicio e estendendo seu raio de acção grassou com toda a virulencia, ceifando centenas de vidas e inutilizando pela existencia toda tantas outras creaturas [...]. A epidemia

encontrou-nos inteiramente desapparelhados de meios de resistencia contra a sua acção invasora. Sem serviço organizado de hygiene publica, ao qual tocasse a missão de dirigir scientificamente a campanha de defesa, adoptando as medidas necessarias de prophylaxia, estavamos de todo desarmados para enfrental-a com exito. A extrema pobreza com que se debate grande parte de nosso povo, a carencia de instrucção, que sugere e aconselha os cuidados preventivos, fez que morressem quasi á mingua doentes a quem faltava tudo, desde o remedio até o alimento [...] (MONTES CLAROS, 1º. de junho de 1916, ano I, n. 4, p. 1).

O homem sertanejo, mestiço, com pouca instrucção, era castigado pelas doenças que não sabia evitar e enfrentar. Dessa forma, só lhe restava contar com o auxílio do governo e daquele que era dotado de conhecimento científico. Tais moléstias “só cedem a uma prophylaxia systematica e rigorosa; e esta só pode ser posta em pratica com o auxilio dos governos e intervenção efficaz dos homens de sciencia e representação popular” (MONTES CLAROS, 18 de janeiro de 1917, ano I, n. 36, p. 1). Em Montes Claros, ninguém desempenhou melhor este papel do que o Dr. João Alves. Acerca do combate ao impaludismo no ano de 1916, noticia o Jornal Montes Claros:

O Governo do Estado pediu [...] informações ao dr. João Alves, Delegado de hygiene neste municipio, e ministradas estas, encarregou-o de fornecer medicamentos aos doentes pobres. Com a boa vontade que todos lhe reconhecem e com o desprendimento que tão bem o caracteriza, o humanitario clinico, sem indagar da maneira por que seriam remunerados os seus serviços, desenvolveu grande actividade e entregou-se á fatigante tarefa de receitar para centenas e centenas de doentes pobres, que recebiam a demais os remedios por conta do estado [...] (MONTES CLAROS, 1º. de junho de 1916, ano I, n. 4, p. 1).

De todas as doenças noticiadas pelos jornais da época, nenhuma causou tanto estrago quanto a *influenza*. Denominada em sua forma mais grave de “influenza hespanhola”, atacou a população no ano de 1918 e fez cerca de cem vítimas fatais.

[...] Montes Claros dissemos paga o seu tributo a terrivel peste que se chama “influenza hespanhola”. Raro é o lar em que ella ainda não entrou e si bem que até agora não sejam numerosos os casos fataes elles vão-se reproduzindo e não sabemos afinal, quantas vidas estão designadas para serem ceifadas. [...] As notas fornecidas dão como atacadas do mal epidemico, só na cidade, mais de 1.000 pessoas, afóra dos suburbios, o que não é para admirar pois as duas fabricas de tecidos, daqui e do Cedro fecharam por falta de pessoal [...] (GAZETA DO NORTE, 23 de novembro de 1918, ano I, n. 21, p. 1).

Durante a grave crise de 1918, destacou-se a atuação do médico João Alves que teve ação decisiva para minimizar os efeitos e o alastramento ainda maior da doença. Com o fim da epidemia, o clínico recebeu diversas homenagens na cidade, até de seus adversários políticos.

Inclusive antes da epidemia de 1918, era defendido pela elite da cidade que as enfermidades conquistavam terreno com muita facilidade na região pela ignorância da população que, além de não ser adepta dos hábitos higiênicos ainda tratava qualquer sinal de debilidade com práticas medicinais caseiras. “Ninguém deve se descuidar do primeiro insulto da molestia [...] os primeiros *symptom*as devem ser logo combatidos [...] não pelos processos caseiros e antiquados que só servem para acelerar a sua marcha ou complicar a situação do doente” (MONTES CLAROS, 06 de julho de 1916, ano I, n. 9, p. 3).

Os periódicos de Montes Claros atestam o fato de que a saúde da população era uma questão central no início do século XX. Sempre presente nos editoriais das folhas periódicas, tal tema preocupava a elite interessada nos rumos que a cidade tomava. Entretanto, pelo menos nas primeiras décadas do século XX, os desdobramentos desta preocupação direcionaram-se, principalmente ao combate às epidemias. Ações preventivas e uma atuação permanente fora dos períodos epidêmicos eram limitadas. Para Telaarolli Júnior (1996), nas administrações municipais, em geral, inexistia um projeto de ação permanente e, na sua ausência, buscava-se, mediante o enfrentamento de doenças que se alastravam rapidamente, o restabelecimento da situação anterior à epidemia, inclusive pela separação entre o doente e a cidade pela adoção de quarentena.

Em carta enviada ao memorialista Hermes de Paula, o médico Honorato Alves, acerca do combate a uma epidemia de varíola que atacou Montes Claros, confirma tal dinâmica de enfrentamento das doenças à época:

[...] Não havia a menor dúvida, era a varíola. Soube que bem perto de minha casa havia uma doente passando mal. Fui vê-la e era o mesmo caso grave de varíola confluyente de forma hemorrágica. Tomei todas as providências e consegui obter um sítio a cerca de uma légua da cidade, onde mandei construir alguns barracões de sapê, e com pouco ficou improvisado um hospital de isolamento com as necessárias dependências. Todos os doentes foram removidos para lá e também os que iam adoecendo [...] (ALVES. In: PAULA, 1957, p. 303).

Uma indicação do esvaziamento do discurso preventivo na imprensa montesclareense pode ser percebida no fracasso da coluna “Consultório da Gazeta”. Em 03

de agosto de 1918, o periódico anunciava que um médico da cidade responderia qualquer dúvida da população sobre doenças mediante envio de correspondência constando apenas as iniciais do interessado. Nos números seguintes do jornal, porém, não houve a publicação de nenhum esclarecimento sobre o tema.

Já as doenças que se manifestavam como epidemias em Montes Claros e em todo o norte de Minas Gerais eram semanalmente tratadas pela imprensa. Impaludismo, *influenza* espanhola, ancilostomíase, uncinarirose, entre outras, eram enfermidades discutidas publicamente, quase sempre no sentido de denúncia do descaso do governo estadual para com o norte de Minas. A partir da ocorrência de surtos das moléstias, a imprensa difundia um discurso de clamor por socorro das autoridades. “O sertão possui endemias que prejudicam enormemente parte de seus habitantes; precisa, portanto, do auxílio do governo, do braço forte dos homens de representação [...]” (MONTES CLAROS, 14 de dezembro de 1916, ano I, n. 32, p. 1).

As epidemias, a escassez de profissionais da área da saúde e todo o contexto de valorização do higienismo fizeram com que, no final do século XIX e início do século XX, os profissionais médicos tomassem papel central na sociedade, a exemplo daqueles que ocuparam o prestigiado cargo de presidente da Câmara e Agente Executivo. Mesmo os médicos não estiveram à frente do município e se envolveram menos com política, tinham papel ativo das decisões sobre os rumos que o município seguia.

Além dos já citados Carlos Versiani, Honorato Alves e João Alves, no período em estudo, Montes Claros contou com outros médicos. Antonio Teixeira de Carvalho formou-se no Rio de Janeiro em 1915. Em 1918, fundou em Montes Claros uma liga contra o álcool, o analfabetismo e as grandes endemias. Para propagar suas ideias, editou o jornal A Liga. Nos anos 1930, fundou o Sanatório Santa Teresinha e, posteriormente, ocupou os cargos de vereador e prefeito municipal. Joaquim Onofre Pereira da Silva e Pedro Augusto Catta Preta Versiani formaram-se ainda no século XIX na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ambos tiveram sua atuação na cidade limitada em virtude de terem falecidos ainda jovens e de, no caso de Joaquim Onofre, ter se dedicado por alguns anos à prática profissional fora de Montes Claros. Outro médico, Antônio Rodrigues Teixeira, dedicou-se inicialmente à política no Estado da Bahia. A convite de Honorato Alves, mudou-se para Montes Claros onde exerceu a medicina por 12 anos. Também foi promotor de Justiça e membro da Liga Operária Beneficente²⁹. Os irmãos Geovani Vecchio e Antônio Vecchio

²⁹ A história da Liga Operária Beneficente é mais um fato da órbita das disputas políticas bipolarizadas do município. Foi criada em 1906, em oposição à União Operária que existia desde 1894. Esta, criada por

formaram-se em medicina em Nápoles (Itália), respectivamente em 1907 e 1911 e, em conjunto, montaram consultório na cidade visto na época como muito moderno³⁰. Marciano Alves Maurício formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, retornando à cidade em 1913. Sobrinho de João Alves foi vereador por vários mandatos e vice-presidente da Câmara. Colaborou em jornais locais, participando da fundação de duas folhas, A Liga e o Montes Claros (PAULA, 1957).

Entre os médicos atuantes na cidade, a maioria realizava sua formação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A partir de consulta à biblioteca da instituição, é possível perceber áreas de interesse dos médicos, expressa no tema abordado na tese de conclusão do curso. Pode-se destacar, entre os temas tratados, a presença de estudos sobre doenças que se alastravam no norte de Minas Gerais, assim como em outras regiões brasileiras, assumindo, com frequência, o caráter epidêmico.

QUADRO 3
Teses médicas defendidas por médicos de Montes Claros na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Nome	Ano de defesa	Título da Tese
Joaquim Onofre Pereira da Silva	1872	Affecções carbunculosas no homem
Pedro Augusto Catta Preta Versiani	1887	Das condições pathogenicas, diagnostico e tratamento da pneumonia
Honorato Alves	1891	Etiologia da lepra
João José Alves	1900	A blennorrhagia aguda no homem e o seu tratamento
Antônio Teixeira de Carvalho	1915	Formas clínicas da tuberculose do rim no Rio de Janeiro
Marciano Alves Mauricio	1911	Contribuição ao estudo das infecções paratyphoides

Fonte: Biblioteca da UFRJ (<http://www.minerva.ufrj.br>)

Lepra, tuberculose e infecções paratípóides eram temas caros à medicina da transição do século XIX para o XX que discutia o cenário sanitário brasileiro, incentivada

Eusébio Sarmiento, teve como principais ações a criação de uma escola noturna e o estabelecimento de uma cota beneficente para os sócios que necessitassem de amparo (e para as viúvas daqueles que morressem na penúria). Já a Liga Operária Beneficente, formada, sobretudo por dissidentes da União Operária, teve como primeiro presidente Antônio Martins de Santana Primo. Foi dissolvida por ação do governo do estado em 1909, que enviou um delegado de polícia para o cumprimento da ação. No episódio, morreu com um tiro João Pacífico, um dos membros da associação (VIANNA, U., 2007; PAULA, 2007).

³⁰ Sobre o consultório dos irmãos Vecchio, escreveu Urbino Vianna em 1916: “Dos consultorios da cidade é o melhor montado, expondo um arsenal completo de instrumentos cirurgicos, aparelhos de clinica e microscopia, raios X, gabinete sobre prescrição de asepsia, etc.” (VIANNA, U., 2007, p. 305).

pelos recentes avanços da bacteriologia. Montesclarenses de origem ou não, os médicos que atuaram na cidade apontados anteriormente puderam receber a formação científica necessária para o enfrentamento dos graves males que dificultavam o avanço da região.

4.2 Educar a população para sanear o sertão devastado

Nas primeiras décadas do século XX no Brasil evidenciou-se um debate sobre as condições de saúde da população sertaneja. Embasava o debate a crença no papel social da medicina e a busca de uma maior integração do território brasileiro.

O debate foi alimentado, sobretudo, pelos dados divulgados pelas expedições científicas promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz, que repercutiram nacionalmente. Em Montes Claros, esse tema esteve presente com muita força na imprensa periódica do final dos anos 1920.

Porém, o estopim para o acirramento das discussões foi o pronunciamento, em outubro de 1916, do médico Miguel Pereira, em discurso de recepção a um colega da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que chegava de viagem da Argentina. Ao criticar aqueles que duvidavam da incidência da doença de Chagas, recém-descoberta, no sertão brasileiro, afirmou: “o Brasil é ainda um imenso hospital”. Tal discurso, publicado na íntegra em um periódico carioca, alimentou o debate sobre as questões sanitárias no interior do país.

De acordo com Sá (2009), vários jornais das capitais e do próprio “sertão doente” passaram a tratar do tema e a defender ou combater a afirmação de Miguel Pereira e os dados levantados pelas expedições científicas.

Em Montes Claros, este debate também ocupou papel de destaque na imprensa periódica. No jornal Montes Claros, foi identificada a publicação de textos que tratavam diretamente sobre o tema em pelo menos 15 edições da folha. Geralmente ocupando o espaço do editorial (primeira página), estes textos começaram a ser publicados em dezembro de 1916, apenas dois meses após a publicação do discurso de Miguel Pereira, e receberam os seguintes títulos: “Pelo Sertão”, “Saneamento dos sertões”, “Uma campanha benéfica”.

Pelo Sertão

[...] Diversas são as molestias que, endemicamente, flagellam a zona do sertão [...]. Com brilhantismo e erudição, fallou do assumpto o dr. Miguel Pereira [...]. Que a região sertaneja é perseguida por molestias endemicas e que muitos homens desta zona são uns verdadeiros inutilizados, é um facto – ninguem o contesta, sem correr o risco de cair no descredito dos

bem intencionados; mas o que é também um facto que ninguém poderá negar, sob a mesma pena, é que, ao lado dos paludicos, anquilostomosiados e dos cretinos, muitos homens validos, verdadeiros repositórios de saúde, ha por aqui e por ahi além, numa actividade franca e compensadora de accordo com o meio. [...] Em summa – o sertão possui endemias que prejudicam enormemente parte de seus habitantes; precisa portanto, do auxilio do governo, do braço forte dos homens de representação para que possa, em dias não remotos, vêr as suas terras saneadas e povoadas de homens todos validos e capazes para o trabalho – unico factor que um dia tornará grande o Brasil e respeitada a Patria [...] (MONTES CLAROS, 14 de dezembro de 1916, ano I, n. 32, p. 1).

Pelo Sertão

[...] Um outro illustre medico brasileiro, o dr. Afranio Peixoto, em brilhante monographia ácerca da salubridade do Brasil, assim se externa: [...] “A saude, no globo, é independente da fatalidade das latitudes: é uma conquista do esforço e do conhecimento humano”. A materia de que estamos tractando não é, pois, nova: é um assumpto que de longa data preocupa os nossos homens de sciencia que, graças à sua tenacidade e esforço, muito tem conseguido dos poderes publicos em beneficio de certos e determinados pontos do paiz. [...] Não é somente nos sertões de Minas, mas também no interior de quasi todos os Estados brasileiros, que as endemias campeiam sobranceiras e orgulhosas, fazendo a sua colheita annual de milhares de vidas, já inutilizando para sempre muitas, já apagando para todo sempre outras. Ao lado do hematozoario e do trypanosoma que por aqui permanecem, sendo a cada passo, diariamente mesmo, innoculados pelos seus vehiculadores proprios – *morissoca e barbeiro* – existe o treponema da syphilis a se transmitir de geração em geração, tornado-as rachiticas e enfesadas. E todas estas entidades morbidas, verdadeiros espantalhos da civilização e progresso de um povo, só cedem a uma prophylaxia systematica e rigorosa; e está só pode ser posta em pratica com o auxilio dos governos e intervenção efficaz dos homens de sciencia e representação popular (MONTES CLAROS, 18 de janeiro de 1917, ano I, n. 36, p. 1).

Os textos publicados nos jornais afirmavam o grave problema das doenças que dominavam boa parte do Norte e Nordeste do país, chamado de sertão, região em que se inseria o norte de Minas Gerais, se não geograficamente, mas pelas características sociais da região. Nos textos, a aceitação do denunciamento dos médicos cariocas (e o clamor por ajuda governamental) conviviam com a defesa das potencialidades da região, através do combate aos supostos “exageros” que poderiam ser cometidos com a descrição da saúde da população norte-mineira. É preciso lembrar que uma região de desvalidos não poderia almejar a participação nas decisões sobre o futuro do estado e do país, em um contexto de tentativa de afirmação política dos estados recém-incorporados à lógica federalista da República brasileira.

Além do enfrentamento do pessimismo desanimador de uns e do otimismo exagerado de outros, os textos também expressavam a valorização do conhecimento científico, expresso especialmente nos médicos. Tais profissionais atuantes na cidade personificavam o homem moderno que recebera formação científica para intervir na realidade, inclusive com a defesa de teses (requisito para conclusão da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro) sobre os principais males que afligiam a população, conforme quadro apresentado anteriormente.

Destaca-se também a propagação do ideal do trabalho, requisito indispensável para o progresso social. Tal argumento compôs o discurso higienista que agia em prol da mudança de hábitos.

Se na Europa os discursos e as medidas higienistas voltadas para a desordem urbana eram motivados também pelo ajustamento da força de trabalho às novas exigências da produção industrial, no caso brasileiro o apelo para a relevância do trabalho harmonizou-se com dois projetos das classes dominantes: sobrepujar o “atraso” do país frente a locais “civilizados” e salvar a nacionalidade via regeneração do povo. Nessa lógica, o disciplinamento ditado pelos fundamentos científicos era, mormente, fruto da representação social negativa, racista, para com os integrantes das classes subalternas (PATTO, 1999).

De acordo com Lima (1999), o discurso de Miguel Pereira e o posterior debate sobre o tema difundiram no Brasil um dos principais símbolos da crítica social e política da República no país, a imagem do Brasil-Hospital.

Para combater a situação calamitosa da região de Montes Claros, inserida no quadro desalentador descrito, foram organizadas, a partir do ano de 1918, uma série “conferências médicas” com o fim primordial de instruir a população sobre as enfermidades que costumeiramente atacavam o norte de Minas Gerais. Matéria publicada em 13 de outubro de 1918 no jornal Montes Claros noticia a continuação das conferências médicas “promovidas pelos distintos facultativos desta cidade. Ambos conseguiram produzir aos numerosos assistentes a compreensão perfeita dos males sobre os quais discorreram, tanto pela clareza, concisão e elegância da linguagem, como pelo valor científico de suas orações” (MONTES CLAROS, 13 de outubro de 1918, ano II, n. 98, p. 4). Entre outros temas, tais conferências trataram da higiene, da moléstia de Chagas e sífilis.

As conferências realizadas foram mais uma iniciativa que compôs o esforço de segmentos da sociedade para educar a população. Independentemente do tema tratado, havia o pressuposto da necessidade urgente de informar os indivíduos para que se garantisse a caminhada para o progresso. Nesse sentido, as ações sistemáticas de combate às

enfermidades do sertão, necessidade apontada pelos médicos sanitaristas, careciam de serem acompanhadas de um processo mais amplo que educasse as pessoas.

Uma campanha benéfica

[...] Fala-se no correr dessa campanha (Saneamento do Brasil – a partir dos dados levantados por Belisario Penna), em prophylaxia, hygiene, meios evitáveis do contágio pernicioso e outras cousas muitas... Como, porém, comprehender o povo o que isto tudo significa, si a mais completa ignorancia o envolve e subjuga nas suas malhas? A nossa ignorância é tanta, e principalmente das populações ruraes e sertanejas, que, só em procurarmos os enfermos em uns casebres e choupanas como fito nobre e humanitario de incutir-lhes essas noções, elles fugirão de nós e até se revoltarão. Que fazer, pois, como ponto de partida ou inicial do saneamento? Crear escolas e diffundir o ensino por todos os meios possiveis e applicaveis. Educar e instruir um povo, é despertar as suas energias, é tornal-o consciente de seus actos e do importantissimo papel que cada individuo representa no conjuncto de uma nação, é fazel-o cuidar de si e de sua patria. A. FERREIRA OLIVEIRA (MONTES CLAROS, 04 de outubro de 1918, ano II, n. 97, p. 4).

Veloso (2008) argumenta que houve uma significativa aproximação do jornal *Gazeta do Norte* com a Escola Normal de Montes Claros³¹, pois ambos assumiram o objetivo de formar a população da cidade e perceberam, nessa associação, uma possibilidade para legitimação e ampliação de um espaço de atuação e poder. Além da realização de muitas Conferências Médicas na Escola Normal, esta aproximação também se deu pelo fato de que muitos jornalistas e colaboradores do jornal *Gazeta do Norte* eram também professores na instituição de ensino. O próprio Antônio Ferreira da Oliveira, que foi proprietário e redator do jornal *Montes Claros* e posteriormente colaborador do *Gazeta do Norte*, autor da nota transcrita anteriormente, foi professor de Geografia na Escola Normal (VELOSO, 2008).

A molestia de Chagas

(Conferencia medica pronunciada pelo dr. Marciano Alves Mauricio, Delegado da Liga Pró Saneamento e Membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Bello Horizonte)

O grito de guerra ás endemias proferido pelos grandes campeões do saneamento da nossa querida Pátria, Profs. Miguel Pereira, Carlos Chagas

³¹ Veloso (2008), baseada em memorialistas, aponta que a Escola Normal de Montes Claros teve três fases: a primeira compreende o intervalo entre 1879, ano de sua instalação, e 1905, data de sua extinção por decreto do governo mineiro. A segunda fase se circunscreve no período entre 1915, quando foi fundada como escola livre, e 1938, quando foi extinta como escola oficial. Nesse período, ficou desativada entre 1918 e 1923 e foi equiparada às escolas oficiais do estado em 1925. Já a terceira fase inicia-se em 1953, a partir de sua abertura como escola oficial.

e Belisario Penna, fez vibrar impetuosamente e com entusiasmo a corda sensível do meu patriotismo, guiou-me pela mão diante de vós e collocou-me no alto desta tribuna para dizer-vos com a maior singeleza e sinceridade, quaes as principaes causas do nosso aniquilamento, os males que infelicitam o sertão norte-mineiro e o conjunto de medidas prophylaticas que devemos pôr em execução para combater a marcha progressiva das molestias endemicas, melhorando e amenisando as nossas precarias condições de sanidade [...]. Coube a mim a insigne de falar-vos da ultima molestia – a “Trypanossomiase americana” ou “molestia de Carlos Chagas [...]”. A descoberta de Carlos Chagas empolgou o mundo scientifico, poz em destaque o Brasil, perante a civilização europeia, ou se me permitem o uso da phrase - «a Europa curvou-se mais uma vez ante o Brasil». [...] E tudo isso Carlos Chagas descobriu no ambito diminuto da objectiva de um microscopio e no espaço immenso coberto por um eco de anil do sertão norte mineiro [...]. Attrahido pela curiosidade scientifica se propoz a percorrer os nossos Sertões, e deparou penalizado com esta população composta na sua maioria de individuos degenerados, aleijados, tolos, cretinos que habitam estas choupanas esparsas no nosso vasto territorio (MONTES CLAROS, 13 de outubro de 1918, ano II, n. 98, , p. 1-2).

Carlos Chagas descobriu a nova doença no ano de 1909, na cidade norte-mineira de Lassance, onde chegara há cerca de dois anos para trabalhar no controle da malária que dificultava o avanço das obras da Estrada de Ferro Central do Brasil. A construção da estrada de ferro integrava um projeto nacional que visava ligar o Centro e o Nordeste do Brasil ao Rio de Janeiro.

A descoberta de Chagas teve grande repercussão nos meios científicos nacionais e estrangeiros. Tal descoberta teria sido a primeira vez na história da medicina que um mesmo pesquisador identificava o vetor, o agente etiológico e a doença causada por esse parasito (KROPF; AZEVEDO; FERREIRA, 2000).

Porém, alguns anos após a descoberta, deu-se inicio a um debate sobre a ideia defendida por Chagas de que a doença descoberta por ele grassava por vastas regiões do Brasil e, assim, devia ser tratada como uma relevante questão de saúde pública. Alguns estudiosos apontavam que não havia provas de que a doença ultrapassava os casos isolados de Lassance. Porém, para Chagas e os demais pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, a doença de Chagas e outras endemias rurais careciam ser enfrentadas por um saneamento rural implementado de forma sistemática, mediante a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (KROPF; AZEVEDO; FERREIRA, 2000).

Nos anos 1910, a tese de Chagas sobre o caráter endêmico da doença que descobrira foi comungada pela classe médica de Montes Claros e, assim, a doença de Chagas integrou o conteúdo de assuntos tratados pelas Conferências Médicas. No discurso

do médico Marciano Alves Maurício, reproduzido em parte anteriormente, sobreleva-se também a afirmação de que a descoberta “fez vibrar impetuosamente e com entusiasmo a corda sensível do meo patriotismo”, indicando que as questões sanitárias brasileiras do início do século XX relacionavam-se com o sentimento nacionalista em construção e com a afirmação da nação.

Conferencias

A quinta conferencia da serie levada a effeito nesta cidade, em beneficio do saneamento rural, teve por thema “A hygiene” e della se encarregou o sr. major Honor Sarmeto. Durante mais de uma hora o conferencista tratou do thema escolhido, começando pela hygiene em geral, e passando depois de definil-a, á hygiene da creança, do adulto, das habitações ruraes e finalmente das cidades. A conferencia agradou geralmente embora não notasse a concurrencia que de outras vezes, encheu litteralmente o salão do “Cinema Recreio”, onde ella se realisou. Parece que o entusiasmo por essas conferencias vae arrefecendo devido ao facto, talvez, de irem ellas se transformando, em litterarias quando deviam ser antes scientificas. Para amanhã, por exemplo, segundo nos informa um dos distinctos membros da commissão, está annunciada uma outra que terá por thema – O saneamento moral. O assumpto não nos parece consentaneo com o fim a que deveriam ter em vista os iniciantes dessa magna idea de explicar ao povo, as medidas a tomar no interesse do saneamento de nossos sertões [...] (GAZETA DO NORTE, 26 de outubro de 1918, ano I, n. 17, p. 3).

A quinta conferência inaugurou a adoção de temas que se desviavam dos conhecimentos científicos sobre doenças que agoniavam o sertão. Mesmo que o tema (A Higiene) relacionava-se à saúde da população, tais eventos haviam sido planejados inicialmente para tratarem das doenças endêmicas.

O jornal Gazeta do Norte, ao noticiar a ocorrência da quinta conferência, critica o tema escolhido e o fato de “irem ellas se transformando, em litterarias quando deviam ser antes scientificas”. Uma possível explicação para tal crítica reside no fato de que o conferencista, Major Honor Sarmeto, reconhecido poeta e professor de português, integrava o grupo político adversário dos dirigentes do Gazeta do Norte. Apesar do conferencista anterior, Marciano Alves Maurício, também compor este grupo, o Partido de Cima, ele exercia a profissão de médico e, assim, ocupava um espaço visto como legítimo ao discursar sobre os hábitos que a população deveria assumir. Já Honor Sarmeto, além de professor e poeta, era advogado e político, sob a influência do líder Honorato Alves, chegando inclusive a ser um dos editores do jornal Montes Claros em sua segunda fase.

Para ampliar os efeitos das “conferências médicas”, além de divulgar seu acontecimento, os jornais publicavam na íntegra as palestras proferidas. Devido à extensão

das falas, frequentemente adotava-se a estratégia de dividi-las em três ou quatro partes que eram publicadas semanalmente. Dessa forma, o esclarecimento sobre o combate e principalmente sobre a prevenção das doenças que assolavam a região era difundido também pela imprensa, atestando mais uma vez seu caráter educativo.

A origem (a motivação) de tais conferências relacionou-se ao acirramento do debate sobre as condições higiênicas e sanitárias no interior do país. No século XIX, segundo Silva (2008), o Brasil era visto por muitos cientistas como um exemplo de que a miséria e as doenças eram determinadas, sobretudo, por dois fatores: a intensa miscigenação racial e as temperaturas elevadas. Entretanto, alguns cientistas, na tentativa de achar uma solução para o problema do país, passaram a repensar os determinismos, vinculando-os às noções higienistas e sanitaristas.

“Nesse sentido, expedições foram feitas no interior do Brasil, constatando que as raças, a mestiçagem e o clima não eram suficientes para responder ao estado de miséria e doença em que o país vivia” (SILVA, 2008, p. 61). As expedições, sendo uma delas realizada por Belisário Penna e Arthur Neiva, tiveram seus resultados divulgados em jornais, inclusive em periódicos de Montes Claros.

As expedições científicas foram viagens pelo Brasil realizadas entre os anos de 1911 e 1913 por médicos pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, na época Instituto Soroterápico Federal, com o objetivo principal de conhecer os problemas médicos do país.

Para Lima (1999), tais expedições fundamentam-se na ideia de que, na transição do século XIX para o século XX, a medicina não deveria ser considerada apenas para a manutenção da saúde, mas também para pensar a sociedade e promover a reforma social.

A ocorrência desses empreendimentos remete ao sucesso obtido por Oswaldo Cruz nas campanhas de combate à febre amarela e outras enfermidades no Rio de Janeiro. Assim, o Instituto e a Diretoria Geral de Saúde Pública tornaram-se parceiros de importantes iniciativas do governo federal que tinham em vista a modernização do Brasil (MELLO; PIRES-ALVES, 2009).

Mesmo antes das expedições, integrantes do Instituto Oswaldo Cruz eram constantemente solicitados para atuarem em surtos epidêmicos em canteiros de obras pelo interior do Brasil. Em uma dessas missões, Belisário Penna e Carlos Chagas estiveram por volta de 1907 no norte de Minas Gerais.

Depois que o eminente professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Dr. Miguel Pereira deu o grito de alarma, ficou evidenciado que o

saneamento do interior do Brazil é um dos maiores e mais urgentes problemas que estão a merecer a atenção dos poderes publicos. Belisario Penna e Arthur Neiva nomes illustres no campo da sciencia, em relatorio interessante sob todos os pontos de vista [...] revelou que o Brazil era um vasto hospital. Nesse relatório, os illustres comissionados do Governo, puzeram a nú que em vastissima zona de nosso paiz, havia cousas espantosas, no tocante á salubridade, provando que populações inteiras se achavam completamente abandonadas, mal abrigadas e mal vestidas, e o que é peor, atacadas por flagellos, até então não suspeitados sequer pelos dirigentes do paiz [...] Impressionados por esse quadro [...] no nosso Estado o Decreto n 5.010 de 18 de junho deste anno, creou com applausos gerais, o serviço de prophylaxia rural [...] (GAZETA DO NORTE, 20 de julho de 1918, ano I, n. 3, p. 1).

O trecho transcrito também indica o início de uma ação do governo estadual para combater a carência detectada pelas expedições. Entretanto, a matéria jornalística ressalta que as ações estabelecidas no decreto eram tão complexas e de difícil execução que haveria uma grande chance delas ficarem somente no papel. Os jornais de Montes Claros (jornal Montes Claros e jornal Gazeta do Norte), além de divulgarem o que era produzido a partir de tais expedições, travaram debate sobre o exagero ou não dos dados apontados pelos cientistas que empreenderam em diagnosticar as condições sanitárias e higiênicas do interior do país.

O farmacêutico Antônio Ferreira de Oliveira, sobre a campanha denominada “saneamento rural”, afirmou reconhecer que se tratava de uma campanha benéfica, mas defendeu a ocorrência de exageros no texto de Belisário Penna, que apontou que 80% da população rural sofriam de alguma moléstia. Mesmo sem possuir dados estatísticos, para Oliveira, não passava de 50% o índice de população afetada. O farmacêutico combatia a afirmação de que “o homem do interior é um farrapo miseravel, um trapo a tôa, devastado pela violência das infecções mais assustadoras, etc.” (p. 3) Se assim fosse, para Oliveira, “o edificio nacional não estaria com certeza de pé, mesmo nas pungentíssimas condições em que o está” (p. 3). Por fim, alertou para o fato de que muitas causas generosas no Brasil não obtinham sucesso devido a “esse modo insincero e irreal de agitar e proteger movimento tão nobre e elevado”(p. 4) (MONTES CLAROS, 01 de setembro de 1918, ano II, n. 93, p. 3-4).

Em edição de 10 de agosto, o também farmacêutico Antônio Augusto Teixeira, este colaborador do Gazeta do Norte, rebate o que foi publicado no outro veículo. Com uma argumentação extensa (que ocupa quase a totalidade da página do jornal), afirma que os dados e afirmações de Belisário Penna não são exageros, o que argumenta a partir de

pesquisas feitas por outros cientistas como Carlos Chagas, Plácido Barbosa e outros (GAZETA DO NORTE, 10 de agosto de 1918, ano I, n. 6, p. 2).

Mais importante do que a busca da verificação de qual argumento possuía maior sustentação, importa destacar o espaço que investigações científicas e ações planejadas em decorrência de seus resultados ocupavam na sociedade mediante a presença desse assunto nos jornais.

As próprias “Conferências Médicas” de Montes Claros, de acordo com notícia de jornal, foram uma resposta às informações colhidas e divulgadas pelas expedições científicas.

Saneamento Rural

A phrase forte de Miguel Pereira, afirmando, às escancaras, ser o Brasil um immenso hospital, não foi, certo, lançada a esmo para aterrorisar os leigos em medicina. [...] Ninguem ignora a quasi impossibilidade do saneamento directo dos rios, impossibilidade que se infere maximé pelos dispendios enormes, d’onde se conclue pelo exclusivismo dos meios de prophylaticos. E não só o impaludismo conduziu o cerebro robusto do eminente cientista patricio áquella dolorosa affirmação: factores importantes secundam-n’o, em relevo a anquilostomiase, a tuberculose, os effeitos do alcoolismo, etc. Desgraçadamente estas enfermidades, copiosas em todo o paiz, são particularmente profusas no norte de Minas, onde, n’um crescendo assustador, ceifam numerosas vidas quotidianamente. E qual o outro meio de arrancar á brutalidade da morte tantas victimas se não a prophylaxia? Attentando na efficiencia dos conselhos prophylaticos, os proficientes facultativos drs. A. Teixeira, João Alves e Marciano Mauricio accordaram em aventar uma serie de conferencias que, certo, serão intensamente concorridas por todo Montes Claros. A primeira conferencia será realisada pelo dr. João Alves e versará sobre a malaria. É de capital importancia que ninguem perca esta oportunidade de se prevenir contra muitos males, frequentando com assiduidade as preleções dos nossos medicos, ouvindo-lhes e acatando-lhes os sabios conselhos de profissionaes experimentados (MONTES CLAROS, 22 de agosto de 1918, ano II, n. 94, , p. 3).

O anseio por adequações de cunho higienista na sociedade montesclarenses unia a elite local. Assim como ocorreria nos anos 1920 quando da iminência da chegada da ferrovia a Montes Claros³², desavenças políticas históricas eram colocadas de lado em prol de um bem comum reconhecido como imprescindível para a sociedade. Desta forma, além

³² Conforme já tratado anteriormente (capítulo 1), a partir de 1923 as elites da cidade apoiaram a eleição para Agente Executivo Municipal do Cel. Antônio Versiani dos Anjos, visto como um político de consenso, pois acreditava-se que a união das lideranças locais poderia garantir o alcance de um antigo sonho: a chegada da ferrovia à cidade.

do jornal Montes Claros, como transcrito anteriormente, o jornal Gazeta do Norte também apoiou e incentivou a ocorrência das Conferências Médicas.

Outro fato que demonstra esta união é o papel de conferencista ter sido ocupado por integrantes dos dois grupos rivais de Montes Claros. Nas três primeiras conferências realizadas, foram oradores os médicos Antônio Teixeira de Carvalho, membro do grupo constituído inicialmente pela parentela “Chaves, Prates e Sá”, João José Alves e Marciano Alves Maurício, integrantes do grupo formado pela parentela “Alves, Versiani e Veloso”.

Para além das desavenças políticas, tais indivíduos assumiam a responsabilidade social esperada de alguém que ocupasse a posição de médico. Em um período de desejo e crença no progresso que poderia chegar em muito pelo conhecimento científico, o médico tomava para si a missão de promover mudanças nas condições sociais permeada pelo atraso cultural que provocava enfermidades. Para Lima e Hochman (2000, p. 314), “a ciência do início do século XX e, ainda, a ciência social institucionalizada a partir dos anos 30 podem ser consideradas as linguagens, por excelência, do processo de construção nacional”.

Ainda o Saneamento

Quando escrevemos nosso editorial do numero passado sobre o “Saneamento rural” bem longe estavamos de supor que “ a propaganda perseverante e intuitiva” que ali aconselhavamos tivesse prestes a receber um auxilio poderoso e eficaz, como o de que temos noticia. Pela nossa parte, como dissemos, iniciamos essa propaganda pela transcripção dos ensinamentos de Belisario Penna e pelo editorial a que nos referimos. Agora, somos informados que os illustres clinicos aqui residentes, drs. João Alves, Santos Teixeira e Marciano Mauricio vão iniciar uma serie de conferencias sobre a prophylaxia das molestias mais usuaves em [...] meio, de modo que o povo possa precaver-se contra tão terriveis males a que estão continuamente expostos. [...] Não temos applausos bastantes para secundar a obra meritoria desses esforçados campeões do bem, que pondo de parte interesses e commodidades vão encetar essa campanha que constitue uma das mais palpitantes necessidades – o saneamento desta zona, parte do nosso Estado [...] (GAZETA DO NORTE, 27 de julho de 1918, ano I, n. 4, p. 1).

A inquietação das classes dirigentes com os problemas que um suposto atraso cultural da população causava na sociedade impelia ao combate a hábitos entendidos como representantes da degeneração humana. Os vícios do consumo de álcool e fumo e da prática do jogo deveriam ser enfrentados. A presença de tais mazelas era ainda mais grave, pois era comum à época a crença na hereditariedade destes hábitos, teoria que também contribuía para aproximar as ideias eugenistas e higienistas.

Se tais hábitos perniciosos eram hereditários, a regeneração social passava pela extirpação de vícios e o alcoólatra, por exemplo, juntava-se a um grupo de indivíduos desprezados composto, entre outros, de mendigos e prostitutas. Se não enfrentados, estes indivíduos perigosos poderiam impedir a caminhada civilizatória da sociedade.

De uma forma geral, a preocupação com o consumo do álcool na sociedade ganha força na segunda metade do século XIX em países europeus como a França. No período, as autoridades atentavam-se não ao alcoolismo, mais aos efeitos da embriaguez, vista como potencializadora de atitudes indesejadas. Beber de maneira abusiva passou a ser julgado, então, como um flagelo social que atingia com mais intensidade as classes populares. Com a propagação das teorias higienistas, construiu-se uma representação negativa daquele que bebe excessivamente.

“O bêbado traz com ele a imagem de preguiçoso, daquele que gasta as economias poupadas na bebida, de preferência a comprar seu pão, e daquele cujos familiares suam em seu lugar. O homem que bebe, diz-se, é um homem pouco ocupado [...]” (NOURRISSON, 1990 *apud* CAMPOS, 2005, p. 126).

O discurso que aborda os malefícios do álcool na sociedade e a importância de seu enfrentamento estava presente na imprensa de Montes Claros, como no trecho a seguir:

O Alcoolismo

Benéfica e animadora é a campanha que se desenvolve nos centros mais cultos do nosso paiz contra esse cancro da sociedade, demolidor das nossas energias físicas e moraes – o alcool – Realmente, nenhum mal nos tem causado maiores prejuizos... O alcoolico é uma ruina de homem, um organismo depauperado, impregnado de alcool, cujo odor [...] incomodativo é um attestado eloquente da sua inferioridade [...]. E não fica só nesse infeliz todos os efeitos da intoxicação que ele vae fortalecendo com os repetidos *bates* de aguardente: - seus filhos são uns degenerados – victimas innocentes do desregramento do pae infeliz! [...] (GAZETA DO NORTE, 16 de agosto de 1919, ano II, n. 58, p. 2).

A degeneração social provocada pelo vício é destacada no texto. Tal depravação atingiria também os filhos do alcoólatra, reforçando a ideia da hereditariedade de certos hábitos.

Em um país que se tornara recentemente uma República, era patente a defesa da necessidade da força de trabalho do homem para a construção da nação; assim, o indivíduo que se viesasse pelo vício do álcool não cumpriria seu papel social. Além da perda da capacidade laboral, o consumo excessivo de álcool também era associado a todo tipo de desordem, vagabundagem e criminalidade. No combate a esse mal, segundo Matos (2000),

os médicos assumiram vários papéis: como higienistas e sanitaristas, lutaram contra o alcoolismo em várias campanhas; como legistas, discutiram as responsabilidades dos alcoólatras na ocorrência de crimes; e nos hospitais e manicômios procuraram aperfeiçoar tratamentos para os viciados, além de defender a necessidade de instituições especiais para abrigá-los.

Questões vistas à época como predominantemente morais, como o uso do álcool e a prática do jogo, também foram alvo das Conferências Médicas realizadas em Montes Claros, como descreve a notícia a seguir:

Conferencias

[...] Tratando do assumpto de sua conferencia, o dr. Herculino referiu se aos dous velhos males, sociaes: o alcool e o jogo. [...] Fez em seguida a apologia do trabalho, recitando os soberbos versos de Castilho, que são o seu “hymno ao trabalho” e que a mocidade das escolas do Estado entoa diariamente em suas aulas. Continuando, referia-se o conferencista a molestia que appareceu em Montes Claros, de 1914 para cá, cujos principaes symptomas eram a calumnia e a intriga e disse que bastou “uma injeccão de barretina vermelha” para que essa molestia desapparecesse. [...] (GAZETA DO NORTE, 02 de novembro de 1918, ano I, n18, p. 3).

A ofensiva dos preceitos higienistas, além do álcool, direcionou-se também para o consumo de uma outra substância: o tabaco. Mesmo que, em um primeiro momento, seu consumo tenha sido aplicado em terapias, o uso do tabaco passou, a partir de meados do século XIX, a ser taxado de um hábito pouco urbano e pernicioso para a saúde do homem que fuma e de quem convive com o fumante.

Curiosamente, a propagação do hábito de fumar ocorreu justamente com o fenômeno da urbanização, além da criação do cigarro que permitiu o consumo mais ágil e prático do tabaco, antes principalmente mascado e consumido em charutos.

Para Gonçalves e Abreu (2001), a divulgação dos males do tabaco originou-se do conhecimento oriundo de experimentos feitos no campo das observações clínicas, da química e da fisiologia experimental na Europa e nos Estados Unidos, estudos cujo conteúdo já circulava no Brasil no século XIX. Prova disso, segundo os autores, foi o abundante número de teses sobre o assunto apresentadas na conclusão do curso médico nas Faculdades do Rio de Janeiro e Salvador desde meados dos Oitocentos³³.

³³ São exemplos de teses sobre o uso nocivo do tabaco: Constantino Machado Coelho, *Do Uso e Abuso do Tabaco* (1875); Antonio do Nascimento Silva, *Que moléstias predominam sobre os que se empregam nas fabricas de tabaco e charutos estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro* (1852); João Joaquim de Gouvêa, *Do envenenamento pela nicotina* (1859); Francisco Joaquim Werneck de Almeida, *Do uso do tabaco e de sua*

A imprensa montesclarenses também se dedicou ao combate ao uso do tabaco, sobretudo em ambientes públicos, onde a boa educação e a civilização não deveriam conviver com tal hábito.

O Fumo (Nicotina tabacum)

Nos centros civilizados, onde a boa educação, a hygiene e a policia, agem conjunctamente, para haver conforto e bem estar e segurança e asseio nos edifícios onde se agglomeram varias pessoas, entre as quaes, quasi sempre, entes de organismo delicado, não se admitte absolutamente o uso do fumo que corrompe o ar, perturba a vista, embota o olfacto e revolta os estomagos sensiveis, além do que offerecem os phosporos e cotos de cigarros, atirados sem cuidado para qualquer canto, de ser causa de incendio (MONTES CLAROS, 17 de agosto de 1916, ano I, n. 15, p. 2).

A intervenção no espaço urbano a partir das ideias higienistas relacionava-se àquilo que poderia degradar a saúde física do indivíduo e também sua plenitude moral. Nesse ínterim, o combate aos vícios compôs o rol de ações adotadas pelos jornais que divulgavam os códigos de uma vida moderna.

O vício do jogo, por exemplo, era uma mazela que se configurava como alvo de ação de um saneamento moral que passava pela disciplinarização do comportamento. Aquele que é viciado em jogo, em síntese, adota um mal caracterizado como oposição ao trabalho, grande valor a ser adotado por uma sociedade que busca a civilização.

Na cidade de Montes Claros, combater a prática do jogo caracterizou-se, inclusive, como uma intervenção nas práticas de diversão da população, que se deu concomitante com a valorização de vivências vistas como adequadas e instrutivas, como o cinema e o teatro³⁴.

Vida social

PROSPERA e se desenvolve infelizmente em nosso meio social, um dos grandes vicios da humanidade, desses que a corrompem e abalam, às vezes profundamente, em seus alicerces – o jogo [...].Leva os individuos que a elle se entregam a toda sorte de depravações, começando por alterara-lhes o character, depois a consciencia, depois o physico e depois

influência sobre o organismo (1869); João José dos Santos Ferreira, *Do uso e abuso do tabaco e da sua influência sobre a saúde* (1872); Ascânio Ferraz da Motta, *Considerações higienicas sobre o uso do tabaco* (1846); João Baptista dos Anjos Junior, *Influência dos diversos modos de usar do tabaco* (1856); João Garcez de Mendonça, *Descrição acção physiologica e therapeutica do nicotina tabacum* (1858) (GONÇALVES; ABREU, 2011).

³⁴ O cinema, o teatro e as demais práticas de diversões entendidas como modernas são discutidas no capítulo 5.

tudo... O jogador profissional é um typo tarado para percorrer uma escola completa do crime. É um elemento perigosissimo que causa nojo e asco, em tudo semelhante á terrível cascavel, occulta em sua hedionda furna á expreita de ocasião azada para o bote certo e fatal. Os que do jogo vivem são verdadeiros delinquentes que perambulam ás soltas e livremente, em eterna e dolorosa affronta aos brios da sociedade [...] (MONTES CLAROS, 1º. de março de 1917, ano I, n. 42, p. 3).

Mudanças nos hábitos da população com a valorização do trabalho (combate à vadiagem) e a implementação de políticas higiênicas foram eixos norteadores do processo de modernização da cidade. Mesmo que estes não tenham sido um conjunto de diretrizes harmônicas que instruiu as transformações ocorridas em Montes Claros, envolveram diferentes segmentos e instituições e retrataram o esforço e o desejo de superar o que era considerado atrasado para a localidade.

É importante destacar que as ações higienistas do início da República não foram direcionadas apenas para o combate às doenças, mas retrataram visões mais amplas que a elite construía da sociedade. Dessa forma, saúde, cultura e política foram elementos fortemente imbricados no período que influenciaram as transformações na cidade de Montes Claros e em diversas outras localidades.

5. DIVERSÃO: (uso)fruto da modernidade

O processo de modernização da sociedade muda a relação do indivíduo com o espaço em que ele vive. De uma maneira geral, podemos dizer que a vida torna-se mais pública e esse espaço palco de novas experiências que, oriundas das transformações sociais do período, muitas vezes, possuem um forte apelo educativo.

Dentre as modernas experiências, são destacadas nesta pesquisa as práticas de diversão. Nesta parte do trabalho, importa afirmar que as vivências de diversão foram um dos principais meios de preparar a população para a vida moderna e, ao mesmo tempo, sua adoção expressava um vínculo ao que era novo, à civilidade desejada.

Optou-se aqui pelo uso do termo diversão, pois, segundo Melo (2010), a adoção desse termo permite tanto considerar recortes temporais anteriores à modernidade como, mesmo no âmbito da modernidade, estar atento ao fato de que as antigas formas de diversão não foram repentinamente substituídas pelo novo que se instituíam.

Com a industrialização e a valorização da cidade como um distinto local de vivência social:

Desenvolve-se uma ideia que antes pareceria paradoxal: descansar não é mais não fazer nada, mas escolher entre um novo conjunto de atividades que se apresenta. Na verdade, paulatinamente a dinâmica do tempo da produção (do trabalho) impregnará o lazer (não trabalho), um dos elementos que ajuda a entender (como causa e consequência) a nova excitabilidade pública (MELO, 2011, p. 69).

Mesmo que o processo de industrialização tenha ocorrido várias décadas mais tarde em Montes Claros, mudanças nas vivências sociais, dentre elas na prática de diversão, podem ser claramente percebidas entre os anos de 1889 e 1926; e é essa “nova vivência” (entendida como uso(fruto) da modernidade), que é objeto de investigação nessa parte do trabalho. Para ponderar sobre as práticas de diversão como representantes de um mundo moderno ou de um passado que deveria ser superado e como instrumentos educacionais destacamos as Festas de Agosto, o teatro, o cinema e o futebol.

Sevcenko (1992) afirma que, com a propagação do ideal da modernidade, o antigo hábito de descansar nos fins de semana se tornou um despropósito ridículo. Nessa nova realidade todos eram chamados para irem às ruas para o estímulo dos sentidos, para o exercício dos músculos. Conforme Melo (2010), uma das marcas da modernidade é a vivência pública da diversão.

Sevcenko trata das mudanças urbanas ocorridas em São Paulo, cidade que, no final do século XIX, já contava com mais de 240 mil habitantes e vivenciava um crescimento vertiginoso com o loteamento de antigas chácaras ao redor do núcleo histórico da cidade e a expansão contínua da área urbana. Apesar das especificidades desse processo em São Paulo, em outros locais, mesmo que distantes dos grandes centros, a experiência moderna da diversão também foi valorizada.

O clamor por essas atividades também ocorria em Montes Claros e era expresso nos jornais. Ainda com muitas características rurais e com uma incipiente oferta de práticas de diversão, os trechos transcritos a seguir representam o entendimento que a falta de opções sobre essa vivência deixava um hiato nos hábitos sociais do município.

A nossa cidade não tem uma vida constante e animada, em se fallando propriamente da convivencia social e de diversões. Clubs recreativos, não temos e só uma vez ou outra, da união de algumas familias, surge um passeio em grupo pelas ruas, um jogo de prendas ou uma soirée modesta. De ha muito que nada disso vemos: como que uma indiferença esmagadora e dissolvente baixou sobre os lares... E assim, uma certa tristeza nos envolve [...] (MONTES CLAROS, 05 de abril de 1917, ano I, n. 47, p. 3).

Fala-se constantemente em falta de diversões nesta cidade. É realmente uma lacuna lastimavel na vida da sociedade de Montes Claros. Ha dias, então, nos quaes a nossa terra é de uma insipidez sem nome: nos santificados e feriados, quando se fecham as casas de commercio. Pode-se, então, fazer cessar tal estado de cousas; basta que appareçam algumas pessoas de boa vontade e de iniciativa, para dar movimento á população e facilitar pontos de encontro onde a gente se divirta. Seria de se elogiar a empreza que nos raeabrisse o salão de cinematographo; mereceria applausos e amparo o grupo de amadores que nos desse, aos menos, de semana em semana, um espectáculo theatral de peças leves, modernas, instructivas e moraes [...] (GAZETA DO NORTE, 07 de junho de 1919, ano I, n. 49, p. 1).

É preciso ressaltar mais uma vez que o que era publicado nos jornais retratava um discurso educacional da elite que não era necessariamente assimilado e seguido uniformemente por toda a população. Nessas falas, fica evidenciado que o apelo por diversão direcionava-se para certos tipos de práticas tidas como adequadas e que essas vivências, consideradas atributos do moderno, contribuiriam para a instrução da sociedade.

5.1 As Festas de Agosto, o teatro e o cinema

Em uma cidade com expressiva população de negros e mestiços, a herança cultural africana era muitas vezes vista como símbolo do atraso. No que diz respeito a práticas de diversão, essa herança materializava-se principalmente nas Festas de Agosto.

O Congado é uma manifestação cultural e religiosa das cerimônias do Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Em Montes Claros, tais manifestações são conhecidas como Festas de Agosto e são subdivididas nos grupos dos catopês, marujadas e caboclinhos. Segundo Cascudo (2002), no folclore brasileiro, Congada, Congado e Congo podem ser entendidos como sinônimos, expressando um “folguedo de formação afro-brasileira, em que se destacam as tradições históricas, os usos e costumes tribais de Angola e do Congo, com influência ibérica no que diz respeito à religiosidade (p.149)”.

Sobre a proveniência do Congado, Cortês (2000) aponta sua origem africana, pois se constituía inicialmente de celebrações que escravos levados a Portugal realizavam para rememorar os reinados existentes em seus países de origem. O autor também informa que a devoção a Nossa Senhora do Rosário foi talhada pelos padres dominicanos portugueses que catequizavam negros africanos e usavam a imagem da Virgem do Rosário em associação ao Orixá Ifá, do Panteão Mitológico africano que possuía um colar de sementes de palmeiras (que foi relacionado ao Rosário de Maria).

As manifestações culturais presentes nas Festas de Agosto de Montes Claros fazem referência aos principais grupos que formaram a população brasileira: catopês, marujos e caboclinhos representam, respectivamente, negros, europeus e índios.

No Dicionário do Folclore Brasileiro, Cascudo (2002) apresenta as seguintes definições para duas destas manifestações populares: Catopês: modalidade de congo, geralmente sem enredo. Em Minas Gerais, trata-se de um cortejo dançante de negros com função exibicionista; Caboclinhos: folguedo popular em que um grupo fantasiado de índio percorre as ruas dançando e representando a luta entre brancos e caboclinhos. Embora muitas vezes passem outra impressão, são de influência africana e correspondem ao auto dos congos.

Já a Marujada, conforme Queiroz (2003), compõe uma síntese de elementos de tradições luso-espanholas através da encenação de lutas entre mouros e cristãos em grandes feitos náuticos que culminam com a vitória do catolicismo sobre os muçulmanos.

É importante salientar que as manifestações do Congado, presentes em muitas regiões brasileiras, comumente diferem-se uma das outras, como nas cores símbolos dos

personagens ou na representação destes no contexto da encenação. Assim, ressalta Colares (2005), os caboclinhos de Montes Claros, diferentemente do que é comum no Congado nordestino, não se apresentam no Carnaval e representam os guardas dos reinados do Congo.

Paula (1957, p. 138) informa que a notícia mais antiga que se tem sobre esse “assunto” em Montes Claros data de 23 de maio de 1839, quando “Marcelino Alves pediu licença para tirar esmolas para as festas de Nossa Senhora do Rosário e Divino Espírito Santo que pretendia fazer nessa freguezia”. Já em 1841, segundo o mesmo, por ocasião das comemorações da coroação de D. Pedro II foram permitidos divertimentos durante três dias: “catopês, cavalhadas, volantins e quaisquer outros divertimentos que não ofendam a moral pública” (p. 138).

Inicialmente realizada em maio, as festas de marujos e caboclinhos, conforme Costa (2005), foram transferidas para o mês de agosto por determinação do bispado local com o intuito de serem agregadas às festas de Nossa Senhora do Rosário.

Sobre as festas que passaram a ocorrer no mês de agosto, comentou jornal local em 1916:

O Brazil, apesar de seus quatro seculos e tanto de vida, ainda conserva em algumas de suas unidades, principalmente nos cantos afastados de estradas de ferro, tradições e costumes importados do velho Portugal e das adustas terras africanas [...] em junho fogueiras que se erguem, grandes ou pequenas, pelas ruas e pelos quintaes; em agosto, as festas de reinados, onde sobresaem os catopes e as marujadas [...] O verso é quebrado, a linguagem é grosseira, a rima é imperfeita, mas o fundo é proveitoso. Em torno das fogueiras já a roda muitas vezes mais selecta e os divertimentos se approximam mais dos costumes civilizados: lá uma vez ou outra vem a baila a saudosa [...] dos avoengos portugueses [...] As festas de agosto, são os costumes inteiramente africanos [...] Há quem veja nessas tradições e nesses costumes qualquer cousa que exemplifica atrazo ou emperrada evolução social. De facto assim o é. A civilização não se faz de sopetão [...]. Esperemos, pois, a resignação [...], a evolução normal das cousas [...], em materia de civilização somos ainda um povo embryonario (MONTES CLAROS, 17 de agosto de 1916, ano I, n. 15, p. 3).

É revelador no trecho transcrito a comparação entre práticas de origem africana, atrasadas, e práticas de origem europeia, civilizadas. Mesmo reconhecendo o “fundo proveitoso” das festas de reinados, a perpetuação desse evento ligava-se ao ritmo lento do avanço social, ou seja, felizmente tais manifestações iriam um dia desaparecer. O trecho não repudia a tradição, pois “os costumes importados do velho Portugal” alinhavam-se à

civilização, mas desloca a herança africana para o lugar do indesejado, do rejeitável. Apesar disso, as Festas de Agosto na cidade contavam com a participação de todos os segmentos da população e, mesmo com ressalvas, era tolerada por grande parte da elite.

Por outro lado, a manutenção das tradições e costumes das “adustas terras africanas” poderia, na realidade montesclarenses, expressar a resistência ao processo modernizador, além de revelar suas peculiaridades nesse local. As Festas de Agosto, valorizadas pela população em geral, entrava em choque com um ideal reformador da sociedade que identificava o progresso na negação do que era vinculado a um passado atrasado; entretanto, apesar da relação com a cultura negra africana, as manifestações das Festas de Agosto integravam a cultura montesclarenses e, assim, eram enaltecidas pelo morador da cidade.

A busca da vinculação da sociedade ao progresso via manifestações culturais foi discutida por Rachel Soihet. Autora da obra *A subversão pelo riso* (2008), em que investiga a versão popular do carnaval carioca entre os anos de 1890 e 1945, a autora afirma que, no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, haviam desmedidos esforços de grupos dominantes para que a cidade representasse a vanguarda da civilização e do progresso, lemas da *Belle Époque*. Para isso, tentou-se a revisão do universo cultural, buscando sua homogeneização pela difusão do saber erudito (científico) e combatendo crenças e práticas populares (que não se alinhavam aos valores da modernidade).

Os festejos carnavalescos eram, no Rio de Janeiro, um dos principais hábitos grosseiros e vulgares que precisavam ser eliminados, pois o que se via na cidade ainda eram manifestações do velho entrudo trazido pelos colonizadores e vivenciado por negros e todo tipo de populares. Já o outro carnaval, símbolo da civilização, surgiu para substituir a prática “ultrapassada”; com uma nova roupagem, adotou símbolos europeus modernos, como as máscaras vindas de Paris e Veneza (SOIHET, 2008).

Em Montes Claros, o apelo modernizador relacionado a práticas de diversão convivia com a fala conservadora dos religiosos premonstratenses que evangelizavam. Para esse grupo, era preciso um controle maior sobre atividades que pudessem “afastar os homens do Verbo de Deus”. Nesse sentido, as Festas de Agosto, inclusive, receberam atenção especial desses religiosos, mostrando que o apelo à tradição poderia ser manifestado em diversas facetas. Inicialmente, todas as manifestações que não possuíssem compatibilidade com a liturgia católica deveriam ser combatidas.

O início do século XX é marcado por uma nova fase na Igreja Católica latino-americana que buscava, através de diversos encontros, substituir o trabalho isolado dos

religiosos por uma coesão em seu episcopado. A igreja entendia que, especialmente no Brasil, a nova condição de Estado secularizado trazia a necessidade de uma reforma interna na Igreja (SILVA, 2005).

Após o Concílio Plenário Latino-Americano (1899)³⁵, diversas reuniões menores ocorreram em várias regiões do Brasil e de outros países da América Latina. No norte de Minas Gerais, essa reunião ocorreu em Diamantina e foi denominada de Sínodo de Diamantina. Participaram dela diversos religiosos ligados à cidade de Montes Claros, como Augusto Prudêncio da Silva Chaves, Joaquim Nery Gangana, Lúcio Antunes de Souza e João Antônio Pimenta, futuro bispo da Diocese de Montes Claros (SILVA, 2005).

Entre as indicações do Sínodo estava a rejeição das apresentações de danças e cantos nas igrejas durante as festas populares (marujada, catopê, caboclinho), por serem incompatíveis com a liturgia católica (SILVA, 2005). Sem poder acabar com a manifestação popular, a Igreja católica tentava controlar a festa para adequá-la, na medida do possível, aos seus princípios³⁶.

As festas populares exibiam traços de uma cultura que, na visão de alguns grupos, deveria ser sobrepujada; sendo costumes populares de grande apelo, eram combatidas tanto por religiosos como por parte da elite dominante da cidade. Na impossibilidade de sua eliminação da sociedade, tais festas tiveram seu significado atrelado às práticas das classes incultas, pouco civilizadas, impossibilitadas de acessar meios mais proveitosos de se divertir. Nesse sentido, disserta um memorialista da cidade:

A “Festa de Agosto” é necessária

Meia noite, o côro entoado de uma cantiga sem forma quebra o silêncio da hora final. O rufar das caixas, com qualquer coisa de místico e bárbaro, o tilintar dos pandeiros, o côro lamentoso das violas, rabecas e gaitinhas de bambu, formam ao lado da cantiga sem forma um som profundo, unísono, soturno, expressando bem a alma simples do sertanejo semi-civilizado. É da despedida dos catopês, marujos e caboclinhos que me refiro [...]. O “civilizado” se rebela contra esta coisa de dançantes e cavaleiros fantasiados. Isto depõe contra Montes Claros, dizem com empáfia. O clero, por sua vez, recebe o “cobre” do rei, da rainha, dos juizes, etc. e condena a “palhaçada”. Agora vejamos: o que podem estes homens fazer mais do que fazem? Onde receberam eles cultura, instrução

³⁵ Reunião convocada pelo Papa Leão XIII realizada em Roma entre os meses de maio e julho de 1899. Pela primeira vez, reuniu-se o episcopado de toda a América Latina (SILVA, 2005).

³⁶ Sobre a influência da Igreja Católica em festas populares no final do século XIX e início do século XX ver: ADÃO, Kleber do Sacramento. *Diversões e devoções em São João del-Rei: um estudo sobre as festas do Bom Jesus de Matosinhos, 1884-1924*. 2001. 256 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. 2001.

e educação artística para se exibirem melhor em palcos e cenários diferentes? Que dia o poder público auxiliou esta gente e lhes aperfeiçoou o gosto? O Clero também, porque não protege a festa, já que o povo a quer? Ela não é profana e dá à Igreja alguma renda. Não, não acabem com a “Festa de Agosto”. Ela é a única festa popular de Montes Claros. Dancem, catopês, teçam cipós, caboclinhos; naveguem, marujos; corram, cavaleiros! A diversão não é privilégio de uma só classe – aquela que detém o dinheiro. [...] Deixar a “Festa de Agosto” com sua parcela de função social. Auxiliem-na, porque além do povo, muita gente boa e civilizada gosta dela. Não diz, mas gosta... (ATAÍDE. In: PAULA, 1957, p. 240-241).

As Festas de Agosto, na transição dos séculos XIX e XX, ocupam lugar proeminente na sociedade montesclarenses. Em que pese a tentativa de atrelá-la a costumes atrasados, reminiscência de um Brasil colonial escravocrata, os dias de festas envolviam toda a cidade. Como um dos únicos divertimentos que compunham o calendário local, constituía-se como espaço significativo de sociabilidade e era aguardada com ansiedade pelos moradores.

Em suas memórias, Cyro dos Anjos, membro da elite econômica local, relata a emoção que sentia com a aproximação das festividades religiosas.

NO LARGO DE BAIXO assistíamos também aos momentos culminantes das festas de agosto, que, iniciadas na igreja do Rosário, com a coroação do Rei, iam rematar na vetusta Matriz, a cuja frente se abria espaço mais folgado para o ajuntamento do poviléu. Ao ouvir os primeiros tambores que, no bairro distante, mal caída a noite, preludiavam o advento das festas, o coração me espinoteava no peito, e eu corria desabalado pela rua, sem saber o que fizesse de tamanha felicidade. Tinha certeza de que o rumor trazido pela brisa não autorizava maiores expansões, e intolerável espera devia ainda ser curtida por mim e pelo mano Beijo, riscando toda manhã o dia do mês, na folhinha pendurada à parede do nosso quarto. Pobres de nós: o adverso calendário dizia, com frieza, que a lua mudaria quatro vezes antes de vir o suspirado tríduo. Contudo, tal advertência não conseguia sopitar o alvoroço da minha alma e, maravilhado, eu antevia, como se fosse um bem iminente, o cortejo do Rei a descer pela Rua Direita, com foguetório, trompas e clarins, entre danças de marujos, caboclinhos e catopês, que brandiam os seus pendões e os seus pandeiros, à luz faiscante das dez horas. Transtornada, a cabeça confundia as festas, misturava as celebrações, esquecia mesmo que era noite, e deixava supor, momentaneamente, que, dobrando a esquina e descendo a Rua do Fórum, toparia já com a Cavallhada e assistiria ao rapto da Princesinha loura, na dura batalha entre Mouros e Cristãos (ANJOS, 1979, p. 101-102).

A difusão das manifestações do Congado em Montes Claros e sua vinculação a hábitos de diversão de um grupo mais amplo do que o das classes populares provocou outras adequações nas festas, além da alteração da data das festividades e da proibição das apresentações de danças e cantos nas igrejas, providências já apontadas. Segundo Colares (2005), as Festas de Agosto sofreram alterações ao se transformarem em um evento da sociedade como um todo. Nos catopés, por exemplo, os seus reis e rainhas negros foram sendo substituídos pelos filhos de famílias brancas e ricas, com condições financeiras de assumirem os gastos com a alimentação de toda a corte, hábito frequente entre os festeiros.

Para os religiosos da Ordem dos premonstratenses, práticas de diversão que se diferiam radicalmente das Festas de Agosto possuíam um importante caráter educacional; entre estas, destacava-se o teatro. Visto como um incentivador do progresso humano, representava o culto ao estético, ao espírito, em contrapartida aos prazeres físicos. Logo nos primeiros anos de trabalho na cidade, esses religiosos fundaram um grupo teatral denominado São Genesco que apresentou durante a sua existência 29 peças. Além desse grupo, os religiosos incentivavam a frequência a espetáculos teatrais de outros grupos.

O grupo São Genesco foi fundado pelo Padre Vincart assim que ele se mudou para o antigo prédio da Escola Normal. Com um espaço privilegiado, mandou armar um palco em um dos salões do imóvel. Com cerca de quarenta rapazes como sócio-fundadores, o grupo era bem conhecido e admirado na cidade (PAULA, 1957).

Conforme Maurice Gaspar (2011), missionário premonstratense que redigiu relatório sobre a atividade dos religiosos no norte de Minas Gerais no início do século XX, dois missionários belgas, Vincart e Maussen (Padre Bento), dedicaram-se muito para o desenvolvimento do grupo que, durante dois anos, realizou mais de vinte apresentações, das quais algumas tiveram grande sucesso. Após dois anos de funcionamento o grupo cessou suas atividades, pois os premonstratenses transferiram-se para uma nova residência que não possuía local apropriado para reuniões deste gênero.

Em manifestação publicada no ano de 1907 no jornal A Verdade, por ocasião do pouco público presente em uma apresentação do grupo Myosotis, formado por alunos da 4ª. cadeira de ensino, argumentaram os religiosos:

O theatro, antes de florescer, parece decahir em uma sociedade como a nossa [...]. Em Montes Claros o divertimento e o recreio ainda não se apreciam convenientemente, ainda não se preferem prazeres estheticos á satisfação das sensibilidades physicas [...] Um representação scenica é um livro impresso em tantos exemplares, quanto são os espectadores [...] Infelizmente como se vê ha ainda corações petrificados, que não vibram

com o divino fluido, que tem sido a força geratriz de todo progresso humano. Não, não vae bem esse indifferentismo mal entendido, enervador da prosperidade e do progresso, incompatível com a civilização de Montes Claros. Não é só o corpo que tem necessidades, o espirito também as tem. Brevemente haverá no “S. Genesco” a representação de um drama importante, recreativo e moralizador, que deve ter espectadores para não ser desaproveitado. O gosto do bello conduz ao gosto do bem (A VERDADE, 14 de dezembro de 1907, ano I, n. 27, p. 1).

“Divino fluido”, “progresso humano”, “prosperidade”, “civilização”, “moralizador”, “bello”, “bem”, são palavras e expressões associadas ao divertimento que impõem um direcionamento bem delineado para sua experiência. Não havia espaço para a recreação desinteressada, pois a formação humana não podia prescindir dessas vivências. Mais do que uma forma adequada de diversão, as peças teatrais contribuía, na visão dos premonstratenses, para a formação do espírito do homem. Tais manifestações deveriam ser apoiadas pela sociedade sob pena de ser vista como atrasada.

Além do São Genesco, os memorialistas locais relatam a existência de outros grupos teatrais: o “Grêmio Dramático Montes-clarense”, fundado em 1918 por Luis José Soares Amorim, que recebeu antigos membros do São Genesco; e o “Grêmio Dramático Afonso Pena Junior”, criado por dissidentes do grupo citado anteriormente e que pertencia ao “Partido de Baixo”, dirigido por José Tomaz de Oliveira e por seu filho, Ari de Oliveira (PAULA, 1957).

Apesar da suposta valorização do teatro, sobretudo devido ao seu caráter formador, quase todas as peças divulgadas nos jornais da época são montagens de grupo de amadores, como o São Genesco ou grupo de estudantes das escolas locais. Raras vezes, é encontrado nos jornais o anúncio da passagem de um grupo teatral pela cidade, com a oferta de um espetáculo profissional.

Além da localização geográfica de Montes Claros, apelo publicado no jornal Gazeta do Norte no ano de 1919, em época de discussão, pela Câmara Municipal, do orçamento da cidade para o próximo ano, indica outra possível causa dessa ausência.

Agora que se acha na Camara, em discussão, o orçamento para 1920, não seria mal amparada de certo a emenda que consignasse uma taxa módica para os espetáculos de qualquer natureza. A nossa cidade vive constantemente sem distrações, não podendo existir aqui, um cinema porque só a Camara cobra por noite a importância de 26\$000. Acontece que não são pagos todos os espetáculos, havendo felizes que nada pagam ao passo que outros são obrigados ao pagamento da taxa integral. Uma taxa módica seria justo e equitativo terminando-se com o arbitrio, sempre prejudicial em materia de impostos. Aos srns. Vereadores pedimos a

atenção para o caso (GAZETA DO NORTE, 04 de outubro de 1919, ano II, n. 65, p. 1).

Se o teatro explicitava o que de mais nobre poderia ser vivenciado pelo espírito da época, do lado oposto encontravam-se as diversões relacionadas à jogatina. Julgada como prática de desocupados, ela corrompia o espírito e, assim, deveria ser combatida. Vista como um mal da sociedade, precisava, inclusive, da intervenção policial para a garantia da moralização dessas práticas.

O snr. tenente Paula Rego, delegado de policia do municipio, no louvavel proposito de acabar com a jogatina e vagabundagem que campeiam na cidade, iniciou um rigoroso policiamento por elle proprio fiscalisado. S. s. pede-nos para fazer sciente a todos, que são prohibidos os jogos de roleta, bacarat, vinte e um, trinta e um, pavuna, jaburú, buzio, monte, vispora, lasquet, estrada de ferro. etc. e que dará busca em toda e qualquer pessoa suspeita ou desconhecida, applicando as penas da lei aos que forem encontrados com armas. A “Gazeta” só tem que applaudir actos como esses, praticados no verdadeiro interesse publico (GAZETA DO NORTE, 01 de fevereiro de 1919, ano I, n. 31, p. 1).

Muitos hábitos poderiam desviar o homem da postura correta, civilizada. Os jogos de azar ou o apelo a tradições antiquadas, como as populares Festas de Agosto, exerciam força contrária à consolidação de preceitos da vida urbana. Ademais, era preciso novos cuidados, pois, em uma outra interpretação, o gradativo ingresso no rol dos locais civilizados poderia provocar novos inconvenientes, como destacou notícia a seguir:

Vida Social

[...] No interior não impera o vicio, não campeia a malicia nem faz sortidas a gatunagem – o sertanejo é pacato, é simples, é ordeiro por indole, salvo as excepções e casos esporádicos como os ha e existem em todas as classes sociaes. A civilização afasta muitos inconvenientes, apura o gosto da sociedade e a colloca no seu justo plano; mas (é duro de dizer, porém necessário) acarreta e traz muitos outros, entre elles a corrupção do character, principalmente em nosso paiz e ainda em tempo de carnaval. Que horror!

No Moral - Perda da religião – Relaxamento de costumes – Falta de pudor – Perigo no lar – Adulterio – Paganismo.

No Physico – Dinheiro perdido – Tuberculose; bronchites – Congestões – Aggressões.

Tudo isso é o que decorre do Carnaval... (MONTES CLAROS, 15 de fevereiro de 1917, ano I, n. 40, p. 2).

Curiosamente, o número seguinte do mesmo jornal, talvez pela ocorrência de protestos em defesa do carnaval na cidade, caracterizava tais festas como problemáticas

apenas em outras cidades, não sendo o caso de Montes Claros. “O carnaval sertanejo só se parece com o que alludimos, na forma; no fundo é inteiramente o inverso – brinca-se muito, diverte-se à vontade, a expansão a todos domina e arrebatada, havendo, porém, sempre o maximo respeito e observancia irreprehensivel de todos os principios de moral e educação” (MONTES CLAROS, 22 de fevereiro de 1917, ano I, n. 41, p. 2).

É patente que o colunista do jornal que tratou do tema carnaval não tenha mudado de opinião em apenas uma semana. O segundo texto assemelha, em primazia, a um tipo de retratação pelo ataque a um hábito difundido entre moradores da cidade, muitos deles leitores do jornal. Conforme Vianna, (1964, p. 114), o carnaval sempre foi muito apreciado pelos montesclarenses, sendo vivenciado pela elite local principalmente através da frequência a bailes, onde sempre se destacavam “Ary de Oliveira, Cyro e Benjamin dos Anjos, Benedito Gomes, Carlitão, Jacintho Mar e Terra [...]”.

Dentre as várias possibilidades de diversão, nenhuma parece representar tanto o desejo de modernização como o cinema. Criado nos últimos anos do século XIX, o cinematógrafo já fazia parte da realidade montesclarenses antes da República. Entretanto, provavelmente pela aparelhagem técnica ainda pouco desenvolvida, as sessões de cinema foram bastantes irregulares nas primeiras décadas após sua chegada na cidade.

Ainda no século XIX a cidade já possuía um “cosmorama”³⁷ que apresentava vistas (imagens) da Europa. Em 1912, com curta duração, Elpídio Freire instalou um cinema ambulante em um chalé próximo ao sobrado do Dr. Marciano Alves Maurício. Em 1914 surgiu o primeiro cinema fixo da cidade que fechou em pouco tempo por não proporcionar lucros aos proprietários e reabriu em 1917, mas também com pouca duração. A partir dos anos 1920 outros cinemas surgiram e alguns deles funcionaram por muitos anos (PAULA, 1957).

Em pesquisa que procurou realizar um levantamento da filmografia cinematográfica em Montes Claros, Jailson Dias Carvalho (2009) informa que inicialmente eram exibidas vistas, como os seguintes títulos: *A Rendição de Porto Arthur*, *O amante da lua*, *A Revolução Francesa*; algumas eram obras de grande sucesso, como *Quo Vadis?* romance histórico do século I. A partir dos anos 1920, destaca o autor, podem ser observados nos jornais da época anúncios de exibições de películas em que atuavam grandes

³⁷ Um dos nomes atribuídos a um dos primeiros projetores de imagens (modelo Méliès). As vistas animadas, precursores das projeções de cinema, eram algo como fotografias ou pinturas em vidro projetadas numa tela como os slides de hoje. Essas vistas tinham nomes diversos tais como sylphorama, diaphanorama, panôtipo ou cosmorama (STECZ, 1988).

estrelas norte-americanas do cinema mudo, como Gloria Swanson, Mabel Julienne Scott e Norma Talmadge.

De acordo com Pinto (1999, p. 139), o cinema do início do século impacta fortemente na sociedade. Entre as mulheres, por exemplo, o que era exibido contribuía para a construção de uma imagem feminina que se opunha “frontalmente às mulheres do lar provinciano, arcaico, e representava, antes de tudo, a mulher moderna, que trabalha fora e que participa ativamente da vida pública”.

Apesar de o cinema ser uma modalidade de diversão reconhecidamente moderna, isso não quer dizer que ele dispensasse diversos cuidados para garantir que se configurasse como uma vivência adequada. Texto publicado em 1916 alerta para os seus “perigos” em Montes Claros.

O cinema, este genero de diversão moderna, vem, de tempos para cá, se infiltrando pelas sinuosidades da sociedade... e já chegou até nós. Por duas faces podem ser apreciados os seus effeitos, ou melhor, as impressões que communica aos expectadores. É uma escola e, como tal, tem seus pontos vulneraveis e tem seus pontos aproveitaveis [...]. Quando uma sociedade já possui uma certa desenvoltura intellectual e de costumes, outra já pode ser a orientação: mais arte, mais gosto e, enfim, mais liberdade na escolha das peças. Quando, porém (o que se observa em nosso meio), os elementos sociaes são ainda inteiramente heterogenios e levianos, a escolha deve recahir somente sobre assumptos que não deixem margem a qualquer interpretação equivocada [...]. A empreza (Rabello & Rebello) teve a coragem e energia precisas de enfrentar e remover dificuldades que tolhem as tentativas deste genero, proporcionando á sociedade montesclarenses horas de prazer e momentos de recreio. Tenha agora o escrupulo devido na escolha do assumpto compativel com o nosso meio ainda entremeado de preconceitos e ainda longe de apreciar um pouco de arte mais fina, sem lhe pôr um commentario que offenda o decoro publico (MONTES CLAROS, 11 de maio de 1916, ano I, n. 1, p. 2).

O autor do texto transcrito alerta para uma série de especificidades desta prática. Inicialmente destaca-a como uma escola, com grandes possibilidades educativas. Entretanto, ressalta o autor, por estar em uma sociedade ainda pouco desenvolvida e inapta para apreciar a “arte mais fina”, devia ser oferecida com cuidado, a partir da seleção de “assuntos que não deixem margem para qualquer interpretação equivocada”. Com estas afirmações, estipulam-se os limites desta diversão moderna na cidade e a grande distância que os moradores do norte de Minas Gerais ainda estavam dos locais percebidos como realmente civilizados.

A preocupação expressa nos jornais com os possíveis inconvenientes que o cinema poderia provocar ganha ênfase pelo destaque que ele assumia desde a sua criação. Para Pinto (1999), o cinema foi visto como corolário da modernidade, mediante um contexto de deslumbramento frenético pela novidade e de novos ritmos urbanos emergentes.

Em outra nota, é destacado o comportamento pouco urbano (entenda-se pouco civilizado) da população local durante a frequência às sessões. Fica claro na mensagem do autor que, de uma forma ideal, esse tipo de diversão relacionava-se à educação em dois sentidos: por um lado, poderia ajudar na formação do caráter moderno, era uma “escola”; por outro lado, era necessário ser educado para frequentá-lo adequadamente.

Ideal Cinema.

As sessões de domingo passado e terça-feira 1º. do corrente, foram esplendidas e tiveram uma concorrência magnífica e animadora. Isto podia acontecer sempre, tendo-se em conta que o cinema é a diversão da actualidade, accrescendo ser a única actualmente existente em nossa sociedade [...]. O cinema, em outros logares que conhecemos, é o divertimento predileto das mães de família e das senhoritas; aqui entre nós, da-se quase o contrario: as sessões são mais frequentadas pelos homens que, aliás, ainda deixam, em grande maioria, muito a desejar... Na hora da projecção por exemplo, conservam o chapeo na cabeça, prejudicando assim as pessoas que ficam nos bancos de trás. E o habito de fumar? ah! isto é detestavel! e não somente detestavel e incomodativo: é antes de tudo pouco urbano e altamente nocivo, apesar das excellentes condições da casa [...] (MONTES CLAROS, 06 de janeiro de 1918, ano II, n. 83, p. 3).

Assim como havia acontecido quando da publicação de críticas sobre os perigos do carnaval, comentário veiculado alguns números após a repreensão dos modos dos homens durante as sessões de cinema atenua o problema, afirmando a constatação de um comportamento correto e distinto da plateia durante as sessões.

Ideal Cinema

Continúa esta esplendida casa de diversão a nos proporcionar agradaveis horas de recreio e descanso dos labores quotidianos. As ultimas sessões tem sido compostas de artisticos films do natural e extrahidos de obras celebres da litteratura nacional e estrangeira. Enrêdo historico elevado, urdidura romantica empolgante e scenas comicas verdadeiramente desopilantes. No domingo passado e quinta-feira desta semana, foram levadas as diversas partes do entrecho do emocional romance de Victor Hugo – “Os Miseraveis”. Com prazer, registramos que o “Ideal Cinema”, de Rabello Júnior & C.^a, vae se mantendo galhardamente e vai facilitando á nossa sociedade esse util e agradável meio de se distrahir e gozar algumas horas de lazer. Outro fato que nos vae calando bem no espirito e nos fazendo crêr realmente que não somos um povo de todo sem

costumes e sem gosto, são as animadoras concorrencias que temos presenciado ao cinema, é o modo correcto e distincto por que já se vai portando a nossa platéa, é, finalmente, o facto de quasi não se fumar mais no recinto dos expectadores. Que tudo assim continue para nosso bem e para o bem da digna Empresa! (MONTES CLAROS, 24 de fevereiro de 1918, ano II, n. 89, p. 2).

É plausível que a mudança no tom das críticas, nos dois casos, tenha se dado em virtude de protestos de leitores, admiradores dessas práticas de diversão, ou, no segundo caso, dos proprietários das empresas que promoviam a exibição dos filmes. De qualquer modo, esse tipo de “retratação” explícita também que a população dialogava com o jornal, influenciando o que era publicado.

O cinema, expressão marcante de alteração de hábitos na vida citadina, foi problematizado por diversos autores que debateram a modernização da sociedade. Benjamin (1994) insere o cinema no processo mais amplo do desenvolvimento da técnica da reprodução. O cinema é, para o autor, uma experiência empobrecida, assim como é toda arte oriundos dos mecanismos técnicos (em que o autêntico é substituído pelo reproduzível).

Indo ao encontro das formas de percepção do homem moderno, o cinema distancia-se da cultura tradicional, pois o filme, como criação coletiva destinada a uma massa, baseia-se em seu valor de exposição, e não de culto. “Afirma-se que as massas procuram na obra de arte *distração* enquanto o conhecedor a aborda com *recolhimento*. Para as massas, a obra de arte seria objeto de diversão, e para o conhecedor, objeto de devoção” (BENJAMIN, 1994, p. 192).

As invenções tecnológicas do final do século XIX, conforme Sevcenko (1998), consequências da segunda Revolução Industrial, modificaram o cotidiano das pessoas. Em São Paulo, no início do século XX, este processo, associado ao expressivo aumento populacional, trouxe alterações urbanísticas que abarcaram as formas de diversão. Dentre as novas possibilidades de diversão destacou-se o cinema que, com a exibição de fitas ambientadas nas grandes cidades européias, passou a difundir o modo de vida destas cidades.

A consolidação do cinema em Montes Claros, de acordo com Carvalho (2007), teve como um de seus principais obstáculos as dificuldades enfrentadas para que os filmes chegassem até a cidade. Os filmes produzidos pela afamada Universal, por exemplo, que começaram a chegar à cidade nos anos 1920, eram alugados por seis dias em Belo Horizonte, percorriam um trecho de trem e outro em diferente meio de transporte; após a

exibição, retornavam às pressas para Belo Horizonte para não vencer o período do aluguel. Outra limitação para a afirmação do cinema em Montes Claros, informa o mesmo autor, eram os altos preços dos ingressos, o que pode ser comprovado por críticas encontradas com frequência nos jornais.

A despeito dessas dificuldades, o cinema constituía uma possibilidade de diversão e convívio social para uma parcela da população da cidade. Nas memórias de Cyro dos Anjos, os dias de cinema compõem a lembrança do menino que desejava vivenciar esta moderna possibilidade de entretenimento.

Por certo não me seria possível distinguir um dos outros esses domingos antigos, fundidos num só intemporal domingo, que, ao fim de cada semana, vinha pousar sobre a cidade, entre 1910 e 1918, e, à noite, se despedia com a sessão de cinema de Nhô Quim. Despedida não raro patética, se acontecia passarem um filme da Bertini, que arrancava lágrimas torrenciais à platéia, concomitantemente devastada pelos compassos da valsa *Incêndio de Roma*. Era o momento de glória da flauta do mano Artur, que dominava, sobranceira, o piano e as cordas da orquestra. Nos tempos mais recuados, o Pai não me permitia ir ao cinema, e de olhos compridos muita vez acompanhei o negro João da Mata, arauto do vedado reino, quando à tarde, saía a apreçoar o filme, com um cartaz às costas e um moleque a tocar tambor (ANJOS, 1979, p. 48).

A presença importante do cinema na vida do jovem Cyro dos Anjos indica a mudança de hábitos que identificava o novo morador da cidade. Conforme Sevcenko (1992), o cinema era marca de uma juventude que expressava uma nova mentalidade, que era aberta a novidades. Quando eram exibidos filmes produzidos em áreas mais dinâmicas do capitalismo ainda eram propagados valores que contribuía para a transgressão do tradicional pelos jovens.

Mesmo com inúmeros problemas enfrentados, gradativamente, diversões que recebiam o adjetivo de modernas conquistavam espaço na cidade. Nesse sentido, aderir o significado de moderno a algo era qualificar a prática ou o produto, que como meio de distinção ou identificação (respectivamente, do que era atrasado e ao que era civilizado) poderia despertar o desejo da população.

5.2 O futebol: a emergência do sport bretão

A despeito das outras possibilidades de diversão em Montes Claros nas primeiras décadas da República, como o teatro, as Festas de Agosto e o cinema, destacou-se nesse período o início da prática do futebol.

Em Montes Claros, a introdução da prática de futebol pode ser atribuída aos religiosos da ordem dos premonstratenses. Curiosamente, apesar de pautarem suas ações na manutenção da tradição, valeram de uma prática moderna em suas atividades. O pioneirismo dos premonstratenses no que diz respeito à introdução do futebol na cidade pode ser constatado na narração de memorialista a seguir:

Ainda, como se fora hoje, me recordo da primeira tarde de futebol em Montes Claros. Devia ter sido lá pelo ano de 1905. À falta de local apropriado, jogou-se no largo da Matriz e a idéia fora lançada pelos padres premonstratenses, naquela época aqui chegados. Quero crer que, apesar de anunciada a novidade, ninguém da gente sisuda de então, se arredou de seus confortos para assistir o desenrolar do jogo. O que me lembro bem é do desenlace. Colocada a bola ao largo e ao apito do treinador, a rapaziada neófita e destraquejada daquele tempo entrou furiosamente a desenvolver coices desordenados, à direita e à esquerda, obrigando a bola a bater-se rigidamente nas janelas das casas, quebrando os vidros com estardalhaço e aos protestos dos proprietários. E foi assim que o insipiente time dos rapazes do S. Noberto não passou daquela tarde em que tão fragorosamente as vidraças se quebravam. Releva ainda lembrar que o jogo era composto de uma só esquadra em que figuravam, se não me falha a memória, Othon Reis, Mendoncinha, Pedro Mendonça, João Vieira, Carlito dos Anjos, Juca Barbosa, Castelar Prates, Antônio Maia, Quincas Souto, Antônio Faria, Juca Braga, Neco Braga, Mário Prates e Augustinho Guimarães (LAFETA. In: PAULA, 1957, p. 267).

Assim como ocorreu em Montes Claros, a inserção inicial do futebol pode ser atribuída à ação de religiosos em muitos locais. Sobretudo nos colégios, como ferramenta pedagógica, o futebol, desde o período imperial brasileiro, já estava presente pela iniciativa de jesuítas e religiosos de outras ordens. Santos Neto (2002) atribui aos jesuítas a introdução do futebol no Brasil, contrariando a ideia amplamente propagada pela história do paternalismo desse esporte ser atribuída a Charles Miller. Para o pesquisador, esse erro ocorre pelo fato de que, nos colégios, o futebol, enquanto prática educacional e recreativa, não chamava a atenção da imprensa.

Pertencente a uma ordem belga, Padre Vincart, um dos primeiros missionários religiosos a chegar a Montes Claros, provavelmente já teria contato com o futebol antes de vir para o Brasil. Com isso, tentou utilizar a modalidade esportiva como ferramenta para atrair jovens membros da elite montesclareense.

A primeira partida de futebol em Montes Claros, além do fato de ter sido promovida por um religioso, assemelha-se ao que acontecia em outros locais também por outros fatores. Conforme relato memorialista transcrito anteriormente, a partida diferiu-se muito do futebol posterior praticado entre equipes, pois o jogo foi composto de “apenas uma esquadra”. Santos Neto (2002) informa que também nos colégios jesuítas precursores do futebol no Brasil, inicialmente não havia times, os padres jogavam com os alunos que “batiam a bola na parede”; naquele local, só em 1894 adotou-se uma configuração para o jogo próxima do que ocorre hoje.

Já Pereira (2000), numa análise que em parte se assemelha à de Santos Neto, elucida o que está presente no jogo inserido por Charles Miller em São Paulo e por Oscar Cox no Rio de Janeiro que o diferencia do futebol como “interessante passatempo” dos recreios dos colégios: “as regras da Foot-ball Association, associação futebolística fundada na Inglaterra em 1863 que começava a difundir a forma do futebol como o conhecemos hoje” (PEREIRA, 2000, p. 22).

Nos colégios religiosos ou fora deles, o futebol (o esporte de uma maneira geral) representava um ideal de sociedade que passava pela dimensão educativa. Lucena (2001), ao analisar a sociedade do Rio de Janeiro no final do século XIX, percebe o esporte tomado pela elite como uma prática “civilizada” e como uma ação “nova” própria da sociedade em transformação, “em contraposição aos jogos tradicionais vistos como parte de uma sociedade colonial e arcaica, fonte de emergência de atitudes rudes e primitivas” (p. 11).

A força do processo modernizador, mesmo que muitas vezes concentrada mais na difusão de desejos e comportamentos e menos em mudanças estruturais da sociedade, pode ser percebida na propagação do esporte. Em 1901, conforme informações do jornal Gazeta de Notícias, foi fundado o primeiro time de futebol do Rio de Janeiro, o Rio Foot-ball Club (PEREIRA, 2000); quinze anos depois, o jornal Montes Claros anunciava a fundação do primeiro clube do gênero de Montes Claros, o Mineiro Foot-ball Club.

Mineiro Foot Ball Club

Recebemos e publicamos o officio seguinte:

Directoria do Mineiro Foot Ball Club. Montes Claros, 1º de setembro de 1916.

Illmº. Snr.

Temos a honra de communicar a V. Sª. que foi fundado nesta cidade o “Mineiro Foot Ball Club” [...] (MONTES CLAROS, 12 de outubro de 1916, ano I, n. 23, p. 2)

Vincular o que ocorre, relacionado às práticas esportivas, na então capital do país com o que se passa em Montes Claros não significa, necessariamente, não estar atento às diferenças marcantes entre as duas sociedades. Até porque, de acordo com Melo (2010), uma das chaves para entender a rápida popularização das práticas esportivas talvez seja sua demonstração de grande capacidade para ajustar-se às diferentes formações culturais.

A fundação de um clube de futebol marca o início da difusão dessa prática de diversão em Montes Claros. Circunscrito inicialmente aos integrantes da elite da cidade, o futebol é recebido com empolgação, pois, assim como outros esportes, retrata o progresso de outras localidades que também era desejado para a cidade.

Alguns dias antes da festa de inauguração do Mineiro Foot-ball Club, colunista do jornal Montes Claros publica texto que ilustra sua visão sobre o papel do esporte na sociedade.

A sociedade evolue dia a dia; e aos poucos vão aparecendo e vão chegando uns influxos novos de geração também nova e o modo como vae esta trilhando pela senda do progresso. O sport esta hoje em moda e constitue a nota emocional e palpitante das populações metropolitanas. As regatas, as corridas equestres, os matches de foot-ball, o ciclysmo e muitos outros aspectos desse genero de diversão, enthusiasmam as massas, empolgam as atenções e fazem a delicia dos seus campeões e protagonistas. E vão se desdobrando, espalhando-se e hoje em muitas cidades brasileiras existe ao menos um club de foot-ball. Montes Claros, apezar de afastada dos centros de irradiação algumas dezenas de legoas, já possui também um club sportivo. E assim que vamos ter no domingo, cinco do corrente, o match inaugural do “Mineiro Foot-Ball-Club”. Ao que nos consta e segundo o programma que vimos esboçado, vae ser uma festa á carioca e que certamente despertará nos assistentes e nos campeões aquelle entusiasmo proprio e aquelles lances empolgantes do momento. Ali, em torno ao campo onde vae se ferir o match inaugural, teremos occasião de ver reunida a elite montesclarensense e, excepcional e fazendo-a realçar, as nossas gentis patricias sempre joviaes e promptas a prestarem o seu concurso a reuniões assim. Aguardamos, pois, com anciedade e com interesse o resultado da projectada festa de d’aqui mandamos desde já o nosso brado de applauso e de estímulo aos jovens iniciadores da ideia. Que um verdadeiro sucesso coroe a festa de domingo!... (MONTES CLAROS, 02 de novembro de 1916, ano I, n. 26, p. 3).

No início de seu texto, o autor aponta o esporte como provocador de novas emoções, com o poder de entusiasmar a população. Marca da evolução da sociedade, esta nova prática contribuiria para afinar o comportamento, adequando-o à nova realidade em ebulição. Para Melo (2010), na modernidade, o esporte caracteriza-se como um instrumento pedagógico na construção de uma nova sensibilidade e marca um novo estilo de vida.

Atento ao fenômeno esportivo das grandes cidades, o colunista apontada como gêneros de diversão “as regatas, as corridas equestres, os matches de foot-ball, o ciclismo”, modalidades que realmente faziam grande sucesso nas cidades de São Paulo e, principalmente, no Rio de Janeiro. Chama a atenção a percepção do autor da notícia para o fato de que, possuir um clube de futebol, era uma forma de participar do progresso oriundo das grandes cidades. A festa de inauguração do Mineiro Foot-Ball-Club, portanto, marcava o pertencimento de Montes Claros, pelo menos em parte, ao processo de modernização da sociedade.

Para Lucena (2001, p. 37), o esporte “afigura-se como um símbolo, uma nova referência, como portador do signo da ‘modernidade’, da ‘civilização’ que, a partir do final do século XIX, é difundido nas diferentes cidades brasileiras”.

Durante a inauguração do referido clube, em 12 de novembro de 1916, destacamos, nas festividades, o discurso proferido por Antônio Ferreira de Oliveira e transcrito na íntegra pelo jornal Montes Claros. Oliveira era redator e proprietário do jornal (já analisado anteriormente) e tido como um dos mais competentes oradores da cidade. “Inteligente, dispondo de palavra fácil, era sempre solicitado como orador para todas as manifestações, reuniões ou solenidades, em que necessitava-se de um porta-voz da coletividade” (VIANNA, 1964, p. 624).

Oliveira destaca inicialmente em seu discurso, que uma nova sociedade estava sendo criada em que o esporte e as práticas de diversão eram elementos propulsores desta nova realidade. Sobre a apropriação do futebol pela sociedade brasileira e, especificamente, norte-mineira, aponta o orador:

O Foot-Ball, este genero de diversão e de atletismo que possui as suas vantagens e que possui também as suas desvantagens, veio-nos da Inglaterra, tem sua origem no seio d’aquelle povo calmo e fleumatico por excellencia. Dahi a grande differença dos matches disputados entre os de sua verdadeira pátria e nós brasileiros, por exemplo. O foot-baller inglez desenvolve a sua acção em conjuncto – calmamente, disciplinadamente, reflectidamente; tem muitas vezes a intuição individual, quer fazer um jogo todo seu e ganhar, portanto, um lance de victoria brilhante e certa; mas as regras preestabelecidas assim não lh’o permitem, e elle, que é o jogador genuíno, o elemento disciplinado sobre tudo, sacrifica a sua intuição, sacrifica o seu desejo, reprime o seu prazer, e continua a lucta como ella deve ser, dentro das regras, obedecendo cegamente ao captain ou director! Nelle não predomina o desejo ardente da victoria por qualquer meio; não lhe preoccupa a ancia do gol ou do shoot, não lhe importam os applausos ou regozijos! Só uma cousa, um único ponto o absorve e o enthusiasma – as maneiras de jogar e a voz do Captain. Entre os jogadores de outras nacionalidades,

porém, já muitos destes pontos importantes, muitas destas regras invariáveis e sem exceção, falham inteiramente, desaparecem por completo, dando lugar aos arrancos de entusiasmo e ao desejo febril da victoria. A voz do captain não é ouvida, a opinião dos juizes é desprezada, as ovações empolgam, embriagam, excitam os nervos, e vencem o temperamento, a índole, a acção individual. Dahi muitas vezes nascem incidentes graves, originam-se discussões estereis, e surge, em summa, [...] a debandada, o dismantello (MONTES CLAROS, 16 de novembro de 1916, ano I, n. 28, p. 1).

O texto reproduzido acima aponta para as diferenças entre os modos civilizados de vivenciar o futebol (os dos britânicos) e os modos inadequados (os de outras culturas, entre elas a dos brasileiros).

Os praticantes brasileiros, não possuidores da polidez necessária para a prática do jogo, deixavam seus instintos sobressaírem e o desejo instintivo de vitória prevalecer. Em vez de “calmo e fleugmatico” como os britânicos, eram os brasileiros intuitivos, emocionais. Como modelo, os ingleses faziam a adequada apropriação do futebol, ao valorizarem exclusivamente o modo de jogar e o respeito ao “Captain”. Apesar desse alerta, nada mais justo que ele fosse praticado mesmo em locais atrasados, onde poderia contribuir para a importante tarefa de refrear os vícios e a vadiagem, aprimorar a moral e o comportamento adequado.

É interessante observar que o modo inglês de jogar futebol é associado a um comportamento fidalgo, obviamente de uma elite britânica, em um país industrializado que contava também com uma imensa população pobre operária. Esse entendimento funcionava mais no imaginário, pois, na verdade, expõe uma contradição. Segundo Pereira (2000), a marca de refinamento que o futebol recebia no Brasil, relacionada à postura fidalga britânica, revelava uma imagem restritiva e excludente que garantia aos seus poucos praticantes o papel de vanguarda da civilização. Porém, ressalta o autor, esse processo contradizia a prática do futebol no mesmo período na Inglaterra, local em que a modalidade possuía muita força nos círculos operários. Assim, havia uma “reinvenção dos sentidos do futebol inglês em terras tropicais” (p. 41).

Oliveira, no discurso inaugural do Mineiro Foot-ball Club, já percebia os efeitos da prática do futebol no país. Com o enquadramento no “estilo britânico” poderia o brasileiro superar a exibição de uma grotesca disputa física e vencer os problemas de uma cultura atrasada.

Hoje, felizmente, já as cousas estão mudadas e uma outra norma de orientação vae se espalhando e vae influenciando beneficemente nas

associações e nos campeonatos desta natureza. Ha, pode-se dizer, dezesete annos que o foot-ball foi introduzido no nosso paiz. A principio parecia mais uma lucta corporal e de realidade, do que o jogo propriamente em si. Era um arremedo apenas, pallido e esboçado, deste genero de sport que revigora as forças e activa, por conseguinte, a constituição physica dos individuos. Era o spectaculo grotesco e quasi ridiculo de vinte e dois homens a correrem, a se empurrarem mutuamente, diante de um auditorio limitado e leigo no assumpto. Mas... a força de vontade e a perseverança valem muito e subjugam ordinariamente as grandes difficuldades, superam os obstaculos e levam triumphalmente a pessoa ao termo do objecto almejado. Pois bem: foi o que se deu exactamente com o foot-ball aqui no Brazil. Uma difficuldade quasi irremovivel, um obstaculo serio e gigantesco se antepunha à sua evolução, embaraçava a sua marcha e peiava o seu progresso. Era a índole, inteiramente diversa da do inglez, era o temperamento oppostamente outro que não o do britannico, era a superficial e quasi unica cultura intellectual da epoca... E constituíam, de facto, obstaculos serios e gigantescos, difficuldades grandes e quasi irremoviveis, porque estão na massa do sangue, porque dimanam de nossas condições ethnographicas, porque, finalmente, procedem da facilidade e da pouca importancia que costumamos ligar a certos principios de ordem geral e collectiva. Um outro ambiente, porém, foi se formando; os hieroglyphos foram se tornando intelligiveis, as formas foram se definindo melhor... e hoje, podemos dizer com certo orgulho e com certo enthusiasmo, o foot-ball é uma realidade entre nós. Com orgulho, pela perseverança e boa vontade que presidiram a esta campanha; com enthusiasmo, pelos applausos e pela acceitação que vae recebendo e que vae grangeando pelo territorio patrio... Em nossos dias, rara é a cidade, pelo menos entre aquellas que gozam de foros de civilizadas, em que não ha um club de foot-ball (MONTES CLAROS, 16 de novembro de 1916, ano I, n. 28, p. 1).

Oliveira demonstra em seu discurso que possuía bom conhecimento da recente história do futebol no Brasil. Alertava, inclusive, para a pouca disciplina desempenhada no início de sua prática, o que aproximava o jogo de uma “lucta corporal”. Destaca também que, em sua opinião, a índole e o comportamento dos brasileiros, opostos aos dos britânicos, eram obstáculos graves para que o futebol se efetivasse aqui, porque esses problemas estavam “**na massa do sangue**”.

A expressão destacada direciona para o aspecto físico, biológico, as causas do comportamento inadequado dos brasileiros. Para Soares (2004), durante os séculos XIX e XX, propagou-se um conjunto de teorias que passaram a justificar as desigualdades sociais pelas desigualdades biológicas. A partir de uma abordagem positivista de ciência, abstrai-se o elemento histórico-social na determinação do sujeito que conhece, restando um ser que, determinado pelas condições biológicas, constrói relações humanas que não extrapolam

aquelas estabelecidas pela própria natureza. Ressalta Soares (2004) que, condizentes com esses preceitos, o esporte foi percebido como um dos veículos para a assepsia social, para a moralização dos hábitos.

O orador oficial da festa tratou das vantagens e desvantagens da prática do esporte. Com relação às vantagens, ressaltou que não havia mais dúvida sobre a importância da prática de exercícios físicos na nova sociedade em formação. Para Corbin (1995), a valorização do conhecimento científico nesse período vai atingir também o corpo, e pode ser exemplificado pelos estudos sobre a fadiga e a necessidade de repouso. Sobre a divisão do tempo do trabalhador, o autor informa que, com a investigação científica, consolida-se a construção do tempo livre como um tempo social, onde três tipos de lazer são importantes: o exercício físico, o aprimoramento intelectual e o repouso completo, geralmente atribuído ao convívio com a família.

Vejamos agora as vantagens e desvantagens a que alludimos linhas atrás: a cultura physica do organismo, está sobejamente provado e é facto sobre que ninguem mais põe duvida, é de grande necessidade e entra hoje, com laivos de obrigatoriedade, em quase todos os programmas do ensino. Desenvolve os musculos, activa a circulação, aprimora os traços, modifica os gestos e concorre assim, em grande parte, para a formação esportiva e agradável do todo – forma e beleza! Desperta o sentimento de camaradagem e união, castiga os hábitos e priva o vicio, entrelaça e une corações amigos – forma o caracter! E como o foot-ball, comprehendido como deve ser, entra no numero dos diversos exercicios physicos, conclue-se dahi a sua utilidade (MONTES CLAROS, 16 de novembro de 1916, ano I, n. 28, p. 1).

Ao tratar das supostas vantagens que a prática do futebol poderia proporcionar, o orador exalta sua vertente higienista. A propagação dos clubes, nas primeiras décadas da república, esteve, no entender de Pereira (2000), associada ao fortalecimento das teorias higiênicas, pois o esporte era visto como uma forma de higienizar o corpo depauperado por séculos de inércia e de preguiça, desenvolvendo o físico e o caráter. “Tratava-se da tradução perfeita das teorias higiênicas, que fazia do físico e do intelecto duas esferas indissociáveis” (PEREIRA, 2000, p. 52).

Apesar de todo o avanço já conquistado, era preciso ter em mente sempre os riscos inerentes ao esporte, sobretudo em uma sociedade ainda atrasada se comparada aos grandes centros europeus. A valorização exacerbada da vitória, a falta de calma e polidez dos britânicos e o não respeito às regras poderiam provocar diversos prejuízos à sociedade.

Muito além dos aspectos físicos, preocupava-se com o impacto da prática esportiva sobre o carácter do indivíduo.

As desvantagens! A estas já me referi accidentalmente-: são os incidentes, os accidentes, as discussões estereis, a dissolução, a debandada, o desmantello! E tudo isto tem como causa, a ancia da victoria, o prazer dos applausos! (MONTES CLAROS, 16 de novembro de 1916, ano I, n. 28, p. 1).

A luta pela vitória deveria ser cautelosa a ponto de não ultrapassar os limites do cavalheirismo, da boa conduta. Exercício da elite, para jogar futebol era necessário a adoção de um comportamento civilizado. Curiosamente, o futebol na realidade montesclareense expressaria profundas marcas de “incidentes”, “discussões estereis” e “desmantello”, inclusive por ter seguido o movimento político local que se caracterizava por ferrenhas disputas.

Cerca de cinco meses após a fundação do primeiro clube de futebol da cidade, surgia o “America Foot-Ball Club”.

America Foot-Ball Club

Mais uma associação do genero sportivo se funda nesta cidade é a que tem o titulo da epigraphé supra.

Endereçamos á directoria da novel sociedade nossos sinceros agradecimentos pela communição que nos fez e formulamos os nossos melhores votos pelas suas francas e constantes prosperidades.

Eis o officio:

Illm^o. Sr.

Tenho a honra de communicar a V. Sa. a fundação nesta cidade, do “America Foot-Ball Club”, cuja directoria, empossada hontem, ficou assim composta:

Presidente honorário, Cônego Carlos Vincart; presidente effectivo, dr. José Barbosa Netto; vice-presidente, dr. Luiz de Oliveira; 1^o secretario, dr. E. Castelar Prates; 2^o secretario, Hermenegildo Chaves; Thesoureiro, dr. Giovanni Vecchio.

Apresento a V. Sa. meu saudar respeitoso.

Illm^o Sr. Pharmaceutico A. Ferreira de Oliveira, redactor do “Montes Claros”.

Montes Claros, 9 de fevereiro de 1917.

Hermenegildo Chaves, 2^o Secretario. (MONTES CLAROS, 15 de fevereiro de 1917, ano II, n. 40, p. 2).

O mesmo Padre Vincart que idealizou a primeira tentativa de inserir o futebol na cidade, agora era presidente honorário do segundo clube de futebol. Além de Vincart, outros membros da diretoria como E. Castelar Prates, Hermenegildo Chaves e Giovanni Vecchio não deixam dúvidas que o recém-fundado clube era de propriedade da ala política camilista,

do Partido de Baixo. Sobre a cisão que culminou com a existência do Mineiro e do America, informa memorialista:

[...] Foi quando Ari de Oliveira e João Mauricio Filho lideraram os moços e fundaram um grande clube – “Mineiro Foot-ball Clube”, do qual fizeram parte todos os jovens de Montes Claros [...]. Iniciaram os treinos com animação e boa assistência. Mas enquanto os rapazes procuravam divertir-se, a política fervilhava, embotando os espíritos, mesmo os mais esclarecidos. No princípio de 1917, em uma reunião do clube, Ari discutiu acaloradamente com Magno Câmara. A discussão foi forte e descambou para o lado político; imediatamente na assembléia se formaram dois grupos nítidos. O clube se cindiu. O “Mineiro” ficou para os “pelados”; o campo era na atual Vila Operária [...]. Os “estrepes” fundaram outro clube, em fevereiro de 1917 – “America Foot-ball Clube”, cujo campo era localizado na várzea (PAULA, 1957, v. 1, p. 236-237).

A partir de então, além de dois líderes políticos, duas regiões da cidade e duas bandas de música, as facções políticas de Montes Claros diferenciavam-se também pelo futebol. O Mineiro Foot-Ball Club pertencia ao Partido do Alto da cidade, liderado pelo Dr. Honorato Alves; o America Foot-Ball Club era da Parte de Baixo, liderada por Camilo Prates. Antes de publicar a notícia da fundação do America, o jornal Montes Claros, que alinhava-se ao Partido de Cima e, no futebol, ao Mineiro, criticou a debandada de membros do primeiro clube de futebol para fundar a seu rival.

Vida Social

Bem se diz que os moços, às vezes, são precipitados e irreflectidos. Ha alguns mezes apenas, um grupo de rapazes de nossa melhor sociedade, num surto de entusiasmo pelo sport do foot ball, dotou a nossa cidade com um club desse genero. A apresentação foi solemne, debaixo de esplendidas festas de inauguração. A elite montesclareense reuniu-se no ground e, numa explosão quasi de jubilo e entusiasmo, hypothecou á sociedade nascente seu apoio e sua sympathia. Seguiram-se a esse dia novas e bem organizadas partidas, sempre com a assistencia e com o applauso animador das principaes familias. Os dias foram correndo e, com o ganho de causa sempre de um dos teams, originou-se e cresceu uma discordia entre os vencidos e vencedores. Uns não souberam agazalhar bem no intimo a decepção das derrotas e começaram a puxar beiradinhas; os outros não souberam conter o orgulho das victorias e começaram a espesinhar os adversarios (que o deviam ser somente no campo). Dahi o desmante e, a desordem e quasi a asphyxia que se notam hoje naquelle club que se inicio sob tão sympathicos auspicios. E esses moços, os elementos dissidentes sobretudo, os que se separaram do “Mineiro Foot-Ball Club”, acham-se numa posição antipathica e difficil perante a sociedade que acolheu, tão benevolmente e tão gentilmente, o Club em sua inauguração. É por isso que em nossa terra nada vae para diante e o povo vae ganhando o direito de não levar cousa alguma a serio. É preciso que o “Mineiro Foot-Ball Club” nada perca de sua integridade e de seus direitos, porque elle não é só dos que o

fundaram – é também da sociedade que concorreu abnegadamente para os festejos de sua inauguração e que o aplaudiu e aceitou naquele dia solemne. Do contrario será um grande fiasco de todos os que nelle e nas festas tomaram parte (MONTES CLAROS, 08 de fevereiro de 1917, ano I, n. 39, p. 3).

Os nomes escolhidos para os primeiros clubes de futebol de Montes Claros são reveladores. Na capital do Estado de Minas Gerais, algum tempo após a fundação do primeiro clube do gênero na cidade, o Sport Club Foot-ball (1904), são fundados o Athletico Mineiro Foot-ball Club e o Sport Club Mineiro, ambos em 1908. Quatro anos depois, no contexto de uma cidade que se transformava rapidamente, foi fundado o America Foot-ball Club (SILVA, 2012). Os clubes de Montes Claros, ao reproduzirem os nomes das agremiações da capital, parecem revelar a influência da cidade de Belo Horizonte nos primórdios do futebol montesclareense. Além disso, nomear um clube de America Foot-ball Club em Montes Claros pode ter significado a tentativa de estabelecer de imediato a rivalidade com o clube já existente, o Mineiro Foot-ball Club. Explica-se: a criação do America em Montes Claros ocorreu sob a órbita das disputas políticas locais bipolarizadas, como já tratado anteriormente e, em meados dos anos 1910, na cidade de Belo Horizonte, o futebol, que dava os primeiros sinais de popularização, era marcado pela rivalidade entre o Athletico Mineiro Foot-ball Club e o America Foot-ball Club (SILVA, 2012).

A criação de clubes de futebol em Montes Claros é demonstração de uma transformação na sociedade que incluía o desejo de uma maior sociabilidade. Além da prática futebolística em si, conforme informam as notícias dos jornais, os clubes promoviam reuniões administrativas, bailes e festivais esportivos que propiciavam novas vivências à elite associada às agremiações.

Em outras cidades, como Belo Horizonte, já ocorria, ainda no século XIX, a fundação de clubes esportivos, alguns destinados a uma modalidade específica e outros voltados à recreação dos associados através de atividades diversificadas, como bailes, leituras e também atividades esportivas, exercendo significativo papel na dinâmica cultural da cidade³⁸.

A profunda associação entre a situação política e a dinâmica dos clubes de futebol no início do século XX parece não ter sido um privilégio da história de Montes Claros, pois, segundo Melo (2007), além das funções recreativas, os clubes esportivos eram,

³⁸ Ver: ROSA, Maria Cristina *et al.* Clube de Sports Hygienicos: memórias. In: CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *Histórias e memórias do esporte em Minas Gerais*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011, p. 97-119,

no período, “retrato e termômetro da situação política”, onde os membros da elite se encontravam e, ao mesmo tempo, distinguiam-se de outros grupos.

Apesar das desavenças políticas entre os membros das facções, o futebol afigura-se um local de diálogo (e, claro, de disputas) entre os dois grupos, pois os anos de 1917 e 1918 foram marcados por diversos jogos entre as duas agremiações. Em um primeiro momento, até fevereiro de 1918, tais jogos ocorreram no período de relativa paz política entre os grupos, pois, conforme relatado anteriormente, eles dividiram o poder municipal a partir de 1916 com o acordo firmado entre os líderes de cada grupo.

Entretanto, a partir de 1º. de março de 1918, a tensão entre os dois grupos intensificou-se como nunca, devido ao tiroteio já tratado anteriormente, quando quatro pessoas morreram baleadas defronte à casa de Camilo Prates enquanto “comemoravam” a vitória de Honorato Alves nas eleições. Apesar da gravidade dos fatos, o futebol permaneceu sendo local de partilha entre os jovens pertencentes aos dois grupos, pois os encontros entre o Mineiro e o America continuaram a ocorrer nos meses que se sucederam ao conflito.

Além disso, em muitas ocasiões, os jogadores dos dois clubes chegavam a defender a mesma equipe. Foi comum à época a formação de equipes representativas para a disputa de jogos específicos, sem a presença da filiação e de toda a lógica clubística. Nesses casos, os praticantes de futebol da cidade estiveram ao lado, com frequência, de adversários de clube e de partido político.

No ano de 1917, por exemplo, o jornal Montes Claros noticia “o jogo muito atraente” que ocorrera entre os “scratches” da Escola Normal e do Montesclareense (MONTES CLAROS, 7 de junho de 1917, ano II, n. 55, p. 3). De acordo com as escalas reproduzidas pelo jornal, compuseram o time da Escola Normal, entre outros, Daniel, Zeca, Sinval e Hanscorduy, membros do Mineiro Foot-ball Club, e Salgado, Jair e Ary, membros do America Foot-ball Club. Já o time Montesclareense foi composto, entre outros, por Augusto e Juquita, membros do Mineiro Foot-ball Club e Sady, membro do America Foot-ball Club.

O fato apresentado tornou-se comum no período de existência dos dois primeiros clubes de futebol da cidade. A partir das notícias dos jornais, percebe-se que muitas equipes eram formadas, retratando o convívio dos adversários políticos na prática esportiva, além da significativa extensão da vivência do futebol, pois essas equipes sempre contavam também com jogadores que não eram citados nas partidas entre o Mineiro e o America. Em outro exemplo, este do ano de 1918, o jornal Gazeta do Norte anunciou o encontro entre as

“equipes representativas do Tiro e da Cidade” (GAZETA DO NORTE, 14 de setembro de 1918, ano I, n. 11, p. 3). Na equipe da Cidade, jogavam, entre outros, Horta, Jacinto, Pimenta, Honorato e Zé Maria, filiados ao Mineiro, e Jair, Augusto e Paula, filiados ao America. Já na equipe do Tiro jogavam, entre outros, Salgado e Mauricio, filiados ao Mineiro, e Andrade, Salé, Faria, Baptista, Julio, Le Chic e Ary, filiados ao America.

Este convívio entre os adversários não deve transparecer uma falsa impressão de harmonia e de arrefecimento da rivalidade entre os dois grupos. A tensão da disputa permanecia e, aparentemente, vencer o clube adversário também era uma maneira de mostrar uma superioridade que desejava não se restringir apenas à esfera esportiva. Tais contendas eram, inclusive, reproduzidas pelos jornais da época também sob a órbita de um ou outro grupo.

Nessa conjuntura, um colunista denominado “Sportman” do jornal Montes Claros, folha defensora do Mineiro, é repreendido publicamente por, em uma partida disputada e vencida pelo America, ter elogiado em demasia o adversário. Logo após o texto do colunista (que mesmo assim é publicado), a redação comenta:

O nosso collaborador desta secção, pareceu-nos, pelo que nos informaram a respeito, não foi bem fiel nem bem imparcial nas suas apreciações do match de domingo ultimo. Vê-se claramente a sua preocupação em elevar os feitos dos campeões do “America”, quando estamos informados, pela nossa reportagem, que os campeões do “Mineiro” fizeram excellente jogo onde a tactica, a habilidade, o gosto e o entusiasmo se salientaram brilhantemente. Não negamos ao “America” nenhum desses requisitos; pelo contrario, lh’os reconhecemos tambem e tambem os admiramos. No ultimo encontro, porém, o unico ponto feito pelo “America” foi destituído inteiramente do valor de certos lances do foot-ball que empolgam e arrebatam: foi frio e em consequencia de um “penalty”; e os espectadores que acompanhavam com interesse a disputa, só souberam do goal e delle tiveram noticia, depois dos apitos successivos do “referée”; ao passo que os entendidos e os entusiastas são unanimes em elogiar a acção de ambos os teams, salientando, entretanto, a do “Mineiro”. Deixamos, pois, aqui este ligeiro commentario que visa tão só restabelecer a verdade do que se passou, sem, ao menos de longe, querer melindrar os jovens do “America” a quem admiramos e apreciamos tambem no campo de foot-ball (MONTES CLAROS, 5 de julho de 1917, ano II, n. 59, p. 4).

O redator esforça-se para exaltar o desempenho dos jogadores do Mineiro. Além de enfatizar a “tactica, a habilidade, o gosto e o entusiasmo” desses jogadores, descaracteriza o feito do America, que venceu com um gol sem emoção. O comentário do redator (Antonio Ferreira de Oliveira), contradiz em parte o discurso que realizou na inauguração do Mineiro, em que valoriza a adoção de um comportamento fidalgo, típico dos

britânicos. Na busca de argumentos contra o feito do America, valoriza agora a emoção, pois o gol sofrido pelo Mineiro foi “destituído inteiramente do valor de certos lances do foot-ball que empolgam e arrebatam: foi frio e em consequencia de um ‘penalty’”.

O sport no que diz respeito a Foot-ball, vae, dia a dia, se intensificando em nosso meio, formando dos moços d’agora, uma plêiade distinta de cidadãos fortes e resistentes. Ainda no anno passado, feriu-se entre dois *clubs* aqui existentes, um grande campeonato que despertou a attenção de todos que o acompanharam. Foi disputado pelo America e pelo Mineiro, sahindo vencedor por seis pontos contra dois, o America Foot-ball Club [...] E para este anno, anuncia-nos um distincto, player de uma das associações *sportivas* locais, que se fará, com equal entusiasmo, a estação de *sport*. Constando de diversas *matches*, e que dará os louros do campeonato a equipe apresentadora de maior numero de pontos feitos sobre as outras desta cidade. E para maior realce destas festas, pensou um dos mais distinctos cavalheiros do nosso *set*, e nos disse, sobre a criação de um club de *law-tennis* para moças, onde certamente, terão real proveito sob o ponto de vista do desenvolvimento physico e onde tambem terão para distrair o espírito da monotonia da vida, o rendez-vous *dilletanti* de uma sociedade *chic* e adorável. E assim, nas tardes cálidas do verão proximo, teremos mocidade dorada, um ponto adorável de reunião, onde, contemplando os pulinhos graciosos das encantadoras meninas da nossa sociedade, passará horas de suave enlevo e de muito encanto (GAZETA DO NORTE, 06 de julho de 1918, ano I, n. 1, p. 3).

“Uma plêiade distinta de cidadãos fortes e resistentes” e um “club de *law-tennis* para moças”, trechos que marcam a distinção que o futebol poderia proporcionar e retratam o desejo de expansão da prática esportiva para a elite feminina da cidade. Sobre a inserção feminina na prática esportiva, obviamente, ela teria que se dar com a adoção de uma atividade condizente com a graciosidade da mulher. Assim, a prática do tênis poderia incluir esse novo grupo no movimento esportivo que ganhava corpo. Destaca-se também, mais uma vez, a objetiva indicação de que o esporte era visto como diferenciador, pois sua adoção causava distanciamento tanto do que era antigo, ultrapassado, como do que era inferior, popular. “O rendez-vous *dilletanti* de uma sociedade *chic* e adorável”, o futebol como o encontro de um seletto grupo que poderia desenvolver o físico e o espírito.

Mesmo como espectadoras, a participação feminina no futebol apregoava que as práticas de divertimento permitiam, mesmo que com restrições, a participação das mulheres nos espaços públicos. Nas partidas de futebol, participavam do frenesi que a disputa proporcionava.

Talvez fossem esses espaços um dos poucos ambientes onde as moças podiam soltar seus gritos, ter desmaios e fazer gestos vários com menos

censura. Aí podiam expor seu gosto crescente pelos banhos de sol, pela vida ao ar livre, os diversos encontros e desencontros e as maiores interações que a cidade passa a propiciar com práticas como a do esporte (LUCENA, 2001, p. 132-133).

Gradativamente o fenômeno futebol vai se expandindo na cidade a partir de dois movimentos principais: a criação de novos clubes e o envolvimento da população com o esporte, até daqueles que não se dedicavam especificamente à prática do jogo. Mesmo em um dos clubes pioneiros, a ampliação da influência do futebol pode ser percebida pela notícia de partida entre os times **infantis** do America. “Bateram-se domingo ultimo, em seu campo, os dous teams do America Infantil Foot-ball Club, sahindo vencedor da pugna, o team da camisa branca por 1x 0” (GAZETA DO NORTE, 14 de setembro de 1918, ano I, n. 11, p. 3).

A prática de futebol pelos mais jovens poderia entusiasmar, evidentemente, os defensores do esporte como adequado meio de formação. Para os crentes nesse potencial, nada melhor do que a escola esportiva em atuação entre os membros das futuras gerações. Além disso, o caráter distintivo que a prática futebolística poderia fornecer estava presente também entre os adolescentes, como pode ser percebido na narrativa de Cyro dos Anjos ao relatar suas expectativas às vésperas de ingressar no Grupo Escolar Gonçalves Chaves.

Quanto não sonhara em entrar para o Grupo! Ali iria encontrar os bambas do futebol da várzea e do poção do Padre Chaves; garotos famosos, como Joaquim, filho de Manuel Barbudo, o açougueiro, peritos no empinar araras que subiam, subiam, até virarem um pontinho imperceptível no imenso campo azul dos céus [...]. O ingresso no casarão das dez portas conferiu-me, automaticamente, a espécie da maioridade a que eu aspirava: passara a ser menino grande, e tal promoção, entre outras vantagens, permitia, de saída, que eu sentasse praça na soldadesca do Largo de Cima ou fosse admitido no time do America Infantil Futebol Clube (ANJOS, 1979, p. 49).

Um dos limitadores da expansão do futebol em Montes Claros pela atuação dos clubes esportivos, se comparada ao que ocorria em outras localidades, pode ter sido a restrição da presença de estudantes nos clubes, devido à limitada oferta de cursos em Montes Claros, o que impelia parte da jovem elite local a procurar formação em outros locais. Segundo Ribeiro (2012, p. 94), no caso da cidade de Belo Horizonte, figuram entre os sócios dos clubes pioneiros de futebol membros das camadas mais privilegiadas da população, “dos seus quadros faziam parte comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos e, principalmente, estudantes”.

Em Montes Claros, nomes que figuravam entre os jogadores do Mineiro Football Club e do America Foot-ball Club deixaram a cidade por motivo de estudo, desfalcando mesmo que provisoriamente o movimento esportivo da cidade que se iniciava. Foi o caso, por exemplo, de Jair de Oliveira, jogador do America que frequentou curso secundário em Recife, cidade natal de seu pai, o jornalista José Thomaz de Oliveira; e de Augusto Cattoni, jogador do Mineiro que se transferiu para Belo Horizonte onde cursou a Faculdade de Engenharia (VIANNA, 1964).

Com relação à assistência das partidas de futebol, diversas notas de jornal fazem referência à presença e ao comportamento da plateia. O ano de 1917 marca o início das partidas de futebol na cidade. Mesmo que o primeiro clube tenha sido fundado em 1916, tal fato deu-se no último trimestre do ano. Além disso, a falta de adversários e a aparente não-adoção ainda de jogos entre cores do próprio time (fato comum em anos posteriores) devem ter impedido a ocorrência de partidas ainda em 1916.

A manifestação de espectadores e o entusiasmo da assistência eram conteúdos comumente presentes nas notas de futebol observadas nos periódicos da época. Normalmente, os jogos que recebiam maior atenção da imprensa estavam presentes em notícias que seguiam sempre o mesmo padrão. Divulgava-se a escalação dos times, narrava-se em resumo as principais ações da partida, indicavam-se os jogadores que se destacaram em cada esquadra e informava-se quem foi o “referé” (árbitro) do jogo. Além disso, eram tecidos comentários sobre a presença do público.

Em harmonia com o ideal do futebol como uma prática de elite, a assistência também era retratada como um grupo distinto que frequentava os campos. “Realizou-se [...] o encontro entre os dous teams – Mineiro e America – com grande, animada e selecta assistencia de cavalheiros, senhoras e senhoritas de nosso escól social” (MONTES CLAROS, 6 de setembro de 1917, ano II, n. 67, p. 3). “No jogo havido [...], entre os primeiros e segundos quadros das cores Preta e Branca [...], venceu o segundo branco por 2X1, ficando empatados os primeiros, sendo a assistencia o que Montes Claros tem de mais selecto e representativo” (GAZETA DO NORTE, 27 de setembro de 1924, ano VII, n. 323, p. 3). Tais transcrições retratam a presença (ou pelo menos a tentativa de se passar esta imagem) de setores específicos da sociedade ao evento esportivo, agregando importância social ao que estava ocorrendo. Com a propagação dessa imagem, assistir e praticar futebol também poderiam ser meios de distinção social.

É difícil avaliar com exatidão a quantidade de público presente aos jogos. Essa informação é objetivamente fornecida em apenas três notícias: “foi avaliada em 500

pessoas, a assistência que ocorreu ao ‘ground’ do Mineiro” (MONTES CLAROS, 5 de julho de 1917, ano II, n. 59, p. 4); “sendo a assistência [...] calculada em mais de 400 pessoas” (GAZETA DO NORTE, 27 de setembro de 1924, ano VII, n. 323, p. 3); “ [...] mais de duas mil pessoas assistiram ao rélio” (GAZETA DO NORTE, 12 de maio de 1926, ano IX, n. 438, p. 1). Entretanto, mesmo com a omissão de números, muitas vezes a indicação de grande público presente era feita. Assim, parece evidente que desde o início os jogos realizados pelos clubes de futebol em Montes Claros a partir de 1917 atraíram muitas pessoas e tornaram-se importantes símbolos da sociedade em mutação.

A crescente penetração do futebol no cotidiano da cidade pode ser constatada por diversos detalhes publicados nos jornais. Nuances que podem passar despercebidas a olhos pouco atentos, revelam, na verdade, a solidificação desse esporte na sociedade entre praticantes e entre pessoas que vivenciavam o fenômeno de outras maneiras.

Ainda com relação à torcida, a partir de 1924, o noticiário dos jogos indicam a existência de ingressos para assistir aos jogos, o que indica o crescimento do interesse pelas partidas. Em anúncio do encontro entre as equipes do Montesclaros e do Bocayuva (clube de cidade vizinha) é publicado: “O jogo tem despertado o maior interesse nas rodas desportivas de amanhã, dados o interesse e a procura de ingressos para a sensacional partida” (GAZETA DO NORTE, 24 de novembro de 1924, ano VII, n. 332, p. 2). Em outra partida, esta entre os times Preto e Branco do Montesclaros que disputavam o título de campeão interno do clube, foi publicado: “A entrada no campo custará um mil reis, havendo meios bilhetes, sendo a entrada dos sócios do clube feita mediante a apresentação do recibo de dezembro” (GAZETA DO NORTE, 13 de dezembro de 1924, ano VII, n. 334, p. 2).

Mesmo antes da cobrança de ingressos para a assistência das partidas, outros indicadores da expansão do interesse pelo futebol são notados. Ainda no ano de 1918, período de grande rivalidade entre os clubes Mineiro e America, o jornal Gazeta do Norte tentou a realização de uma eleição popular para apuração do melhor clube de futebol da cidade. Durante quatro semanas, foi publicado o seguinte cupom:

COUPON

Qual o melhor club de foot-ball desta cidade ?

Qual será o campeão do anno ?

Assignatura _____

O cupom deveria ser entregue à redação do jornal em envelope fechado para posterior apuração por comissão composta por um representante de cada clube e um representante do jornal (GAZETA DO NORTE, 31 de agosto de 1918, ano I, n. 9, p. 3). Entretanto, na edição do dia 12 de outubro, o jornal anuncia o cancelamento do concurso em virtude da viagem do colaborador responsável por sua organização.

O interesse crescente pelo futebol é aferido também pelo início de publicação de notícias referentes a outros jogos que não os que se davam na cidade. Em 1919, o jornal informa resultados do campeonato sul-americano de futebol que se realizava na cidade do Rio de Janeiro.

Telegrammas

Belo Horizonte, 23

Têm sido concorridíssimos os encontros realizados no Rio, no Campeonato Sul Americano de Foot Ball. Brasileiros até agora estão victoriosos sobre chilenos e argentinos. No proximo dia 25 haverá um sensacional match entre uruguayos e brasileiros (GAZETA DO NORTE, 24 de maio de 1919, ano I, n. 47, p. 1).

Telegrammas

Belo Horizonte, 30

Campeonato Sul Foot Ball foi ganho pelos brasileiros, por um goal e zero, no desempate hontem realizado entre brasileiros e uruguayos. Mais de 30 mil pessoas acclamaram com delirio os jogadores (GAZETA DO NORTE, 31 de maio de 1919, ano I, n. 48, p. 1).

Os simples jogos de futebol, a partir do interesse da sociedade, vão se transformar em verdadeiras festas esportivas, onde o jogo era permeado por outros acontecimentos que, juntos, vão compor uma atrativa opção de diversão para a população. Pelo que é publicado nos jornais da cidade, isso se deu em Montes Claros a partir do ano de

1924. Mais organizados que seus predecessores, os clubes de então exploravam o potencial que o esporte possuía na nova sociedade em formação. Em jogo de 1924 entre os times preto e branco do Montesclaros, é informado que “a pugna attrahirá enorme concurrencia á praça de sports da Rua Pedro II, mormente porque, entre os dois meios-tempos do referido jogo, o atleta montesclareense J. Moreno fará passar sobre seu corpo em automóvel com cinco pessoas” (GAZETA DO NORTE, 31 de dezembro de 1924, ano VII, n. 334, p. 2). No ano seguinte, no “Torneio Início” entre os times do mesmo clube, é informado que, durante os jogos, tocará a “banda ‘Euterpe Montesclareense’ e havendo farta distribuição de bombons” (GAZETA DO NORTE, 02 de maio de 1925, ano VII, n. 354, p. 2).

A referida banda, “Euterpe Montesclareense”, em meados dos anos 1920, passa a ser referência constante nos jogos de futebol. Bastante requisitada nos eventos sociais, a banda disputava a preferência popular com a “Operária”, mantida pelo grupo político rival, consoante com a bipolarização política do município já tratada neste trabalho.

UNIÃO OPERÁRIA

A União Operária de Montes Claros foi fundada em 20 de janeiro de 1894, por Eusébio Sarmiento, seu primeiro presidente, quando era presidente da Câmara Honorato Alves com o apoio integral do Cel. Celestino. Com a **União** nasceram um jornal – **O Operário** – e uma banda de música também **Operária**. Celestino foi a alma da novel banda musical, tendo comprado todos os instrumentos. Mas em 1898 Honorato se indispôs com Celestino e a política se cindiu. A União Operária com sua banda se mostrou apaixonada pela política honoratista, ficando a velha Euterpe com Celestino. Tão marcante atuação tiveram as bandas na política, que delas derivaram os apelidos para os partidos em luta. Os honoratistas, devido à Operária, ficaram sendo chamados de **Pelados**. E a banda Euterpe deu aos celestinistas a alcunha de **Estrepes**. Esses apelidos perduraram até a revolução de 30 (PAULA, 1957, p. 221).

A festa esportiva compunha um movimento que já se diferenciava em muito dos primeiros embates entre o Mineiro e o America. A fundação de outros clubes e, sobretudo a longevidade do Montesclaros Sport Club, demonstrava a concretização do futebol como significativa prática social.

Após o Mineiro e o America, em 1919, é criado o Brazil Athletico Futebol Club e, em 1922, tem-se notícia de um clube denominado União Foot-Ball Club. Apesar do pouco espaço que estas agremiações ocuparam nos jornais, sua existência é sintomática da expansão da prática esportiva. Já em 1924 foi fundado o clube que mais se destacou na cidade nas primeiras décadas do século XX, o Montesclaros Sport Club.

Montesclaros Sport Club

Fundou-se nesta cidade uma associação para a pratica dos sports terrestres, sob a denominação de “Montesclaros Sport Club“, sendo que a sua sessão preparatoria teve lugar no domingo último, sendo eleita a uma primeira directoria e a comissão elaboradora dos seus estatutos [...] O campo de “Foot-Ball“ do referido club está em vias de acabamento, achando-se situado no canto da rua Pedro Segundo, proximo à praça dr. João Alves, em terrenos cedidos pelo nosso ilustre prelado D. João Antonio Pimenta e pelo conceituado clínico que dá o nome á praça a que nos referimos [...] (GAZETA DO NORTE, 26 de julho de 1924, ano VII, n. 314, p. 1).

A notícia da fundação de mais um clube de futebol na cidade, além de anunciar o início das atividades da agremiação que mais longevidade possuiu nas primeiras décadas do século XX em Montes Claros, também revela a relação da Igreja católica com o futebol e reafirma a configuração do futebol como um espaço de convivência entre grupos políticos rivais da cidade.

Sobre o primeiro aspecto, se os missionários católicos premonstratenses já tinham demonstrado forte relação com o futebol, sobretudo na pessoa do Cônego Vincart (que foi responsável pelo primeiro jogo de futebol na cidade e, posteriormente, foi presidente de honra do America Foot-ball Club, conforme já tratado anteriormente), em 1924 o bispo da cidade incentiva significativamente a prática esportiva na cidade pela doação de área para a construção de um campo.

Já com relação ao segundo aspecto, mais uma vez o esporte parece ter sido meio de aproximação entre os grupos políticos rivais da cidade. Isso pelo fato de que, conforme trecho acima, João Alves, um dos líderes políticos do Partido de Cima, adversário dos principais dirigentes do Montesclaros Sport Club, também contribui para a prática esportiva via doação de área para o campo. Ademais, antigos rivais que compunham as fileiras do Mineiro e do America, passaram a integrar o mesmo clube de futebol fundado em 1924.

A frequência das atividades do Montesclaros é percebida nas notícias de jornal. Da festa esportiva, dos embates contra clubes de cidades vizinhas ao crescimento no número de sócios expresso pelas equipes internas que se enfrentavam, vários são os indícios de um maior espaço social ocupado pelo clube. Acerca da ocorrência de partidas entre sócios que se organizam em times de cores diferentes, notícia transcrita de 1924 informa:

Sport
MontesClaros Sport Club
 Official

Treinarão amanhã, às 15 e às 16 horas e meia, respectivamente, os segundos e primeiros quadros do nosso club, em jogo obrigatório: 2' (preto)- Déba- Figueiredo e Joel Braga, Paulino, Sebastião- Sica, Alfaiate, Buiça, Nelson e Anthero.

2' (branco)- Tupynambá- Izauro e Lincoln- Asclepiades, Chico, e Antonio- Bellisca, Cyro, Paula, Macedo e Affonso.

A (branco)- Oracilio- Salgado e Juquita- Blandino, Honorato e Magno- Waldyr, Elydio, Faria, Ducho e Massa.

B (preto)- Santos- Newton e Sady- Gumercindo, Andrade e Machinista- Henrique, Ataliba, Mauricio, Jair e Ary.

NOTA:- D'oravante serão escalados para os jogos dos domingos, todos os sócios que não pedirem dispensa ate sexta-feira ao meio dia.

Ary de Oliveira

Director-sportivo (GAZETA DO NORTE, 30 de agosto de 1924, ano VII, n. 319, p. 3).

Mesmo sem a rivalidade dos confrontos entre o Mineiro e o America, os jogos entre as cores do Montesclaros mobilizavam muitas pessoas. Se a paixão clubística pouco esteve presente nos espetáculos de futebol na cidade durante os anos 1920, pois a maioria dos jogos se dava entre os membros de um mesmo clube, os confrontos contra agremiações de outras localidades despertaram a torcida pelos atletas da cidade. Jogos realizados contra o time da cidade de Bocayuva, contra trabalhadores da linha férrea (Central do Brasil) e contra membros da tropa de cavalaria (15 de Cavalaria), conforme o que era noticiado no jornal Gazeta do Norte, sempre despertavam grande interesse e eram marcados pela identificação da população com atletas locais, que passavam a se destacar ainda mais na sociedade.

Aliás, o comportamento da torcida (e suas mudanças) durante a primeira década de futebol praticado em clubes na cidade também contribui para desnudar o papel social dessa modalidade esportiva.

Em estudo sobre a constituição das torcidas de futebol na cidade de Belo Horizonte entre os anos de 1904 e 1930, Souza Neto (2010) enfatiza o processo de passagem da assistência à torcida, quando pode ser percebido o sentimento de pertencimento clubístico. Em uma fase preliminar, correspondente aos primeiros anos de futebol clubístico em Belo Horizonte, o autor identifica um movimento oscilatório em que a plateia estaria mais voltada para uma prática social do que para um posicionamento a favor de um clube. Nesse período, defende Souza Neto (2010, p. 116), os sujeitos “[...] preocupavam-se notadamente como desenvolvimento do espírito esportivo e focavam sua atenção no intuito de fazer do jogo uma importante vivência social”.

A partir das fontes consultadas, é possível afirmar que este processo também esteve presente em Montes Claros e que a consolidação do sentimento de pertencimento clubístico deu-se em um período posterior aos anos 1920. Corroborando para este argumento, a presença de torcedores nos jogos no Montesclaros Sport Club, clube fundado em 1924, que realizava principalmente jogos entre membros do próprio clube (organizados em cores diferentes). Nestes eventos, mais do que torcer por um ou outro grupo, estava em evidência um comportamento que revelava a adesão a um estilo de vida.

Desde o início dos confrontos entre os times do Mineiro e do America, a torcida é considerada elemento imprescindível do evento. Participantes ativos de um acontecimento de elevado significado de distinção social, os torcedores que iam aos jogos ajudavam a compor o quadro do esporte na sociedade montesclarenses das primeiras décadas da República, tinham a função de “abrilhantarem a festa e entusiasmarem aos jovens jogadores” (MONTES CLAROS, 30 de agosto de 1917, ano II, n. 66, p. 3).

Nos primeiros jogos entre clubes, não é possível notar nas fontes pesquisadas a preocupação com o comportamento da torcida. As referências a este grupo que participava ativamente do espetáculo, geralmente resumem-se em “um comportamento eletrizante”, à emissão de “bravos e vivas” diante do desempenho dos atletas. Entretanto, em uma outra fase do futebol na cidade, então com a presença do Montesclaros Sport Club, comentários negativos sobre atitudes da torcida podem ser encontradas. Sobre a partida de novembro de 1924 entre o Montesclaros e o representante da cidade de Bocayuva foram tecidos os seguintes comentários: “A assistência está terrível, muito exaltada e grita pela ‘virada’ [...]. A assistência portou-se inconvenientemente invadindo por duas vezes o campo, pelo que merece a nossa mais áspera censura” (GAZETA DO NORTE, 06 de dezembro de 1924, ano VII, n. 333, p. 2).

Em pesquisa que aborda a história do futebol no Rio de Janeiro, Pereira (2000) afirma que os jogadores e sócios dos primeiros clubes fundados reconheciam a importância da prática esportiva a partir de uma justificativa moral, pois viam o esporte como formador do caráter. Com isso, era esperado dos *sportmen* uma conduta pautada no cavalheirismo dentro e fora de campo, reflexo da elevada tarefa de transformação social que esses indivíduos assumiam.

A própria relação entre os clubes indicava que, longe de se considerarem adversários, seus sócios identificavam-se ainda uns com os outros, construindo para si mesmos uma marca de cavalheirismo. As disputas terminavam frequentemente em festas nas quais a equipe convidada era

saudada pelos anfitriões com grande gala e refinamento (PEREIRA, 2000, p. 55).

Em 30 de novembro de 1924, o Montesclaros Sport Club inaugura uma nova fase do futebol da cidade com a disputa do primeiro jogo contra um clube de outra cidade. A partida realizada contra a agremiação da cidade vizinha de Bocaiúva revestiu-se com atributos de um grande evento. “O jogo [...] tem despertado o maior interesse nas rodas desportivas de amanhã, dado o interesse e a procura de ingressos para a sensacional partida” (GAZETA DO NORTE, 24 de novembro de 1924, ano VII, n. 332, p. 2).

É significativo o uso do termo “rodas esportivas”, pois este pode associar-se ao início da construção de uma identidade entre o assistente (que vai se transformar em torcedor) e o clube. Souza Neto (2010) também identifica o uso desta expressão nos jornais da capital mineira. Para o autor, as “rodas desportivas” designavam grupos de pessoas que torciam pelo mesmo time e eram uma forma de congregar nos mesmos espaços de convívio torcedores de um ou de outro clube.

Na edição do jornal de 06 de dezembro, primeiro número após a ocorrência da partida, é narrado com detalhe o evento que se configurou como uma importante festa de confraternização. O jornal descreve com detalhes tudo o que ocorreu: a recepção da embaixada visitante, os momentos que antecederam o jogo (tempo para apresentação da banda Euterpe Montesclarensense e para fotografias), o jogo propriamente dito, o baile oferecido aos visitantes e o regresso da agremiação a Bocaiúva.

Cerca de meio-dia de segunda, deixaram os membros da embaixada bocayuvense a nossa terra. Seis automóveis com a directoria do “Montesclaros Sport Clube”, innumeráveis senhoritas e outras pessoas gradas, acompanharam, em meio ás vivas demonstrações de sympathia, fartamente correspondidos pelos visitantes, a embaixada até aos Paus Pretos. Ali a directoria do club visitante teve occasiao de agradecer a todas as gentilezas de que foram cumulados pelos montesclarenses, dizendo que “os seus rapazes retiravam-se encantados com a reconhecida maneira de agradar da nossa sociedade e da gente do nosso club” (GAZETA DO NORTE, 06 de dezembro de 1924, ano VII, n. 333, p. 2).

Para a época, associar-se a um clube esportivo era vincular-se ao moderno, fazer parte de uma novidade sedutora que proporcionava diversão e distinção. A constante referência feita pelos jornais de que, nos eventos esportivos, o que havia de melhor na sociedade se fazia presente, mostra ao mesmo tempo um esforço do jornal em valorizar tais

eventos e a crença da necessidade de estreita relação entre segmentos da população considerados importantes e o fenômeno esportivo.

Sobre o futebol no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX, o aumento do número de clubes refletia o interesse que o jogo despertava em parcela da juventude carioca que, podendo pagar o preço da mensalidade, estava em dia com as últimas novidades inglesas, em um processo que acontecia simultaneamente em diferentes cidades brasileiras (PEREIRA, 2000, p. 35).

Para a cidade de Montes Claros, até o ano de 1926, os jornais noticiam a existência de cinco clubes de futebol: Mineiro Foot-ball Club, America Foot-ball Club, Montesclaros Sport Club, Brazil Athletico Futebol Club e União Foot-Ball Club; sendo que os dois últimos são noticiados apenas no momento de suas fundações. É possível que estes clubes também tenham existido por vários anos, apenas não tendo despertado o interesse da imprensa escrita. Da mesma forma, também é aceitável que outras iniciativas, clubísticas ou não, de se praticar futebol tenham ocorrido na cidade. De qualquer forma, o Mineiro, o America e o Montesclaros destacam-se por comprovadamente terem ocupado papel importante nos primórdios do futebol montesclareense, no seio de uma elite que, inclusive, podia custear esta prática de diversão.

Os jornais da cidade não esclarecem o valor da mensalidade cobrada para fazer parte dos clubes de futebol de Montes Claros, mas deixam claro que ela existia, pelo menos no caso do Montesclaros Sport Club: “A directoria sportiva do ‘Montesclaros Sport Clube’ avisa aos associados que só terão ingresso no campo os que apresentarem o recibo de dezembro” (GAZETA DO NORTE, 23 de dezembro de 1925, ano VIII, n. 406, p. 1). Além da mensalidade, o atleta previamente escalado que faltasse a uma partida também deveria pagar multa: “O jogador que fizer parte da escala acima e que não comparecer á praça de sport, sem causa justificada, será multado em 3\$000” (GAZETA DO NORTE, 31 de outubro de 1925, ano VIII, n. 391, p. 1).

As possibilidades modernas de diversão estimulavam os sentidos e eram oportunidades para novos sentimentos. Nessa lógica, o esporte ocupou lugar destacado. Segundo Lucena (2001), outras possibilidades de diversão, se comparadas ao esporte, como o teatro e o cinema ocorriam em um ambiente que limitava a expressão da emoção, havia mais aparatos. Já no esporte, mesmo com as restrições, a presença do outro era constantemente notada e as ações e emoções estavam lá, às vistas.

Depois do automóvel, o futebol e o cinema preenchem o dia dum bom montesclareense. No futebol, elle sae da sua habitual pacalez, agita-se,

assiste nervosamente a disputa dos teams, torce furiosamente, discute, encolerisa-se. Mocinhas symphaticas dão gritos roucos animando os namorados e desfallecem si elles perdem uma boa oportunidade [...] (GAZETA DO NORTE, 18 de outubro de 1924, ano VII, n. 326, p. 6).

Em meados dos anos 1920, apesar de ainda ser retratado pela imprensa como um esporte de elite, adotado pelo que existe de mais distinto na sociedade de então, o futebol mostra, sobretudo pela torcida, a manifestação do descontrole emocional, de um comportamento que poderia se distanciar do cavalheirismo desejado para a prática, como foi expresso no discurso de fundação do Mineiro Foot-ball Club.

“Match”, “captain”, “shoot”, “referée”, “ground”, “forward” e “keeper” são algumas das muitas palavras inglesas utilizadas nas notícias que tratavam de futebol nos jornais de Montes Claros. Para Lucena (2001), a reprodução dos termos ingleses nos jornais que noticiavam eventos de futebol serve para marcar a origem nobre desse esporte. Couto (2012, p. 115-116), afirma que a utilização de tais termos, fazia as pessoas sentirem-se “envolvidas numa atmosfera elegante e cosmopolita, em uma posição social hierarquicamente superior à daqueles que não participavam do esporte”.

Mesmo que timidamente, outras modalidades esportivas também eram noticiadas nos jornais nos anos 1920. Apesar da declarada intenção de se fundar um “club de *law-tennis* para moças” ainda em 1918, conforme nota já transcrita, pelo menos a partir das fontes pesquisadas foi o voleibol a modalidade esportiva que passou a ser praticada pelas mulheres. No pátio da Escola Normal, ocorreram partidas entre as alunas da instituição que foram noticiadas mais de uma vez e, conforme nota, portadoras de “animação e entusiasmo, tendo havido lances de muita emoção”, sobre os olhares de “considerável e selecta assistência” (GAZETA DO NORTE, 16 de maio de 1925, ano VII, n. 356, p. 1). Outras vezes, o voleibol e outras competições estiveram atrelados ao futebol, praticados e exibidos em uma festa esportiva.

Sport

Conforme publicamos em o nosso último numero, tera lugar amanhã, pelas 15 horas, no campo do Montes Claros Sport Club um attrahente festival em beneficio do Asylo São Vicente desta cidade [...]. Tocará durante a festa, a banda Euterpe Montesclarensense, sendo os ingressos pago á generosidade de cada um. Essa festa promete revestir-se do maior brilhantismo estando o programa assim organizado: Primeira parte: “Match” de “foot-ball” entre um quadro de “Montes Claros Sport Club” e team do polícia aqui estacionado. Segunda parte: Cabo de guerra “Montes Claros” - “Policia” [...]. Corrida de 100 metros, no campo e saltos de altura [...]. Corrida de sacos, numa distância de 60 metros [...]. Concurso

de gulodices entre 12 crianças [...]. “Match” de “volley-ball” entre as alumnas da Escola Normal Mello Vianna [...] (GAZETA DO NORTE, 22 de maio de 1926, ano IX, n. 441, p.1).

Mesmo que notícias anteriores ao evento deixassem claro que a atração principal era o “match de foot-ball”, a presença de outras competições na festa esportiva denota o crescimento do esporte na cidade não só pela modalidade inicialmente praticada e pela ampliação da assistência. Novos grupos vivenciariam a atividade física esportiva, marcando a valorização dessa cultura física na sociedade da época.

A viabilização do esporte, sobretudo o futebol, em Montes Claros parece ter criado na segunda metade dos anos 1920 o reconhecimento desse fenômeno como ocupante de um lugar cativo no cotidiano de parcela da população. Esse fato era expresso nos apelos para a volta das manhãs e tardes de futebol em que ocorriam acirradas disputas entre clubes.

Atravessa um período de desanimo o Sport em Montes Claros.

Quando teremos as tardes vibrantes dos jogos de antigamente?

O Sport em Montes Claros atravessa presentemente um profundo periodo de desanimo, contrastando flagrantemente com o entusiasmo e a animação verificados no anno passado. Quem assistiu as tardes magnificas dos domingos de jogos officiais, com a praça de Sports da rua Pedro II repleta do que demais representativo possui a nossa sociedade e representantes de todas as camadas, electrizados pelos lances commovedores da pugnas, se sente as tardes de agora passarem num esmorecimento enervante de tédio e apathia. Os “Matches” de “foot-ball” disputados pelos “Montesclaros Sport Club” com os teams de fora, com o “Bocayuva” “Martins Carneiro” “15 Regimento” etc., são o único padrão que ficou attestado a nossa cultura phisica e o nosso valor desportivo. Em Montes Claros, o sport tem os seus periodos de deslumbramento e de apathia. Assim vem sendo desde as memoraveis luctas entre o “Mineiro” e o “America” e os quadros Azuis e Banco da nossa corporação sportiva. Terminadas as retregas, festejada a victoria de um dos combatentes, o esmorecimento sportivos, parece assenhorear-se dos corpos dos contendores que caem num periodo de longo torpôr, como se de todas as pelejas saissem todos fatigados e só houvesse uma cathegoria – a dos vencidos... Em a nossa cidade será inaugurada, ainda este anno a estação da estrada de ferro. Por esta ocasião, espera-se que as pessoas de todos os recantos do Estado nos visitem, trazendo-nos o concurso da sua alegria ao nosso grande dia de entusiasmo. E entre os numeros das ruidosas festas a serem realizadas é preciso que conste um “Match” de “foot-ball” [...] (GAZETA DO NORTE, 07 de maio de 1926, ano IX, n. 453, p.7).

No trecho, destaca-se a magnitude de valor atribuída à competição, como ocorria nos antigos embates entre o Mineiro e o America, ou quando o time local enfrenta agremiações de outras localidades. Dessa forma, clama-se pelos eletrizantes e comoventes

lances que uma disputa ferrenha pode proporcionar. Em harmonia a esta percepção, o ano seguinte foi marcado pela ocorrência mais frequente de jogos do Montesclaros com cidades vizinhas, como Corinto e Curvelo, tidas como possuidoras de ótimos times de futebol. Sobre esses encontros, os redatores do jornal esforçavam-se para permeá-los de forte sentimento de expectativa entre os torcedores.

Futebol, cinema, teatro e Festas de Agosto integram o rol de vivências que preenchiavam parte da vida do montesclarenses no início do período republicano. Em meio ao cenário em que despontavam novas práticas de diversão, permaneciam no cotidiano da população costumes enraizados na cultura local, como as Festas de Agosto, e possivelmente outras vivências que não são destacadas nas fontes utilizadas. De qualquer forma, é importante salientar o espaço proeminente que vivências modernas de diversão (instrumentos educativos) passaram a ocupar no cotidiano da cidade.

6. UMA NOVA CULTURA PARA UMA VELHA CIDADE

Outros sinais havia, e bem visíveis, de que Santana já não devia chamar-se Santana, porque, no mesmo chão, nascera uma urbe diversa, como as que sucessivamente cobriram as ruínas da Tróia homérica [...]. Outra revolução se operara: os caixeiros-viajantes – os famosos cometas – haviam sido destronados pelos engenheiros da Central. E as festas se multiplicavam, abrindo-se as salas quase toda noite para assustados ou reuniões. Sobrepondo às querelas políticas os meus pendores sociais, eu frequentava tanto os bailes dos *Pelados* quanto os dos *Estrepes*. E, além das danças, os piqueniques, os passeios no caminhão apinhado de moças e rapazes, o futebol aos domingos, as rivalidades dos grêmios teatrais, tudo isso fornecia aos meus dezesseis anos matéria com que se entreter e afogar o desapontamento com que Priscila me dera, na malfadada festa do Centenário (ANJOS, 1979, p. 190).

Muitos dos elementos da modernidade montesclareense são apontados por Cyro dos Anjos ao rememorar o ano de 1922, quando o escritor contava 16 anos de idade. A urbe modernizava-se pela intensificação do comércio, pela aproximação da estrada de ferro, pela proeminência das práticas de diversão, como o futebol e o teatro. Estava presente também na reminiscência do memorialista especificidades da dinâmica local, como a permanente disputa política na cidade que impactava quase todos os acontecimentos sociais. Este trabalho analisou elementos que sustentaram o processo de modernização da cidade. Esse processo, em essência contraditório, revelou o conflito entre os anseios de modernidade e a valorização da tradição. Embora muitos elementos da modernidade tenham sido valorizados enquanto ideal para a cidade, como o ordenamento do espaço, a difusão de hábitos compreendidos como civilizados, o acesso aos bens de consumo e a vivência do esporte, a organização política afeita a modernidade, em termos de democracia e ascensão dos menos privilegiados às diferentes esferas da administração pública, não foi estimulada. A elite local se pretendia moderna na organização da cidade, mas permanecia com a ideia de disputar entre si os cargos administrativos locais. Chamou-nos a atenção como a relação que Montes Claros estabeleceu com a modernidade foi exercitada em privilegiar alguns de seus aspectos (econômicos e culturais) em detrimento de outros (políticos) e, mesmo assim, os elementos que foram privilegiados compuseram um refinado discurso que informou as disputas pelos poderes locais e o desenvolvimento da urbe, mas encontrou barreiras nos recursos que Montes Claros possuía e nos costumes da população.

6.1 A modernização em debate: uma sociedade em mutação

É vasta a quantidade de pesquisadores que se debruçaram sobre a questão da modernização, do desenvolvimento das cidades contemporâneas e da modernidade. Neste trabalho, não ignora-se que o tema é importante e ganhou várias interpretações. Um dos primeiros autores a avaliar o impacto que as cidades em desenvolvimento representam para a vida em coletividade foi Karl Marx.

Karl Marx (2001), no *Manifesto Comunista* dimensionou a era burguesa como a época de ininterruptas alterações. Para o autor, o capitalismo sobrevive de frequentes revoluções no modo de produção que, por sua vez, impacta todas as relações sociais. Desse modo a modernidade não gera acomodações dos sujeitos no tempo, mas desenraiza sua memória, na medida em que a aceleração do cotidiano impede a percepção da sobrevivência das certezas que guiaram os homens até o século XIX.

Na esteira de Karl Marx, Marshall Berman foi um dos autores a ganhar notoriedade nos estudos sobre a modernidade, desde a publicação de *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, frase, aliás, tomada de empréstimo de Marx.

Para o autor, apesar de, tradicionalmente, o pensamento contemporâneo utilizar de forma dissociada o termo modernidade para aspectos da economia e política e o termo modernismo para aspectos da arte, cultura e sensibilidade, há a possibilidade do tratamento desses termos com profunda associação. Goethe e Marx, por exemplo, na visão de Berman (1986), partilham de um senso de totalidade, pois a vida moderna abarcaria, para os mesmos, em um movimento coerente, aspectos da economia, política e arte.

A bifurcação da visão da vida moderna em dois níveis, o material e o espiritual, fato generalizado na cultura contemporânea, dificulta a apreensão de um de seus fatos mais marcantes: a fusão desses dois níveis, ou seja, um conjunto de ideias perpassando, ao mesmo tempo, a estrutura mais concreta da sociedade (política e economia) e as representações que os homens fazem dela e de si mesmos (arte). Autores como Goethe, Marx e Baudelaire tinham uma visão instintiva desta interpretação (BERMAN, 1986). Baseado em Berman, pode-se afirmar, então, que a vida moderna, ou a busca desta vivência, foi pautada tanto em aspectos culturais, mais voltados ao espírito, como em aspectos econômicos e políticos, mais voltados à matéria. Fez parte do ideal de modernidade um determinado estilo artístico e estético, bem como a República, enquanto forma de governo associada à democracia, ao urbanismo e à valorização das descobertas científicas.

Já a modernização é entendida por Berman (1986, p. 16) como o que dá existência “ao turbilhão da vida moderna”. Este turbilhão tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas científicas, industrialização da produção, explosão demográfica, crescimento urbano, sistemas de comunicação de massa, Estados Nacionais cada vez mais poderosos, movimentos sociais de massa e de nações e o mercado capitalista mundial.

A industrialização e o crescimento das cidades são processos que aconteceram em épocas distintas e em intensidades diferentes, mas dentro de um mesmo universo de transformação, uma vez que os impactos desse tipo de desenvolvimento foram percebidos de forma muito semelhante pela população de diferentes países e/ou localidades.

A sociedade pode reconhecer-se (ou desejar ser) moderna, mesmo que as condições materiais não sejam propícias ao conjunto do que denominamos de modernidade, conceito, aliás, construído por autores cuja experiência é a Europa do século XIX.

Em Montes Claros, no período em estudo, apesar da permanência do rural, do atrasado, a cidade já sentia a efervescência de uma nova sociedade que metamorfoseava em muito pela valorização das benesses proporcionadas pelo avanço da ciência. Em Cyro dos Anjos, especialmente quando ele regressava de períodos vividos na zona rural³⁹, evidenciava-se tal emoção:

Para aguçar essa ânsia de vida urbana, que na fazenda me consumia e definhava, aconteceu que a cidade, por essa época, conhecesse dias febricitantes, que lhe iam rapidamente modificando a fisionomia. O governo havia deliberado retomar as obras do ramal ferroviário, paralisadas havia tempo, e a notícia de tal decisão foi suficiente para que minha velha Santana de menino acabasse de ir pelos ares. [...] Outras coisas perturbadoras ocorreram: as ruas da cidade haviam estremecido com as explosões do primeiro motor a gasolina. Um pastor protestante, camarada afoito, chegara, à nossa urbe, de motocicleta [...]. Parecia que 1920 deliberara matar-nos de emoção: não haviam passado dois meses sobre o advento da motocicleta e já chegava a Santana um caminhão Ford [...]. E havia mais: o proprietário do veículo, seu Castro [...] decidira também erguer um coreto no Largo de Baixo. Novidade grande, que trazia outra ainda maior no seu bojo: seriam subterrâneos os fios que levariam a luz elétrica ao coreto. Acesa controvérsia estabeleceu-se em todas as rodas, e em muita gente sisuda admitia que ficaria eletrificada a área percorrida pelos fios, constituindo perigo para os incautos [...]. Este coreto produzira sensível alteração nos hábitos da mocidade; O giro à Rua do Bispo foi, duas vezes por semana, substituído pelas retretas que a Lira Santanense nele realizava (ANJOS, 1979, p. 156-157).

³⁹ Antes de se mudar para Belo Horizonte, Cyro dos Anjos alternava períodos vividos na área urbana de Montes Claros, onde a família tinha um comércio, e períodos vividos na zona rural, na fazenda do pai ou do tio.

O memorialista destaca a exacerbação do desejo da vida urbana, das inéditas possibilidades que se apresentavam na cidade. A ferrovia, o caminhão, a luz elétrica no coreto, conquistas de um mundo moderno, frutos do avanço científico que alimentava o “turbilhão da vida moderna”: não participar deste processo era motivo de agonia.

Alterava-se substancialmente o cotidiano da população que, vivendo “dias febricitantes”, tinha novas referências, renovadas possibilidades de comportamento. A chegada do caminhão do “seu Castro”, por exemplo, inaugurou uma nova e disputada prática de diversão na cidade. Segundo Paula (1957, p.27), no início, as pessoas gradas da cidade eram convidadas pelo proprietário para passearem. Após algum tempo, os passeios eram pagos, reunindo a rapaziada do comércio aos domingos, e Cyro dos Anjos “era naquele tempo um dos mais entusiasmados. Chefiava a ‘vaca’. Catando dez tostões de cada um até perfazer os vinte mil réis – preço de uma corrida ida e volta aos Paus-Pretos”. Assim, o processo de modernização imprimia originais marcas no cotidiano dos indivíduos.

Para Berman (1986), a história da modernidade pode ser dividida em três fases. A primeira, compreendida entre o início do século XVI e o fim do século XVIII marca o início da experiência da vida moderna, o que o autor chama de “estado de semi-cegueira”. Essa primeira fase é caracterizada pela ausência de consciência dos sujeitos que presenciam um fenômeno amplo e duradouro. Na segunda fase, demarcada pela onda revolucionária de 1790 e pelo fim do século XIX, ainda segundo Berman, há o sentimento de viver em um mundo revolucionário, em que está presente uma sensação de dicotomia devido à percepção de se viver em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. A terceira fase, inaugurada pelo século XX, engloba a expansão da modernização que, virtualmente, abarca todo o mundo.

Com a expansão da modernização ocorrida, segundo Berman, no século XX, multiplicam-se também seus significados. Ao adotar o processo de modernização da sociedade montesclareense como objeto de estudo, o trabalho partiu da premissa de que modernidade e modernização na prática foram fenômenos plurais, vivenciados em diferentes formas e intensidades e que a aspiração pela modernidade conviveu com o temor da mudança. Para Berman (1986, p. 15), “ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”.

Diversos indícios indicam a presença da ambiguidade no processo de modernização de Montes Claros. Cyro dos Anjos, ao abordar as transformações da cidade do início do século XX, destacou eventos como a chegada da eletricidade, as sessões de cinema e as práticas de diversão. Em todos, estavam presentes simultaneamente o ardor de uma nova vida e certo temor diante das intensas transformações. Um exemplo do receio para com o desenvolvimento foi a inauguração da casa comercial moderna que competia com a venda de tipo familiar, que assustava os antigos comerciantes, apesar do entendimento de que tais novidades arrancariam a cidade da pobreza.

A modernidade, cujo conceito emergiu da sociedade urbana, provocou o desejo pela mudança, mas também o medo do que isso significaria, expressando-se em dois sentidos. O que estava em evidência eram experiências compartilhadas pelos grupos sociais motivadas, paradoxalmente, pela mudança e aventura, e também pelo receio e a dúvida.

Segundo José Murilo de Carvalho (1998), a partir do final do século XIX, apesar do avanço da modernidade, muitos valores foram mantidos em virtude da força da tradição. *A Força da Tradição* é o título de revolucionária obra de Arno Mayer.

Segundo Mayer (1987), a percepção da mudança e da novidade da sociedade burguesa rumo à modernidade foi maior no imaginário do que em crescimento do poder burguês, propriamente dito. Ao contrário da maioria dos pesquisadores do período que escreveram buscando marcar as mudanças da sociedade capitalista europeia de fins do século XIX e início do XX, Arno Mayer mapeou a permanência, no intuito de problematizar as resistências à modernidade. O autor chega a afirmar que a burguesia financeira não dispunha de capital político suficiente para solapar as antigas aristocracias, o que faz com que a primeira Guerra Mundial possa ser compreendida também na leitura da remobilização das forças do Antigo Regime.

Ainda para Mayer (1987, p. 14), “embora perdendo terreno para as forças do capitalismo industrial, as forças da Antiga Ordem ainda estavam suficientemente dispostas e poderosas para resistir e retardar o curso da história, se necessário recorrendo à violência”. Dessa forma, sem negar a importância crescente das forças modernas, o autor afirma que os elementos pré-modernos não eram frágeis e não tinham desaparecido, sendo capazes de refrearem, ou pelo menos incomodarem, a nova sociedade dinâmica e expansiva.

No esforço de retratar a sociedade que se formava na transição do século XIX para o XX, como ainda apegada aos valores da Antiga Ordem, Mayer centra seu argumento na força da tradição, a partir da análise de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais da época. Economicamente, vê a sociedade europeia do início do século XX como pré-

industrial e pré-burguesa, com suas sociedades civis ainda fortemente radicadas na agricultura, na manufatura de bens de consumo e no pequeno comércio. Em termos sociais analisa a burguesia emergente (a financeira) como incipiente e insegura, mantendo-se subserviente em suas relações a membros da aristocracia agrária. Além disso, politicamente reconhece a manutenção da força da nobreza e a adoção do regime republicano como uma exceção entre os países do ocidente europeu. Por fim, vê as culturas oficiais da Europa ainda ancoradas em valores da Antiga Ordem, na forma de conteúdo e estilo.

Em conjunto, a análise de Mayer aponta o que ele denominou de permanência da tradição, no sentido de apontar a enorme flexibilidade dos valores aristocráticos que permitiam a elite representante da Antiga Ordem se adaptar com facilidade às mudanças exigidas pela modernização. Significa, em outras palavras, afirmar que o velho conviveu com o novo sem perder sua importância durante quase toda a primeira metade do século XX.

Em Montes Claros, assim como em boa parte do Brasil, a tensão entre aspectos tidos como modernos, progressistas e aspectos vistos como antiquados é evidente. Inicialmente, é importante lembrar a força política e econômica que a aristocracia rural ainda tinha na cidade. Como discutido anteriormente, os membros das camadas dirigentes, com frequência, ou eram produtores rurais ou possuíam estreitos laços com este grupo. Além disso, o que era considerado moderno ou antigo não era separado por uma fronteira bem demarcada, podendo ambos ser identificados de forma diferente por cada grupo político-social. O futebol, por exemplo, expoente de uma sociedade que desejava modernizar-se, foi utilizado como ferramenta pedagógica por um grupo que baseava suas ações na manutenção da tradição, os missionários premonstratenses.

Uma questão central para a convivência de arranjos sociais tradicionais e modernos na Europa Ocidental dos séculos XIX e parte do XX analisada por Mayer é a conservação da posse da terra como abono de poder. Para o autor, a perda da autoridade política e administrativa no Antigo Regime não implicou na perda do poder em virtude da manutenção do status e da riqueza pelos nobres ligados a terra. “A terra continuou a ser a principal forma de riqueza e renda das classes dirigentes e governantes até 1914” (MAYER, 1987, p. 19).

Nos rincões de Minas Gerais no início do século XX, a posse da terra foi elemento primeiro de constituição de poder econômico e político. O papel estratégico da região no fornecimento de suprimentos à região das minas no século XVIII consolidou a área como um recanto de poderosos proprietários rurais. Mesmo no período republicano,

com o crescimento das cidades e a dinamização social, os apelos pela modernização esbarravam nos interesses de uma elite conservadora. Para Porto (2002), o elemento oligárquico foi um componente essencial na cultura política de Montes Claros da época, tendo como personagens de destaque os grandes proprietários, além de médicos, bacharéis em direito e outros profissionais liberais. Tal fato corrobora para o argumento de que o discurso que subsidia a política de crescimento da cidade é pela modernidade, mas não em todos os seus significados.

Também na imprensa podia ser percebida a tensão e o imbricamento entre o moderno e o tradicional. O jornal, porta voz de parcela da elite, expressava a ansiedade pelas novidades que a vida moderna anunciava, mas proclamava também a manutenção da ordem vigente. Isto porque os próprios colunistas das folhas estavam inseridos neste conflito. A polissemia do que exprimia o jornal explica-se também em virtude do fato de que as mãos que redigiam os textos a serem publicados eram mãos de indivíduos marcados pelos valores do mundo tradicional, da grande propriedade rural, em relação com a realidade moderna que se impunha. Além das características dos proprietários dos jornais, já tratados no capítulo 2, vejamos dois frequentes colunistas do jornal Gazeta do Norte: João de Andrade Câmara e João Martins da Silva Maia.

João de Andrade Câmara nasceu em 1878, filho do influente advogado Justino Câmara. Foi fazendeiro, criador de gado e invernista; ocupou o cargo de coletor estadual e federal; participou da fundação da Escola Normal Norte-Mineira, onde também foi professor e diretor (VIANNA, 1964). Outro colunista, o Cel. João Martins da Silva Maia nasceu em 1867; tinha vínculos com a grande propriedade rural através de seu pai, o Cap. João Martins Maia. Foi fazendeiro e criador de gado zebu. Também foi um dos pioneiros nas tentativas de industrialização do norte de Minas Gerais. Investiu na indústria têxtil, charcutaria e fábrica de banha, entre outras, e na construção de estradas (VIANNA, 1964).

Em uma época assinalada pela volubilidade, não era raro atores sociais que exprimiam o vínculo ao tradicional, como a grande propriedade rural, e ao novo, como a indústria e a escola normal.

A ideia de que o velho e o novo compuseram as sociedades no período da modernidade é essencial para este trabalho. Como tratado nos capítulos anteriores, a ânsia pela modernização conviveu com antigos hábitos já difundidos entre a população montesclareense.

No empenho de entender os embates entre ideais modernos e tradicionais como um processo complexo em que diferentes valores coexistiram e foram (re)significados, destaca-se o pensamento de Edward Palmer Thompson⁴⁰.

A obra intitulada *Formação da classe operária inglesa* (2004) foi um marco na carreira do historiador, notadamente hoje apontado como precursor da história cultural. Nela, o historiador abandonou a tradicional perspectiva marxista de análise do operariado enquanto fruto de grandes processos e, portanto, compreendida em termos definidores gerais, com tendência coletiva de reações iguais, e propôs a análise do “fazer-se” da classe operária, advogando uma “História vista de baixo”. Nesse sentido, a experiência é elemento essencial no pensamento de Thompson. A política associada à cultura, percebida nos domínios da longa duração, foi apresentada pelo autor como um imbricado fazer e (re)fazer de atores em seus contextos mais cotidianos, obviamente sujeitos às pressões externas. As classes subalternas, nas diversas relações que estabeleciam entre si, com outros e o meio, em diferentes realidades, exercitavam, como todos os outros grupos sociais, reflexões sobre o agir e o mundo, interagiam com o conhecimento e as formas de dominação a que todos estariam subordinados e (re)elaboravam, cada qual ao seu modo, a percepção oriunda da elite que marcava os instrumentos de controle social. Ora, Thompson deu voz aos sujeitos, utilizou fontes variadas e combateu a análise das classes sociais em modelos estabelecidos *a priori* das particularidades de seus membros.

Em *Costumes em Comum*, Thompson (1998, p. 13) defende a tese de que “a consciência e os usos costumeiros eram particularmente fortes no século XVIII” e funcionavam como oposição às tentativas de reformas sociais. Nesse contexto, é preciso entender costume não como práticas que foram mantidas em pequenos grupos⁴¹, mas como elementos difundidos em grupos extensos, provocadores de identidade e ambiência, geradores de expectativa e legitimação.

É clara nos historiadores que se ocupam dos séculos XVI e XVII a tendência de ver o século XVIII como uma época em que esses costumes se encontravam em declínio, juntamente com a magia, a feitiçaria e superstições semelhantes. O povo estava sujeito a pressões para reformar

⁴⁰ Adepto formalmente do comunismo desde a juventude, Thompson integrava um seleto grupo de pesquisadores que pensavam a tumultuada situação da esquerda inglesa na década de 50 do século XX. Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Raymond Williams e Thompson, dentre outros, se autointitulavam “marxistas humanistas”. Em 1956 Thompson abandonou o partido e sete anos mais tarde afastou-se definitivamente de alguns pressupostos teóricos e linhas de abordagem que o aproximava do grupo de outrora.

⁴¹ Para Thompson (1998), o surgimento do folclore é decorrência da separação, no século XVIII, entre a cultura patriciana e a cultura da plebe. Assim, o folclore está associado a costumes que foram mantidos em pequenos grupos (“estranhos hábitos e ritos”).

sua cultura segundo normas vinda de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores – pelo menos, era o que se supunha. Mas as pressões em favor da “reforma” sofriam uma resistência teimosa (THOMPSON, 1998, p. 13).

Essa resistência caracteriza-se pelo entendimento do costume como uma prática dinâmica e relacional. As transformações ou permanências na sociedade inglesa do século XVIII não se davam em uma única direção, mas através de um processo permeado de embates e negociações entre o “novo” e as práticas costumeiras da população. Mais que isso, os próprios costumes da população não funcionavam como estruturas fixas e imutáveis.

No século XVIII, o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Por isso, o costume não codificado – e até mesmo o codificado – estava em fluxo contínuo. Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra tradição, o costume era um campo para mudança e disputa, uma arena no qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes (THOMPSON, 1998, p. 16-17).

No entender de Thompson, o termo costume possui forte relação com a cultura. Inicialmente, o autor define cultura como similar ao sentido atribuído aos costumes do século XVIII. Estes, como afirmado anteriormente, foram meios e justificativas de resistência e luta das classes populares contra as classes dominantes. Posteriormente, o autor critica também a visão universal de cultura, vista como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados” (THOMPSON, 1998, p. 17).

A análise tecida por Thompson para a realidade histórica inglesa indica a possibilidade de, a partir de uma visão crítica, perceber na dinâmica dos costumes a cultura como espaço de conflito, e não de consenso e acomodação. Tal ideia pode inspirar o olhar sobre a sociedade montesclareense das primeiras décadas do período republicano brasileiro, em que elementos ancorados numa nova ideia de civilidade atingiam o norte do Estado de Minas Gerais e integravam-se ou não à cultura local mediante um processo conflituoso.

Como já apontado anteriormente, uma das profissões de destaque na sociedade montesclareense do início do século XX eram de comerciantes denominados de caixeiros-viajantes ou “cometas”. Estes, não transportavam somente mercadorias dos centros comerciais maiores que se tornavam acessíveis à população do sertão norte-mineiro,

carregavam também notícias, hábitos, valores. Porém, mesmo levando em consideração a importância desses atores, sua influência era limitada pelos costumes da população local.

É verdade que o santanense comedido nem sempre acolhia as novidades que os caixeiros-viajantes propunham. Assim, quando, em 1918, terminada a Grande Guerra, Seu Rodrigo – mais tarde meu rival em relação à Priscila – pretendeu lançar na cidade o uso do *overalls*, os almofadinhas locais rejeitaram o indumento, antes mesmo que o Rio pronunciasse o seu veredicto (ANJOS, 1979, p. 47).

Em uma breve nota de um jornal da cidade, também é exposto que nem tudo o que era corrente nas capitais, como na cidade do Rio de Janeiro, era visto como adequado, como uma referência a ser seguida. Afirmar a nota: “Traz um jornal a grata notícia que já não é moda mais a indecente anquinha, que em Paris foi suprimida e no Rio de Janeiro começa a ser desprezada. O que hão de inventar agora? Talvez haja a ressurreição dos balões...” (CORREIO DO NORTE, 26 de janeiro de 1890, ano VI, n. 286, p. 3).

Para discutir a resistência da população a mudanças promovidas pelas classes privilegiadas na Inglaterra do século XVIII, Thompson entende os costumes, como já afirmado, como uma “resistência teimosa da população” e uma forma de oposição às pressões sofridas para reformar a cultura “segundo normas de cima”. Para o autor, a cultura da plebe “[...] era uma cultura de formas conservadoras, que recorria aos costumes tradicionais e procurava reforça-los [...]. Temos uma cultura costumeira que não está sujeita, em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes” (THOMPSON, 1998, p. 19).

Thompson também critica a ideia de que toda a sociedade caminha, de forma inevitável e natural, para a modernidade, percebida em termos evolucionistas e de progresso. Ao revelar como os operários ingleses resistiram às mudanças porque tinham costumes territorializados na experiência, o autor se afasta das percepções da naturalidade da modernidade enquanto processo e de sua aceitação porque inevitável.

A análise de Thompson oferece abertura para problematizar outras realidades que não a analisada pelo pensador social do século XX: a ideia de que transformações anunciadas como necessárias, vinculadas a um suposto anseio de modernização poderiam ser refutadas (totalmente ou em parte), por parcela da população que não professava o que era sugerido pelas elites. Para Vieira e Oliveira (2010, p. 520), o pensamento de Thompson permite “interpretar os fenômenos sociais e, por extensão, os educacionais a partir de uma relação biunívoca entre o poder estruturante das estruturas sociais e as dimensões criativas e

subversivas dos indivíduos e dos grupos sociais nos seus contextos históricos e sociais singulares”.

A perspectiva da elite que assume o poder em uma localidade difere-se em muito da perspectiva da população em geral. No início do século XX, mediante uma conjuntura em que se formularam proposições de reformas higiênicas, as ações reformadoras colidiram com as práticas corriqueiras da população. Quando, por exemplo, em Montes Claros, o mandatário municipal, Honorato Alves, médico formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, buscou implementar ações higiênicas no município, sua atuação recebeu oposição de parte da população. Num dos casos narrados pelo político e reproduzidos pelo memorialista, Hermes de Paula conta:

O primeiro caso ruidoso deu-se exatamente com um meu compadre e muito amigo, mas homem violento e obstinado. À intimação que recebeu para retirar a porcada do seu quintal e suprimir o chiqueiro, respondeu que receberia à bala o fiscal e empregado da Câmara. Então eu lhe mandei dizer que se preparasse para me matar, pois quem iria cumprir a determinação legal seria eu em pessoa. Fiz-lhe ver que não era possível que ele colocasse o seu interesse pessoal acima do bem público que na sua própria casa eu já havia tratado de casos de impaludismo, e que se queria dedicar-se à criação de porcos, vacas e outros animais, deveria ir residir numa fazenda. Marquei dia e hora e no prazo marcado apresentei-me em casa de meu compadre e amigo, Manuel José da Silva, Dodô. O homem me recebeu de braços abertos e levou para o quintal a fim de verificar-me com meus próprios olhos como estava tudo limpo e seco, havendo apenas conservado algumas galinhas. Abracei-o estreitamente e agradei-lhe o grande serviço que acabara de prestar à sua cidade, pois certamente, diante do seu exemplo, ninguém resistiria mais às posturas municipais (HONORATO ALVES. In: PAULA, 1957, p. 302).

A gradual mudança de comportamento da população com a implementação das ações higienistas pode ser entendida como uma mudança nos costumes. Conforme Thompson (1998), o costume não é permanente e está em fluxo contínuo, configurando-se como campo de mudança e disputa.

Nesse mesmo sentido, ao mesmo tempo em que parte da população teimava em desrespeitar a proibição de matar animais nas ruas, outra parte reivindicava o cumprimento da norma.

Por intermedio desta folha reclama se do honrado Sr fiscal municipal, pedindo se a atenção da Camara e de seu digno presidente, que providencie com presteza e energia contra o inqualificavel abuso de abatterem se rezes em ruas e praças publicas da cidade, com grave prejuizo da saude dos moradores, abuso que não deve nem pode ser

tolerado com violação das Posturas (CORREIO DO NORTE, 05 de janeiro de 1890, ano VI, n. 283, p. 3).

A população vivenciava as propostas e imposições higiênicas de formas variadas, mesmo influenciadas por um contexto maior que afirmava a necessidade urgente de mudança de hábitos. Conforme Thompson, a experiência, que tem um caráter individual e coletivo, ocorre porque as pessoas refletem sobre o que acontece a elas e ao mundo.

Em sua teoria, Thompson rejeitou o determinismo econômico, estrutural, e enxergou a ação humana nas relações sociais e culturais. Assim, considerou, em sua investigação sobre o proletariado da Inglaterra, o fazer-se da classe, para além dos determinismos condicionados pelo modo de inserção dos grupos na produção capitalista. Contrariando um marxismo tradicional, defendia que a relação entre estrutura e superestrutura não se dá por determinismos, pois apesar da influência das estruturas, os sujeitos dão sentidos particulares às suas vidas. Com isso, a ideia de experiência parte do princípio de que os sujeitos são reflexivos.

A avaliação dos costumes como práticas não-fixas, mas mutáveis, também é partilhada por outro importante historiador, Eric Hobsbawm, para quem o costume não impede as inovações, podendo se transformar. “O ‘costume’ não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais” (HOBSBAWM, 1997, p. 10).

Nas formulações teóricas de Hobsbawm, chama a atenção também, o que ele denominou de “tradição inventada”.

Por "tradição inventada" entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Hobsbawm (1997) afirma que a invenção das tradições intensificou-se na sociedade dos últimos duzentos anos, o que era de se esperar, em virtude de tais invenções ocorrerem com mais intensidade em épocas de transformações sociais intensas, em contraposição a antigos padrões sociais. Além disso, o autor também aponta que as tradições inventadas dos séculos XIX e XX, comparadas às de séculos anteriores, ocupam menor lugar na vida particular das pessoas, o que não ocorre quando o que está em voga é o campo

da vida pública; neste setor, não há manifestação de enfraquecimento das tradições inventadas.

O conceito trabalhado pelo autor pode ser produtivo para a análise das transformações sociais propostas durante o processo de modernização, sobretudo em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Nesses locais, a defesa de práticas interpretadas como modernas e, portanto adequadas, podem ter propiciado a instalação de tradições (inventadas), mesmo que pautadas em princípios (transformações sociais intensas) que ainda não eram vistos nestas regiões.

Nessa lógica, o discurso propagado pela imprensa, por exemplo, poderá ter contribuído para inculcar certos valores, pela divulgação veemente de comportamentos que não encontravam respaldo na situação social da região à época.

As mudanças nas práticas de diversão em Montes Claros no início do século XX seguem a lógica da inculcação de valores e normas até então externos à sociedade local. Uma prática arraigada na cultura local, as Festas de Agosto, tiveram seus significados atribuídos a práticas antigas, inadequadas, oriundas de um passado escravocrata que deve ser superado. Já o futebol, visto como moderno e fidalgo, sobretudo se fosse praticado à maneira inglesa, representava o ideal de comportamento a ser assumido pela sociedade em formação.

Em uma região marcada pelas altas temperaturas, os jogos de futebol, geralmente programados para as 15 horas, assim como qualquer prática esportiva, eram uma atividade estranha que se consolidava em Montes Claros a partir do esforço, dentre outros, da imprensa periódica.

Ontem e Hoje

- Vamos ao futebol?

- Mas, com tanto calor... Não me agrada. Acompanhar as emoções do jogo, é indisposição certa. Ouvir os aplausos dos basbaques, pateada do público, vem-me a idéia do trágico, do bárbaro; depois, é enervante.

- Não creia nisso. O futebol é um esporte sadio que agrada a todo mundo. Olhe, que coisa reconfortante. Está melhorando o ar. Talvez você também melhore...

E marchamos, rua Marimbondo abaixo [...]. Lá chegamos à várzea, ou, como se chama agora, ao Prado Oswaldo Cruz [...]. De um setor um grupo de calção e camisa listrada enfrenta outro de análogo aspecto indumentário. A bola era açoitada de um para outro lado, incansável, tangida pelos pontapés dos jogadores que correm pressurosos e ofegantes na ânsia de fazê-la insinuar dentro da cidadela adversária. Defora, os espectadores uivavam como leões, incitando os combatentes ao ataque, fazendo uma torcida de turba. E se algum conseguisse marcar gol, viam-se os afeiçoados aos gritos, atirando para o ar os chapéus empoeirados,

saracoteando, suarentos, aos urros e aos berros. Mas, depois, serenava. A pelota era levada ao centro e o juiz fazia reiniciar a partida. Então, os vencidos faziam redobrar os esforços para a revanche. Os torcedores em algazarra estrondosa gritavam: Entra! Avança! Assassina! Meta a tiro! E contudo a revanche não vinha, mau grado a aspereza da refrega. Os lutadores, porém, saíam de campo cheios de triunfos, não obstante as caneladas sofridas, as contusões e escoriações heroicamente conquistadas e a angústia e a cansaça causada pela fadiga da pugna (LAFETÁ. In: PAULA, 1957, p. 266-267).

As transformações pulsantes nas práticas de diversão em Montes Claros podem ser atribuídas a um movimento maior em que esteve presente o escopo de adequar o comportamento social ao ideário do progresso. A adoção ou a rejeição de certas práticas, símbolos do progresso ou do atraso, revelava o que correspondia ou não às expectativas do processo de modernização da sociedade, cunhado em revoluções distantes de Montes Claros cujos ideais chegaram à cidade anunciando a inóxia local de um padrão de civilidade.

Nessa dinâmica, divertimentos tradicionais do montesclarenses, que possuíam guarda nos costumes, como já afirmado, foram afrontados por serem identificados como obstáculos para a evolução da cidade.

A Revolução Industrial e a concomitante revolução demográfica foram o pano de fundo de maior transformação da história, ao revolucionar as ‘necessidades’ e destruir a autoridade das expectativas baseadas nos costumes. É isso, sobretudo, o que estabelece a distinção entre o ‘pré-industrial’ ou ‘tradicional’ e o mundo moderno (THOMPSON, 1998, p. 22).

Futebol e cinema, entre outras práticas, eram exemplos de hábitos desejados. Expressavam uma sociabilidade cobiçada, sem jamais deixar de ter em mente que o indivíduo carecia estar preparado para tais novidades.

Nas primeiras décadas de prática futebolística em Montes Claros, destacou-se, a partir de meados dos anos 1920, a tentativa de esclarecer a população sobre as regras do futebol e, com isso, propiciar uma melhor assistência dos jogos. Para isso, o jornal Gazeta do Norte publicou artigos com informações sobre as regras da modalidade. No mês de outubro de 1924, por exemplo, o tema “off-side” (impedimento) foi analisado por um colunista do jornal. No mês seguinte, as condições para se marcar um gol foi o tema elegido para esclarecer os leitores. Em nota também do mês de novembro de 1924, o redator do

jornal, antes de uma nova lição sobre as regras do futebol, explica o motivo da publicação desses tipos de esclarecimentos.

O nosso intento, com esta serie de chronicas obscuras é contribuirmos, dentro dos limites de nossas forças possíveis, para o esclarecimento e a devida interpretação das regras officiais do “foot-ball” associação. Commettemos a justiça (cousa rara nos tempos que correm), em reconhecer a humildade desta iniciativa. Consola-nos, todavia, a certeza de que se salvam ao menos a sinceridade e o desintere-se com que batalhamos pelo desenvolvimento do esporte. Dest’arte, os leitores hão de facilmente notar que os assumptos aqui versados são de preferencia, os que dizem respeito a factos ocorridos e presenciados aos gramados locais [...] (GAZETA DO NORTE, 22 de novembro de 1924, ano VII, n. 331, p. 2).

A publicação de esclarecimentos sobre o futebol pelo jornal Gazeta do Norte aproximava esta folha da prática de jornais do início do século XX na cidade do Rio de Janeiro. Pereira (2000) lembra que jornais da capital brasileira, como O Correio da Manhã e O Paiz, publicavam textos explicando princípios, técnicas inglesas, regras do jogo, dentre outros aspectos do futebol. “O conhecimento dos termos e técnicas inglesas do jogo dava assim aos *sportmen* um código de conduta compartilhada [...]” (PEREIRA, 2000, p. 38).

Conforme Thompson, as experiências dos sujeitos, (re)elaboradas a partir do seu cotidiano e das pressões externas sofridas, no domínio da longa duração, complexificam-se diante da constante modernização da sociedade que aumenta o ritmo em que as informações aparecem, dificultando a interiorização, complicando conceitos como os de tradição e costume. Nesse sentido, Thompson adverte para o risco do que ele denomina de motor de aceleração e de distanciamento cultural. Os processos educacionais na dinâmica da modernidade, sobrepõem realidades e impõem a interiorização de forma tão rápida que acaba impedindo a (re)elaboração daquilo que foi recebido, porque esta só pode ser feita através da experiência. Em outras palavras, a educação na modernidade, enquanto motor de aceleração, complica a elaboração do conhecimento, porque desterritorializa a experiência.

A noção explorada por Thompson de motor de aceleração e de distanciamento cultural indica que esta dinâmica favoreceu, através de processos educativos multifacetados, a difusão de certos modos de se relacionar com as transformações sociais ancoradas na ideia de civilidade e obscureceu outros meios de perceber a realidade. Tal perspectiva sugere pensar que todo o discurso presente nos jornais sobre certas práticas de diversão, como o futebol e o cinema, constituía-se em um argumento com ação educativa que potencializou o

alcance destas práticas. Em contrapartida, esteve presente também um discurso que procurava arrefecer outras práticas, como as Festas de Agosto; porém tal discurso teve ação limitada, pois como sugere Thompson, os costumes, como campo de conflito, podem oferecer resistências às mudanças pressionadas pelas “normas vindas de cima”.

O entendimento dos costumes como fenômenos não estáticos, não consensuais e passíveis de constante transformação, permite a aplicação do conceito na tentativa de compreender o processo de modernização da sociedade na transição do século XIX para o século XX. A partir dos estudos de Thompson, a categoria costume possibilita relativizar a força estrutural que o termo tradição incorpora.

No caso específico dos discursos de modernidade presentes no município de Montes Claros nas primeiras décadas do período republicano, objeto desta pesquisa, parte-se do princípio de que esses discursos buscaram educar os indivíduos, mas encontraram resistência na afirmação de práticas arraigadas no cotidiano da população. Essas práticas, porém, foram impactadas pelo que era anunciado como adequado e civilizado por um grupo de pessoas.

Mesmo que esta pesquisa não ambicione tratar do processo de formação e transformação dos costumes e da complexidade de seu funcionamento, como fez Thompson, o conceito trabalhado por este historiador apresenta-se como campo fértil para a problematização da dinâmica entre o que era anunciado pela elite e o que era praticado pela população, bem como entre o que a elite ambicionava ser e a forma como se comportava de fato.

Para Oliveira (2008), o pensamento de Thompson é um possível marco conceitual para diversas investigações. Segundo o autor, aspectos como produção, reprodução, circulação e dominação cultural, elementos que nortearam a trajetória de Thompson ao investigar a cultura popular do século XVIII na Inglaterra, podem ser aplicados em pesquisas na área da história da educação, pois, apesar do pesquisador atribuir variados sentidos à palavra cultura, em todos está presente a noção de reciprocidade.

Para este historiador é notório o risco de generalizações que poderiam perder de vista a singularidade das formas de apropriação cultural levadas a cabo por diferentes grupos e/ou indivíduos. Cioso de reforçar sua noção de cultura como lugar de conflito marcado por uma perspectiva de classe, ainda assim o autor infirma qualquer leitura que tenha como referente primeiro noções estáticas ou congeladas [...]. Como movimento a cultura traz a possibilidade de reinvenção, como também a perspectiva de conformação. Mas é no jogo dessas possibilidades que emerge a sua

riqueza e fecundidade, inclusive como perspectiva heurística (OLIVEIRA, 2008, p. 153).

Thompson, Mayer e Berman veem estreita relação entre os aspectos materiais e espirituais da sociedade, seja ela pré-moderna ou moderna. Entretanto, é necessário assinalar que tais análises direcionam-se estritamente para a Europa, em períodos distintos (século XVIII e parte do XIX para Thompson, séculos XIX e XX para Mayer e Berman). Estudar os processos de modernização de locais afastados da Europa Ocidental exige a atenção para o fato de que, nesses locais, ideais modernizadores e conservadores apresentaram dinâmicas próprias, muitas vezes significativamente distantes da realidade europeia.

De acordo com Berman (1986), a modernidade desenvolveu uma rica história e uma variedade de tradições próprias. Ao expandir-se para fora da Europa, revelou novos formatos, muitas vezes desvirtuados.

[...] o que aconteceu nas áreas fora do Ocidente, onde, apesar das pressões crescentes do mercado mundial em expansão e do desenvolvimento simultâneo de uma cultura mundial moderna [...] a modernização *não* estava ocorrendo? É óbvio que nelas os significados da modernidade teriam de ser mais complexos, paradoxais, indefinidos (BERMAN, 1986, p. 169).

Ao tratar do processo de modernização da sociedade brasileira, Carvalho (1998) aponta que o que representava o moderno e o tradicional para setores da elite brasileira poderia distanciar-se em muito do modelo clássico representado pela experiência anglo-saxônica.

Na época em que nos ocupamos, moderno, modernidade, modernização significava muita coisa. Eram as novidades tecnológicas: a estrada de ferro, a eletricidade, o telégrafo, o telefone, o gramofone, o cinema, o automóvel, o avião; eram as instituições científicas: Manguinhos, Butantã, a Escola de Minas, as escolas de Medicina e Engenharia; eram as novas idéias, o materialismo, o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo social, o livre cambismo, o secularismo, o republicanismo; era a indústria, a imigração européia, o branco; era a última moda feminina de Paris, a última moda masculina de Londres, a língua e a literatura francesas, o dândi, o *flâuner*; e era também o norte-americanismo, o pragmatismo, o espírito de negócio, o esporte, a educação física. Antigo, tradicional, atrasado, era o português, o colonial, o católico, o monárquico; era o índio, o preto, o sertanejo; era o bacharel, o jurista, o padre, o pai-de-santo; era o centralismo político, o parlamentarismo, o protecionismo, o espiritualismo, o ecletismo filosófico (CARVALHO, 1998, p. 119-120).

Carvalho afirma que apesar de todos os elementos acima poderem pertencer ao conceito de moderno ou de tradição, é a maneira como eles se combinam que vai dar o sentido da modernidade, ou seja, sua dinâmica específica em determinada realidade. Desta forma, a partir da visão da elite, o que era ser moderno para a cidade de Montes Claros no início da República? A busca pela resposta a esse questionamento, esforço realizado nos capítulos anteriores, baseia-se no exame de diferentes ideais educativos que estavam presentes no município na época estudada; a análise da relação entre diferentes elementos (a *priori* com apelos modernos ou tradicionais) e sua influência no comportamento da população permite o entendimento do “sentido da modernidade” na localidade em estudo.

Os anos que abarcam a transição do século XIX para o século XX na cidade de Montes Claros podem ser compreendidos como uma época marcada pelo embate de diferentes conceitos, variadas visões de mundo. Estas são informadas pelo discurso (também múltiplo) da elite que vivia na cidade e que, em parte, buscou formação educacional nos grandes centros; além disso, pessoas de outras regiões migraram para o norte de Minas Gerais atraídas por possibilidades comerciais ou o exercício de cargos públicos. Não pode ser esquecida também a população que já vivia na cidade, em sua maioria pobre e com hábitos de vida fortemente ligados ao ambiente rural. Estes atores sociais foram formados a partir da vivência de diversos universos culturais, imersos em aspectos modernos e tradicionais que, em constante tensão, exprimiram modos particulares de entender as transformações que a cidade passava e as promessas do que ela deveria ser.

Além disso, como já tratado, nas primeiras décadas do período republicano, para o município em estudo, chegaram religiosos da Ordem dos Premonstratenses, missionários que propagaram os ideais de uma Igreja conservadora e atuaram destacadamente em variados espaços da vida social. No mesmo período, Montes Claros recebeu diversos profissionais liberais, sejam aqueles que vinham tentar a vida na urbe que crescia, ou os que para ela voltavam depois de estudos na capital mineira, no Rio de Janeiro, então capital do país, ou em outros grandes centros. Dentre estes profissionais, chamou a atenção a grande quantidade de médicos. Estes, geralmente pertencentes a famílias tradicionais da cidade, ocuparam cargos importantes do município, como o de Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo e agiram, por exemplo, na execução de políticas sanitárias.

Em geral, a formação da elite montesclareense inicia-se no curso primário na Escola Normal, em Montes Claros, em seguida dirige-se ao secundário,

no Caraça ou no seminário da igreja em Mariana e, posteriormente, ingressa-se nos cursos de Direito de São Paulo e nos de Medicina no Rio de Janeiro [...]. No final do Império, a cidade de Montes Claros já contava com uma presença significativa desses homens instruídos [...]. A bagagem de conhecimentos que traziam dava a eles uma posição de destaque na hierarquia social da cidade, pois a maior parte da população era formada de trabalhadores rurais e operários que não chegavam a frequentar a instrução primária (BRITO, 2006, p. 150-151).

A instrução alcançada por parcela da elite, somada ao poderio econômico e político, caracterizava um grupo de pessoas que buscava ditar os rumos a serem seguidos pela sociedade. Nesse ínterim, a imprensa escrita tinha função importante, contribuindo para a tentativa de uma mutação que devia preparar o homem para uma nova vida.

Berman (1986), ao discutir o modernismo nas ruas a partir das ideias de Baudelaire, que para o autor esclareceu “como a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma de seus cidadãos” (p. 143), afirmou que mudanças econômicas, sociais e estéticas proporcionaram a transformação de Paris em um espetáculo sedutor, uma festa para os olhos. Entretanto, a exposição pública, característica dessa nova realidade, também expôs um grupo de indesejados, excluídos desse processo, pessoas em farrapos que também compunham a cena urbana.

À medida que crescia, Montes Claros se afirmava como um local de atração para migrantes de várias regiões que buscavam melhores condições de vida. Somados aos pobres que já viviam na cidade, formavam um conjunto de indivíduos que também eram símbolos da nova realidade do núcleo urbano.

Avoluma-se, dia a dia, o numero de pedintes na cidade. Aos sabados, as familias são obrigadas a destacar uma pessoa para só cuidar de atender aos que pedem, chegando, ás vezes, a agglomerarem-se nas portas treis e quatro de uma vez exhibindo os seus andrajos e afinando a voz pelo diapasão convencionado. É um espetaculo deveras contristador, estarmos acotovelando a miseria a cada passo nas ruas e nas portas. A miseria ou a apparencia d’esta, o que dá na mesma. Porque, quem nos affirma que todos os pedintes são realmente precisados, não podem ou não acham em que trabalhar? (MONTES CLAROS, 06 de julho de 1916, ano I , n. 9, p. 2).

O percurso das primeiras fases da modernização de Montes Claros revestiu-se de uma ambivalência que possuía ressonância em interpretações do próprio processo de modernização.

A expansão do capitalismo, o ambicionado progresso das cidades e a adoção do discurso científico como norteador do destino da sociedade que se propunha universal são questionados por indivíduos inseridos na realidade em transformação, mas que perceberam a realidade social como uma trama, um movimento assinalado por progresso e regressão.

Benjamin (1997), ao contestar o projeto burguês de sociedade, com foco no declínio da experiência (desenraizamento), avista o processo de enraizamento na história oficial pela via da valorização da vivência urbana. Para o autor, a ciência, que tem uma racionalidade ilusória, impele o homem não só para o progresso, mas também para a barbárie.

Nas *teses sobre a história* (Sobre o conceito de história) de Benjamin (1994), encontram-se aberturas (chaves de leitura) que permitem interpretar as mudanças que a sociedade passa com seu decurso ou desejo de modernização de uma forma complexificada, com a busca da superação do entendimento dos acontecimentos históricos como uma evolução contínua. Assim como Thompson, Benjamin questiona a lógica da associação entre razão e progresso e a consequente percepção que a modernidade seria o até então ápice da sociedade que se aperfeiçoava, ou seja, a confiança de que a razão e o progresso conduziram a humanidade para um estágio cada vez melhor.

Para Benjamin (1994), o homem torna-se débil diante da imposição do que é denominado progresso, pois o progresso é como uma tempestade que impede a construção da experiência. Assim, o presente de então, visto como uma catástrofe, era a acumulação de ruína sobre ruína. “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (p. 225).

Benjamin, Thompson, Berman e Mayer, autores principais elegidos para o debate construído neste capítulo são contribuintes importantes para investigar o enredo do processo de modernização de Montes Claros. A partir de variados referenciais, potencializam a perspectiva de entendimento de realidades em ebulição que concatenaram valores em oposição, que não necessariamente se anularam. A civilidade e o progresso, mais do que serem considerados “normas históricas”, como criticou Benjamin, foram elementos que sugeriram prescrições assimiladas (ou não) de formas variadas pela sociedade, tanto em um movimento de aceitação como de rejeição.

O mundo moderno, a ser edificado por uma educação multifacetada, foi composto por uma dinâmica que envolveu ordem e desordem, suposto avanço e retrocesso, revelando o caráter contraditório da edificação da vida moderna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou o processo de modernização da cidade de Montes Claros/MG a partir do pressuposto de que ações e discursos de modernização estiveram presentes nesta cidade nas primeiras décadas do período republicano brasileiro. Mesmo inserida em uma região distante geograficamente dos centros urbanos de destaque da época, Montes Claros vivenciou transformações urbanas pautadas no desejo da adequação da sociedade a um progresso idealizado em parâmetros que emanavam de centros urbanos da Europa Ocidental e das grandes cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro. Neste processo, destacou-se a notória necessidade de educar a população para os ditames da vida moderna que emergia.

As fontes pesquisadas possibilitaram problematizar a dinâmica das mudanças na cidade que se operavam no campo das ideias e na realidade urbana. A imprensa periódica de Montes Claros, com intensa atividade entre os anos de 1889 e 1926, foi instrumento prioritário para educar a população, atestando que a crença no poder da palavra escrita foi uma significativa característica do período. Mesmo sob a direção de um grupo reduzido que integrava a elite econômica e política, os jornais não expressaram sentido único para o processo de modernização da cidade, pois a própria elite se mostrava diversa e polissêmica, manifestando várias visões do que era entendido como moderno; além disso, a imprensa relacionou-se com a população em geral de forma plural, pois os indivíduos, alfabetizados ou não, inseriam-se de muitas maneiras na cultura escrita.

Outro tipo de fonte utilizada, a produção de memorialistas, enriqueceu o olhar para a sociedade montesclareense, neste aspecto adotada a ressalva de que tais obras são as percepções da elite letrada para os acontecimentos que “mereciam” ser preservados na memória.

No conjunto, as fontes possibilitaram estabelecer quatro eixos para o processo de modernização de Montes Claros, quais sejam: a ação da imprensa periódica; as mudanças na materialidade da cidade; as ações higiênicas e sanitárias; e as práticas de diversão. A exploração destes eixos compreende o esforço de inquirir as transmutações que a cidade sofria, pela adoção ou rejeição do que era sugerido como civilizado. Assim, buscou-se o sentido da modernidade na localidade estudada, ou seja, como nesta cidade conformaram-se os ideais de nova vida que penetravam o sertão de Minas Gerais.

Sobre as fontes, é significativo ressaltar que o destaque dado neste estudo à imprensa deve-se à opção do pesquisador e à fecundidade de tal material para a realização

de investigações de cunho historiográfico. Porém, cabe aqui a ressalva do preocupante estado de conservação do acervo sob a guarda da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional - DPDOR da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. O rico material ainda existente corre o iminente risco de não poder mais alimentar outras investigações, pois carece com urgência de melhores processos de conservação.

A pesquisa buscou ressaltar que a noção da cidade como o cenário da modernidade (ou das iniciativas de modernização) também se efetivou em Montes Claros, que não esteve alheia ao movimento inovador em que estavam mergulhadas as principais cidades do país. Expressando predicativo cultural, a imprensa foi um veículo propagador de percepções e valores. Espelhos de propostas de modernização da elite, os jornais do período foram utilizados, sobretudo, para impactar no aspecto cultural de uma sociedade vista como atrasada.

A chegada ao município de Montes Claros e a posterior propagação dos ideais de uma vida moderna estiveram relacionadas à ação da elite econômica e política. Por isso, no desenvolvimento do trabalho, foi feito um investimento para conhecer a dinâmica deste grupo e suas disputas pelo poder. Confrontos armados, falseamento de eleições, divisão da área urbana em dois polos e adoção da imprensa como instrumento de propaganda política são algumas das ações da elite montesclareense no período estudado; estas são fundamentais para problematizar as iniciativas modernizadoras na cidade.

Eram os integrantes do privilegiado escol social que frequentavam os grandes centros urbanos, alguns retornavam à cidade como bacharéis e, com isso, estavam mais atentos aos benefícios que o progresso e a civilização anunciavam. As novidades advindas do avanço tecnológico (automóvel, energia elétrica) proporcionavam uma miríade de novas possibilidades de vivências a este grupo. Neste processo, entretanto, houve o convívio paradoxal entre o novo e o tradicional; tal fato é explicado em parte pelas características da elite local. Explica-se: o advento da República não foi seguido da emergência de um novo grupo que se fortaleceu através, por exemplo, do investimento em atividades industriais. Com o domínio político nas mesmas mãos, era evidente que transformações radicais nas estruturas da sociedade não seriam presenciadas. Com isso, as ações modernizadoras conviveram com os apelos conservadores, as rupturas coexistiram com as permanências.

A força da tradição em Montes Claros, expressa principalmente na manutenção do poder de setores conservadores da sociedade (geralmente, grande proprietários rurais), foi determinante para estabelecer as peculiaridades para o processo de modernização da cidade. Mesmo assim, por aspirarem aos benefícios que o eminente progresso apregoava, os

apelos de modernização proferidos pela elite identificados nos periódicos locais e nas obras de memorialistas alicerçaram muitas das transformações do período.

Estava em pauta a construção de uma nova sensibilidade que expressasse o rompimento com o passado, processo que incluía a valorização da vivência no espaço público e a busca de uma nova estética para a cidade. Determinadas práticas de diversão, vistas como lícitas, compuseram o rol das estratégias para educar a população para a vida moderna, e ao mesmo tempo sua vivência expressava a identificação com o novo, com o avanço. Assim, a frequência ao cinema ou a jogos de futebol representava a adoção de valores comuns que gradualmente consolidavam-se na sociedade. Em contrapartida, práticas que possuíam ressonância em hábitos julgados como atrasados, pouco civilizados, deveriam ser superadas, pois recebiam a atribuição de ilícitas na nova realidade.

O campo dos divertimentos apresentou-se como um local fecundo para problematizar diversas tramas que se desenrolavam na sociedade montesclareense. O desenvolvimento do futebol no município, principal prática esportiva das primeiras décadas do período republicano, esteve vinculado, em seus primeiros anos, à dinâmica política local e reforçou as ferrenhas disputas nesta esfera. Porém, o esporte retratou não só a cisão de grupos, mas também se configurou como um espaço de partilha entre membros de facções políticas rivais que mantinham uma tensa e complexa relação. Dessa forma, a prática esportiva era palco de uma convivência improvável no período entre rivais históricos, que defenderam em muitas ocasiões o mesmo clube.

A imprensa periódica também evidenciou que o debate nacional sobre a construção da nação no início da República teve forte ressonância no norte de Minas Gerais e mobilizou a imprensa montesclareense. Integrada ao imenso território adjetivado como o “Brasil sertanejo doente”, a região norte-mineira apresentou-se, a partir dos discursos presentes nos jornais locais, como carente de investimentos públicos, mas possuidora de um amplo potencial para galgar os obstáculos do progresso. Neste processo, a ferrovia que se aproximava de Montes Claros apresentava-se como um ícone. Representava no imaginário o poder de alavancar o progresso da região e combater todo tipo de mazela. Mesmo antes de chegar a Montes Claros, a ferrovia já provocava modificações na sociedade montesclareense. Tal empreendimento foi responsável, por exemplo, pela vinda à região norte de Minas Gerais dos pesquisadores Carlos Chagas e Belisário Penna, cujos estudos e teorias passaram a ser referenciados constantemente nos jornais. Tal fato acirrou o debate sanitário no município. Outro indício do vigor dos apelos sanitários, é o fato de que o primeiro campo de futebol noticiado pela imprensa em Montes Claros (que substituiu o local popularmente

conhecido como várzea) recebeu o nome de Prado Oswaldo Cruz. Entretanto, mesmo antes da cidade tornar-se “ponta dos trilhos”, já havia notadamente o esforço para ajustar a cidade à rota da civilização, argumento desenvolvido ao longo deste trabalho.

O olhar lançado sobre as fontes possibilitou investigar muitos aspectos da sociedade montesclareense que caminhava, mesmo que com frequência de forma trôpega, em direção ao mundo moderno; mas também permitiu levantar outros aspectos que não foram tratados nesta tese ou que foram enfatizados sem a atenção merecida. Alguns destes temas já foram contemplados, mesmo que parcialmente, em outras investigações; outros aguardam pesquisadores interessados em seu desenvolvimento. É instigante questionar, por exemplo, como a instituição escolar portou-se diante do debate e das ações de modernização presentes na sociedade de Montes Claros. Outras indagações, cuja busca de respostas foi limitada pelas possibilidades das fontes utilizadas, também são possíveis de serem exploradas em outros estudos: como a população em geral inseriu-se nas práticas de diversão? (para além do que era anunciado nos jornais e pelos memorialistas); A partir de que momento pode-se perceber a presença de movimentos populares que contestavam as prescrições da elite sobre os rumos que a sociedade deveria tomar no processo de modernização? Como estes movimentos agiram?

A trama apresentada neste trabalho abordou a edificação de uma nova sociedade que passava pela construção de uma inédita maneira de portar-se e, assim, demandava a formação dos sujeitos. O *modus vivendi* da população foi alimentado pelo imbricamento de impulsos modernos e tradicionais. Ser partícipe da nova sociedade que se modernizava, em parte, significava simultaneamente encantar-se com os automóveis que começaram a chegar à cidade a partir de 1920 e votar de acordo com o que cabo eleitoral do coronel indicava; significava assistir aos jogos de futebol nas tardes de domingo e insistir em criar porcos soltos nos quintais apesar das ações da administração municipal que apregoava o perigo de tal prática. Tais fatos, paradoxais, são nuances de uma história que não pode ser apreendida em sua totalidade. Conforme Benjamin (1994, p. 229), “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”. Como objeto de estudo, a história configura-se como um fenômeno inquirido sempre a partir do presente, mediado pela visão do pesquisador construída muito tempo após a ocorrência dos fatos, mesmo que subsidiada por fontes edificadas no calor dos acontecimentos. Assim, aquele que busca o passado o reelabora com referências de outra época. “O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos,

como as pontas de um rosário. [...] ele funda um conceito do presente como um ‘agora’ no qual se infiltraram estilhaços do messiânico” (BENJAMIN, 1994, p. 232).

FONTES

ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

GASPAR, Maurice. *No Sertão de Minas*. [s.l.]: Premonté, 2011. *mimeo*.

GRAÇA, Ruth Tupinambá. *Montes Claros era assim....* Montes Claros: Cultura, 1986.

Jornal Correio do Norte.

Jornal A Verdade.

Jornal Gazeta do Norte.

Jornal Montes Claros.

MAURICIO, João Valle. *Janela do sobrado: memórias*. [s. l.]: [s. n.], 1992.

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Rio de Janeiro: [IBGE], 1957.

PRATES, Newton. Prefácio. In: PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Parte I. . Rio de Janeiro: [IBGE], 1957.

SILVEIRA, Yvonne; COLARES, Zezé. *Montes Claros de ontem e de hoje*. Montes Claros: Academia Montesclarensense de Letras, 1995.

VIANNA, Nelson. *Efemérides montesclarensense*. Montes Claros: Rio de Janeiro: Pongetti, 1964.

VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarensse*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2007.

VIANNA, Urbino. *Monographia do município de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2007.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1987.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, 3).
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, 1).
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Obras escolhidas, 2).
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERRIO, Julio Ruiz. Introducción a la historia de la educación social en España. *Historia de la Educación*, Salamanca, n. 18, p. 5-11, 1999.
- BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (As Estruturas do Cotidiano: o possível e o impossível, v. 1).
- BRESCIANNI, Maria Stella. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Contexto, 2001. p. 237-258.
- BRITO, Gy Reis Gomes. *Montes Claros: da construção ao progresso – 1917-1926*. Montes Claros: Unimontes, 2006.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMPOS, Edemilson Antunes de. *Alcolismo, doença e pessoa: uma etnografia da associação de ex-bebedores Alcoólicos Anônimos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos, 2005. 206 f.
- CARVALHO, Jailson Dias. Montes Claros e a exibição cinematográfica. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 20, n. 36/37, p. 103-109, 2007.
- CARVALHO, Jailson Dias. *Filmografia da exibição cinematográfica em Montes Claros: registros de filmes nacionais em salas de cinema*. Montes Claros: Unimontes, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global Editora, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COLARES, Mona Lisa Campanha Duarte. *A tradição no mundo contemporâneo: análise dos caboclinhos montesclarenses – Terno do Congado das Festas de Agosto*. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros. 2006.

CORBIN, Alain. A fadiga, o repouso e a conquista do tempo. In: CORBIN, Alain. (Org.) *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 1995.

CÔRTEZ, Gustavo. *Dança, Brasil! Festas e danças populares*. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2000.

COSTA, João Batista de Almeida. *Os Catopês de Montes Claros*. Cadernos da Festa de Agosto. Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COUTO, Euclides de Freitas. Os primórdios do futebol em Belo Horizonte: aspectos do pertencimento clubístico (1908-1927). In: SILVA, Silvio Ricardo da; DEBORTOLI, José Alfredo de O.; SILVA, Tiago Felipe da (Orgs.). *O futebol nas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 111-128.

DARNTON, Robert. “História da Leitura”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos na França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *A Revolução Impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?. *História & Perspectiva*, Uberlândia, UFU, n. 40, jan/jun 2009, p. 27-51.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Os senhores do sertão: coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais (1889-1930)*. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História – História, Cultura e Poder, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2010.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global 2003.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Oralidade, memória e narrativa: elementos para a construção de uma história da cultura escrita. In: GALVÃO (et al). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 9-46.

GAY, Peter. *Guerras do prazer. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Fernanda Silva. *Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais*. 2007. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. 181 f. 2007.

GONÇALVES, Huener Silva; ABREU, Deise Marinho de. Entre manuais e artigos: campanhas para o público leigo sobre o fumo e seus males no Brasil da primeira metade do século XX. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 23, p. 127-145, jan./jun. 2011.

GRAFF, Harvey. O mito do alfabetismo. *Teoria & Educação*, n.2, p.30-64, 1990.

GUALBERTO, João. *A invenção do coronel*. Vitória: UFES, 1995.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HERMANN, Jaqueline. Religião e Política no Alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano. O tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 121 – 160.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era do capital – 1848/1875I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções. Europa 1789-1848*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBBSBAWM, Eric J. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JULLIARD, Jacques. A política. In: NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985. p. 180-196.

KNOWLES, David; OBOLENSKY, Dmitri. *Nova história da igreja: a Idade Média*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1983. v. II.

KROPF, Simone Petraglia; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Doença de Chagas: a construção de um fato científico e de um problema de saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 2, p. 347-365, 2000.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEVINSON, Bradley A. and HOLLAND, Dorothy C. The Cultural Production of the Educated Person: An Introduction. In: LEVINSON, Bradley A., FOLEY, Douglas E. and HOLLAND, Dorothy C. (edit). *The Cultural Production of the Educated Person*. Critical Ethnographies of Schooling and Local Practice. State University of New York Press, 1996. p. 1- 54.

LESSA, Simone Narciso. *Trem-de-ferro: do cosmopolitismo ao sertão*. 1993. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1993.

LESSA, Simone Narciso. *São José dos Campos: planejamento e construção do pólo regional do Vale do Paraíba*, 2001. 281 f. . Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2001.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1999.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 2, p. 313-332, 2000.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Campinas: Autores Associados, 2001.

MACHADO, Jaqueline Simone de Almeida. *Gênero sem razão: mulheres e loucura no sertão norte mineiro*, 2009. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros. 2009.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloisa. *Arcadas: história da Faculdade de Direito do Largo São Francisco*. São Paulo: Alternativa, 1998,

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, 1820-1895. *O Manifesto comunista*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MAYER, Arno J. A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de (Orgs.) *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *O Patrimônio Histórico de Montes Claros*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2005.

MEDEIROS, Euclides Antunes de; CORMINEIRO, Olívia Macedo Miranda. História, Memória e Literatura: o uso das fontes na reconstrução dos processos históricos vividos pelos sertanejos do Norte nos séculos XIX e XX. In: DA MATA, Sérgio Ricardo; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (Orgs.). *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: EDUFOP, 2009.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de; PIRES-ALVES, Fernando A. Expedições científicas, fotografia e intenção documentária: as viagens do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913). *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online], v.16, suppl.1, p. 139-179, 2009.

MELO, Victor Andrade de. *Dicionário do esporte no Brasil: do século XIX ao início do século XX*. Campinas: Autores Associados, 2007.

MELO, Victor Andrade de. Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp.* [online]. 2010, v. 24, n.1, p. 107-120.

MELO, Victor Andrade de. O lazer (ou a diversão) e os estudos históricos. In: ISAYAMA, Helder F.; SILVA, Silvio Ricardo da (Orgs.). *Estudos do lazer: um panorama*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 65-80.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NASCIMENTO, Marilene Cabral do. *Medicamentos: ameaça ou apoio à saúde?* Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2003.

NICOLAU, Jairo. *A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro*. Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Universiddae de Coimbra, 2004.

NOURRISSON, Didier. *Le buveur du XIXe siècle*. Paris: Albin Michel, 1990

OLIVA, Osmar Pereira. Literatura oitocentista montes-clarense: escrita, memórias e leituras. *Darandina Revista Eletrônica*, Juiz de Fora, p. 1-12, maio 2009.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa histórica em educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 16, p. 147-169, Jan./Abril 2008.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. A educação dos sentidos na história: o tempo livre como possibilidade de formação. In: ISAYAMA, Helder F.; SILVA, Silvio Ricardo da (Orgs.). *Estudos do lazer: um panorama*. Rio de Janeiro: Apucuri, 2011. p. 35-50.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PAIVA, Eduardo França. Histórias comparadas, histórias conectadas: escravidão e mestiçagem no mundo ibérico. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Orgs.). *Escravidão, Mestiçagem e Histórias Comparadas*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2008. p. 13-25.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 103, p. 144-161, jul. 1998.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.

PENNA, Lincoln de Abreu. *O avesso do poder: a história republicana através da imprensa oposicionista*. Rio de Janeiro: Publit, 2008.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em, nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PERIOTTO, Marcília Rosa. O papel da imprensa no processo de construção da nação: a “vocação pedagógica” do Correio Braziliense. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.16, p. 61-83, dez. 2004.

PERISSINOTO. Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp. 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Abertura. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. São Paulo: Ed. Javoli, 1980.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cultura de massas e representações femininas na paulicéia dos anos 20. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 139-163, 1999.

PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edusp, 1992.

PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nordestino durante a primeira República*. 2002. 176f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2002.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Música e Cultura: a Comunicação na performance musical do Congado de Montes Claros – MG. *Unimontes Científica*, Montes Claros, v. 5, n. 2, Jul./dez. 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: _____. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 163-213.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 185-202.

RIBEIRO, Raphael Rajão. O futebol em Belo Horizonte e a constituição do *campo esportivo* (1904-1921). In: SILVA, Silvio Ricardo da; DEBORTOLI, José Alfredo de O.; SILVA, Tiago Felipe da (Orgs.). *O futebol nas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 91-110.

ROCHA, Maria Helena Alves. *A Menina do Sobrado de Cyro dos Anjos: uma história de formação*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unincor. 2007.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*. Nascimento do consumo: sé. XVII – XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, Luciene. *Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba: uma interpretação (1970-1996)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RODRIGUES, Gefferson Ramos. *História e igreja: os premonstratenses em Montes Claros*. 2005. (Graduação em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2005.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

ROSEN, George. *Da Polícia Médica à Medicina Social: ensaios sobre a história da assistência médica no Rio de Janeiro*: Edições Graal, 1979.

SÁ, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, p.333-348, jul. 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita de; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. *História e Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Cássia Vanessa. *Os reflexos e impactos das medidas higienistas e sanitaristas em Montes Claros*. 2008. (Graduação em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2008.

SANTOS NETO, José Moraes dos. *Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. A Capital Irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.) *História da vida privada no Brasil: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. p. 513-619.

SILVA, André Luiz dos Santos. *A perfeição expressa na carne: a educação física no projeto eugênico de Renato Kehl – 1917 a 1929*. 2008. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano) – Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.

SILVA, Francino de Oliveira. *Sub Umbra Tuarum: história d criação e organização da Diocese de Montes Claros (1903-1943)*. Belo Horizonte: FUMARC, 2005.

SILVA, Marceli Rodrigues da. Picadinho de Raposa com sopa de Galo. In: SILVA, Silvio Ricardo da; DEBORTOLI, José Alfredo de O.; SILVA, Tiago Felipe da (Orgs.). *O futebol nas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 67-90.

SILVA, Mary Cristina Barros e. *Repensando os porões da loucura: um estudo sobre o Hospital Colônia de Barbacena*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, Out. 2005.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca, da Belle Époque ao tempode Vargas*. Uberlândia: EDUFU, 2008.

SOARES, Carmen Lucia. *Educação física: raízes européias e Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA NETO, Georgino Jorge de. *A invenção do torcer em Belo Horizonte: da assistência ao pertencimento clubístico (1904-1930)*. 2010. 103f. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

STECZ Solange Straube. *Cinema paranaense (1900-1930)*. 1988. 191 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. 1988.

STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VELOSO, Geisa Magela. *A missão “desalfabetizadora” do jornal Gazeta do Norte, em Montes Claros (1918-1938)*. 2008. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. 2008.

VIEIRA, Carlos Eduardo. *Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo do relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920*. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-40.

VIEIRA, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. *Thompson e Gramsci: história, política e processos de formação*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 519-537, Jun. 2010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Elites políticas em Minas Gerais na primeira república*. In.: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 39-56.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: EdUNB, 1988.

WIRTH, John D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.